

Dimitri Fazito de Almeida Rezende

**REFLEXÕES SOBRE OS SISTEMAS DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL:
PROPOSTA PARA UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DOS MECANISMOS
INTERMEDIÁRIOS**

Belo Horizonte/MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas — UFMG
2005

Dimitri Fazito de Almeida Rezende

**REFLEXÕES SOBRE OS SISTEMAS DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL:
PROPOSTA PARA UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DOS MECANISMOS
INTERMEDIÁRIOS**

Tese apresentada ao curso de doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Demografia.

Orientador:
Prof. Dr. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Belo Horizonte/MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas — UFMG
2005

Folha de Aprovação

Aos meus pais, Simone e Dilermando.
À Koyunbaba e ao Mikrokosmos.

Agradecimentos

“O mestre tem a responsabilidade de fazer com que o aluno descubra, não o caminho propriamente dito, mas as vias de acesso a esse caminho, que devem conduzir à meta última. Sua primeira providência será ensinar o discípulo a receber os golpes inesperados, despertando, para isso, os seus reflexos.”

Estas palavras de Eugen Herrigel, no seu livro *A arte cavalheiresca do Arqueiro Zen*, representam, para mim, tudo aquilo que eu poderia desejar de um orientador como o Eduardo. E, seja pelas coincidências de nossa carta natal (pois nascemos na mesma data) ou pelas intempéries mais doces, quero crer que a verdade é que todo esse processo de orientação foi como um evento previamente projetado e inscrito nas nossas trajetórias em algum tempo remoto. Este é um “encontro”, para mim, um feliz encontro. Agradeço ao Eduardo por tudo, desde a sua profusão de idéias revolucionárias e maravilhosas, arremessadas ininterruptamente sobre todos os seus alunos, seu desprendimento intelectual inigualável, até sua maneira sensível e original de lidar com os problemas mais cotidianos e burocráticos da orientação. O Eduardo, em todas as ocasiões, foi como mestre, pai, advogado (do diabo) e grande amigo. Enfim, insubstituível (em que pese sua infeliz filiação ao Clã do Galo Português).

Agradeço também ao professor e, sobretudo, amigo, Roberto, pelos comentários sempre afiados e afinados com a razão e o coração, pela ternura e verdadeiro companheirismo com os quais oferece aos alunos (mais que isso, amigos) um porto sempre seguro e acolhedor naqueles momentos mais conturbados da vida acadêmica, antes, durante e depois.

Agradecimento especial e sincero devo ao professor e mestre José Alberto, que sempre acolheu a mim e às minhas divagações, com devotado interesse e curiosidade intelectual, além de retornar sutis inquirições que se revelam perturbações arrebatadoras e motivadoras para qualquer mente comprometida com o conhecimento. Zé Alberto é desses raros cientistas humanistas que apontam e iluminam, generosamente, os caminhos a serem abraçados pelos mais jovens.

Ao Weber, meu amigo, meu irmão pelo espírito e pela caminhada, faço um agradecimento emocionado. Sua solidariedade, coração fraterno, correção ética e moral, mente arguta e espontaneamente especulativa, além das reflexões profundamente críticas e comprometidas com a vida humana, representaram para mim, desde o início de minha estada no CEDEPLAR, o horizonte possível a ser seguido e conquistado. Devo dizer, Weber, que sem nossa convivência, os diálogos impertinentes e audições iluminadas pelas cordas escandidas do violão de John Williams, esta tese não teria se realizado como agora. Obrigado.

Ao Leonardo, mestre e amigo de tantos anos, devo um agradecimento investido de toda força simbólica própria dos ritos de passagem. Foi na trilha das pegadas do antropólogo que

toda esta história, e a anterior a esta, começaram e se consolidaram na minha trajetória pessoal acadêmica. As palavras do Leonardo, suas ricas reflexões e sensíveis considerações sempre tiveram importância decisiva para minha formação intelectual.

Agradeço à amizade sincera e à atitude positiva dos amigos e colegas ceceplarianos que, certamente, tornaram muito mais fácil minha adaptação e caminhada no campo da demografia por estes últimos cinco anos. Um abraço especialmente forte devo aos amigos Moisés (sinto saudades de sua sabedoria essencial e instintiva, meu caro), Jomar, Júnia, Ernesto, Andréia, Vânia, Lizandro e Juliana.

Agradeço a todos os professores do CEDEPLAR com quem tive oportunidade de aprender tanto sobre temas que não imaginava compreender um dia.

Agradeço a todos os funcionários do CEDEPLAR que sempre exerceram seu trabalho com grande presteza, habilidade e boa vontade, e facilitaram minha estada nesses anos. Agradecimento especial devo ao pessoal da biblioteca e da secretaria geral, nas pessoas de Mirtes, Maria Célia (pelo inestimável trabalho de revisão bibliográfica) e Cecília.

Aos meus pais, Simone e Dilermando, apenas a dedicatória desta tese não seria bastante. Deram-me amor e apoio por toda vida, mas, além do que se espera espontaneamente de pessoas maravilhosas e da condição natural que escolheram exercer, sendo pais, também me ensinaram silenciosamente o que não se ensina: descobrir-se humano em um mundo que só tem sentido quando compartilhado sem apegos e vaidades. Descobrir-se humano significa sentir-se pertencente à coletividade, sem escolher ser mais ou menos, desejando apenas “estar” em relação com todos os demais. Aos meus pais devo toda a minha condição de ser humano e, sendo assim, a única forma de agradecimento que posso oferecer a eles é prosseguir no caminho do meio.

Às minhas irmãs, Raquel e Pilar, e demais familiares que acompanharam minha caminhada com atenção e solidariedade nos momentos mais difíceis e intensos e que, além disso, souberam compreender minhas ausências e eventual exaltação (positiva e negativa) do espírito.

À Ana que, mesmo em tão pouco tempo, foi capaz de cativar meu coração definitivamente e ampliar o espaço da minha realização pessoal. Como o espadachim zen iniciado na Arte da Esquiva, seu amor, Ana, mostra-se capaz de ver e pressentir aquilo que está para acontecer no momento exato em que se esquivava de seus efeitos, sem que haja a espessura de um fio de cabelo entre a percepção do acontecimento e o ato de evitá-lo. E foi assim que, no momento mais crítico e exaustivo de finalização desta tese, você já estava presente para me proporcionar a Arte da Esquiva e me ajudar a colocar (e soltar...) o ponto final.

“O homem que acha a sua pátria agradável
não passa de um jovem principiante;
aquele para quem todo solo é como
o seu próprio já está forte;
mas só é perfeito aquele para quem
o mundo inteiro é como um país estrangeiro.”

Hugues Saint-Victor, século XII

Nota do Autor

Esta nota de esclarecimento ao leitor pretende ser também uma nota obsequiosa. Quando se lê uma tese acadêmica pertencente ao campo científico consolidado — neste caso, a Demografia —, espera-se um texto conciso, elegante e objetivo. Isto é, qualidades retóricas exigidas pelos cânones estabelecidos pela tradição da Ciência Moderna. Contudo, em diversos momentos nesta tese, cede-se espaço a outras qualidades nem tanto celebradas pelos cânones mais convencionais.

Devo pedir licença aos leitores, além de paciência, compreensão e benevolência para com minhas liberdades pessoais e meus excessos (de linguagem e forma) que, na maior parte das vezes, podem não condizer com as boas maneiras observadas em uma tese acadêmica em Demografia.

Em minha defesa consigo apenas expressar o desejo humanista original, da celebração primordial do projeto científico nos séculos XVI e XVII, quando pioneiros como Giordano Bruno e Galileo Galilei enfrentaram os cânones defendidos rigorosamente nos tribunais da Inquisição, por acreditarem na força interior que os movia para a pura e livre especulação da natureza. Foram tempos originais em que razão e paixão eram como faces da mesma moeda, idéia que fundamentava toda a concepção humanista do Renascimento, o berço da Ciência Moderna.

Assim, sem querer desrespeitar ou desafiar a honestidade intelectual dos leitores, procuro permanecer fiel àqueles ideais do Humanismo científico original à semelhança de Galileo que, embora externando concordância com o tribunal, na intimidade de seu raciocínio reafirmava “mas ela se move”¹.

¹ Diz a lenda que, mesmo admitindo as teses canônicas da Inquisição católica, Galileo murmurava para si mesmo que a Terra se movia em torno do sol — “epur si muove”, expressão original, tornou-se famosa.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o papel dos “mecanismos intermediários” nos sistemas sociais de migração. Ao propor uma perspectiva processual e relacional para o entendimento do fenômeno migratório, foi desenvolvida uma análise estrutural formal que possibilitou a comparação de doze sistemas empíricos de migração por meio de suas propriedades estruturais básicas.

O exercício da análise estrutural formal tornou-se possível por meio dos subsídios fornecidos pela Teoria dos Grafos e pela Análise de Redes Sociais. Assim, os chamados “modelos estruturais de migração”, que constituem o resultado objetivo deste trabalho, são abstrações formais rigorosas, de sistemas empíricos particulares (oito casos de migrações internacionais e 4 casos de migrações internacionais pertencentes, especificamente, ao sistema brasileiro), que permitem avaliar e compreender as qualidades gerais do fenômeno migratório concreto.

A análise dos mecanismos intermediários (determinados como posições estruturais nos sistemas, ocupadas empiricamente por agentes, recrutadores, *brokers*, familiares, amigos, etc.) procura mostrar a importância fundamental dessa categoria estrutural para a organização e expansão dos fluxos migratórios entre origem e destino. Para tanto, testa-se a hipótese central de que todo sistema de migração deve possuir posições estruturais de intermediação, responsáveis pela conexão exclusiva entre posições estruturais na origem e no destino. Além disso, tais posições intermediárias devem ser ocupadas, concretamente, por atores particulares que atuem na prática como atravessadores (*brokers*), responsáveis pelo contato e transmissão de pessoas, informações e recursos entre os outros atores e posições do sistema.

Junto à análise e às considerações metodológicas propostas, apresenta-se uma revisão crítica sobre as teorias e conceitos utilizados, tradicionalmente, pelos cientistas que estudam as migrações. Por meio de uma “arqueologia conceitual”, propõe-se a reflexão acerca da categoria “migração”, sua natureza, usos e efeitos sobre nossa percepção cotidiana (de cientistas, de políticos e de pessoas comuns) do fenômeno vivido. Procura-se mostrar que a percepção analítica (científica) sobre os deslocamentos humanos depende, em larga medida, do contexto histórico no qual transcorre a migração, bem como das categorias mentais elaboradas pelos indivíduos (migrantes e não-migrantes) em relação no contexto migratório. Isto é, sustenta-se que os deslocamentos humanos implicam a sobreposição de trajetórias individuais e coletivas no espaço físico e social e que, da configuração dessas trajetórias percebidas nesse espaço multidimensional, emerge o sentido prático e teórico da categoria “migração”.

Finalmente, ao se refletir criticamente sobre o sentido prático e teórico conferido à migração por cientistas, políticos e pessoas comuns que, de algum modo, vivem o fenômeno migratório, percebe-se a existência de paradoxos inerentes ao ato de migrar, que, na maior parte das vezes, permanecem obscurecidos pelas análises e ausentes do centro dos debates contemporâneos mais importantes sobre o desenvolvimento humano.

Abstract

This work focuses on the function of the so called “intermediary mechanisms” in the migration social systems. In need to support a dynamical and relational approach to the understanding of the migration phenomenon, it has been utilized a formal structural analysis that allowed the comparative perspective among twelve empirical migration systems by the consideration of its basic structural properties.

The structural analysis rationale was based on the Graph Theory and the Social Network Analysis. Then, the so called “migration structural models” which constituted the very objective output of the entire study, in fact are rigorous formal abstractions or representations grounded on the particular empirical systems (eight case studies of international migration, and four case studies of the Brazilian migration system) that allowed for evaluation and comprehension of the general aspects of the concrete migration phenomenon.

The analysis of the intermediary mechanisms (that is to say, the structural positions in the systems filled empirically by agents, recruiters, brokers, family, friends etc.) points to the fundamental importance of such structural category to the organization and widening of migratory flows between origin and destination. Therefore, the critical hypotheses that every migration system must have intermediary structural positions responsible for exclusive connections between different structural positions in origin and destination, was thoroughly tested. Such testing revealed that those intermediary positions should be filled empirically by particular actors that act in practice as brokers, i.e. people that facilitate transmission of migrants, information and resources through personal contacts and channels very exclusive in the wide system.

Alongside the structural analysis and methodological considerations it is presented a critical review on the theories and concepts utilized traditionally by scientists of migration phenomenon. Through the “conceptual archeology” of the migration category it has been purposed a reflexive investigation of its nature, uses and effects on our daily perception (of scientists, policy-makers and common people) of the experienced phenomenon. It is argued that such perceptions (mainly those that inform scientific knowledge) of the human displacements depend decisively on the historical context in which migration takes place, as well as on the mental categories which are elaborated by individuals (migrants and non-migrants) in action in such context. That is, arguably, the human displacements are supposed to imply some deep overlapping of individual and collective trajectories embedded in a wide and complex space, both physical and social. From such configuration of trajectories in a multidimensional space practical and theoretical sense of migration emerges.

At last, while thinking critically about the practical and theoretical sense established by scientists, policy-makers and common people at regarding migration phenomenon, it is realized the existence of paradoxes inextricable to the very act of migration, that most of times remain obscured by conventional analysis and outside the focus of contemporary discussions on the human development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Figura 3.1: Tipos de grafos.....	80
2. Quadro 3.1: Propriedades estruturais dos grafos.....	84
3. Figura 3.2: Estruturas intermediárias, agentes e pontes.....	86
4. Quadro 4.1: Análise comparativa de 8 sistemas e migração.....	93
5. Quadro 4.2: Comparação das propriedades estruturais em 8 sistemas de migração.....	95
6. Quadro 4.3: Agrupamento de casos segundo faixas de densidade, grau, transitividade, coesão e fluxos.....	101
7. Quadro 4.4: Medidas de intermediação e ator mais central em 8 casos.....	114
8. Figura 4.1: Sociogramas dos casos estudados por RADCLIFFE (1990) e TAYLOR (1990), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.....	115
9. Figura 4.2: Sociogramas dos casos estudados por HAGAN (1998) e BREMAN (1978/9), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.....	118
10. Figura 4.3: Sociogramas dos casos estudados por EELENS e BECKMANN (1990) e SINGHANETRA-RENARD (1992), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.....	120
11. Figura 4.4: Sociogramas dos casos estudados por SPAAN (1994) e CASTRO (1998), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.....	122
12. Figura 5.1: Modelo estrutural do sistema de imigração italiana, e análise de simulação dos vértices-obstáculo.....	136
13. Figura 5.2: Modelo estrutural do sistema de emigração <i>dekassegui</i> , e análise de simulação dos vértices-obstáculo.....	144
14. Figura 5.3: Modelo estrutural do sistema de emigração brasileira para a Guiana Francesa.....	153
15. Figura 5.4: Modelo estrutural do sistema de emigração brasileira para os Estados Unidos.....	166
16. Quadro 5.1: Comparação das propriedades estruturais para os casos brasileiros.....	170

Sumário

1. Introdução: o trajeto das reflexões e da análise.....	13
2. “Migração”: por uma arqueologia do conceito.....	21
2.1. Primórdios: breve história natural dos deslocamentos humanos.....	22
2.2. Ponto referencial: a migração no discurso demográfico “moderno”.....	36
2.2.1. O legado de Thomas Robert Malthus.....	36
2.2.2. “Tomada de consciência”: a consolidação da análise migratória.....	46
2.2.3. Tendências recentes: perspectiva sistêmica e redes sociais.....	53
2.3. Considerações finais: uma <i>ordem</i> dos indícios demográficos sobre os deslocamentos humanos.....	57
3. Análise estrutural dos sistemas de migração: algumas considerações sobre o método.....	64
3.1. Considerações teóricas.....	70
3.2. Formulação do problema: para uma hipótese sobre os intermediários.....	78
4. Análise estrutural de oito sistemas empíricos de migração.....	91
4.1. Estudos de caso e as propriedades estruturais dos sistemas de migração.....	92
4.2. Análise dos intermediários nos sistemas de migração: algumas reflexões.....	114
4.3. Reflexões finais.....	124
5. Análise estrutural de quatro sistemas de migração internacional no Brasil.....	127
5.1. Alguns aspectos das migrações internacionais no Brasil.....	128
5.2. A imigração italiana no Brasil.....	131
5.3. A emigração de brasileiros para o Japão.....	139
5.4. A emigração de brasileiros para a Guiana Francesa.....	148
5.5. A emigração de brasileiros para os Estados Unidos.....	156
5.6. Reflexões finais.....	168
6. <i>Finale: presto</i> — à guisa de conclusão.....	171
6.1. Do ponto de partida: a natureza dos trajetos.....	171
6.2. Do ponto de chegada: os mecanismos intermediários.....	175
6.3. O retorno: reflexão sobre a condição do migrante.....	181
7. Referências.....	186
8. Anexos.....	199

1. Introdução: o trajeto das reflexões e da análise

“Tenho de partir e ainda tenho tanto a dizer.”
Béla Bartók, em seu leito de morte

BÉLA BARTÓK (1881-1945), compositor húngaro, nasceu numa região entrecortada por diferentes tradições culturais, foco de diversidade e irredentismo. E, do constante contato com outras tradições e a fértil ideologia libertária inerente à terra natal, ele desenvolveu seu humanismo e o hábito de “estar em trânsito”.

BARTÓK inspirou boa parte das minhas reflexões pessoais, não apenas através de seu exemplo como músico e pesquisador (considerado fundador da etnomusicologia, juntamente com Zoltán KODÁLY, tendo produzido os primeiros registros etnográficos da música camponesa do Leste Europeu e Ásia Menor já em 1906-7 — CANDÉ, 2001), mas também como ser humano e exilado, que reconhece o mundo inteiro como solo estrangeiro — BARTÓK, em que pese sua condição perene de deslocado, numa ordem política em permanente conflito, foi sobretudo um grande humanista, que impunha a si mesmo o senso de liberdade e fraternidade em todos os campos da vida:

“O pesquisador deve esforçar-se por esquecer qualquer sentimento nacional enquanto trabalha na comparação de materiais provenientes de países diferentes... Minha verdadeira idéia mestra é da fraternidade dos povos, de sua fraternidade perante e contra qualquer guerra, qualquer conflito” (BARTÓK, por CANDÉ, 2001:298).

Deslocado na geografia dos territórios constituídos e conquistados, BARTÓK somente se identificava como compositor e músico no espaço bastardo do qual fala Platão — o lugar do não-ser, o interstício social onde se estabelece o exilado, despojado de qualquer classificação. E foi justamente neste espaço limiar que BARTÓK desafiou os conceitos estabelecidos da tradição tonal secular na música ocidental, de maneira completamente original e singular: BARTÓK indicou a possibilidade da implosão da hierarquia de valores do sistema diatônico (a música tonal baseada nas chaves maior e menor) sem, contudo, abraçar o atonalismo no extremo oposto.²

² A organização dos sons (fenômeno físico) é um reflexo da organização social. Assim, no ocidente, as escalas musicais, com a consolidação do sistema tonal a partir de J. S. BACH no século XVIII, passaram a dividir a oitava (distância, por exemplo, que vai de dó a dó, isto é, entre a frequência de uma nota base à sua equivalente mais aguda, dividida ao meio, ou mais grave, dobrada) em uma gama de doze notas, neste caso

Pode-se dizer que a música de BARTÓK é revolucionária, pois inscreve os movimentos de uma revolução copernicana na abordagem do material sonoro. Ao contrário de boa parte dos compositores da geração pós-romântica, desde DEBUSSY e STRAVINSKY a SCHOENBERG e STOCKHAUSEN, a recusa do sistema tonal não levou a uma aprovação direta do atonalismo, ou sequer ao abandono total das estruturas melódicas e harmônicas tonais tradicionais. Na realidade o cromatismo explosivo de BARTÓK reflete um retorno à essência da música tradicional camponesa, ou seja, ao modalismo mais exacerbado, porém, agora experimentado através de um “revisionismo cromático”. Como afirma BARRAUD (1997:65), em BARTÓK vemos “a coexistência pacífica entre um diatonismo modal muito amplo e um cromatismo organizado segundo métodos que foram, de sua parte, objeto de uma pesquisa extremamente complexa e meticulosa”.

Tecnicamente, apenas a título de ilustração, BARTÓK promove uma complementaridade entre os modos diatônicos (o maior-menor tonal, encontrado também na música popular tradicional) e o sistema cromático (que valoriza as relações de vizinhança entre os intervalos musicais e relativiza a hierarquia tonal de suas relações fundamentais entre os graus da escala maior-menor)³ desenvolvido através de longa reflexão e estudo.

O chamado modo bartokiano, basicamente, funde dois modos medievais remotos, conserva aspectos tonais da música folclórica e, ao mesmo tempo, implode o tonalismo a partir de dentro do sistema, dando espaço à tensão carregada do cromatismo. É, de fato, um

doze intervalos de semitons; os indianos, por exemplo, dividem a mesma oitava em 24 intervalos de tons, semitons e até 1/8 de tom. Então, uma escala tonal é um intervalo de oitava que comporta, internamente, uma subdivisão de doze intervalos de semitons. O diatonismo é a especialização desse sistema em duas formas de organização padrão: modo maior (onde a oitava comporta 5 intervalos de tons inteiros e 2 semitons segundo a ordem: tom-tom-semitom-tom-tom-tom-semitom) e o modo menor (onde a oitava é dividida também em 5 intervalos de tons inteiros e 2 de semitons segundo a ordem: tom-semitom-tom-tom-semitom-tom-tom).

³ Significa que no sistema cromático a harmonização se dá através de relações interdependentes entre intervalos num espaço harmônico muito curto (de vizinhança). Tecnicamente, num sistema tonal, é mais fácil harmonizar melodias que se relacionam entre intervalos mais distantes — tradicionalmente são as relações de tônica (oitava), dominante (quinta) e subdominante (quarta), que conferem a dinâmica de todo o sistema, isto é, o movimento de uma melodia em torno de um centro estável (a tônica), que se afasta (sensação produzida pela aproximação da quarta, a subdominante) e depois retorna para o centro (sensação produzida pela aproximação da quinta, a dominante). Estas relações fundamentais têm a ver com um fenômeno físico, a *série harmônica*, que organiza naturalmente o material sonoro (os timbres) através da frequência das ondas sonoras — todas as escalas (modelos de organização dos sons) são classificações sociais baseadas num tipo físico universal, a *série harmônica* (Cf. WISNIK, 1999).

novo “olhar”⁴ sobre a música, uma nova percepção, inclassificável a partir das perspectivas convencionais, pois reflete um híbrido, um sistema musical deslocado do eixo tradicional e também de vanguarda — porque a proposta de BARTÓK é paradoxal, ao negar o sistema tonal a partir dele mesmo e retornando à sua essência através de um novo caminho (o cromatismo), é como se o compositor “negasse sem negar” o sistema, isto é, a dissimulação da ação, própria dos híbridos, bastardos e exilados (como veremos em SAYAD, 1998).

E, talvez por esta condição de deslocado e em perpétuo movimento, por não ser reconhecido pelos conservadores românticos, nem pelos vanguardistas da música atonal, BARTÓK, vagando num espaço bastardo como um híbrido musical, tenha morrido no exílio em solo americano, em 1945, com pouca fama e na miséria. Por certo, um destino nada original para um eterno deslocado e gênio da música ocidental (CANDÉ, 2001).

Mas aqui, nesta tese, que é fundamentalmente uma reflexão pessoal e íntima sobre a condição do migrante, BARTÓK preenche e comanda um espaço importante. Pois nos momentos mais intempestivos da imaginação, reflexão e análise sistemática em relação ao trabalho de pesquisa, sua música densa e inovadora contribuiu para o avanço e a consolidação das idéias: mais ou menos como a sobreposição dos caminhos sonoros sinuosos percorridos pela imaginação criativa de BARTÓK, os caminhos instáveis percorridos pela minha imaginação especulativa, e os caminhos reais e plenos de vitalidade percorridos pelos migrantes (e também suas imaginações redimensionadoras do fenômeno vivido).

Então, numa leitura lúdica e introdutória ao trabalho desenvolvido nestes últimos anos, imagino o caminho da reflexão e da análise dos deslocamentos humanos a partir e junto com o caminho traçado por BARTÓK em seu Concerto para Orquestra, em cinco movimentos (esta tese, analogamente, em cinco capítulos).

O Concerto para Orquestra pode ser visto como o adeus derradeiro do compositor, que escreve sua última obra completa no exílio forçado nos Estados Unidos, devido à

⁴ Sobre este “olhar” peculiar, BARRAUD (1997:69) faz interessante comentário: “uma outra chave da linguagem de BARTÓK, muito mais secreta, reside na utilização que faz da secção áurea [a chamada divisão de uma grandeza C em duas grandezas A e B, tais que $C/B = B/A$], não apenas na estrutura interna de suas obras, mas mesmo em sua maneira de estabelecer sucessões de intervalos extremamente sutis”. Segundo CANDÉ (2001:300), a utilização pitagórica da secção áurea por BARTÓK era intencional, pois em suas partituras e em toda a estrutura vertical e horizontal da música por ele concebida, encontramos relações fundamentais formadas pelas frações ideais de dois números sucessivos da chamada série de FIBONACCI, da qual cada termo é a soma dos dois precedentes.

Segunda Grande Guerra. É uma música carregada de sentimentos intensos, melancólica, grave, resignada e esperançosa — ambígua e dissimulada na utilização dos recursos musicais (como o pareamento dos mesmos instrumentos em intervalos cromáticos provocadores), é a expressão vívida da condição paradoxal do migrante (SAYAD, 1998).

O sentido geral dessa música, expresso pessoalmente por BARTÓK em seu Prefácio à partitura (SUCHOFF, 1976:431), é uma transição gradual e densa, da gravidade condenatória do primeiro movimento ao terceiro (onde se evoca a morte, na *Elegia*), até a celebração libertária da vida, a reafirmação humanizada presente no quinto e último movimento, o *Finale: Presto*.

Nesta tese, guardada a medida devida, pretendi também uma transição gradual, de uma certa melancolia e automatismo quanto às idéias convencionais sobre as migrações, para uma “conversão crítica e reflexiva do olhar” analítico sobre os fatos empíricos (segundo a proposta relacional de BOURDIEU, 2003), que possibilitasse uma aproximação renovada junto ao sentido prático e teórico do deslocamento. Desse modo, segundo um movimento amplo, esta tese apresenta três momentos distintos mas relacionados.

Num primeiro momento, coincide o segundo capítulo sob a forma de um ensaio, um tanto pessoal, que apresenta algumas reflexões sobre a condição do “estar em trânsito”, ou seja, a definição da natureza do migrante. O caminho escolhido para essas reflexões seguiu uma espécie de “arqueologia conceitual” da migração (FOUCAULT, 2002), que promoveu a pesquisa histórica dos fatos (fenômenos empíricos) relativos aos deslocamentos humanos, confrontados ao “mundo das idéias” geradas por cientistas, pensadores, políticos e pessoas comuns, responsáveis pela interpretação e ação sobre as migrações.

O meu objetivo principal nesse capítulo foi de “criar problemas” para a categoria analítica “migração”, e não necessariamente apontar soluções. Portanto, foi o momento de levantar a questão sobre a validade e utilidade de nossas interpretações (e ações cotidianas) atuais sobre um fenômeno concreto tão complexo, multifacetado e relacionalmente dependente de contextos históricos que, em geral, são apresentadas (tanto interpretações científicas quanto ações políticas) como neutras e adequadas.

Num segundo momento, os capítulos 3, 4 e 5 compuseram um único bloco de natureza analítica, tanto pela exposição formal dos tópicos e problemas, quanto pela concepção das idéias — inspiradas aqui segundo um princípio sistêmico, isto é, a análise

estrutural dos componentes e propriedades ordenadas em um sistema de posições e relações exclusivas.

O que se chama aqui de *análise estrutural* (presente no título desta tese) é, de fato, uma análise de tipo formal própria da perspectiva sistêmica, e não se deve confundi-la com as idéias sobre “estruturalismo”, presentes nos círculos das ciências humanas e filosofia. Como deve ficar claro, em especial no capítulo 3, sobre a metodologia da pesquisa e da análise dos sistemas de migração, a intenção foi utilizar um tipo de análise que possibilitasse a formalização dos fatos concretos das migrações segundo a Teoria dos Sistemas (KRITZ e ZLOTNIK, 1992). Contudo, ao fazer uma crítica e ressalva sobre a aplicação dessa perspectiva nos estudos de população, procuro mostrar que, de fato, não existe, ainda, um método sistemático e replicável capaz de estudar o fenômeno dos deslocamentos segundo a idéia de sistemas de migração. Em outras palavras, pensa-se o sistema de migração teoricamente, mas, na prática, a análise se enrijece e perde-se o conteúdo relacional dos sistemas empíricos e a abstração de sua forma.

O capítulo 3 representa uma tentativa de estabelecer um método mais sistemático e capaz de ser replicado em outras pesquisas sobre os sistemas migratórios. Assim, procurei formalizar o fenômeno concreto, lançando hipóteses e focalizando, especificamente, alguns atores fundamentais do projeto migratório, os mecanismos intermediários (agentes) da migração. Ao focalizar tais intermediários, acredito ter sido possível visualizar e apreender as relações estruturais (porque são de natureza eminentemente formal) entre as diversas posições constitutivas dos sistemas de migração — independente do seu conteúdo empírico, visto que os procedimentos metodológicos, fundamentados na Teoria dos Grafos e na Análise de Redes Sociais (ARS), sustentam a análise formal, abstrata e puramente lógica.

A aplicação dessa metodologia — após a definição de um conjunto de hipóteses e idéias mais consistentes sobre os sistemas de migração — avançou através da análise comparativa de oito casos empíricos (originalmente 16, em um trabalho preliminar exaustivo de pesquisa) encontrados na literatura especializada. Assim, o quarto capítulo não poderia ser concebido independentemente do capítulo anterior, e representa um primeiro esforço pessoal de compatibilização da perspectiva teórica sistêmica (e relacional) com o método sistemático e formal.

Problemas brotaram como cogumelos depois da primeira chuva de verão. Minha dificuldade para interpretar os resultados obtidos pela análise estrutural nesse capítulo foi enorme. Além disso, pela ausência de parâmetros confiáveis, muitas vezes avancei sem qualquer certeza sobre a análise. Apenas no final, quando abordei o conjunto dos casos numa comparação mais sistemática dos índices e, principalmente, das formas definidas nos sociogramas (ver apêndice), foi que percebi a possibilidade da análise e suaves indicações de uma provável tipologia sistêmica.

Entretanto, é preciso dizer que os resultados são ainda preliminares, não se mostram rigorosamente consistentes e deixam margem a incertezas. Tanto que a provável tipologia não pôde se constituir. Achei mais prudente deixá-la para um momento posterior, quando mais trabalhos puderem ser comparados na mesma perspectiva e verificados em detalhe. Se os resultados da análise estrutural nesta tese são válidos ou não, esta ainda é uma questão a ser discutida abertamente, pois a cautela continua sendo o melhor remédio.

Outro problema mais específico e que merece ser mencionado desde já é a inclusão de dois estudos de caso sobre migrações internas (BREMAN, 1978 e 1979; GOZA e RIOS NETO, 1988). O quarto capítulo deveria ser um estudo sobre os sistemas de migrações internacionais, pois é um fato evidente que a natureza dos deslocamentos sofre a influência do contexto empírico (neste caso, político e jurídico). Contudo, dada a abstração e formalização inerentes ao tipo de análise estrutural aqui encetada, criou-se a possibilidade de análise independente de certos vínculos concretos. Para o bem ou para o mal, em que pese o questionamento da validade e utilidade dessa metodologia para os estudos de migração, pelas análises feitas no capítulo 4, percebe-se que, estruturalmente, os sistemas internos e internacionais podem muito bem ser compatibilizados. Porém, este foi um problema deixado de lado, e assumi a compatibilidade desses sistemas simplesmente como dada *a priori*.

O quinto capítulo é uma extensão natural do terceiro e quarto capítulos, pois é a aplicação dessa metodologia de análise estrutural para os casos brasileiros. Dada a natureza das informações e estudos sobre as migrações internacionais no Brasil, um procedimento técnico, levemente diferente daquele utilizado no capítulo 4, teve de ser utilizado aqui. Isto, parece-me, teve implicações mais profundas do que fui capaz de compreender e controlar sobre o aspecto geral da tese.

Em linhas gerais, o capítulo 5 é mais completo quanto às informações obtidas, em especial os casos sobre a emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. Assim, ao confrontar diferentes fontes de pesquisa sobre esses sistemas empíricos de migração, foi possível estabelecer um quadro mais completo e relacional das diversas posições e atores dos sistemas. Compreender as relações estabelecidas entre as diferentes posições do sistema empírico é fundamental para sua formalização e análise posterior. Por isso, as análises do quinto capítulo se mostraram mais consistentes que o capítulo anterior, e também apontaram outros problemas, discutidos mais brevemente do que eu gostaria.

Alguns desses problemas técnicos mal resolvidos só puderam ser ressaltados na conclusão do capítulo cinco e, depois, com um pouco mais de atenção no capítulo final. Ali, constituiu-se o terceiro momento desta tese, que representa o retorno das reflexões e da análise a um “espaço modificado” — como a situação enfrentada pelo imigrante que nunca retorna exatamente para o “lugar” (a condição espacial e temporal) original, pois a mudança das relações deixadas para trás um dia são irrecuperáveis (SAYAD, 2000).

Portanto, o último capítulo, à guisa de conclusão, é uma volta ao estilo ensaístico no tratamento das reflexões. Em primeiro lugar, uma reflexão final sobre a condição constitutiva do migrante após o desenvolvimento das análises sobre o papel dos agentes intermediários da migração. Em segundo lugar, uma revisão crítica sobre alguns pontos problemáticos e não desenvolvidos plenamente ao longo da tese. E, finalmente, uma reflexão pessoal, pela qual me responsabilizo integralmente, sobre o que seria um posicionamento crítico e ativo em relação aos processos sociais de migração.

Parece-me prudente assinalar duas observações que serão apenas explicitadas no capítulo final e, de fato, deveriam ter sido apresentadas logo no início deste trabalho. Em primeiro lugar, quando utilizei o termo “sistemas de migração”, embora não sejam intercambiáveis, procurei identificar tanto sistemas empíricos quanto sistemas formais. E, aqui devo fazer um *mea culpa*, pois não fui capaz de deixar claro desde o início que os sistemas de migração, quando tratados como sistemas formais, são apenas representações aproximadas, típico-ideais, dos sistemas empíricos que existem na realidade. Portanto, embora meu texto dê margem a incertezas e inconsistências analíticas, não se deve tomar os fatos pelas idéias e vice-versa — em outras palavras, as posições estruturais de

intermediação, por exemplo, não devem ser confundidas com os atores reais (famílias, agentes, atravessadores) que ocupam tais posições concretamente estabelecidas.

Além disso, tenho consciência de que a metodologia proposta aqui é apenas uma tentativa bastante restrita e incipiente do que pode vir a ser um bom método de análise estrutural. Em momento algum pretendi que a “modelagem” produzida representasse, de fato, mais do que uma possível alternativa de análise sobre um fenômeno empírico recorrente. Assim, os limites deste trabalho começam pelos procedimentos de coleta e formalização das informações que, não sendo adequados às demandas de um “modelo rigoroso”, restringiram minha análise e conclusões possíveis sobre o tema. Fica aqui meu desejo para que novas pesquisas possam ser desenvolvidas e contribuam para a melhoria significativa dos procedimentos metodológicos aplicados nesta tese.

Finalmente, gostaria de reafirmar a nota de esclarecimento: este trabalho representa muito para mim, no sentido de todo o esforço intelectual, analítico e emocional investidos ao longo de pelo menos três anos de pesquisa. Não há como separar o ser humano, seus pensamentos e sua análise, do fenômeno concreto percebido e vivenciado. Como sugeria Bertrand RUSSELL (2001), por mais que possamos conceber uma ciência neutra e objetiva, ainda subsistirá o elã criativo fundamental que se realiza na vida cotidiana e dá forma às especulações e reflexões sobre a realidade. Tendo esta perspectiva em mente, procurei manter o caminho parcimonioso das reflexões pessoais e da análise formal sobre as migrações.

2. “Migração”: por uma arqueologia do conceito

Deve-se, antes de qualquer coisa, refletir criticamente sobre o conceito de “migração” e, sobretudo, compreender os processos intelectuais que conferem significado ao conceito conectado aos fatos empíricos, evidenciados no transcorrer da história da humanidade. Pois não parece satisfatório avançar sobre as questões mais complexas dos movimentos migratórios (causalidades, motivações, dimensões analíticas dos fluxos e mecanismos de sustentação, além de impactos seqüenciais sobre estruturas demográficas e sociais) sem antes estabelecer tal procedimento de “desconstrução conceitual”, isto é, uma provável *arqueologia conceitual dos deslocamentos humanos*.⁵

A literatura especializada (seja ela de natureza demográfica, sociológica ou econômica) parece estabelecer fraco consenso sobre questões fundamentais daquilo que vem a constituir empiricamente um movimento migratório. Não raro, diante da obscuridade conceitual, fenômenos empiricamente conexos são apartados, disciplinas complementares permanecem em recíproco isolamento, e o saber acumulado sobre as migrações se afunda sob indefinições conceituais e metodológicas.

Em que pese o avanço de técnicas e metodologias específicas para a mensuração de fluxos migratórios entre distintas unidades espaciais — especialmente no campo da demografia —, os fundamentos epistemológicos sobre os quais se assentam as análises sobre a migração, ainda não constituem terreno seguro para configuração de teorias ou modelos satisfatórios e positivos (DAVIS, 1989). E, mesmo as análises demográficas quantitativas, responsáveis pela inscrição do fenômeno empírico, o *deslocamento*, no campo da representação possível (o *discurso científico*), ainda fazem uso de um conceito de migração que “varia bastante, segundo a pesquisa e as características dos dados existentes e disponíveis”, para se concentrar sobre o que há de mais elementar, isto é, “as mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais predefinidas”. (CARVALHO e RIGOTTI, 1999:7)

Os avanços técnicos de mensuração e estimativa parecem, portanto, na melhor das hipóteses, ressentir-se de um acompanhamento da *epistémê* no que concerne ao conceito de

⁵ Algo sugerido por Michel Foucault, segundo o qual “a história do saber só pode ser feita a partir do que lhe foi contemporâneo e não certamente em termos de influência recíproca, mas em termos de condições e de *a priori* constituídos no tempo” (FOUCAULT, 2002:288).

migração e sua possível teorização. Assim, o desenvolvimento deste capítulo pretende definir um ponto referencial no campo da representação possível do fenômeno migratório que ilumine além do fato mais elementar do deslocamento — especificamente, origem/destino em seu eixo espacial, e passado/presente em seu eixo temporal.

De fato, como se pretende evidenciar ao longo deste estudo, as análises sobre migração apresentam a tendência constante de considerar os “processos de deslocamentos” como projetos (coletivos ou individuais) estáticos, cuja dinâmica real se infere somente num relance esboçado intuitivamente pelos vetores espaço-temporais — implicitamente, espera-se que os pólos origem/destino (P1/P2) e passado/presente (T1/T2) sejam suficientes para representar todas as forças processuais que se concentram *entre* tais pólos.

Como afirmou o demógrafo Kingsley DAVIS (1989:245)

“entre os principais aspectos da demografia humana, a migração através das fronteiras nacionais permanece, talvez, como dos mais resistentes à análise científica. Envolvendo mudanças dolorosas, às vezes, catastróficas na vida das pessoas, é um assunto dominado pelas emoções e fortes opiniões, sendo vasta a literatura devotada ao seu estudo. Além disso, o tópico é ainda freqüentemente investigado descritiva e historicamente, com pequeno esforço generalizante, ou então ajustado por modelos tão simplificados em seus pressupostos que se tornam irreconhecíveis quando confrontados com os termos do mundo real”.

O objeto de pesquisa desta tese, a identificação de estruturas e padrões de relações intermediárias no processo migratório internacional, somente poderá ser considerado adequadamente após uma compreensão explícita dos mecanismos que encetam e sustentam a possibilidade do deslocamento humano em uma trajetória real, individual e coletiva, no espaço e no tempo.

2.1 Primórdios: breve história natural dos deslocamentos humanos

Ao discutir a imprecisão das diferentes categorias de deslocamentos que permeiam o discurso acadêmico e político — os deslocados, clandestinos, refugiados, imigrantes, migrantes laborais, indocumentados etc. —, Carlos VAINER (2001) faz notar como a confusão no discurso teórico está conectada às práticas instituídas no campo político cotidiano.

É nesse contexto que a Divisão de População das Nações Unidas, em 1998, inscreve sua perspectiva “anacrônica” sobre as migrações internacionais. Ao situar a explosão contemporânea dos fluxos migratórios entre Estados-Nação numa possível reconstituição histórica, o relatório da ONU afirma que

“a prática de deixar a terra natal à procura de melhores oportunidades econômicas e um mais elevado nível de vida tem sido parte da cena da migração internacional há séculos (...). Na verdade, o primeiro homem era um caçador e um coletor que perambulava de lugar a lugar à busca de comida: o homem continua a migrar a fim de melhorar sua sorte na vida”. (NAÇÕES UNIDAS, 1998, citado em VAINER, 2001:177)

Como salienta VAINER, os anacronismos que se encontram nesta passagem são variados, porém, dois se afiguram particularmente importantes: primeiro, o contexto político que qualifica a Idade Moderna no ocidente, a presença dos Estados nacionais, é transportado irrefletidamente às sociedades paleolíticas e posteriores; segundo, a suposta racionalidade instrumental (econômica) dos migrantes internacionais contemporâneos é associada sem qualquer constrangimento ao “primeiro homem” caçador-coletor, dotado a um só tempo de motivação utilitarista e compreensão mercadológica acerca de sua mobilidade social (!).

Uma *arqueologia da migração* pode proporcionar a adequada “conversão” do olhar analítico e, por conseqüência, assegurar a interpretação contextualizada das forças concretas que conferem forma e sentido aos deslocamentos humanos — seguindo aqui a trajetória da “genealogia conceitual” proposta por FOUCAULT (2002).

Desse modo, pode-se constatar que as motivações individuais e utilitaristas para o deslocamento têm muito mais impacto sobre o agregado das práticas contemporâneas, inseridas no contexto das sociedades capitalistas industrializadas, do que na maior parte da história humana anterior ao século XVIII; também é possível que as estruturas populacionais e sociais *inscritas e vinculadas* no campo econômico se mostrem mais pertinentes aos deslocamentos contemporâneos ocidentais do que o foram em outros momentos e localidades.

Parece correto dizer que as motivações individuais (de fundo psicológico) não se sucedem no vácuo social. Em outras palavras, mesmo que as motivações individuais sejam determinantes para o comportamento migratório, como de fato o são na maioria das vezes, não se pode perder de vista o campo de forças e relações em que tal vetor se inscreve e no

qual adquire sua forma e sentido objetivo (BOURDIEU, 2003a; SAYAD, 1998; TILLY, 1990).

DE JONG e GARDNER (1981), ao definirem os parâmetros de pesquisa dos processos microdecisórios do comportamento migratório, argumentam que se deve ter em mente os diversos fatores e dimensões convergentes que sustentam e garantem a força da decisão individual no ato de migrar. A identificação dos padrões comportamentais migratórios depende da correta avaliação dos aspectos macro e micro estruturais que se vinculam para a realização do deslocamento — valores, expectativas socialmente legitimadas, avaliação do custo e benefício, necessidade, pressões exercidas a partir de diferentes níveis de agregação como família, comunidade, Estado etc. (DE JONG E FAWCETT, 1981; GARDNER, 1981; DAVANZO, 1981; HUGO, 1981)

De outro lado, a justaposição de macroestruturas entre *populações* e *sociedades* engendra um campo de forças, em processo, responsável pela articulação de eventos e vetores individuais, dispersos em sua existência concreta, conferindo-lhes significação ao atribuir-lhes posição definida em um quadro de referências. A trajetória do deslocamento adquire forma e visibilidade não apenas para o seu agente, bem como para toda uma comunidade de expectadores interativos, através da inscrição e do reconhecimento legitimado de sua ação em um contexto histórico particular. (SAYAD, 1998)⁶

Daí, portanto, que o significado dos fluxos migratórios atuais (agregado de eventos e vetores individuais inscritos em um campo de forças sociais, econômicas e demográficas) se vincula, seja internamente ao discurso científico ou nas práticas políticas e institucionais dos Estados, àquelas estruturas (das populações e de suas sociedades) que garantem sua própria existência (e inteligibilidade) em um contexto particular.

A investigação seguinte, sobre a *história natural das migrações humanas* — breve e simplificada —, pretende servir de orientação para um entendimento mais objetivo da matriz epistemológica que, atualmente, inscreve a empiricidade dos deslocamentos no discurso científico e que, portanto, determina o significado dos fluxos migratórios contemporâneos.

⁶ No campo da análise demográfica o projeto que parece melhor assimilar esta justaposição de estruturas e, portanto, melhor compreende os mecanismos que *conectam* populações e sociedades em posições relativas em uma cadeia de eventos concretos, seria a perspectiva sobre o Regime Demográfico. (KREAGER, 1987).

À primeira vista parece complicado distinguir o instante singular no qual o deslocamento humano adquiriu, mesmo que momentaneamente, um significado verdadeiramente social e, portanto, fez-se inteligível para uma comunidade interativa de hominídeos. Isto porque, muito antes dos hominídeos modernos terem se tornado autônomos e autoconscientes de sua existência relativa ao mundo físico e social, os deslocamentos certamente já faziam parte de suas atribuições, tanto quanto fazia parte das atribuições de outras sociedades biológicas, de insetos a mamíferos superiores — por uma simples imposição ecológica e demográfica.

As migrações já se encontravam na pauta de estratégias de sobrevivência dos seres humanos muito antes destes mesmos terem consciência de sua existência. Contudo, há um momento em que este evento demográfico particular, o deslocamento, atinge significação completa no campo das relações propriamente sociais, e deixa de seguir linearmente os ditames populacionais puramente biológicos — fato comum, ainda hoje, às sociedades de insetos e cães selvagens das estepes africanas.

O fato de estruturas demográficas e estruturas sociais começarem a imbricar-se e influenciar-se mutuamente pode nos permitir investigar em que medida e, sob qual orientação, os determinantes (causas) do comportamento migratório se inscrevem em um contexto historicamente ordenado (no paleolítico, por exemplo) — de tal sorte que, a compreensão sobre os mecanismos que tornaram a migração possível naquele contexto de estruturas justapostas, possa iluminar os desdobramentos ulteriores em suas diversas composições ao longo da história humana.

Talvez nunca saibamos, de fato, se esse momento de transição e transfiguração do evento migratório ocorreu entre os primeiros representantes da linha *Homo*, os *Homo habilis*, há mais de 2 milhões de anos, ou, mais provavelmente, entre nossos ancestrais diretos mais próximos, os *Homo erectus*, num tempo mais recente, entre 1,5 milhão e 300 mil anos atrás.

Segundo as teorias mais consolidadas sobre a evolução humana, os primeiros representantes humanos a emigrarem da África Oriental teriam sido *Homo erectus* que, ao adotarem o estilo de vida caça-coleta, capacitaram-se a percorrer maiores distâncias do que seus ancestrais imediatos (e concorrentes em algum intervalo de tempo), os *Homo habilis* (LEAKEY, 1981). Embora estes já atravessassem as savanas africanas, certamente o

sentido do deslocamento espacial não ocuparia ainda uma categoria de representação social, que só poderia ser considerada a partir da instituição de um novo estilo de vida e, por definição, uma nova *visão-de-mundo*, novas estruturas cognitivas e de interação adequadas às demandas demográficas.

O estilo caça-coleta é fundamental para compreendermos o momento em que o deslocamento passa a ser percebido socialmente como estratégia de vida e, portanto, institucionalizada *pela e na* coletividade. Como afirma Richard LEAKEY (1981:97),

“a caça-coleta foi uma característica estável e permanente em nossa evolução biológica desde o *Homo erectus* aos primeiros *Homo sapiens* e finalmente até o homem moderno. Dada a importância da caça-coleta durante milhões de gerações de nossos ancestrais, este estilo de vida pode muito bem ser parte indelével do que nos fez humanos”.⁷

Há cerca de 300 mil anos ou mais, correntes migratórias de *Homo erectus* difundiram o estilo de vida caça-coleta para a Europa e Ásia, consolidando novas estratégias de sobrevivência adaptadas a diferentes latitudes e condições geográficas.

“Foi nesta época que a caça-coleta estabeleceu-se firmemente, sendo que a caça ativa, em oposição à necrofagia ocasional, tornou-se cada vez mais importante. As caçadas em grande escala se desenvolvem pela primeira vez neste período, e observamos os primeiros sinais de um sistemático e controlado uso do fogo”. (LEAKEY, 1981:112) Paralelamente, desenvolvem-se diversos outros campos de interação social, impulsionados por processos rituais elaborados, diversificação tecnológica e divisão social do trabalho e, especialmente, estruturas políticas e de parentesco — curiosamente, as estruturas do campo econômico parecem se manter estagnadas durante milhares de anos, no nível de uma economia doméstica elementar, vindo a exercer impacto decisivo na transição do neolítico para as primeiras sociedades agrícolas (cerca de 10 mil anos atrás).

O paleolítico não é o momento em que o ser humano “perambula de lugar a lugar” em busca de “melhor sorte na vida”. É, antes, o momento no qual se estabelece o primeiro vínculo propriamente humano ao substrato biológico, momento no qual a simples realização de um “deslocamento” no espaço-tempo adquire sentido coletivo e se inscreve

⁷ Vale lembrar que, mesmo diante dos avanços tecnológicos recentes e modificações estruturais das sociedades modernas, ainda subsistem diferentes culturas nômades ou seminômades que garantem a sobrevivência deste estilo de vida. (HOWELL, 1987; CAVALLI-SFORZA, 2003; KUNSTADTER, 1972; LEAKEY, 1981)

num campo de estruturas cognitivas e sociais. É o momento, enfim, no qual a “migração” como projeto real no ciclo de vida se torna possível, visível e desejável — enfim, momento no qual um evento demográfico é projetado e situado no campo das relações sociais propriamente ditas.

O período que se segue à formação das primeiras comunidades de *Homo sapiens*, há cerca de 200 ou 150 mil anos, testemunha a intensificação dos deslocamentos humanos, embora, aparentemente, não se observe crescimento populacional significativo em termos do agregado populacional total. Esta argumentação é desvelada aqui não sem contratempos.

Peter KUNSTADTER (1972) chama a atenção para o fato de que, embora as populações “primitivas” de caçadores-coletores sejam tidas como *homeostáticas*, cujo crescimento populacional seria praticamente nulo, de fato, o impacto da dinâmica demográfica sobre as pequenas populações, em geral isoladas, é muito mais intenso e complexo do que se poderia esperar.

Desde os *Homo erectus*, caçadores-coletores, os deslocamentos, talvez mais freqüentes que quaisquer outras formas de controle populacional (local), faziam-se bastante presentes entre as comunidades *Homo* — como se pode depreender dos registros arqueológicos e das recentes análises genéticas a partir do mapeamento do DNA (LEAKEY, 1981; CAVALLI-SFORZA, 2003). Aparentemente, uma consequência possível a partir das pressões populacionais exercidas em regimes demográficos de crescimento relativamente acelerado — mesmo que no agregado da população mundial para o período, este crescimento não transpareça acentuadamente (LIVI-BACCI, 1997).

Segundo KUSTADTER (1972:348), as sociedades caçadoras-coletoras que habitam regiões isoladas (fato comum no paleolítico e neolítico) teriam muito maior dificuldade de sobreviver se adequadas a regimes de baixa pressão, ou seja, baixo crescimento populacional, devido às constantes flutuações de catástrofes naturais, especialmente epidemias e fome. Deste modo, embora tais populações mantenham, no mais das vezes, relativo controle de natalidade (embora freqüentemente acima do nível de reposição), os níveis de mortalidade são constantemente baixos, elevando-se ocasionalmente por crises exógenas — especialmente o ataque de epidemias, de impacto não aleatório, direcionado pela distribuição de idades, estrutura social e natureza da doença.

Esse quadro provável para as sociedades da caça-coleta, garantiria taxas de crescimento espasmodicamente elevadas e de grande impacto sobre as populações locais, pequenas e muitas vezes isoladas. O efeito das epidemias sobre as famílias e estruturas sociais comunitárias seria intenso, dependendo da periodicidade dos ataques e da distribuição etária da mortalidade.

“Durante períodos não epidêmicos, a proporção de crianças na população aumentaria rapidamente. Quando cada coorte atingisse a idade reprodutiva, a taxa bruta de natalidade aumentaria e o crescimento populacional aceleraria. Depois da epidemia, a estrutura etária “normal” seria corrompida, a taxa bruta de natalidade cairia e o crescimento populacional não aceleraria até a expansão da próxima coorte em idade reprodutiva”. (KUNSTADTER, 1972:316-7)

Portanto, entre períodos de expansão e desaceleração do crescimento, diferentes alternativas de controle populacional poderiam ser utilizadas, desde que estivessem inscritas no campo de representação social e se constituíssem como expectativas legítimas e possíveis.

Por exemplo, o fato, aparentemente comum (talvez universal), de estruturas estendidas de parentesco (família estendida) dominarem o estilo de vida caçador-coletor (também nômades e seminômades) desde os *Homo erectus* (LEAKEY, 1981; KUNSTADTER, 1972), pode bem ser a *alocação* (ou *nomeação*), na estrutura social particular destas sociedades, de efeitos da estrutura demográfica, resultantes das fases de crescimento flutuante. Em sociedades pequenas e isoladas, que sofrem periodicamente com incidência de mortalidade generalizada sobre sua estrutura etária, a insegurança quanto à sobrevivência da prole pode ser forte o suficiente para designar mecanismos de interação capazes de aliviar as tensões geradas, tanto pela perda efetiva da vida dos filhos, quanto a perda de seu provedor imediato. A família estendida ainda pode ser, na sociedade contemporânea, resquício de um passado remoto, onde as pressões demográficas inscreviam sua marca no campo das representações sociais, de modo a demandar a adequação da organização familiar (de distribuição das obrigações, comportamentos esperados e riquezas) ao imponderável da vida — a família estendida seria uma forma mais segura de suportar coletivamente as perdas vitais em determinados períodos de crise.

Parece natural que, depois dos instrumentos tecnológicos, as primeiras evidências de *humanidade* no registro arqueológico incidam sobre a organização da coletividade — ou

melhor, indicações de instituições sociais que apontam diretamente para a organização social, como os registros da “arte rupestre”, os “túmulos e sepultamentos”, “fogueiras e formação de acampamentos de caça-coleta”, ou mesmo “pegadas fossilizadas” que informam sobre o deslocamento nas estepes de uma família inteira. (LEAKEY, 1981)

Em todo caso, a organização social da coletividade é fundamental para a compreensão da adequação ecológica das populações humanas, além de indicar possíveis decisões tomadas ao longo da evolução tecnológica. Os indícios sobre a constituição e organização da vida coletiva nos períodos do paleolítico, e especialmente do neolítico, permitem-nos delinear os intercâmbios entre estruturas demográficas e sociais e, por conseguinte, auxiliam a identificação, sob as camadas arqueológicas do tempo, dos “pontos de encaixe” que tornam a migração um *ato de realização humana* no campo das representações sociais.

Em outras palavras, não se pode esperar que o comportamento migratório encetado ao longo do paleolítico seja interpretado e avaliado segundo categorias analíticas elaboradas no interior da rede epistemológica contemporânea, sem a compreensão dos mecanismos que inscreveram tal evento demográfico no campo cognitivo e social produzido naquele momento — corre-se o risco de visualizar o *Homo erectus* pelo *Homo economicus*, e tratar o “ato original” daquele como decorrente da lógica utilitarista deste. Uma longa distância vai entre eles e, embora os pontos de encaixe que sustentam a *empiricidade* de um e de outro possam, ao final de tudo, serem semelhantes, nada garante que a natureza mesma do fenômeno mais geral (a migração em toda sua extensão) exerça efeitos semelhantes nos diferentes contextos.

Tem-se procurado mostrar que, ao longo da história humana, diferentes junções de estruturas demográficas e sociais (cognitivas, econômicas, políticas etc.) proporcionaram (e proporcionam) diferentes contextos empíricos, nos quais se inscrevem interpretações adequadas a uma rede de conceitos particulares (*epistémê*).

Até o início da “revolução agrícola”, aproximadamente há 10 mil anos, a organização das sociedades caçadoras-coletoras garantia a sobrevivência das populações por mecanismos sócio-demográficos específicos — família estendida, divisão social do trabalho elementar, segmentação das comunidades (políticas e familiares), e migração

(deslocamento de “segmentos” de parentesco pré-definidos, pré-classificados e ordenados no limite da ordem social).

Em geral, o deslocamento, fundamentalmente coletivo, deveria ser efeito da pré-ordenação do mundo social, que lançava as bases de sobrevivência cotidiana, ao conectar as pressões demográficas (imperceptíveis individualmente, pois que o problema da ausência de comida era um problema concernente à habilidade coletiva, ou sua falta) às possíveis interpretações no campo de interação e das práticas (isto é, as categorias cognitivas legitimadas socialmente pelo grupo em seu meio ambiente, que fundamentam os comportamentos individuais).

O deslocamento de variadas escalas, tão comum entre os caçadores-coletores (HOWELL, 1987; LEAKEY, 1981; LIVI-BACCI, 1997), parece ter se constituído como resposta “natural” (porque parte da organização coletiva) dos agrupamentos aos obstáculos exógenos, de ordem ecológica e demográfica. Contudo, dificilmente poderia se constituir isoladamente no trajeto individual, necessariamente inscrito num campo social. As avaliações idiossincráticas sobre custos e benefícios não poderiam se interpor à decisão da coletividade.

Além disso, é preciso ter em mente que o sucesso do estilo caça-coleta, que de resto perdurou ao longo de milhares de gerações (muito mais tempo que qualquer outra forma de organização da vida humana), deve-se em grande medida à flexibilidade que proporciona às estruturas sociais e demográficas, que se adaptam continuamente às pressões exercidas pelo meio ambiente externo (KUNSTADTER, 1972; LEAKEY, 1981; HOWELL, 1987).

O fato é que, mesmo diante da provável baixa pressão ecológica (pela subsistência) em diversas regiões da África oriental e central, em certa altura do paleolítico (a média “idade da pedra”), em torno dos 150 mil anos, quando as comunidades de *Homo sapiens* se consolidaram e as comunidades de *Homo erectus* já haviam se extinguido em muito, o crescimento populacional pouco acelerado pareceu garantir, inequivocamente, a expansão demográfica sobre novos territórios — do norte africano até o extremo asiático, das bordas do Mar do Norte aos confins da Oceania. (CAVALLI-SFORZA, 2003)

As sociedades caçadoras-coletoras deram forma a essa marca indissociável de sua própria condição, a capacidade de “fragmentação” do tecido social sem, contudo, romper a ordem em todos os seus limites e sua força vital. Às demandas demográficas erigidas a

partir do crescimento populacional, mesmo que oscilante, as sociedades do paleolítico contrapuseram a mecânica do parentesco e da política (além da própria linguagem), que organizava a vida em coletividade ao reproduzir, cotidianamente, as estratégias socialmente possíveis e reconhecíveis para sobrevivência — as famílias estendidas podem, eventualmente, autonomizar-se em nova linhagem ou facção e, deste modo, migrar para territórios vizinhos, aliviar as tensões demográficas e ecológicas e, ao mesmo tempo, manter a ordem coletiva, instaurando os novos segmentos no campo das hierarquias sociais (HOWELL, 1987; DURKHEIM e MAUSS, 2001; SAHLINS, 1972; LÉVI-STRAUSS; 2002; STINCHCOMBE, 1983).

O geneticista Luigi Luca CAVALLI-SFORZA (2003:129-30) propõe que, ao seguir o estilo de vida caça-coleta, os humanos do paleolítico teriam se deslocado sobre a Terra segundo um ritmo de 2 km por ano. A partir da África oriental teriam saído em direção ao atual Oriente Médio (por terra e mar), depois ao sul da Índia e Sudeste Asiático atingindo finalmente a Indonésia e Austrália — aproximadamente há 60 ou 80 mil anos, isto é, num momento em que o *Homo sapiens* se constituía definitivamente como subespécie moderna (*Homo sapiens sapiens*). Outras levas de grupos humanos teriam retornado pelo interior da Ásia a partir do Sudeste Asiático (aqueles que constituíram os chamados grupos altaicos, na região da Mongólia ao Tibet) e, junto com outros grupos emigrantes das estepes mesopotâmicas, rumo norte, teriam atravessado os montes Urais e chegado à Europa já em era mais recente — em torno dos 50 mil anos.

As modernas técnicas de análise genética têm auxiliado não apenas os testes de hipóteses sobre a evolução humana bem como determinado o papel e funcionamento das expansões humanas nessa evolução. Através das análises do DNA mitocondrial⁸ é possível reconstituir as antigas populações do paleolítico e neolítico, estimar suas migrações, contatos e trocas de fluxos gênicos. (CAVALLI-SFORZA, 2003:56) A partir das estimativas genéticas CAVALLI-SFORZA (2003:129) sugere que, aproximadamente há 100 mil anos, haveria algo em torno de 50 mil seres humanos (concentrados na África, em sua maioria) atingindo a população total de 5 milhões de indivíduos no início do neolítico (aproximadamente 10 mil anos).

⁸ Base para o *Projeto Genoma*, encabeçado, entre outros, por L.L. CAVALLI-SFORZA.

Ao final do paleolítico, depois da última glaciação (entre 30 e 13 mil anos atrás), todos os continentes já haviam sido colonizados pelas sociedades caçadoras-coletoras. Nesse momento, uma revolução tecnológica e social estava para ocorrer e alteraria definitivamente o destino da humanidade que havia permanecido estável durante milhares de anos. Enfim, a *Revolução Agrícola*, como dotada de um relógio particular, vai brotar em distintas regiões do globo terrestre e se expandir para outras partes através das migrações humanas.

Mais uma vez, as contribuições da genética são importantes, pois mostram que as inovações tecnológicas consolidadas pela agricultura se difundiram através da emigração de grupos humanos, ou seja, com a colonização de territórios já habitados por populações mais antigas. A agricultura teria apresentado, originalmente, cerca de três “centros difusores” — Oriente Médio, noroeste da China e América Central — a partir dos quais ela teria se expandido para regiões vizinhas. (LEAKEY, 1981:200)

A expansão da agricultura na Europa do neolítico, parece ter sido bastante dependente da imigração de colonos agricultores oriundos do Oriente Médio, há cerca de 10 ou 8 mil anos. Ao examinar a distribuição de frequências gênicas específicas, entre comunidades separadas geograficamente, é possível estimar o grau de contato, miscigenação entre estas populações no passado e estabelecer um mapa genético-geográfico sobre a distribuição populacional. Através da sobreposição de fluxos gênicos, que indicam migração e colonização de uma população sobre outra, CAVALLI-SFORZA (2003:153) pôde concluir que a Europa recebeu com frequência, a partir de 9 mil anos atrás, incursões de colonos agricultores provenientes do Oriente Médio — sustentando a expansão da tecnologia agrícola (difusão tecnológica e de organização social) ao ritmo de 1 km a cada ano.

LEAKEY (1981: 200) salienta que, embora indícios arqueológicos apontem para inovações tecnológicas de domínio da agricultura no Crescente Fértil, pelo menos há 20 ou 30 mil anos, somente a partir dos 10 mil anos é que se constatam modificações estruturais no estilo de vida das sociedades. Isto é, o desenvolvimento de estruturas sociais, políticas, econômicas e ideológicas, adequadas ao avanço tecnológico proporcionado pela agricultura — aumento da produção de alimentos —, faz-se presente de maneira definitiva no início do neolítico, inaugurando, de fato, um novo estilo de vida.

Do ponto de vista da análise demográfica, observa-se uma modificação progressiva, embora não muito rápida, das relações entre as diferentes componentes demográficas. O domínio das tecnologias agrícolas possibilitou um maior excedente de alimentos e a conseqüente acumulação para uso em períodos adversos. Contudo, este fato não se traduziu diretamente em aumento populacional, até que toda a estrutura social e os comportamentos individuais estivessem plenamente adaptados às novas coordenadas ecológicas.

Como afirma Massimo LIVI-BACCI (1997:36)

“o processo de adaptação [de caçadores-coletores para agricultores] requer um grau de flexibilidade comportamental de modo que a população ajuste seu tamanho e taxa de crescimento às forças constringentes (...). Estas mudanças de comportamento são parcialmente automáticas, parcialmente socialmente determinadas e parcialmente o resultado de escolhas explícitas”.

Estimativas sobre as populações humanas em diferentes momentos (LIVI-BACCI, 1997:30-31) mostram que o período final do paleolítico, anterior aos avanços tecnológicos da agricultura no neolítico, apresentava regimes demográficos com maiores taxas de crescimento e menores taxas de densidade populacional — a organização social dos grupos caçadores-coletores facilitava a segmentação e expansão do excedente populacional; além disso, a mobilidade espacial garantia menor concentração dos agrupamentos, maior variação e flexibilidade das dietas alimentares e, finalmente, menores riscos de incidência de epidemias.

Assim, nas sociedades nômades do paleolítico mais recente, as taxas de mortalidade eram consideravelmente mais baixas que no período inicial do neolítico, e os níveis de fecundidade não se configuravam ao perfil da “fecundidade natural” (HOWELL, 1987) e, portanto, em geral menores que os níveis posteriores nas sociedades agrícolas.

O “espaço para crescimento” das populações caçadoras-coletoras, no entanto, já se encontrava no limite, devido às junções das estruturas ecológicas, demográficas e sociais.⁹ Para mudança do ritmo e padrão de crescimento se fez necessária a alteração das relações entre tais estruturas em um período prolongado. Nos primeiros momentos da transição as

⁹ LIVI-BACCI (1997:21-23) mostra que as taxas de mortalidade do paleolítico eram menores devido à reduzida incidência das epidemias (garantida pela baixa densidade populacional), enquanto as taxas de fecundidade total eram moderadas (provavelmente em torno de 5.7 - Cf. Idem, p. 45) e a esperança de vida em torno dos 22 anos. Neste patamar, os grupos nômades já haviam atingido seu teto ecológico em adaptação bem-sucedida.

novas populações parecem ter apresentado menores taxas de crescimento, processo crescente de adensamento populacional (formação das primeiras cidades antigas, LEAKEY, 1981:230), aumento das taxas de mortalidade e fecundidade total.

Segundo LIVI-BACCI (1997) o adensamento populacional, provavelmente, proporcionado pela acumulação de excedentes alimentares e outros bens materiais associados ao novo estilo de vida sedentário, levou à intensificação das epidemias e, por conseqüência, aumento da mortalidade geral. De outro lado, a maior produção de alimentos teria garantido a sobrevivência de uma prole cada vez maior (TFT em torno de 6.6) e, num segundo momento, a redução do “custo das crianças” tornadas cada vez mais socialmente necessárias à produção e circulação das riquezas.

Embora a ação das epidemias tenha se intensificado, além do empobrecimento qualitativo das dietas alimentares, o regime de altas taxas de mortalidade e fecundidade proporcionou o alargamento do “espaço de crescimento” da população geral sob novo estilo de vida e adaptação ecológica — espaço este que seria redimensionado somente nos termos da Revolução Industrial do século XVIII.

Para LIVI-BACCI, a idéia demograficamente mais correta que se poderia apreender da dinâmica populacional, desde o paleolítico, seria a de “ciclos de crescimento” alternados por instabilidades (desequilíbrios) entre estruturas populacionais, sociais e ecológicas — evitando-se a perspectiva de um “equilíbrio ótimo” populacional. (SAUVY, 1974) Assim, três grandes ciclos populacionais podem ser identificados: dos primeiros *Homo sapiens* até início do neolítico, do neolítico até a Revolução Industrial e, desta até os dias atuais. (LIVI-BACCI, 1997:35)

No caso particular das migrações, como foi delineado anteriormente, os deslocamentos durante todo o paleolítico foram constantes. Adquiriram significado social para os diversos grupos sociais e, deste modo, o fenômeno demográfico mais geral (migração) se tornou evento vital (isto é, objetivou-se na estrutura social, cf. KREAGER, 1987) e se inscreveu no campo social de maneira contundente — isto é, assumiu o atributo de *ato* propriamente *humano* (pela razão de ser coletivo).

Com o avanço do estilo de vida sedentário, garantido pela difusão da agricultura, fica evidenciada uma mudança estrutural das relações entre população e sociedade (ou seja, a correspondência entre estruturas ecológicas, demográficas e sociais, portanto, organização

de um novo regime demográfico) que obriga o rearranjo dos comportamentos e significados dos deslocamentos no campo das forças sociais.

Se antes a migração, imbricada no parentesco, podia funcionar como estratégia coletiva de segmentação e alívio ecológico, nas sociedades agrícolas e sedentárias onde estruturas econômicas ganham terreno e recondicionam a significação social dos eventos demográficos, os deslocamentos assumem nova forma e sentido. As migrações humanas de grande monta parecem ocorrer apenas naqueles momentos históricos singularmente marcados por catástrofes naturais (ou por disputas políticas entre grandes agrupamentos) e não mais se caracterizam como expediente usual da vida cotidiana. E, de fato, até mesmo depois da Revolução Industrial, o papel assumido pelos deslocamentos humanos em sociedades sedentárias, dominadas por forças produtivas complexas e mais estáveis, mantém-se relativamente restrito às determinações do campo econômico e político-instrumental (militar).

Junto a esses dois aspectos LIVI-BACCI (1997) salienta a importância da constituição do *território* como espaço socialmente conquistável e disponível. Tanto na formação das primeiras cidades do neolítico, quanto em fins do século XVI, a consolidação das migrações (especialmente neste último caso, deslocamentos em massa patrocinados pelas instituições políticas recém-criadas) parece ocorrer pela força de fatos empiricamente observados, qual seja, a “disponibilidade de terras”.

Essa observação nos ajuda a entender “como, no intervalo de mil anos, a disponibilidade de novos espaços não estritamente definidos por fronteiras políticas, exerceu grande e variado impacto nas orientações da mudança demográfica” (LIVI-BACCI, 1997:106). E apresenta, desde então, alguns dos fatos que irão alimentar as idéias de Thomas R. MALTHUS no século XVIII e sustentar, por tempo prolongado, um acirrado debate no campo das análises demográficas.¹⁰

Parece correto afirmar que mesmo em períodos mais estáveis de crescimento (especialmente entre o início do neolítico até a Revolução Industrial), isto é, crescimento moderado e constante, limitado por crises periódicas de fome e doenças (LIVI-BACCI, 1997:47 e segs.), os deslocamentos humanos serviram como estratégia coletiva de

¹⁰ Especialmente a questão entre tamanho da população e desenvolvimento das forças produtivas. (cf. MALTHUS, 1983; BOSERUP, 1981)

ocupação, isto é, a colonização dos espaços disponíveis, especialmente para novas áreas de cultivo e, posteriormente, fixação de novas comunidades políticas.

Esse quadro parece se modificar a partir da Revolução Industrial, quando as forças produtivas, inscritas e arranjadas no interior do sistema capitalista — e, portanto, dominadas pela lógica do capital —, expressam seu desígnio de produção, circulação e consumo através de políticas institucionais (ou seja, efeito dos Estados Nacionais) expansionistas.

Aqui, claramente, as ideologias de “ocupação do espaço”, anteriormente dominadas por um sentido coletivo de autopreservação da comunidade — onde as estruturas da vida camponesa ainda misturadas à herança das forças simbólicas da estrutura de parentesco e da política local e cotidiana garantiam a ligação da produtividade coletiva à posse da terra e, conseqüentemente, à sobrevivência e crescimento populacional —, assumem nova forma sob a força da ideologia liberal nascente, que confere sentido ao expansionismo a partir e, exclusivamente, da racionalidade instrumental econômica do novo sistema social.

Em outras palavras, com a Revolução Industrial e a especialização do sistema capitalista, também os eventos vitais (a migração, neste caso) vão ser rearranjados e ordenados na estrutura social renovada. Este processo determina novo papel aos deslocamentos e o justifica através de uma nova ideologia de ocupação dos espaços que será a força motriz para a expansão de toda a economia européia a partir do século XVIII. (LIVI-BACCI, 1997:106)

Portanto, no início de novo ciclo de mudanças demográficas e sociais, as migrações passam a ocupar posição renovada no campo das representações e das forças sociais. A partir desse momento, de fato, sob as determinações do campo econômico (que de resto instaura as regras de todo o jogo do campo social) os “deslocamentos” começam a operar no espaço e no tempo sob orientação de nova lógica prática.

2.2. Ponto referencial: a migração no discurso demográfico “moderno”

2.2.1. O legado de Thomas Robert Malthus

Ao dar prosseguimento à genealogia conceitual proposta desde o início, não se pode deixar de articular o tratamento do fenômeno migratório (empírico) com a consolidação do discurso demográfico (científico) na matriz epistemológica característica da *modernidade*.

Segundo FOUCAULT, no início do século XIX, já sob o impacto do novo horizonte de produção industrial, ocorre definitivamente uma transformação na base do conhecimento (e do modo de *conhecer* propriamente humano) que altera a relação entre sujeito-conhecedor e objeto-de-conhecimento.

No caso da economia (e o campo de discurso científico correspondente, a “economia política”),

“se se começa a estudar o custo da produção, e não mais se utiliza a situação ideal e primitiva da permuta para analisar a formação do valor, é porque, ao nível arqueológico, a produção como figura fundamental no espaço do saber substituiu-se à troca, fazendo parecer, por um lado, novos objetos cognoscíveis (como o capital) e prescrevendo, por outro, novos conceitos e novos métodos (como a análise das formas de produção)” (FOUCAULT, 202:346).

A figura fundamental seria David Ricardo, imbuído de novo espírito, que busca o conhecimento das conexões empíricas e estabelece o “trabalho” (e a produção) como elemento fundamental de todo o “valor” na economia.

Essa percepção sobre o “trabalho” (a *força do homem*) como categoria fundadora de todo valor, ainda segundo Foucault, representa também um corte ontológico no pensamento econômico ocidental que, divergindo de sua variante do pensamento econômico clássico (isto é, dos mercantilistas e fisiocratas a Adam Smith), implicou a “descoberta” da finitude humana — ou seja, o universo humano passa a ser entendido e percebido como finito, limitado e absoluto, visão de mundo que formará a base compartilhada, tanto pelo discurso econômico liberal, quanto pelo discurso marxista.

No caso das “populações humanas”, vistas até então como “entidades” ligadas (conexas, indissociadas, contínuas) imediatamente ao campo da natureza e do transcendental — especialmente na idéia dos fisiocratas, por exemplo, mas também em figuras diversas como PETTY, CANTILLON e CONDILLAC — tidas como partes “fundidas” à terra, passam a ser pensadas como “unidades” constitutivas de um campo genuinamente econômico, que lhes impõe limites e constrangimentos visíveis, empiricamente contornáveis e apreensíveis. Por sua vez, tais “populações” assumem caráter

funcional concreto na natureza e organização da produção de valores das sociedades modernas. Não se confundem mais com a terra, pois, agora se distingue claramente o valor agregado à terra pelos braços industriais de homens e mulheres que se integram, *voluntariamente*, aos limites físicos e estatutários das comunidades (mais do que nunca, *populações*).

Essa operação de duplo caráter (ontológico e epistemológico) é levada a seus termos definitivos no campo da análise demográfica por MALTHUS em seu *Essay on the Principle of Population*.¹¹ Talvez, tão importante quanto as leis do crescimento populacional e da produção de alimentos, a sua grande contribuição para a definição do campo científico da demografia tenham sido o *status ontológico* concedido à categoria “população” e os *princípios epistemológicos* para tratamento do fenômeno empírico *objetivado*.

Enfim, a “população” passa a ocupar uma posição definida no discurso analítico e científico, passa a ser vista como uma **unidade de força** distinta no campo social e, portanto, capaz de alavancar processos empíricos de transformação ou equilíbrio das sociedades humanas e da própria natureza. A “população” passa a ser vista também como *causa* em mecanismos explicativos das relações entre fenômenos empíricos, por exemplo, crescimento ou estagnação da produção e da acumulação de valores (como se torna evidente nas teorias da economia política de RICARDO e MARX) — a população, no âmbito do discurso científico e da significação socialmente legitimada, não é mais apenas o receptáculo das forças naturais e sociais, pois, agora, ela também *age* sobre a natureza e sobre as sociedades.

Ao adquirir os seus contornos, instaurada sua força e sua capacidade de atuação sobre estruturas diversas, a população em MALTHUS se torna autônoma e objetiva, mensurável em sua constituição e os efeitos que pode comandar — por um lado, *finita* em sua objetividade, por outro, *voluntarística* em sua autonomia.

O pensamento malthusiano se espalha e contagia todo o campo demográfico de análise (até os dias atuais), reconheça-se ou não as influências diretas ou indiretas de

¹¹ É necessário informar que as referências, citações e análises sobre o trabalho de MALTHUS foram extraídas basicamente de duas publicações: *Ensaio sobre a população* (1983, Ed. Abril Cultural), da tradução brasileira baseada na edição americana de *Population: First Essay* (1959); e *The Works of Thomas Robert Malthus, v. III* (1986), que apresenta *An Essay on the Principle of Population*, livros III e IV da sexta edição revisada (1826) com partes adicionais da segunda edição (1803).

MALTHUS, pois que, no processo analítico consagrado à demografia, independente da operação metodológica e das convicções teóricas, a *transformação* do agregado populacional humano em **unidade de força** distinta do campo social, ou seja, a inserção objetiva daquilo que se chama “população humana” no campo das interações sociais e sua apreensão pelas categorias científicas foi, inicialmente, posta e ampliada por MALTHUS.¹²

Por conseqüência, as análises demográficas que se debruçaram sobre a problemática dos deslocamentos humanos também acompanham os princípios analíticos originados em MALTHUS e, depois, da economia política — especialmente os princípios organizados pelo pensamento econômico liberal.

Sem dúvida, o marco analítico estabelecido por MALTHUS no início do século XIX é fundamental para a compreensão de como as migrações (como componente populacional) são instauradas no campo científico, tendo como substrato empírico os deslocamentos populacionais da recente sociedade industrial e conquistas territoriais do Novo Mundo.

O Mundo Clássico do século XVIII, abalado pela irrupção de novas estruturas produtivas, políticas e ideológicas cede espaço para as novas atitudes e comportamentos que irão marcar distintamente o campo discursivo e prático das ciências — implica dizer novas percepções e interpretações dos fenômenos empíricos tal como sucede à *população* e à *migração*.

Portanto, MALTHUS é emblemático porque inscreve o peso e a profundidade da *marca* de uma diferente realidade objetiva, a *população*, no campo das ciências empíricas. A população tomada em conceito objetivo, derivado empiricamente, é submetida às concepções malthusianas e assimilada à matriz epistemológica moderna. Tão importante quanto o *Estado*, o *Mercado* ou a própria *Sociedade*, a *População* também se objetiva, ganha força e autonomia junto aos mecanismos de causalidade instituídos no campo das ciências modernas.

Para MALTHUS, a população deveria ser apreendida como uma unidade de força que encontra seu limite e sua virtude na confluência de estruturas ecológicas e biológicas (natureza) / sociais e econômicas (sociedade). Em um ponto se postam as forças

¹² Para interessante discussão sobre a influência malthusiana, tanto no campo acadêmico quanto no campo das interações cotidianas, ver FUREDI, 1999.

propriamente naturais que impelem os homens (indivíduos) a agirem irrefletidamente, ou seja, o exercício da natureza bestial constitutiva dos indivíduos conducente aos vícios na reprodução humana; noutro ponto se postam as forças morais instituídas socialmente, restringindo a ação e seu significado no processo de constituição e fortalecimento das populações humanas.

Pode-se dizer que MALTHUS compreende o indivíduo como ser livre e *relativamente* autônomo; compreende também que ele é capaz de agir sob a razão bem como sob os domínios da paixão. A sociedade, e mais propriamente a população, atua como força reguladora das razões e paixões individuais ao limitar (demograficamente) o campo de possibilidades da ação humana. Para MALTHUS, está claro que não bastam cheques preventivos, determinados socialmente pelos costumes e tradição coletiva (normas e valores que ditam o comportamento “correto”, como a abstinência por exemplo), pois parece inevitável um desequilíbrio, ainda que cíclico, entre as estruturas populacionais e as estruturas ecológicas. Portanto, os cheques positivos exógenos (como as epidemias, a fome, as catástrofes naturais etc.) são encarnações das forças da natureza que se impõem aos indivíduos, se não, principalmente, a toda a sociedade. (MALTHUS, 1983: 279-287)

A relação entre população e meio ambiente para MALTHUS é uma relação mediada no campo econômico (representado pelo *mercado*).¹³ Não tanto quanto RICARDO, aquele esboçou uma concepção liberal elementar dos agentes econômicos — expressamente o mercado, o Estado e a população, sendo esta última compreendida como um agregado de forças individuais —, caracterizando ambos os pensadores como representantes da mudança na matriz epistemológica no início do século XIX. (FOUCAULT, 2002)

Quanto às migrações, as análises malthusianas também são importantes e revelam a articulação de novas categorias analíticas (produção, mercado, população, força de trabalho e novos padrões de consumo) e fatos empíricos específicos (conquista de novas terras, crescimento da indústria, avanço tecnológico e aumento populacional). Embora eu não tenha encontrado, na literatura especializada sobre migrações, referências às análises propriamente malthusianas, é fundamental entender o posicionamento do autor sobre esta

¹³ Não faz parte do escopo deste estudo a análise da Economia Política de Malthus, à exceção daquilo que toca diretamente ao problema da população. Para maiores considerações sobre a perspectiva malthusiana na nascente economia política cf. MALTHUS, 1983.

componente demográfica e, principalmente, como se dá sua inserção no modelo populacional malthusiano.

Como foi salientado anteriormente, no modelo de população utilizado por MALTHUS, a relação entre crescimento populacional e recursos naturais tende ao desequilíbrio devido às taxas discrepantes de reprodução nas sociedades humanas (crescimento geométrico entre as gerações) e de reprodução dos recursos naturais (crescimento aritmético da produção de alimentos). Contudo, sobre esta relação fundamental, à qual o pensador britânico confere o status de *Lei natural*, ainda pesam os constrangimentos deflagrados por causas exógenas (pressões ecológicas) e causas derivadas da própria dinâmica populacional. Assim, constata-se que MALTHUS, não obstante seu compromisso prático com o *empirismo* propriamente britânico, reserva espaço para uma análise particularizada das populações.

A partir da análise indutiva, característica da lógica empirista, o autor busca reunir os fatos concretos que caracterizaram a dinâmica das populações humanas ao longo da história das civilizações — particularmente interessante a este respeito são suas críticas sobre as análises prévias de CONDORCET.¹⁴ MALTHUS explorou com habilidade e desenvoltura os dados históricos e etnográficos dos quais dispunha, à época, para reconstruir os contextos que delimitavam as populações antigas. Quanto às migrações propriamente ditas, encontram-se referências e interessantes análises nos capítulos III e VI do primeiro livro (MALTHUS, 1983) e no capítulo IV do terceiro livro (MALTHUS, 1986).

Pode-se dizer que MALTHUS oferece uma análise diferenciada para dois momentos distintos da população humana: uma, na qual as sociedades seriam dominadas pela paixão e irracionalidade em detrimento de instituições autônomas e normas sociais positivas; e outra, na qual as sociedades seriam governadas por indivíduos racionais e instituições autônomas (mercado e Estado). O primeiro “momento populacional” corresponderia às sociedades ditas primitivas na concepção malthusiana (comum em sua

¹⁴ Cf. MALTHUS, 1986. A estratégia de MALTHUS, ao longo de seus debates com figuras históricas como CONDORCET e GODWIN, por exemplo, é notável em si mesma, pois, ao utilizar uma linha de raciocínio indutivista e empirista, não mede esforços para particularizar os fenômenos da população para depois depreender as leis gerais. Sem acusar em MALTHUS qualquer tendência ao historicismo, torna-se imprescindível compreender que a demarcação propriamente histórica dos fatos empíricos é um requisito para o desenvolvimento do modelo em aspectos mais gerais — levados por indução, no que se distancia das análises de RICARDO (MALTHUS, 1983).

época) e também às classes pobres das civilizações modernas. O segundo “momento” corresponderia às sociedades industriais modernas e às classes sociais ricas (elites) destas civilizações.

No discurso malthusiano, a articulação da componente migratória ocorre diferencialmente nesses contextos populacionais, e suas análises, embora não sejam sempre diretas e explícitas, evidenciam certa sobreposição de mecanismos. Quais sejam:

- a. **Sociedades primitivas** — populações reguladas externamente pelas pressões ecológicas e guiadas pelas paixões humanas, desenvolvem formas de pastoreio primitivo (caça-coleta) e agricultura de subsistência; a emigração atua como *cheque positivo*, ou seja, fator exógeno, pressão-limite entre natureza e sociedade;
- b. **Sociedades modernas** — populações reguladas por fatores externos (limite de terras) e internos (mercado e Estado) além da pressão exercida pelos costumes e tradição coletiva (moral); a emigração atua como *cheque preventivo*, é auxiliar da regulação efetivada pelo mercado (de trabalho);
- c. **Classes baixas em sociedades modernas** — as consciências individuais são mais suscetíveis aos vícios e paixões (racionalidade pode ser limitada); a emigração é, em geral, um *cheque positivo* na medida em que os indivíduos somente se utilizam da possibilidade de deslocamento em situação de extrema miséria (fome absoluta);
- d. **Classes altas em sociedades modernas** — as consciências individuais estão submetidas mais à razão por não se encontrarem no limite da sobrevivência e, além disso, os costumes e tradições das elites seriam para MALTHUS mais severas e sofisticadas; a emigração opera como *cheque preventivo* apenas quando o mercado ou o Estado possam “exigir” o deslocamento de tais classes.

Como se percebe acima, a situação evocada para as classes baixas nas sociedades modernas é a mais problemática na análise malthusiana. Isto ocorre devido às instabilidades geradas pela perspectiva empirista (contextualizada) e, ao mesmo tempo, à configuração ideológica, relativamente liberal, de MALTHUS.

De uma parte, ele procura reconstituir empiricamente a dinâmica das populações humanas ao longo da história e, portanto, contextualizando cada fato concreto em uma

cadeia indutiva de raciocínio que levasse às leis e padrões demográficos. O que o contrapõe às posições de CONDORCET (que especulava sobre a indefinição do limite ao progresso humano, MALTHUS, 1983:321-2) e GODWIN (que conjecturava sobre a longevidade humana em bases filosóficas, MALTHUS, 1983:343-4).

De outro lado, as análises malthusianas respondem às determinações de uma nova matriz epistemológica que se constituía desde algum tempo — e que colocava em posições semelhantes as personagens conhecidas, CONDORCET (a quem MALTHUS se assemelha quanto à consideração da importância da propriedade privada e individualidade humana, próprias ao pensamento burguês) e GODWIN (com quem MALTHUS também compartilhava a idéia da racionalidade humana, própria do pensamento racionalista continental, MALTHUS, 1983:347).

Com relação às classes baixas nas sociedades modernas, os mecanismos “primitivos” e “modernos” se sobrepõem a partir das análises empíricas e das considerações malthusianas de fundo ideológico.

Assim, MALTHUS compreendia (através de uma análise totalmente empírica) que as sociedades primitivas eram governadas pelas paixões humanas e pelos limites impostos pelo ambiente e pela fisiologia humana. Nesse contexto, onde os seres humanos têm uma racionalidade (intelectualidade) limitada por vícios inerentes, as sociedades não são capazes de exercer controle efetivo sobre a reprodução humana, e a pressão ecológica (como escassez de alimentos ou terras agricultáveis em um território) exerce todo seu poder de constrangimento, e a emigração emerge como mecanismo positivo, atuando diretamente sobre as populações, forçando-as ao reequilíbrio com as condições da natureza.

As sociedades industriais modernas representariam o momento em que a *razão* instrumental se torna autônoma e dominante. Num primeiro instante, MALTHUS reconhece a racionalidade humana e o voluntarismo próprio dos indivíduos que escolhem “um melhor nível de vida”. A emigração desempenha aí a função de cheque preventivo regulado pelas forças de mercado e, eventualmente, operada sob os desígnios normativos do Estado, representante da coletividade.

Bem entendido, para MALTHUS,¹⁵ nas sociedades antigas de pastoreio, as emigrações ocorriam devido ao escasseamento dos alimentos em torno dos assentamentos ou exaustão da fertilidade das terras ocupadas (fato também ocorrido em períodos mais recentes como na Idade Média). Devido à redução dos níveis de subsistência ao limite inferior e à impossibilidade de controle da reprodução humana (domínio das paixões humanas), o deslocamento era, talvez, a única alternativa possível para perpetuação daquelas sociedades humanas.

Como afirma MALTHUS sobre as expansões mongóis

“as tribos que migraram para o sul, embora tenham conquistado aquelas regiões mais férteis por meio de permanentes lutas, cresceram rapidamente em número e poder, a partir dos meios de subsistência. (...) Mas a verdadeira causa que colocou em movimento o grande fluxo da emigração do norte e que continuou a impulsioná-lo até atingir diferentes épocas em direção à China, à Pérsia, à Itália e mesmo ao Egito, foi a escassez de alimento — uma população cresce além dos meios de subsistência para sustentá-la” (1983:291).

Noutro estágio da evolução humana, nas sociedades industriais modernas, o deslocamento *per se* não seria capaz de resolver os desequilíbrios operados entre crescimento populacional e exaustão de recursos naturais. Contudo, nesse contexto populacional o equilíbrio deveria ser garantido fundamentalmente pela atuação regulada do mercado e da racionalização da reprodução humana. MALTHUS está atento à complexa relação entre a racionalidade dos indivíduos e seus vícios ilimitados. Assim, em resposta à irrestrita racionalidade proposta por GODWIN (MALTHUS, 1983:347), o autor considera que as paixões podem ser limitadas a partir das instituições morais consolidadas pela tradição coletiva e pelo Estado. Neste sentido é que as classes baixas estariam mais expostas às incertezas e desequilíbrios ocasionados pelos vícios irremediáveis (causados pela extrema miséria e fome) e, portanto, debilmente investidas pela própria racionalidade individual.

Nessa situação, mais do que as pressões ecológicas agravadas pelo contínuo crescimento da população, seria o mercado o principal fator de regulação do equilíbrio demográfico. A emigração emerge como parte integrada ao mecanismo geral do modelo de

¹⁵ A análise que se segue me parece uma interpretação possível sobre as considerações malthusianas a respeito da migração, já que não se encontra em seu ensaio um desenvolvimento explícito dos mecanismos migratórios. De todo modo, as considerações seguintes foram desenvolvidas diretamente do conteúdo dos capítulos III, primeiro livro (MALTHUS, 1983) e capítulo IV, terceiro livro (MALTHUS, 1986).

equilíbrio, atuando como cheque preventivo para a sociedade como um todo e, isolada e eventualmente, como cheque positivo para as classes baixas em determinadas situações.

Se a sociedade industrial for capaz de regular a ocupação do espaço e reprodução humana através das demandas de mão-de-obra no mercado de trabalho, então a emigração é uma necessidade preventiva, utilizada periodicamente como meio de manter a estabilidade dos salários e os níveis de subsistência. Se o mercado de trabalho não for capaz de absorver a mão-de-obra excedente (seja pelo nível da reprodução populacional, seja pela imigração), então o valor dos salários cairá e, conseqüentemente, o nível de subsistência também cederá, impondo restrições sérias à população (especialmente às classes mais pobres). A emigração, especificamente no caso das classes baixas, funcionará como expediente positivo, impulsionando a mão-de-obra excedente para outras regiões demandantes de força de trabalho. Deste modo, o ciclo do mercado e da população se completa com a restauração dos níveis de renda, subsistência e ocupação do espaço.

Ao se considerar os aspectos gerais neste modelo malthusiano sobre a população total e a migração, percebe-se a centralidade do mecanismo regulador de mercado. Como afirma MALTHUS, “está claro que o trabalho continuará fluindo para o mercado sem desaceleração, enquanto o emprego e seu meio de pagamento estiverem essencialmente assegurados. É precisamente sob tais circunstâncias que a emigração se configura mais utilmente como alívio temporário” (MALTHUS, 1986:354). Além do que, para ele, algum tempo é requerido para alocar ou repelir a mão-de-obra no mercado de trabalho até que este reencontre o equilíbrio (MALTHUS, 1986:353).

Conclusivamente, ao analisarmos o desenvolvimento da análise de MALTHUS sobre *população, sociedade, mercado e migração* toma-se consciência do legado malthusiano aderente às estruturas do pensamento científico contemporâneo no campo demográfico. O indivíduo racional e, em larga medida, utilitarista, que se beneficia da própria razão para decidir (escolher intencionalmente) qual a melhor estratégia de sobrevivência disponível, receberá influência posterior. Como se viu, desenvolveu-se a noção de uma racionalidade limitada ou, pelo menos, combinada com as forças naturais e sociais a um só passo — fator de promoção da diversidade das organizações humanas e do pessimismo propriamente malthusiano, com respeito às imperfeições inevitáveis de um sistema populacional empírico.

Além disso, MALTHUS também estabelece os vínculos causais elementares entre os fatos e conceitos consagrados no campo da análise demográfica. De um lado, os pressupostos sobre a racionalidade econômica dos indivíduos; de outro, os pressupostos sobre a autonomia e a objetividade (garantidas pelas normas e valores) das instituições, responsáveis pelas conexões entre a população, a sociedade e a natureza. Portanto, na entrada do século XIX, o indivíduo-migrante *torna-se* “sujeito” racional e intencional que se submete aos desígnios do mercado e do Estado.

Aqui poderíamos readaptar o relatório das Nações Unidas, citado logo no início deste capítulo, afirmando que “a prática de deixar a terra natal à procura de melhores oportunidades econômicas e um mais elevado nível de vida tem sido parte da cena da migração internacional (...)” **desde meados do século XVIII** (NAÇÕES UNIDAS, 1998, citado em VAINER, 2001:177), quando o **significado** do deslocamento se inscreve em novas estruturas combinadas da sociedade moderna e de sua demografia e, finalmente, quando tal significado, conectado aos fatos empíricos historicamente datados, encontra sustentação nos conceitos, hipóteses e teorias traçados na recente matriz epistemológica, então instauradora do campo científico da análise propriamente demográfica.

2.2.2. “Tomada de consciência”: a consolidação da análise migratória

Ao longo de todo o século XIX, os deslocamentos globais se sucedem com grande intensidade, seguindo padrões e volumes nunca vistos. Entre a Alta Idade Média e o início da Idade Moderna, as estratégias de deslocamento em massa representavam respostas objetivas às pressões demográficas associadas ao sistema social de estamentos (onde a organização social das sociedades agrárias ainda exercia o controle ideológico e prático). A mobilidade era restrita e ocorria em contextos de guerra, fome ou doenças.

Durante as expansões ultramarinas a disponibilidade de terras ocidentais possibilitava a colonização coordenada pelos Estados-Nacionais emergentes. Entretanto, mesmo esta forma de deslocamento se condicionava pelo interesse particular de alguns Estados, em geral, muito mais preocupados com a exploração das riquezas alheias, sem fixação no território. Uma segunda força começava a ser exercida sobre as estratégias de deslocamento, em meados do século XVII, e contribuiu definitivamente para a potenciação da “disponibilidade” de espaço além-mar: a consolidação do modo de produção capitalista.

Como sugere LIVI-BACCI (1997:103), a nova organização da economia na Europa funcionou como uma “força expulsora” de população, devido aos desequilíbrios gerados entre disponibilidade e demanda de mão-de-obra. Situação que será aguçada ao longo dos séculos XVIII e XIX, a partir da expansão industrial e a mudança decorrente na dinâmica populacional rural na Europa. Além disso, a instauração do processo de deslocamentos compulsórios, demandados pelos sistemas escravocratas (face obscura da nascente organização capitalista) instalados nas Américas, provocou o fluxo intenso de africanos para o Novo Mundo, obedecendo a uma lógica pouco condizente com a perspectiva liberal idealizada sobre as migrações.

De todo modo, “a migração transoceânica entre o início do século XVI e o final do século XVIII foi numericamente significativa e constituiu a base demográfica e política para as grandes migrações do século XIX; tornou possível a grande expansão europeia para além da fronteira do Atlântico e produziu profundas conseqüências demográficas de longo prazo” (LIVI-BACCI, 1997:105).

Assim, a partir de meados do século XIX, as migrações internacionais se intensificaram devido à sobreposição de inúmeros fatores: criação de mão-de-obra excedente não absorvida pela economia europeia; disponibilidade de terra e capital, além de forte demanda por trabalho nas Américas; progresso técnico-científico e “encurtamento” das distâncias pelos novos meios de comunicação e transporte. De outro lado, LIVI-BACCI (1997:138) chama a atenção para efeitos sócio-demográficos gerados pelas mudanças no contexto da população rural: crescimento da população e aumento da densidade no campo; dinâmica populacional rural (especialmente o descompasso do controle de natalidade em relação aos centros urbanos durante o período expansionista); e, contemporaneamente, crescimento das atividades não-agrícolas. Conseqüentemente, entre 1846 e 1932, os países europeus teriam enviado para as Américas e a Oceania algo em torno de 50 milhões de pessoas (LIVI-BACCI, 1997:136).

Diante do quadro traçado não surpreende a emergência e consolidação, ao longo dos séculos XIX e XX, das investigações demográficas consagradas às migrações. Some-se a isto o legado malthusiano, que possibilitou o entendimento da “migração”, tomada conceitualmente no modelo populacional como **unidade de força**, isto é, aspecto objetivo das relações entre população, economia e meio ambiente (espaço).

As análises sobre as migrações, inscritas na matriz epistemológica moderna, encontram-se, desde o início, emaranhadas nos laços instauradores da Economia Política empirista e positiva. Para dar conta da determinação econômica dos *atos das migrações*¹⁶ modernas (plenamente justificada pelas transformações e adesões impulsionadas pelo capitalismo moderno), o campo das representações possíveis (a ciência demográfica) reserva ao método positivo o lugar privilegiado da investigação armada de pressupostos elementares — como vimos, a racionalidade dos atores (individuais e coletivos); a lógica utilitária e individualista (instrumentalidade econômica de todo deslocamento); e o progresso da humanidade.

Boa parte das teorias e pesquisadores que se detiveram nas investigações sobre as migrações internacionais parece se referir diretamente aos três pressupostos analíticos supracitados. O que ocorre, de fato, é que o “deslocamento” como categoria analítica do campo demográfico moderno é apreendido a partir dessas orientações — em geral, o migrante deveria ser um indivíduo racional, que escolhe uma determinada estratégia de custo-benefício mais favorável ao seu progresso no campo social (dominado pelas estruturas econômicas concernentes ao estado contemporâneo de nossa sociedade). A citação inicial do relatório das Nações Unidas poderia ser revista esquematicamente nestes termos. Daí que “pareceria” plenamente justificado pensar o ser humano do neolítico como um indivíduo racional (note-se, a racionalidade prática do *Homo economicus* contemporâneo) que perambulava de lugar a lugar em busca de melhor sorte na vida (ou seja, progresso).

As primeiras investigações demográficas sobre as migrações surgidas com E. G. RAVENSTEIN, em 1885, fornecem o esboço do processo analítico que perdurará no campo científico por quase um século.

Então, membro da Real Academia de Estatística do Reino Unido, o autor publicou, em 1885, seu estudo sobre a mobilidade espacial da população britânica em anos precedentes, lançando mão dos dados censitários recém-catalogados. A análise pioneira é fundamentalmente empirista — como atestam as fontes censitárias utilizadas

¹⁶ Este termo tem por efeito salientar a determinação dos fatos empíricos do deslocamento sobre as percepções e interpretações individuais. Em outras palavras, no momento em que as análises migratórias surgem no campo demográfico (especialmente com E. G. RAVENSTEIN), a força do empírico comanda o “olhar” e sua significação (para maiores detalhes sobre esta relação da força objetiva dos fatos sobre as interpretações conceituais, a partir do século XIX nas ciências modernas, ver FOUCAULT, 2002).

(RAVENSTEIN, 1980:26-9) que proporcionam certo refinamento da análise, especialmente sobre a caracterização tipológica dos migrantes (por exemplo, os migrantes de curta distância entre paróquias, p. 44) — e positivista, pois se motiva pela busca das leis objetivas da migração — declaração explícita de RAVENSTEIN (1980: 25) que afirma ter sido “a observação do falecido Dr. William FARR de que a migração parece ocorrer sem qualquer lei definida que primeiro me atraiu a atenção para este assunto (...)”.

Para DAVIS (1989: 247) as chamadas “leis” de RAVENSTEIN resultam em “simples regularidades” observadas diretamente dos dados censitários (ou seja, sem análise teórica rigorosa) e “abstrações de pressupostos arbitrários” deduzidos mecanicamente — Ravenstein parece “não distinguir entre essas proposições empíricas e dedutivas”.

Ainda segundo DAVIS, a famosa lista das “leis de migração” elaborada por RAVENSTEIN é uma tentativa de sistematização e generalização, evocada nas pesquisas subseqüentes de outros estudiosos da migração apenas como “ideal” ou “presença espiritual”, visto que, à exceção de Everett LEE (1980), ninguém se ocupará seriamente com as implicações das leis empíricas propostas no século XIX.

As sete¹⁷ leis propostas por RAVENSTEIN (1980: 64-5) e, quase um século depois, revistas e adaptadas por LEE (1980) encaixam-se às perspectivas empiristas e positivistas, como salientado, e flertam sutilmente com o racionalismo esboçado pelas teorias econômicas vigentes e a crescente preocupação pragmática das políticas públicas encetadas pelos Estados Industriais.

Essas evidências se confirmam na primeira lei, segundo a qual “ficou provado que grande parte dos nossos migrantes se desloca a curta distâncias, ocorrendo, em conseqüência, mobilidade e deslocamentos gerais da população que produzem correntes migratórias que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes”; na quinta lei, “as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais”; na segunda e sexta leis, “as pessoas que residem em áreas nas cercanias de uma cidade que esteja rapidamente

¹⁷ DAVIS (1989: 247-8) sintetiza as leis de RAVENSTEIN em 6 proposições elementares, ao unificar as propostas 3 e 4 que dizem respeito ao princípio das correntes e contra-correntes / dispersão e absorção de migrantes. Além disso, salienta que Ravenstein não é muito rigoroso quanto à evocação das leis em seu trabalho complementar (o segundo *paper* apresentado três anos após o original à Real Sociedade de Estatística), e muito menos LEE (1980) que em sua revisão feita em 1966 chega a listar 18 proposições derivadas de RAVENSTEIN (DAVIS, 1989: 248).

crescendo, deslocam-se para esta, sendo os vazios deixados pela população rural preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma das nossas cidades em rápido crescimento possa ser sentida, gradativamente, nos mais remotos pontos do Reino” e “os naturais das cidades migram menos que os naturais das áreas rurais do país” (RAVENSTEIN, 1980:64-5).

Em síntese, as *rule-of-thumb* empregadas por RAVENSTEIN constituem óbvias constatações em larga medida (DAVIS, 1989). O aspecto a ser ressaltado aqui, juntamente ao legado de LEE, é a consolidação da representação (imagem) do migrante e da migração como conceito, no campo científico, qual seja: a migração pressupõe a racionalidade e instrumentalidade dos agentes (como na primeira lei, os indivíduos não migram além de suas capacidades, isto é, curtas distâncias, e na segunda lei, os migrantes seguem em busca de melhores condições econômicas na vida); o sistema econômico, através das relações no mercado de trabalho, regula os deslocamentos provocando correntes e contra-correntes, especialmente direcionadas das áreas rurais (mais isoladas do centro dinâmico capitalista) para as áreas urbanas e desenvolvidas (como sugerem imediatamente a segunda e sexta leis).

Como mostra DAVIS, especialmente o aspecto das leis concernentes às determinações econômicas (sobre a divisão do trabalho, principalmente) corresponde já a uma demanda político-ideológica dos Estados, frente à regulamentação dos mercados internacionais de trabalho.

Desde os fisiocratas, passando por Adam SMITH e Thomas MALTHUS, o deslocamento de pessoas (visualizadas estritamente como detentoras de mão-de-obra) se associa aos modelos econômicos. Segundo DAVIS (1989: 250), Edward WAKEFIELD em 1833 já propunha a determinação da emigração (colonização) como meio explícito de políticas estatais para o desenvolvimento das sociedades, aumentando “o mercado para seus produtos, oferecendo alívio contra a superpopulação, e promovendo investimentos estrangeiros”. Esta espécie de Economia Política da Migração, lançando mão das evocações positivistas e empiristas de RAVENSTEIN, dominará o campo das análises migratórias ao longo do século XX, instilando as marcas da tradição intelectual liberal tanto nos modelos científicos quanto na planificação de políticas públicas.

A “perspectiva liberal”¹⁸ dos estudos de migração no século XX se dissemina entre economistas e sociólogos e se cristaliza nas principais “cadeias de raciocínio” de planejadores, cientistas e o senso comum das pessoas — isto é, torna-se lugar comum interpretar a migração e seus agentes (na maioria dos casos, apenas o indivíduo em si mesmo) como portadores de racionalidades e liberdades inerentes inabaláveis (DAVIS, 1989).

Estudos de pesquisadores como STOUFFER (1940 e 1975), JANSEN (1969), BROWNING e FEINDT (1969) e LEE (1980) remetem diretamente à tradição empirista e positiva de RAVENSTEIN e garantem o avanço das análises da migração rumo à formalização ou, pelo menos, ao esboço de modelos teóricos incorporadores dos deslocamentos. Comuns a todos esses trabalhos são os pressupostos de análise: indivíduos como unidades analíticas primordiais; determinantes migratórios concentrados nas pressões das estruturas econômicas (pressuposto da lógica utilitária no nível psicológico dos atores); voluntarismo e liberdade nos deslocamentos espaciais; seletividade dos migrantes condicionada pelas habilidades individuais conjugadas às demandas do mercado de trabalho.

Por exemplo, para STOUFFER (1940), os migrantes são limitados (orientados) em seu deslocamento pelas “oportunidades” disponíveis em cada localidade (mercado) e, assim, devem preferir (escolher) deslocamentos mais curtos, que permitam menos gastos e maiores ganhos (fator de competência, 1975: 594-6) — as competências individuais operam em um sistema espacial (onde se instalam as forças do mercado) e, de fato, a disposição psicológica autônoma dos indivíduos tem uma causalidade restrita sobre o deslocamento. O mesmo ocorre em LEE (1980:100-2), em que o indivíduo também responde aos fatores externos (especialmente econômicos) de acordo com estratégias pré-ordenadas pelos “obstáculos intervenientes”. Quanto à seletividade dos migrantes entre a população total, um pouco diferente de BROWNING e FEINDT (1969), para LEE ocorre uma espécie de “seleção natural”, quando os indivíduos são submetidos às forças econômicas, ecológicas e psicológicas, determinando aqueles que serão bem-sucedidos no projeto migratório.

¹⁸ Utilizo aqui o termo cunhado por DAVIS (1989:250).

Os modelos de migração gerados por esses estudos não são bem-sucedidos devido à extrema simplificação geral dos pressupostos, como já salientava DAVIS (1989) e, via de regra, por uma certa confusão conceitual e teórica que torna impossível a determinação das forças (causalidade) e mecanismos operadores nas dimensões individuais e coletivas. Como se pode depreender dos trabalhos de STOUFFER (1940) e LEE (1980), por exemplo, não se sabe exatamente em que medida os indivíduos têm autonomia e de fato escolhem suas estratégias de ação, e, por outro lado, em que medida tais escolhas são determinadas estruturalmente, seja pelo espaço (ecologia) ou pela sociedade (economia).

Paralelamente desenvolveu-se, ao longo de século XX, uma rica análise econômica da migração, que procurou melhor resolver os dilemas conceituais existentes. De um lado, destacam-se os trabalhos de Julius ISAAC (DAVIS, 1989: 250ss), SJAASTAD (1980), HARRIS e TODARO (1980 e TODARO, 1980) e BORJAS (1996, 1999); de outro lado, poder-se-ia alinhar marxistas¹⁹ e estruturalistas como, GERMANI (1975), SINGER (1980), WOOD (1981 e 1982), PIORE (1997), PORTES (1983, 1995), MASSEY (MASSEY *et al.*, 1987 e 1998) e SASSEN (1995).

Em linhas gerais, o primeiro grupo de pesquisadores se detém sobre a concepção de que as migrações correspondem a respostas populacionais às demandas econômicas, restritas ao mercado de trabalho. Seja uma perspectiva macro (HARRIS e TODARO, 1980) ou microeconômica (TODARO, 1980; SJAASTAD, 1980; BORJAS, 1996), as migrações são percebidas como ações individuais autônomas, que se movimentam livremente no mercado, correspondendo às suas demandas (DAVIS, 1989).

Assim, para SJAASTAD (1980:121), as migrações desempenham mecanismos de “equilíbrio de economias em transformação” ao promover a mobilização e alocação de recursos (força de trabalho) no mercado; segundo HARRIS e TODARO (1980:80-1), as migrações emergem da situação de desequilíbrio entre regiões (urbanas e rurais, por exemplo) desigualmente investidas de recursos e com massa salarial divergente. Como resposta às determinações estruturais do desequilíbrio econômico, “os migrantes rurais em

¹⁹ As análises marxistas sobre a migração (SINGER, 1980, por exemplo) tendem a interpretar os deslocamentos como projetos coletivos, atrelados à organização do capital no mercado global de trabalho. Portanto, ao contrário da liberdade de movimento (individualismo), os atores estão sujeitos às pressões econômicas do sistema social contemporâneo.

potencial comportam-se como maximizadores da utilidade esperada” e procuram se alocar em posições vantajosas no mercado; para BORJAS (1996:279)

“um mercado de trabalho competitivo distribui os trabalhadores pelas firmas para maximizar o valor do produto do trabalho. Os trabalhadores estão continuamente buscando melhores empregos, isto é, empregos nos quais eles possam ser mais produtivos e ganhar salários mais altos; enquanto as firmas estão buscando melhores trabalhadores”.

O segundo grupo de pesquisadores encerra perspectivas um tanto diversas, que têm por base comum o fato de considerarem as migrações como decisões coletivas e/ou institucionais. Em outras palavras, os migrantes não podem ser considerados apenas como vetores individuais de força, pois se encontram submetidos às forças estruturais da sociedade, da economia e da demografia. Assim, se o mercado em desequilíbrio atua sobre os indivíduos, esta atuação, contudo, não é uma ação mecânica, mas mediada por outras estruturas institucionais, como os Estados responsáveis pelas políticas de migração e contratação de mão-de-obra, as organizações de capital responsáveis pela identificação, recrutamento e alocação dos trabalhadores, e as famílias responsáveis pela motivação e legitimação do deslocamento (PIORE, 1997; SASSEN, 1995; PORTES, 1983). Enfim, a concentração da análise sobre unidades empíricas coletivas (como domicílios e/ou famílias) e sua disposição em relação às estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais (WOOD, 1981; PORTES, 1995; MASSEY *et al.*, 1987) revela uma nova tendência da análise migratória que, a um só tempo, reconhece outras unidades de força no processo migratório, complexificando-o e tornando mais difícil as tentativas de modelagem e generalização.

2.2.3. Tendências recentes: perspectiva sistêmica e redes sociais

A partir de meados do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a reorganização do capital e da divisão internacional do trabalho impulsiona o deslocamento maciço de pessoas em todo o planeta. Segundo o relatório das Nações Unidas (1997), as migrações internacionais saltaram de 75 milhões, em 1965, para 120 milhões de deslocados, em 1990, cifras sem precedentes na história da humanidade. Além disso, as categorias de migrantes (refugiados, clandestinos, deslocados compulsórios, transnacionais, diaspóricos, laborais, imigrantes de segunda geração, turistas etc.) surgidas nesse período revelam a complexidade do fenômeno alcançado no final do século XX.

Segundo Mary KRITZ e Hania ZLOTNIK (1992), a defasagem entre teorias e conceitos, e os movimentos migratórios contemporâneos e seus padrões empíricos, determinaram o direcionamento dos estudos de migração para uma abordagem sistêmica e processual, iniciada na década de 1970. Deslocamentos orientados por conexões transnacionais, além de fluxos de bens e serviços amparados por redes sociais organizadas sob os ditames do trabalho e do consumo, revelaram uma crescente integração e sobreposição de escalas, eventos e contextos (HANNERZ, 1996; APPADURAI, 1996; GUPTA e FERGUSON, 1997; FAIST, 1999).

Nas abordagens sistêmicas o papel individual (especialmente o pressuposto da liberdade de escolhas) é questionado e relativizado nos contextos estruturais em que se justapõem diferentes trajetórias individuais e coletivas, instituições e forças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Pesquisas apontam para a complexidade das relações estabelecidas entre Estados, organizações civis e o deslocamento de pessoas entre fronteiras nacionais. As políticas internacionais demandadas para a coordenação dos fluxos migratórios não devem se restringir às questões contratuais entre trabalho e capital, pois, uma parcela substancial dos agentes da migração se encontra alienada de qualquer processo decisório, tomando parte de grupos excluídos dos direitos humanos básicos, como refugiados e clandestinos.

Além disso, noutra dimensão do fenômeno migratório, através dos deslocamentos ditos transnacionais (e também os *diaspóricos*), questões que permaneceram muito tempo ocultas do campo de análise tomam forma e denunciam os conflitos culturais e psicológicos sofridos pelos migrantes, os constrangimentos diários no processo de adaptação das identidades e formação das comunidades imigrantes, e as disputas em torno das relações de gênero e raça (SAYAD, 1998; BRETTEL, 2000; HALL, 2003; MARTES e FLEISCHER, 2003).

A análise sistêmica é também uma análise processual e relacional, pois demanda que os mecanismos de operação em um sistema migratório sejam compreendidos em sua interdependência e concomitância. Ao se questionar ou relativizar o papel das escolhas individuais na migração, as ações políticas dos Estados na origem e no destino, e os constrangimentos estruturais sofridos pelos migrantes, percebe-se que não se pode abordar o fenômeno migratório desconsiderando os mecanismos conectivos entre as diversas

posições estruturais (isto é, posições ocupadas por diferentes atores num sistema de migração como: emigrantes, imigrantes, comunidades de origem e destino, autoridades públicas, empreendedores, empregadores, agentes e atravessadores, recrutadores, famílias, legisladores, cientistas etc.).

Enfim, não podemos compreender e interpretar de forma adequada os fatos empíricos dos deslocamentos sem considerarmos, detalhadamente, os laços e relações (tanto formais quanto reais) que permitem a distintos atores sociais coexistirem em um sistema social concreto comum — laços e relações que se estruturam segundo padrões formais e sociais específicos e que, dinamicamente, constroem e facilitam a ação dos indivíduos e das coletividades além da própria “trajetória”, a migração.

Indissociavelmente ligada às abordagens sistêmico-estruturalistas, a perspectiva sobre as redes sociais na migração toma grande impulso na década de 1980. Esta perspectiva de análise contribuiu de maneira decisiva para uma compreensão mais processual e dinâmica dos deslocamentos e, por conseqüência, também revelou, mesmo que indiretamente, a importância dos mecanismos intermediários no processo migratório.

Com as pesquisas de MASSEY e seus colegas (1987) sobre os processos da migração internacional mexicana, fica evidenciado o papel das redes sociais (de parentesco e amizade, neste caso) na avaliação e consecução das estratégias de deslocamento e adaptação no destino — aqui, os mecanismos intermediários podem ser identificados como as famílias e grupos informais de filiação (apoiados na instituição do *compadrazgo*).²⁰

Não obstante a presença decisiva das redes sociais no processo migratório, as dificuldades analíticas e operacionais persistem nas pesquisas e, mesmo tendo sido referidas em diversos trabalhos, as redes sociais, em geral, não são apreendidas além da metáfora (HUGO, 1981; MASSEY *et al.*, 1987; BOYD, 1989; FAWCETT, 1989; TILLY, 1990; GURAK e CACES, 1992; PORTES e SENSENBRENNER, 1993; PORTES, 1995; MARTES, 2000).²¹ Talvez por isto se justifique também a ausência de uma análise mais sistemática e centrada nos mecanismos intermediários, visto que sua percepção depende de

²⁰ O *compadrazgo* se refere ao sistema de apadrinhamento nas comunidades latinas, não apenas mexicanas, mas presentes em todas as sociedades latino-americanas.

²¹ Para uma revisão crítica e bem fundamentada das perspectivas metafóricas sobre as redes sociais na migração, cf. SOARES, 2002a e 2003.

uma compreensão objetiva e detalhada das posições formais e atores concretos, inseridos na estrutura social do sistema de migração.

TILLY (1990) explora os aspectos conceituais das redes sociais no processo migratório e considera as interações dinâmicas entre estruturas sociais e indivíduos. Embora não haja uma operacionalização das redes sociais, o autor reconhece e repudia seu tratamento “metafórico”. Assim, ao analisar o caso concreto da imigração nos Estados Unidos ao longo do século XX, ele sugere alguns importantes marcos conceituais.

Primeiro, a compreensão de que o processo migratório não é homogêneo e não depende (ao menos exclusivamente) das decisões individuais. Para TILLY, a imigração não se produz a partir de decisões individuais isoladas “porém, a partir de grupos de pessoas unidas entre si através de laços íntimos e destino comum — tão pouco esses grupos são categorias” (1990:83) e, nesse sentido, a migração se apresenta como um processo coletivo de transformação social, onde tais “categorias” são, muitas vezes, moldadas e reformuladas no destino.

Desse modo, as redes podem ser não apenas mecanismos que possibilitam o movimento migratório, como também estruturas coletivas passíveis de mudança e reorganização — como veremos no capítulo 5, este parece ser o caso dos mecanismos intermediários na emigração internacional de valadarenses para os EUA, onde as agências de turismo passam a ocupar uma posição estrutural de intermediação devido a constrangimentos formais e a uma coincidência histórica bem específica.

Como afirma TILLY, as redes migram e também criam novas categorias. Talvez, por esse constrangimento estrutural exercido largamente pelas redes sociais, pudesse se explicar algumas das principais motivações individuais para a decisão de migrar.

“Constrangido por redes pessoais, migrantes potenciais falham ao considerar teoricamente os diversos destinos disponíveis, e se concentram naquelas poucas localidades com as quais o lugar de origem apresenta fortes conexões. Quanto mais alto o risco e custo do retorno, mais intensa é a confiança sobre laços previamente estabelecidos” (TILLY, 1990:84).

Segundo, e mais importante, o autor sugere que a migração seja compreendida através da noção de *comunidade* (implícita é sua perspectiva estruturalista e organizacional). Nesse sentido, o processo migratório seria definido por estruturas sociais próprias a cada coletividade organizada localmente — comunidades que enviam e recebem

migrantes teriam, teoricamente, redes e categorias diferenciadas, e o próprio processo de seleção e adaptação dos indivíduos dependeria dos constrangimentos estruturais de tais “redes comunitárias” — constrangimentos de ordem formal, exercidos pela relação entre as diversas posições sociais ocupadas, por exemplo, a disponibilidade de agentes especializados na travessia ilegal é necessária em um sistema migratório restritivo, e as categorias de imigrantes nas comunidades de destino são determinadas pela trajetória encetada, se ilegal ou oficial.

Enfim, para TILLY (1990:88) “deveríamos pensar na migração como pensamos nas estruturas comunitárias: irredutíveis às características e intenções individuais. O aspecto determinante, as regularidades recorrentes são relativas à estrutura das redes migratórias por elas mesmas”.

2.3. Considerações finais: uma *ordem* dos indícios demográficos sobre os deslocamentos humanos

Ao longo deste capítulo, procurei traçar as conexões entre os fatos empíricos dos deslocamentos humanos no espaço e as representações (mentais) coletivas das sociedades. A interpretação do fato empírico não é gratuita e mecânica, pois ela deve seguir os constrangimentos e as facilidades disponibilizadas num *campo cognitivo* definido pela tradição cultural historicamente concebida. A ciência, de maneira geral, seria um campo de representações possíveis que exprimem, segundo um método particular, os vínculos entre fatos e significados — os seres humanos, para se relacionarem com o mundo real, buscam (ou elaboram) as conexões entre os fatos e aqueles significados que sejam inteligíveis (objetivos) nas interações com outros (BOURDIEU, 2001, 2003).

Portanto, como procurei mostrar, os fatos empíricos passados (e datados histórica e geograficamente) não podem ser diretamente conectados aos significados atribuídos a fenômenos concretos semelhantes da nossa realidade contemporânea. O deslocamento de pessoas durante o neolítico poderia, certamente, ser mensurado por técnicas objetivas adequadas, tanto quanto os deslocamentos atuais. Contudo, a compreensão e avaliação apropriada dos impactos sociais, demográficos e ecológicos, proporcionados naquele contexto, não poderiam ser alcançadas através das mesmas suposições e percepções

adotadas para fenômenos semelhantes na atualidade. Não é porque para o ser humano atual (trabalhador) faça *sentido* se deslocar no espaço em busca de melhores condições econômicas (alocação mais vantajosa no mercado) que, também, fará sentido (o mesmo sentido) tal estratégia de deslocamento para o ser humano do neolítico (não o trabalhador, porém o chefe de uma linhagem, por exemplo).

Bem entendido, o deslocamento pode ocorrer, tecnicamente, da mesma forma, mas a interpretação (e objetividade auferida) da estratégia do movimento pode variar completamente, configurando diferentes causalidades e efeitos de mecanismo para fenômenos empíricos aparentemente idênticos.

Nosso cotidiano se constitui da sobreposição de estruturas diversas (culturais, políticas, econômicas, demográficas, psicológicas etc.) que nos *inscrevem* no mundo real e, tamanha é nossa imersão nesse cotidiano que, na maioria das vezes, não nos damos conta de que os fatos nem sempre foram percebidos, interpretados e vivenciados da mesma maneira que hoje. Certamente, o mesmo parece ocorrer no campo científico e, assim, optei por “desconstruir” a categoria “migração”, em seus componentes empírico (os deslocamentos humanos ao longo da história) e discursivo (o campo das representações científicas e político-ideológicas).

Do processo de desconstrução do conceito ao traçado sistemático de sua genealogia (a arqueologia do conhecimento científico a respeito dos deslocamentos), podemos constatar que as suposições e assertivas que animam a categoria “migração” também correspondem a contextos específicos das sociedades humanas. Além disso, há o problema recorrente de não podermos traçar o desenvolvimento paralelo e ajustado dos fatos empíricos e suas interpretações contextualizadas, devido à simples falta de registros acurados do campo das representações possíveis (nem informações sobre o que seria a *ciência do homem do neolítico*, tampouco sua *política cotidiana*).

Sumariamente, tentei levar adiante a *estratégia indiciária* que procura identificar as conexões entre *detalhes* aparentemente isolados ou absurdamente ligados, que se referem a um sistema de posições internamente coerentes (GINZBURG, 2003). Em outras palavras, a investigação dos fatos empíricos, através de seus detalhes (como a particularidade dos deslocamentos em diferentes épocas e regiões) imbricados nas análises científicas (também elas investigadas através dos detalhes de suas representações — como o processo de

consolidação do “indivíduo” como força autônoma e racional no discurso científico), parece-me ter permitido uma reflexão mais pormenorizada e criteriosa sobre o fenômeno da migração, contribuindo para uma melhor compreensão das forças objetivas que atuam sobre o deslocamento em diferentes contextos.

Como procurei evidenciar, o conceito de migração se consolida na análise científica no mesmo momento em que o *projeto moderno* (Iluminista) se instala no campo da ciência e se estabelece como representação possível e dominante (FOUCAULT, 2002). Nesse sentido, os pressupostos da racionalidade e instrumentalidade dos atores na migração, além da sobreposição das estruturas demográficas e econômicas (crescimento populacional e mercado de trabalho, por exemplo) como determinante dos deslocamentos humanos devem ser devidamente *relativizados* e compreendidos em seus contextos apropriados — nestes domínios deve haver espaço para as generalizações e a construção de modelos sofisticados.

DAVIS (1989:259) conclui que a migração se debate

“com muitos aspectos do comportamento humano que têm fraca conexão lógica uns com os outros. Diferentemente da fecundidade ou mortalidade, a imigração, virtualmente, não sofre estrangulamentos biológicos. Em graus excepcionais é a *criatura* de políticas e de regras acidentais ou arbitrárias. Tentativas de formular teorias sobre o comportamento migratório — esforços no sentido de encontrar leis da migração, por exemplo — produzem pouco mais do que regras triviais. De maneira semelhante, tentativas de usar o raciocínio econômico na apreensão do comportamento migratório, freqüentemente trata o migrante em si mesmo como a unidade decisória, e ignora os interesses particulares envolvidos das sociedades expulsoras e receptoras. O migrante não é sempre um trabalhador, nem seu papel na sociedade é completamente dependente de seu trabalho”.

Cabe, então, questionar por que tais tentativas de interpretação e manipulação do fenômeno persistem no discurso científico e são também legitimadas no discurso político dos Estados.

Uma primeira conclusão a respeito, como afirmado anteriormente, vem do fato cotidiano e trivial de assumirmos nossa condição humana presente como dada naturalmente em um sistema de referências (representações) não problemático (ou pelo menos, onde a

problematização é sistematicamente evitável, tanto no plano da vida cotidiana, quanto no plano dos discursos científicos e políticos).²²

Um segundo ponto, igualmente relevante, diz respeito à ocorrência dos fenômenos empíricos que exercem uma pressão arbitrária sobre o campo das representações (científicas e políticas, por exemplo) e geram, assim, interpretações e explicações legitimadas no campo social (BOURDIEU, 2003).

Por exemplo, ao longo do século XX, dado o crescimento populacional, o adensamento dos centros urbanos em todos os continentes, a aceleração da produção industrial sem precedentes, os avanços tecnológicos e o encurtamento das distâncias, ocorreu o desenvolvimento ideológico fundamentado nas crenças gerais do *progresso humano* — leia-se “progresso das sociedades capitalistas ocidentais, industrializadas e dominantes”. Quanto a isto, Immanuel WALLERSTEIN (2001:38) sugere que

“a maioria das populações do mundo esteja — objetiva e subjetivamente — em piores condições materiais do que nos sistemas históricos anteriores. (...) Estamos tão imbuídos da ideologia autojustificada do progresso, forjada por esse sistema histórico [o capitalismo], que temos dificuldade em reconhecer seus enormes malogros históricos”.

Essa “ideologia do progresso” que se consolidou particularmente no século XX, no deflagrado processo de “ocidentalização”, se fez presente especialmente no campo das representações científicas e políticas — era preciso explicar (pela ciência) e legitimar (pela política dos Estados) as transformações sociais, econômicas e ecológicas advindas do progresso, como a urbanização, o desenvolvimento econômico e a consolidação das democracias.

Particularmente sensível aos ditames da “ocidentalização”, também chamada “modernização” — e seus desdobramentos mais recentes com a chamada globalização —, o campo da análise demográfica se viu inundado por teorizações e avaliações técnicas sobre os *fatos de população*, que logo se referenciavam e se justificavam pelos processos de *modernização* das estruturas sociais, econômicas, demográficas etc. Um exemplo clássico pode ser encontrado no desenvolvimento das teorias da transição demográfica que

²² Cabe aqui apenas ressaltar que o uso do termo “políticas”, nos sentidos aqui adotados, dizem respeito às políticas de planejamento concebidas e empreendidas pelo Estado e suas instituições oficiais — como no inglês, *policy*.

incorporaram aquilo que WALLERSTEIN chamou de “ideologia do progresso”, através das pressões da “modernização” (CALDWELL, 1996; KIRK, 1996).

No caso das migrações não é diferente. Como escreve DAVIS (1989:250),

“a perspectiva liberal sobre as migrações persiste entre os intelectuais com notável tenacidade. A despeito de milhares de refugiados e pessoas deslocadas compulsoriamente depois de duas Grandes Guerras, a despeito de disputas crônicas entre grupos étnicos e religiosos, a despeito do bloqueio das fronteiras e trocas forçadas de minorias, a teoria predominante trata a migração como o resultado de indivíduos livres (os migrantes) perseguindo seus próprios interesses econômicos”.

Conseqüentemente, perguntaríamos que progresso ou modernização seria capaz de dar sentido aos milhares de deslocados e imigrantes que se encontram em uma “zona morta”, onde não deixaram de ser ainda estrangeiros e já perderam os vínculos que os identificam como nativos de suas terras natais? (SAYAD, 2000).

Como afirma SAYAD (1998:21), “não se pode escrever inocentemente sobre a imigração e sobre os imigrantes; não se pode escrever sem se perguntar o que significa escrever sobre esse objeto ou, o que é o mesmo, sem interrogar-se acerca do estatuto social e científico desse mesmo objeto”. Por isto, procurei estabelecer os vínculos de significado dos eventos vitais (deslocamentos) inscritos no campo social e cognitivo; conhecer as diversas *vestimentas* a que foram direcionados os fenômenos da migração, desconstruí-las e referenciá-las para, posteriormente, tal qual o migrante, elaborar “o próprio modelo do mecanismo segundo o qual se reproduz a emigração e no qual a experiência alienada e mistificada da emigração preenche uma função essencial” (SAYAD, 1998:44), função essa que pode ser a mediação de necessidades econômicas no atual sistema histórico, ou necessidades políticas e de obrigações familiares no sistema histórico dos caçadores coletores, por exemplo.

A principal motivação deste estudo foi a necessidade de uma compreensão mais profunda do fenômeno migratório, que investigasse, especificamente, os mecanismos de intermediação dos fluxos de deslocamentos entre origem e destino — ou a “trajetória” propriamente dita. Tais aspectos fundamentais dos sistemas migratórios, que aqui se convencionou chamar de “mecanismos intermediários”, como foi observado ao longo deste capítulo, são freqüentemente negligenciados nos estudos de migração, indistintamente quanto à área de pesquisa — a negligência ocorre, mesmo quando se parte de uma

perspectiva necessariamente relacional e dinâmica, como as análises estruturais das redes sociais na migração.

Em geral, as análises da migração, inclusive aquelas mais recentes, ditas “análises sistêmicas” (KRITZ *et al.*, 1992), focalizam ou a emigração nos territórios de origem, ou a imigração nos territórios de destino. Além disso, quando se propõe uma análise sistêmica mais completa, considera-se origem e destino sem, contudo, se aprofundar a compreensão sobre os mecanismos que possibilitam as conexões e trocas entre os dois pontos no espaço e no tempo — em outras palavras, não se considera a trajetória concreta de indivíduos ou coletividades que conferem sentido à existência de uma “origem” e um “destino”.

As análises sistêmicas nos estudos de migração, em geral, caracterizam-se por um enfoque parcial, destacando as configurações de origem e destino, embora proponham uma abordagem processual e integrada. O melhor exemplo desta parcialidade analítica é a restrição freqüente ao papel dos agentes intermediários. Isto é, ao mesmo tempo em que se propõe uma análise processual e dinâmica do sistema migratório, apenas se observam os pontos estáticos no espaço e no tempo, ou seja, origem e destino (não raro, isoladamente).

Como vimos, esse parece ser o caso da perspectiva sistêmico-estruturalista das redes sociais em MASSEY *et al.* (1987), onde se consideram apenas as redes na origem ou no destino, como laços comunitários, e não propriamente como mecanismos formais que facilitam a realização de um trajeto concreto. Para MASSEY e seus colegas, as redes sociais desempenham o papel de difusores de um “projeto” migratório, no sentido de ampliarem o conhecimento dos indivíduos sobre os laços, destinos e trabalhos mais disponíveis para o sucesso do deslocamento. Nesse sentido, as redes são tratadas como mecanismos difusores de informações e bens materiais e simbólicos, em vez de se constituírem efetivamente como mecanismos de intermediação de pessoas (embora possam sê-lo, eventualmente).

Na perspectiva adotada nesta tese, como veremos a partir do capítulo seguinte, considera-se as redes sociais como estruturas sociais constituídas de diferentes mecanismos (posições e papéis, formais e concretos), inclusive de mecanismos de intermediação. Aqui, por limitações técnicas no tratamento dos dados, desenvolveu-se uma análise sincrônica da participação dessas redes sociais de migração e seus mecanismos intermediários — algo distinto do estudo de MASSEY e seus colegas.

Enfim, procuro focalizar, exatamente, aqueles aspectos menos explorados nos sistemas migratórios, ou seja, os mecanismos intermediários. Pois, tanto origem e destino, quanto o trajeto que conecta ambos são partes essenciais de um sistema de migração. E, de fato, ao se considerar os mecanismos intermediários que possibilitam os deslocamentos, torna-se necessário levar também em consideração os pólos orientadores dos fluxos e trajetórias.

Portanto, aqui, a análise sistêmica é uma consequência evidente dos princípios assumidos teórica e conceitualmente, como procurei sustentar neste capítulo: a migração deve ser entendida como deslocamento, ou seja, um evento vital que se inscreve na estrutura social e conecta pessoas, instituições e lugares através de uma *trajetória* singular.

Através da genealogia conceitual da migração, espero ter evidenciado que, talvez, o que nos possibilite “converter o olhar” sobre os deslocamentos humanos, tornados objetos de análise e reflexão, seja a compreensão da “trajetória” de diferentes atores (individuais e coletivos) nos seus projetos migratórios. Enfim, os diversos mecanismos, estruturas, objetos, pessoas e forças que operam entre dois pólos, devem ser investigados sistematicamente e, se possível, formalizados, para que possamos aprofundar nosso entendimento sobre os deslocamentos humanos.

3. Análise estrutural dos sistemas de migração: algumas considerações sobre o método

“Compreender é prosseguir.”
Ludwig Wittgenstein

O que se deveria distinguir no pensamento científico e, conseqüentemente, em seu método é a clara percepção de que as interpretações geradas sobre os fenômenos concretos não passam de plausíveis conexões de sentido, isto é, explicações prováveis daquilo que é dado à observação. Assim, o fato observado e representado através de um “modelo” de conhecimento objetivo, nunca deveria ser confundido com a própria realidade empírica — insondável em si mesma.

A compreensão, e até intuição, deste ponto no avanço do conhecimento parece simples e imediato. Porém, tal consideração não é tão evidente quanto deveria ser para cientistas e filósofos. Em todas as épocas e lugares onde a ciência emerge permanecem aqueles que acreditam lidar e apreender a realidade empírica diretamente. Com seus modelos e análises esperam, sinceramente, desvendar as relações causais mais profundas e inerentes à realidade das coisas.

No século VI a.c., PITÁGORAS DE SAMOS imaginou poder representar toda a realidade pela “unidade”, que seria então contável e mensurável, um padrão para todas as coisas no universo. Contudo, a identificação da Irmandade dos Números com a cosmologia órfica dos tempos de HOMERO fez com que os matemáticos e filósofos pitagóricos fundissem as representações mentais perfeitas (produzidas no “olho da mente”) à realidade concreta das coisas e fatos — PITÁGORAS sonhava, então, encontrar uma “ordem” pura e indivisível em todas as coisas do universo que, ao final, seria a própria representação estabelecida na mente do filósofo escrutinador. Daí a representação místico-matemática do *Tetraktys* como fonte do código universal.

Se bem que os pitagóricos tenham sido questionados por outras escolas pré-socráticas (especialmente os eleáticos), foi PLATÃO quem realmente aprofundou nossa compreensão das representações ideais sobre a realidade concreta (RUSSELL, 2001). PLATÃO nos mostra como o mundo das idéias, perfeito por definição, não se mistura ao mundo vivido e, além disso, como o trabalho do filósofo implica laborioso discernimento dos fatos e das idéias. Seu legado, consolidado por Aristóteles, impregnou todo o

pensamento científico ocidental e, sob diversas vestimentas, essa percepção da realidade se encontra estabelecida — seja em perspectivas díspares, como a sociologia compreensiva de Max WEBER, ou no *falseacionismo* positivista de KARL POPPER.

O modelo estrutural proposto neste e nos dois capítulos subsequentes é, tão-somente, uma tentativa de estabelecer outras plausíveis conexões de sentido (fazendo jus ao espírito weberiano) sobre o fenômeno empírico dos deslocamentos humanos.

Aqui, focaliza-se a “trajetória”, o “deslocamento” em si mesmo, como se procurou definir no capítulo 1. Deste modo, não se pretende dizer que os modelos estruturais de sistemas de migração gerados por esta pesquisa sejam definitivos, exaustivos, completos ou verdadeiros. Tal como o tipo ideal proposto por WEBER (1983), o que se designa aqui por modelos estruturais são “tipos” organizados segundo conexões de sentido diante de um esforço interpretativo singular.

A começar pela minha escolha do tema, as fontes selecionadas, a ordenação dos fatos e observações e, finalmente, as conclusões estabelecidas, todo o projeto científico encetado nos últimos dois anos e meio de trabalho e reflexão dizem respeito a uma interpretação possível e singular do fenômeno migratório.

Sobre os critérios utilizados, devo dizer que, para a maior parte do trabalho desenvolvido nesta tese, foram pesquisados e catalogados 716 artigos publicados no periódico *International Migration Review*, entre janeiro de 1983 e dezembro de 2003, além de vários outros livros e periódicos. Tais artigos são, em sua grande maioria, estudos de caso sobre as migrações internas e internacionais com perspectivas teórico-metodológicas bastante diversas, originais e profundas — sendo alguns poucos sobre questões especificamente teóricas ou sobre temas destinados à aplicação da política de migração.

Em uma primeira abordagem, consultei os *abstracts*, palavras-chave, títulos e subtítulos de cada seção interna dos artigos, gráficos e tabelas; posteriormente, fiz a seleção de 52 estudos de caso (sendo 40 pertencentes à IMR, e outros 12 a livros e outros periódicos).

Os critérios utilizados para a seleção observaram a presença dos seguintes temas: 1) intermediários, agentes e trajetórias dos migrantes; 2) redes sociais e redes migratórias; 3) reunificação familiar; 4) remessas; 5) retornados; 6) capital social nas comunidades de imigrantes internacionais.

Tendo em mente a perspectiva conceitual demarcada no primeiro capítulo, levei em consideração todos os estudos que simplesmente mencionassem temas ligados, de alguma forma, mesmo que minimamente, à percepção, análise direta ou simples descrição das “trajetórias” de migrantes, ou fluxos de objetos e representações. Assim, não houve restrição por natureza de abordagem teórica ou metodológica, e entraram na análise estudos etnográficos, historiográficos e estatísticos.

Note-se que todos os temas selecionados privilegiam a dinâmica dos sistemas de migração e procuram salientar as interações e relações entre as diversas “partes” que compõem um sistema de migração — origem, destino, comunidades de migrantes e não-migrantes, agentes intermediários na travessia, objetos e representações do espaço de intermediação etc.

Num segundo momento, foram definidos 16 estudos de caso baseados na pertinência, profundidade e qualidade das informações fornecidas especificamente sobre as trajetórias dos migrantes (independente do nível de análise, ou seja, individual, familiar ou comunidades), canais institucionais (legalizados ou não) para o deslocamento e papel dos agentes da migração.

A formalização dos sistemas empíricos em modelos particulares para cada caso (Anexo 1) seguiu um critério (em larga medida, subjetivo) de identificação e compatibilização com os componentes fundamentais dos grafos, ou seja, vértices e arcos²³. Isto é, para cada **posição** estrutural ocupada por atores específicos (sejam individuais ou coletivos) descritos nos artigos, consignou-se um vértice específico.

Por exemplo, membros familiares, em geral, ocupam todos uma mesma posição nas redes pessoais de um emigrante: afinal são todos parentes do emigrante. Contudo, pode ocorrer que membros de uma mesma família sejam migrantes retornados e, deste modo, ocupem outra posição estrutural concorrente na intermediação — porque, além de serem parentes que podem auxiliar em uma travessia, são também imigrantes retornados que possuem conhecimento especializado e têm contatos exclusivos que potencializam a travessia do emigrante. Assim, esses indivíduos retornados são representados por vértices diferentes dos membros familiares.

²³ Ver mais adiante uma explicação detalhada sobre a Teoria dos Grafos, utilizada como suporte para as formalizações dos modelos estruturais. Por enquanto, deve-se esclarecer que *vértices* significam “pontos” e *arcos* significam “relações” ou “laços”.

Em uma situação ideal, se fosse possível desagregar as diferentes posições estruturais ocupadas no mesmo sistema por cada indivíduo, poder-se-ia identificar com precisão o perfil de cada intermediário e verificar sua força relativa (o capital social do ator e sua posição) no sistema. Vale lembrar que a formalização alcançada neste trabalho nos impede de compreender as singularidades de cada ator isoladamente e, por conseqüência, nos impede também de compreender de forma adequada as relações entre cada posição, perfil do ator intermediário e padrão concreto dos fluxos migratórios. Porque, nesta primeira abordagem relacional sobre os sistemas de migração, foi estabelecido um modelo estrutural geral sobre estudos de caso previamente estabelecidos. A possível aplicação deste modelo estrutural em uma pesquisa etnográfica adequada pode revelar, com mais detalhes e precisão empírica, as posições estruturais de um sistema migratório e, assim, sugerir os padrões de relações concretas entre migrantes e não-migrantes, e identificar regularidades estruturais, além do perfil dos atores e suas posições ocupadas.

As conexões, laços ou relações entre cada posição estrutural ocupada foram caracterizadas de acordo com cada descrição particular e, posteriormente, formalizadas como arcos entre os vértices. Talvez aqui tenham ocorrido as maiores arbitrariedades no sentido de definição rigorosa da orientação dos arcos. Adotou-se como critério básico o sentido direcionado do “repasso” de migrantes. Isto é, fez-se a pergunta: “Quem passa o migrante para quem?” Deste modo, utilizou-se como critério para a direção dos arcos apenas a capacidade de “fazer circular os migrantes”. Os problemas desse procedimento são maiores naqueles estudos de caso onde o foco de análise principal não eram os intermediários.

Assim, devido ao foco específico de cada estudo, muitas relações reais e concretas entre atores e posições do sistema migratório devem ter ficado de fora da descrição e, desse modo, não foram representados nos modelos específicos estabelecidos neste trabalho. Uma limitação, sem dúvida que, porém, não invalida o modelo estrutural em si mesmo — ao contrário, o reforça no sentido de exigir um tratamento mais rigoroso das fontes de informação para configuração do sistema migratório mais próximo da realidade concreta.

Todas as medidas e índices utilizados neste estudo se fundamentam nas análises elementares dos Grafos (segundo teoremas e procedimentos técnicos pertencentes ao ramo da moderna matemática discreta) e, principalmente, nas análises de redes sociais. Os

índices de centralidade, densidade, coesão, transitividade e intermediação (entre outros) fundamentam-se em algoritmos matemáticos específicos que buscam avaliar formalmente a natureza, teor, qualidade e volume das **relações entre posições e atores** de uma rede (sistema). Portanto, os mesmos procedimentos técnicos para estabelecimento das medidas nas análises de redes sociais (de resto, toda ela fundamentada nas análises elementares dos grafos e álgebra de matrizes) foram utilizados aqui — para uma análise detalhada de cada medida ver, especialmente, o livro de Stanley WASSERMAN e Katherine FAUST (1994) e o manual de referência do programa UCINET 6 (BORGATTI *et al.*, 2002).

Finalmente, pretende-se desenvolver uma análise estrutural dos sistemas de migração que permita compreender, formalmente, o papel desempenhado pelos “mecanismos intermediários” nos processos migratórios. Neste estudo, a migração é tida como um processo de deslocamento no espaço físico e social, que envolve pontos de origem e destino, além de um trajeto demarcado por limites e intersecções no qual transitam pessoas, objetos e representações.

Deve ser ressaltado, como salvaguarda às interpretações sobre as análises dos modelos estruturais apresentados nos capítulos 4 e 5, que tal perspectiva sistêmica, dada a limitação técnica e constrangimento dos dados coletados, é fundamentalmente uma análise sincrônica, embora tenham sido propostos comentários e reflexões sobre uma provável dinâmica evolutiva dos mecanismos de intermediação em suas redes sociais no processo migratório.

Tal abordagem processual dos fenômenos migratórios se tornou bastante difundida entre os pesquisadores a partir da década de 1970, através do estudo pioneiro de MABOGUNJE, que incorporou princípios e procedimentos da teoria dos sistemas à análise das migrações internas (rurais-urbanas) na África. Conceitualmente, os sistemas migratórios se compõem, em linhas gerais, de unidades territoriais específicas interligadas (origem, trajeto e destino), de fluxos de pessoas e objetos, e de um sentido organizacional geral que deve garantir coerência e integridade a todos os componentes do sistema (KRITZ *et al.*, 1992; MASSEY *et al.*, 1998).

Mais recentemente, a partir da década de 1980, a abordagem processual contribuiu para a consolidação da idéia de que o sistema migratório fosse entendido como uma “rede de países ligados por interações migratórias, cuja dinâmica é amplamente condicionada

pela operação de uma variedade de redes que conectam atores migrantes em diferentes níveis de agregação” (KRITZ e ZLOTNIK, 1992:15).

Desta forma, novas contribuições teóricas e metodológicas foram feitas no sentido de operacionalizar e aprofundar a perspectiva sistêmica das migrações — especialmente o caso das teorias sobre redes e capital social, teorias dos sistemas mundiais e a teoria da causalidade cumulativa (PORTES, 1995; SASSEN, 1995; MASSEY *et al.*, 1998).

Os esforços de MABOGUNJE, no sentido da formalização dos fenômenos migratórios através da teoria de sistemas lineares, parecem não ter tido ressonância em outros estudos, mesmo recentemente — talvez, a tentativa fortuita de FAWCETT (1989) pudesse ser considerada como um avanço teórico mas não metodológico. E, mesmo que a perspectiva sistêmica continue a ser utilizada e permaneça como modelo interpretativo recorrente para a análise dos processos migratórios concretos, as tentativas de operacionalização e aprofundamento das análises parecem limitadas.

Neste estudo propõe-se uma aproximação alternativa para a abordagem sistêmica das migrações que permita, ao mesmo tempo, uma compreensão processual e dinâmica dos deslocamentos, bem como a operacionalização das análises, através de um “modelo estrutural das migrações”.

O modelo estrutural aqui proposto utiliza recursos analíticos baseados na Teoria dos Grafos (ORE, 1963; HARARY, 1969; DIESTEL, 2000) e na Análise de Redes Sociais (WASSERMAN e FAUST, 1994; HARARY e WHITE, 2001; SCOTT, 2001; WATTS, 1999)²⁴ e, assim, permite a representação objetiva dos sistemas de migração orientada por uma lógica formal rigorosa sem, contudo, impedir a compreensão intuitiva e precisa das relações implicadas pelo modelo.

Como dizia Bertrand RUSSELL, para o conhecimento especulativo é mais importante se ter boas perguntas a boas respostas. Ao especular sobre os deslocamentos humanos procuro compreender como se desenvolvem e se perpetuam os mecanismos intermediários (pessoas e/ou instituições responsáveis pela facilitação, ou não, dos deslocamentos de terceiros) nos sistemas migratórios. Quem ou o que são esses

²⁴ A Teoria dos Grafos se constitui como ramo especial da matemática discreta moderna (ORE, 1963; GORBATOV, 1988; MANBER, 1989), ao passo que a Análise de Redes Sociais é também reconhecida como uma perspectiva teórico-metodológica estruturalista das ciências sociais (KNOKE e KUKLINSKY, 1983; DEGENNE e FORSÉ, 1999; SCOTT, 2000; WELLMAN, 2002).

intermediários? Como operam no processo migratório? Existem semelhanças ou não quanto à constituição e atuação desses mecanismos nos diversos sistemas de migração? E principalmente, pode-se estabelecer algum padrão estrutural relacional entre os mecanismos intermediários e os outros mecanismos e etapas do processo migratório que seja responsável pela caracterização de um sistema migratório específico?

Através da análise de estudos de caso sobre o papel dos intermediários na migração, pretendeu-se compreender a natureza das relações entre as diferentes posições estruturais dos sistemas empíricos e, conseqüentemente, responder algumas das questões levantadas anteriormente.

3.1. Considerações teóricas

Embora o capítulo 1 tenha procurado estabelecer as bases teórico-conceituais da perspectiva de reflexão e especulação adotada aqui, considero importante definir mais detalhadamente os fundamentos teóricos mais caros à análise estrutural empreendida a seguir.

O presente estudo se apóia na convergência de três linhas teórico-metodológicas de pesquisa: 1. **a sociologia econômica das migrações** (STINCHCOMBE, 1983; GRANOVETTER, 1985; GRANOVETTER, 1995; PORTES E SANSEBRENNER, 1993; PORTES, 1995; ALBA E NEE, 1997; MASSEY *et al.*, 1998; SAYAD, 1998; SAYAD, 2000; WALDINGER, 1999; BOURDIEU E WACQUANT, 2000); 2. **a Teoria dos Grafos** (BAVELAS, 2002; ORE, 1963; FLAMENT, 1963; HARARY, 1969; DIESTEL, 2000; GROSS e YELLEN, 1999); 3. **a Análise de Redes Sociais** (KNOKE E KUKLINSKY, 1983; WASSERMAN e FAUST, 1994; DEGENNE e FORSÉ, 1999; SCOTT, 2000).

Ao adotar uma perspectiva relacional e estrutural, procurei tratar os fenômenos demográficos e sociológicos como complementares e incidentes. Os sistemas de migração, contextualizados histórica e socialmente, são, assim, vinculados relacionalmente a um regime demográfico.

Segundo Philip KREAGER

“em um regime demográfico a população é considerada como o componente de ação da estrutura social. Um regime nos permite ver como os processos de composição e decomposição populacional, e a compreensão seletiva das pessoas a respeito desses

processos, sustentam instituições sociais e grupos específicos em oposição a outros” (KREAGER, 1986:133).

Dessa forma, a perspectiva do regime demográfico conecta, analiticamente, eventos vitais (como a migração) à estrutura social e à constituição moral (instituições) dos grupos sociais.

Tendo em mente a migração como evento vital integrado às estruturas sociais de determinado sistema, ou seja, analisar a migração como componente de um “regime demográfico”, torna-se possível definir uma lógica demográfica e estrutural (uma *forma* e suas propriedades estruturais) inerente ao “ato de migrar”, que relaciona o deslocamento populacional (em diferentes níveis de agregação) ao significado socialmente percebido e atribuído (coletiva e individualmente) a tal movimento.

Como sugere Arthur STINCHCOMBE (1983), no caso específico das sociedades contemporâneas, observa-se que, paralelamente à reprodução populacional das *coortes de pessoas*, poderíamos identificar também a reprodução social das *coortes de posições e papéis* correspondentes. Segundo STINCHCOMBE (1983:220), ocorreria uma defasagem temporal entre a reprodução das coortes de pessoas (população) e as coortes de posições (estrutura social), gerando um desequilíbrio na produção e distribuição de recursos e propriedades em todo regime demográfico. Tal desequilíbrio momentâneo, além disso, proporcionaria um movimento contínuo de “preenchimento-esvaziamento” de papéis e funções sociais (como ocupações no mercado de trabalho, por exemplo), responsável pela dinâmica social e populacional. Dessa forma, a coerência interacional, isto é, o intercâmbio constante entre os eventos vitais e as populações, em uma estrutura social historicamente delimitada, e o desenvolvimento das sociedades e regimes demográficos estariam garantidos.

O processo migratório, então, é entendido aqui como um sistema regulado pela interação dinâmica entre coortes de pessoas e coortes de papéis ou posições na estrutura social. Os deslocamentos podem também ocorrer devido à necessidade estrutural de “preencher” ou “esvaziar” com pessoas determinados papéis e posições sociais — como salientou STINCHCOMBE (1983), as migrações contemporâneas, vinculadas ao tipo de reprodução social consagrada pelo mercado econômico, são reguladas especialmente pela dinâmica estrutural desse mercado.

Como salientaram Pierre BOURDIEU e Loïc WACQUANT (2000) e Abdemalek SAYAD (1998), todos os movimentos migratórios, de um modo ou de outro, envolvem relações de natureza econômica (pois envolvem *trocas*) que, de fato, explicitam relações reguladas pela economia das trocas simbólicas (BOURDIEU, 2003). Portanto, as migrações podem ser compreendidas como *sistemas de troca* generalizada.²⁵

Diversos estudos têm demonstrado a consolidação de comunidades imigrantes no destino que, freqüentemente, implicam o fortalecimento dos laços com as comunidades na origem e a reorganização das relações entre imigrantes e não-migrantes no destino — especialmente através da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho em nichos ocupacionais sobrepostos aos grupos étnicos e suas redes sociais (WALDINGER, 1999; HAGAN, 1998; PORTES, 1995; GRANOVETTER, 1995; ALBA e NEE, 1997; SAYAD, 1998; MARTES e FLEISCHER, 2003).

Como podemos ver, a migração se expande sob os auspícios dos sistemas de troca generalizada e, neste sentido, pode-se dizer que os deslocamentos se organizam através de propriedades estruturais e constrangimentos dinâmicos do sistema de trocas (de ordem individual e coletiva) — como *simetria*, *transitividade* e *reflexividade*.

Essas três propriedades formais,²⁶ que podem ser detectadas nos sistemas migratórios (parte do sistema social mais amplo representado na troca generalizada) são, de fato, propriedades estruturais representáveis através das famílias dos grafos. Em outras palavras, todos os fenômenos representáveis por modelos de sistemas (sistemas de troca, sistemas de parentesco, sistemas de comunicação, sistemas elétricos, sistemas hidrológicos, sistemas econômicos etc.) podem ser analisados com o auxílio da Teoria dos Grafos.

²⁵ O “sistema de troca generalizada” é um conceito antropológico desenvolvido por Claude LÉVI-STRAUSS (1976; 2003) e procura representar as complexas relações de parentesco em diferentes sociedades. Neste estudo, apresenta-se uma idéia diversa daquela, onde os sistemas migratórios operam como sistemas em que as relações entre os indivíduos e instituições envolvem e se expandem em diferentes sistemas paralelos e sobrepostos ao mesmo tempo, integrando diversas relações (trocas entre bens materiais e simbólicos).

²⁶ Segundo a Teoria dos Grafos (DIESTEL, 2000), a *simetria* ocorre entre vértices **recíprocos**, direcionados ou não, quando o laço que liga o vértice u ao vértice v possui um contrário recíproco; a *transitividade* ocorre quando o vértice u se conecta com v, e quando v se conecta com y, o vértice u tende a se conectar com y; a *reflexividade* ocorre quando sobre o vértice v de um grafo G incide um arco (linha) que tem a origem em v (esse arco é também conhecido como *loop*).

O primeiro estudo de Teoria dos Grafos²⁷ foi realizado pelo matemático suíço Leonhard EULER, em 1736, sobre o famoso “quebra-cabeças” das pontes de Königsberg.²⁸ Segundo Oystein ORE (1963), mesmo que o campo da Teoria dos Grafos tenha permanecido por longo tempo associado à análise trivial de “quebra-cabeças”, a partir do final do século XIX, o estudo dos grafos e suas aplicações se tornou cada vez mais apreciado na matemática e na engenharia. Atualmente, a Teoria dos Grafos é parte fundamental da matemática discreta moderna, ferramenta poderosa associada às relações algébricas, à análise de algoritmos estruturados, além de toda a gama aplicada das análises sistêmicas, da engenharia de telecomunicações à antropologia do parentesco (ORE, 1963; GORBATOV, 1988; MANBER, 1989; HARARY e WHITE, 2001).

Para melhor compreensão da aplicação dos modelos estruturais de grafos aos sistemas migratórios são apresentadas, a seguir, algumas noções básicas da Teoria dos Grafos.

Segundo a terminologia padrão (HARARY, 1969; DIESTEL, 2000), um grafo $G = (V, A)$ consiste de um conjunto V de vértices —também chamados nós ou pontos— e um conjunto A de arcos —também chamados linhas ou laços. Cada arco corresponde a um par de vértices distintos (quando uma linha incide sobre o mesmo vértice duas vezes, caracterizam-se os *loops* e, conseqüentemente, a reflexividade). Um grafo pode ser **direcionado** ou **não direcionado**. Sendo direcionado, a ordem dos vértices torna-se importante e, assim, os arcos representam pares ordenados no sistema.

O número de vértices em um grafo G implica sua **ordem**. Todo grafo pode ter ordem **finita** ou **infinita**. Em um caso especial, se o grafo $G = \{ \}$ é então dito *trivial* ou de *ordem 0*.

Dois vértices u, v de G são **adjacentes** ou vizinhos se o segmento uv for um arco de G (os arcos pertencentes a G são adjacentes se incidem sobre um vértice comum). Se *todos* os vértices de G são adjacentes, então G é considerado um grafo **completo**. Se o grafo é

²⁷ Conserva-se aqui a tradução corrente para “grafos”, distinguindo-se do conceito da geometria analítica, isto é, gráficos do plano cartesiano.

²⁸ O problema se resumia a passar sobre sete pontes que ligavam duas ilhas da cidade de Königsberg sem que se passasse sobre qualquer ponte mais de uma vez. Euler demonstrou, matematicamente, pelo método de indução, que tal tipo de “caminhada” (*traversal walk*) “é possível se, e apenas se, o grafo for conectado e todos os seus vértices tiverem conexões pares” (MANBER, 1989:187) — o que não era o caso das pontes de Königsberg. Esta classe de grafos ficou então conhecida como *grafos eulerianos*.

completo, então se diz que o grafo é **conectado** e todos os vértices $G(V)$ são ligados por arcos $G(A)$ (todos os vértices são **alcançáveis** ou acessíveis por uma **trilha simples** em G).

O **subgrafo** de um grafo $G=(V, A)$ existe para $G'=(V', A')$ de modo que o conjunto V' esteja contido em V e o conjunto A' esteja contido em A . Este subgrafo G' é **maximal** quando toda propriedade aplicável aos seus vértices V' não for aplicável aos outros vértices V de G , mesmo conectados posteriormente. O subgrafo maximal é também conhecido como **componente** de G .

Um **grafo bipartido** é um grafo G que possui ao menos dois componentes (subgrafos maximais) C_1 e C_2 tais que todos os arcos conectem vértices $C_1(V)$ aos vértices $C_2(V)$.

O **grau** $d(v)$ de um vértice v é o número de arcos incidentes em v . Se o grafo é direcionado, distingue-se entre **grau de entrada** (*indegree*), que é o número de arcos que chegam em v , e **grau de saída** (*outdegree*) que é o número de arcos que partem de v .

Uma **trilha** (*path*) de v_1 a v_k é uma seqüência de vértices v_1, v_2, \dots, v_k conectada pelos arcos $(v_1, v_2), (v_2, v_3), \dots, (v_{k-1}, v_k)$. A trilha é **simples** (também conhecida por **distância geodésica**) se, sobre cada vértice v , incide um arco no máximo uma vez. Um vértice u é **acessível** (*reachable*) por um vértice v se existe uma trilha (direcionada ou não) de v para u . Um **circuito** é uma trilha onde o primeiro e último vértice são os mesmos. Um circuito é **simples** se, exceto pelo primeiro e último vértice, nenhum outro vértice aparece mais de uma vez (este circuito é também conhecido como **ciclo**). A maior trilha $p(u,v)$ entre dois vértices de G é o **diâmetro** do grafo. Um vértice é **central** em G se a maior distância (trilha) em relação a qualquer outro vértice em V é tão menor quanto possível — esta distância é, então, o **raio** do grafo, $rad(G)$. Um **caminho** (*walk*) de extensão k em um grafo G é uma seqüência $v_1 a_1, v_2 a_2, \dots, a_{k-1}, v_k$ de vértices e arcos em G .

Dependendo da configuração de um grafo (ou sistema, neste caso), diferentes propriedades estruturais podem ser definidas. Tais propriedades são estruturais porque são de natureza formal e estão associadas à topologia dos vértices e arcos arranjados no espaço (sendo considerado aqui tanto o espaço euclidiano quanto o n -dimensional. Conf. GORBATOV, 1988; ALEXANDROV, 1973).

Quando um sistema de posições concretas (as migrações, por exemplo) é problematizado teoricamente através dos grafos e suas propriedades, verifica-se que

aquelas relações estruturais (de constrangimento formal), identificáveis pela natureza topológica dos grafos, apresentam correspondência direta com o sistema empírico (BAVELAS, 2002; FLAMENT, 1963; HARARY, 1969; MANBER, 1989).²⁹

Se se analisar os sistemas migratórios com o auxílio de modelos reticulares, ou seja, através das análises de redes sociais (**ARS**), constata-se que a teoria dos grafos pode contribuir para uma compreensão mais rigorosa dos deslocamentos.

A ARS tem se desenvolvido a passos largos nos últimos 50 anos, especialmente com a intensificação dos recursos tecnológicos da informática (SCOTT, 2000; WASSERMAN e FAUST, 1994). Em linhas gerais, as redes sociais são modelos de grafos que representam um conjunto R de relações empíricas (contatos, laços, conexões etc.) dados n conjuntos E de nós (vértices, pontos, atores, etc), de indivíduos, grupos sociais e instituições em diferentes níveis de agregação. Então, formalmente, uma rede social implica $N = (E, R)$ — que, neste caso, é o mesmo que um sistema de grafo, tal como em $G = (V, A)$.

Para a ARS, todas as relações sociais entre indivíduos, instituições e grupos sociais de um sistema social podem ser teorizadas e operacionalizadas como problemas de grafos. Deste modo, procura-se representar e explicar a dinâmica social, os constrangimentos estruturais e individuais (as ações e motivações individuais), através das propriedades formais pertencentes aos grafos (DEGENNE e FORSE, 1999; KNOKE e KUKLINSKY, 1983; WELLMAN, 2002; SCOTT, 2000).³⁰

Empiricamente, constata-se a preponderância das redes sociais na configuração dos sistemas migratórios. Como mostram Douglas GURAK e Fe CACES (1992:151),

“as redes conectam dinamicamente as populações em sociedades expulsoras e receptoras. Servem como mecanismos interpretativos dos dados, informações e outros recursos de ambos os extremos e direções. São estruturas simples que podem se tornar mais complexas à medida que o sistema de migração se transforma. Além disso, a análise de redes possibilita meios de avaliação dos sistemas migratórios que vão além

²⁹ Embora a associação das propriedades estruturais dos grafos com a realidade empírica pareça por demais abstrata, existem diversos estudos em variados campos do conhecimento que revelam a vantagem da modelagem estrutural dos grafos. Como veremos a seguir, a Teoria das Redes Sociais é um desses campos aplicados, onde a Teoria dos Grafos auxilia a interpretação de fenômenos empíricos das sociedades (BAVELAS, 2002; WASSERMAN e FAUST, 1994; WATTS, 1999).

³⁰ Outro recurso fundamental utilizado pela ARS, em associação com a Teoria dos Grafos, é a álgebra linear de matrizes que fornece a base para a construção das matrizes de adjacência e os sociogramas (grafos construídos a partir de matrizes de adjacência), além do campo da matemática moderna conhecida como álgebra relacional (cf. WASSERMAN e FAUST, 1994: cap. 3 e 4).

do foco sobre as motivações dos atores individuais, embora permaneça bastante próximo ao nível das relações humanas concretas”.

Diversos estudos sobre as migrações têm demonstrado a recorrência da função exercida pelas redes sociais nos projetos coletivos e individuais de deslocamento (HUGO, 1981; BOYD, 1989; TILLY, 1990; KRITZ e ZLOTNIK, 1992; GURAK e CACES, 1992; PORTES, 1995; HAGAN, 1998; MASSEY *et al.*, 1987; MASSEY *et al.*, 1998; WALDINGER, 1999; BRETTELL, 2000; SOARES, 2002b; HARDWICK, 2003). Como sugerem MASSEY *et al.* (1987:139),

“as redes migratórias consistem de laços sociais que ligam comunidades expulsoras a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma teia complexa de papéis sociais e relações interpessoais complementares, mantidos por conjuntos informais de expectativas recíprocas e comportamentos prescritos. (...) Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes”.

Com efeito, os migrantes, além de se constituírem como “pessoas em trânsito”, adquirem plena existência social nas **relações** estabelecidas concomitantemente em outros campos de interação (isto é, os vínculos comunitários através das crenças religiosas, os papéis familiares de consangüinidade e afinidade, a adscrição de valores e regras de conduta do grupo étnico, a vida política etc.).

Douglas MASSEY e seus colegas (1987) identificaram as redes sociais como sendo fundamentais para a consolidação do processo migratório internacional, a partir da análise de seis comunidades no interior do México.

Ao entender o processo social da migração como dinâmico, cumulativo e estruturado (interconectado), MASSEY *et al.* (1987:4-6) apontam seis princípios que sintetizariam e definiriam objetivamente o fenômeno migratório: inicialmente, (1) a migração deveria ocorrer segundo um “desequilíbrio” estrutural entre regiões de origem e destino; (2) depois de iniciado, o processo de migração seria sustentado por um fluxo contínuo de trocas, garantido pela criação das redes sociais; (3) a consolidação das redes possibilitaria a diversificação das estratégias migratórias, fortalecendo as organizações familiares e domiciliares; (4) a migração tenderia a ser auto-sustentável, (5) independente

do tempo de duração dos fluxos migratórios e (6) reforçada periodicamente pela ação dos retornados.

Desse modo, os mecanismos de migração se estendem para além dos próprios migrantes e de suas condições particulares de existência. Além dos indivíduos e das estruturas socioeconômicas e culturais de origem e destino, também se deve atentar para os vínculos destes com os não-migrantes e o campo social no qual se inserem (MASSEY *et al.* 1987; TILLY, 1990; GURAK e CACES, 1992).

Finalmente, aqueles aos quais se convencionou aqui denominar *agentes intermediários da migração* (ou simplesmente intermediários) são “peças” fundamentais para a constituição e realização do sistema migratório pois, como mostram diversos estudos sobre as migrações, tais sistemas se constituem de diferentes etapas (laços, arcos) e atores sociais (nós, vértices, indivíduos, grupos ou instituições) que se conectam através de instâncias mediadoras — agências, programas institucionais, agentes, *brokers*, recrutadores etc (MARTIN, 1998; CASTRO, 1998; SOARES, 2002b; SAYAD, 1998; HAGAN, 1998; WILPERT, 1992; SINGHANETRA-RENARD, 1992; TAYLOR, 1990; EELENS e SPECKMANN, 1990; SPAANS, 1994; BREMAN, 1979; MASSEY *et al.*, 1998).

Tais mecanismos intermediários se configuram como estruturas próprias de um sistema social de migração (entendido como um modelo de grafo). Em outras palavras, a própria natureza e organização formal do sistema migratório determina “posições” — e funções para vértices (indivíduos, instituições) e arcos (relações, contatos) — que devem ser “preenchidas” e “esvaziadas”.

Empiricamente, a dinâmica social pode alterar posições e funções, influenciando sobre a natureza formal do sistema. Contudo, há uma ordem lógica estruturada para tais alterações ocorrerem concretamente e que pode ser visualizada e compreendida formalmente através dos modelos de grafos.

Neste sentido, propõe-se a análise de sistemas migratórios empíricos, através de modelos estruturais dos grafos que permitam uma compreensão rigorosa da natureza e da organização das relações entre os diversos atores envolvidos no processo de deslocamento.

3.2. Formulação do problema: para uma hipótese sobre os intermediários

Inicialmente, considere-se um sistema migratório M composto de n vértices V (pontos ou atores) conectados por n arcos A (relações ou contatos), $M=(V, A)$. Concretamente, os vértices ou nós do sistema podem representar **lugares** (territórios de origem ou destino), **comunidades** (grupos ou associações), **instituições** (igrejas, agências, programas institucionais etc.) ou **pessoas**. Os arcos podem representar **relações** (de parentesco, jurídicas, transações comerciais, de hierarquia etc.), **contatos** (físicos, como contigüidade territorial, ou virtuais, como as trocas de mensagens eletrônicas na Internet) ou mesmo **objetos** (por exemplo, uma ponte que conecta dois territórios distintos).

Tal como os grafos, um sistema de migração M pode ser finito ou infinito, de acordo com sua ordem, isto é, o número de vértices contidos em M . Se $M(V)=0$ ou 1 , considera-se o sistema trivial, isto é, já que não se torna possível, concretamente, identificar qualquer deslocamento — se $V=\{1\}$ então $A \leq 1$, visto que a única possibilidade de um arco é o *loop* e, conseqüentemente, não há deslocamento.³¹ Qualquer deslocamento em M só pode existir para $V(M) > 1$ e $A(M) \geq 1$, para $M=(V,A)$.

Assim sendo, o sistema migratório mais elementar a ser considerado é aquele no qual $V=\{2\}$ e $A=\{1\}$, onde $a_1=vu$, para $ME=(V,A)$. Se o arco a_1 em ME (sistema elementar) não possui direção, então o sistema ME será, necessariamente, **não direcionado**. Isto é, as trocas migratórias (e deslocamentos) ocorrem tanto do vértice u para o vértice v quanto de v para u — caso específico das **migrações de fronteira**. Se, para $ME=(V,A)$, $V=\{2\}$ e $A \geq 2$, então se considera o sistema um **multigrafo**, quando mais de um arco incide sobre o mesmo par de vértices em M . De fato, este sistema migratório, representado pelo multigrafo, é apenas um caso elementar de todo multigrafo $M=(V,A)$, para o qual $V \geq 2$ e $A \geq (vn+1)$, sendo um grafo direcionado ou não (ver Figura 3.1).

Nas situações vistas até aqui, os mecanismos intermediários (**I**) são considerados triviais, quando $I(ME)=a_1$ de um sistema elementar, isto é, o mecanismo intermediário é o

³¹ Neste caso específico, deve-se supor que um indivíduo se desloca de seu ponto de origem e, sem interrupções ou paradas em seu caminho, retorna imediatamente para o lugar de origem. Então, numa hipótese esdrúxula, não haveria deslocamento formal como o subentendido pelas definições censitárias para a migração.

único arco que liga os vértices u e v de ME em um sistema **elementar e direcionado** de multigrafo.

Além disso, podem ocorrer casos especiais, como nas migrações de fronteira, quando os intermediários podem ser as pontes que conectam dois países ou, ainda, os meios de transporte entre duas localidades. Então, se $M(V,A)$ tal que $V=2$ e $A=1$, onde $a_1(A)$ é obrigatoriamente recíproco, e existe um caminho (*walk*) $W(M)=(uv, vu)$, considera-se que qualquer dos vértices u e v em $V(M)$ podem se constituir como intermediários do sistema — u é intermediário de v , e v é intermediário de u , desde que a_1 seja um arco recíproco. Se $a_1=uv$, para $uv \neq vu$, então o arco é direcionado de u para v , e não há intermediação.

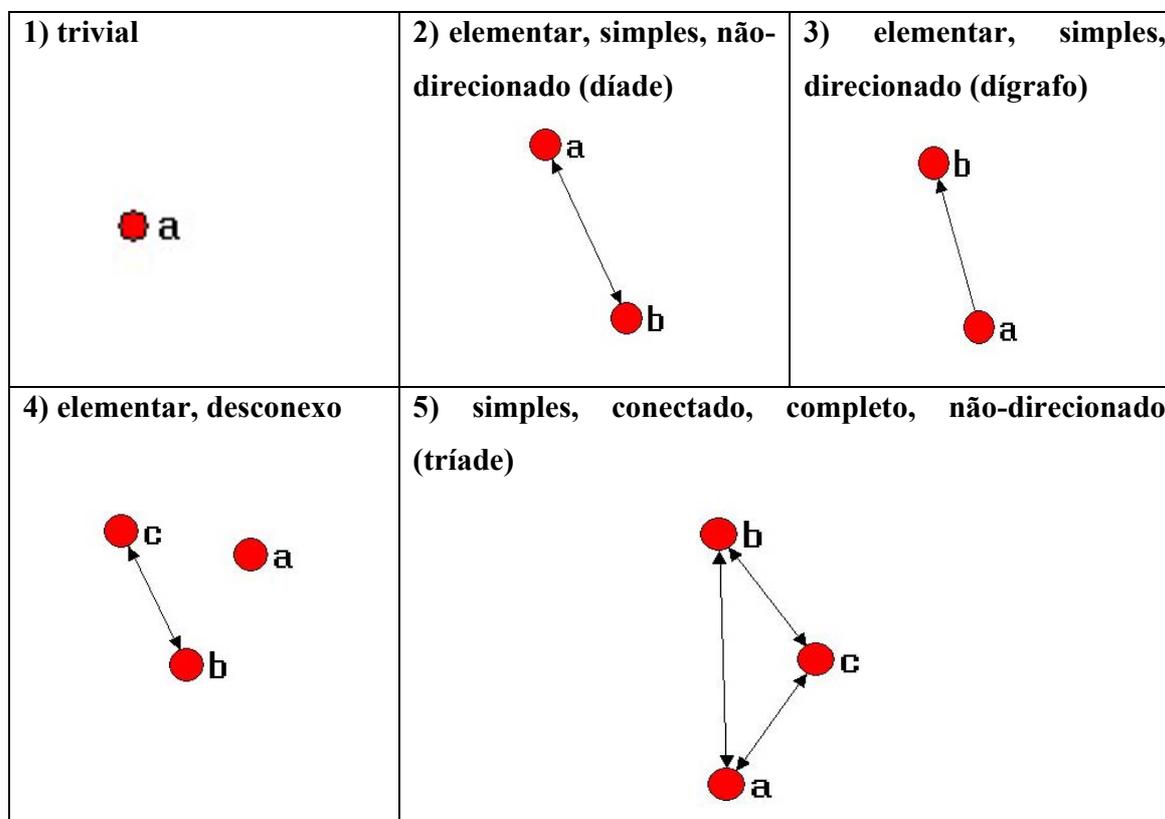
Agora, considerem-se sistemas não triviais ou elementares. Isto é, $M(V, A)$ tal que $V > 2$ e $A \leq 1$. Neste caso, tem-se um grafo **não conectado** e **não completo**, pois contém ao menos dois componentes (um **subgrafo trivial** $Ms_1=\{v_1\}$, e um **subgrafo maximal** $Ms_2=\{(v_2,v_3), (a_1)\}$). Tal sistema desconexo pode representar a situação em que dois indivíduos migrantes se relacionam, enquanto um terceiro, no mesmo sistema migratório, por exemplo, membro da comunidade imigrante mas sem contato com os anteriores, permanece isolado, isto é, sem intermediação com os outros dois.

Expandindo-se tal sistema M para casos gerais em que todo

$$\mathbf{M(V, A)=\{(V \geq 2), (A \geq 2)\}} \quad (1),$$

definem-se as condições fundamentais para a representação estrutural de todos os sistemas migratórios não triviais, elementares ou não (assumindo-se arcos recíprocos ou não).

Figura 3.1: Tipos de grafos



Fonte: WASSERMAN e FAUST (1994)

Até aqui, viu-se apenas o caso em que os mecanismos intermediários são representados por um único arco $I(M)=a_1$, para $a_1=(uv, vu)$, onde $V(M) \geq 2$. A particularidade deste caso se resume no fato de que o intermediário seja, necessariamente, identificado com e dependente do arco de M . Contudo, se o sistema tem $V(M) \geq 2$ e $A(M) \geq 2$ como na equação geral (1), então os intermediários podem ser representados não apenas por arcos, mas também por vértices.

Com efeito, ao se considerar para todo sistema migratório $M(V, A)=\{(V \geq 2), (A \geq 2)\}$ tal que ao menos um arco $a_1(A)$ qualquer seja recíproco, então, necessariamente, existirá um caminho em $W(M)=(uv, vu)$, sendo que, para \forall subgrafo $M_s=\{(V \geq 2), (A \geq 2)\}$ o grau de ao menos um dos vértices, $dv(M)$, será maior que 1. Em uma equação geral para a representação dos intermediários como vértices de M , considera-se que, para todo

$$M(V, A) = \{(V \geq 2), (A \geq 2)\} \exists W(M) = (uv, vu) \mid dv(M) > 1, \forall Ms = \{(V \geq 2), (A \geq 2)\} \quad (2).$$

Dessa forma, pode-se agora definir a primeira proposição para um modelo estrutural dos sistemas migratórios com relação ao papel desempenhado pelos intermediários.

Proposição 1: Se o sistema migratório se define formalmente como $M=(V, A)$, pela presença de um conjunto $V(M)$ de vértices e de $A(M)$ arcos, os mecanismos intermediários podem ser identificados para todos os casos em que (2) for válido. Então, $I(M) = M(V,A) = \{(V \geq 2), (A \geq 2)\}$, onde $\exists W(M) = (uv, vu) \mid dv(M) > 1, \forall Ms = \{(V \geq 2), (A \geq 2)\}$. Segundo esta proposição geral, os intermediários podem ser representados tanto pelos vértices quanto pelos arcos de M .

Empiricamente, os mecanismos intermediários podem ser tratados como as estruturas conectivas de um sistema migratório, ou seja, tanto partes ou objetos constituintes dos trajetos ou meios do deslocamento, quanto os atores, comunidades ou instituições que desempenham o papel de mediação entre os fluxos migratórios. Portanto, numa primeira consideração, os intermediários são “conexões” entre pontos de partida e de chegada; são estruturas que possibilitam ou não os vínculos entre migrantes, comunidades e instituições.

Se se considera que a proposição 1 é observada empiricamente, então pode-se afirmar que as propriedades estruturais dos grafos com as características da fórmula em (2) será também válida para os sistemas migratórios concretos.

Dois invariantes estruturais (topologia) fundamentais dos grafos são o número de vértices e o número e natureza dos arcos. Isto é, se em diferentes sistemas representáveis como grafos se conservam os números de vértices e de arcos, e a natureza dos arcos (direcionado ou não, recíproco ou não), então, pode-se afirmar que tais sistemas estarão sob as mesmas determinações estruturais (porque são formais) do grafo (DIESTEL, 2000; HARARY, 1969).

Entre algumas importantes propriedades topológicas dos grafos destacam-se a conectividade, a simetria e a transitividade. Os mecanismos intermediários são condicionados formalmente por tais propriedades e, de acordo com o padrão de

organização destes mecanismos em um grafo (por exemplo, uma rede), podem-se identificar características mais específicas e/ou gerais dos sistemas migratórios.

A **conectividade** de um grafo (sistema) é dada, trivialmente, pela razão de vértices adjacentes em relação ao número total de vértices, $con = V_{adj}(M)/V(M)$. Quanto mais próximo de 1 mais conectado é o grafo, e quanto mais próximo de 0 menos conectado será. Como os vértices de um grafo podem ser alcançados por trilhas maiores que 1 passo (para $p > 1$, p não adjacente), a conectividade pode ser redefinida de acordo com o parâmetro dos graus dos vértices $d(V)$, trilhas $p(M)$ contidas nos grafos e, conseqüentemente, as distâncias $w_k(M)$ encontradas em cada grafo. Desse modo, é possível considerar a análise de grafos incompletos e desconexos, onde se arranjam ao menos 2 subgrafos maximais.

Os graus dos vértices em M fornecem uma medida da “**atividade**” de cada vértice, além da preponderância (**centralidade**) de cada vértice em relação aos outros do sistema — isto é, quantos são capazes de conectar e quais são aqueles vértices que conectam mais ou menos em relação aos demais. Quando todos os vértices $V(M)$ e seus respectivos arcos $A(M)$ são ponderados em relação ao grafo total $M(V, A)$, então se estabelece uma medida geral de **densidade** do sistema (isto é, a proporção de laços existentes para os laços possíveis. WASSERMAN e FAUST, 1994:100-1)

Quando se consideram as distâncias entre os vértices e o número de arcos entre dois vértices em M , percebe-se que tais parâmetros (trilha, caminho, ciclo, distância geodésica) são fundamentais para a determinação da conectividade e suas implicações para o sistema M . Em linhas gerais, se todos os vértices $V(M)$ são conectados por uma trilha simples ($p=1$, uma geodésica), então o sistema M é dito **fortemente conectado, completo e adjacente**, pois qualquer vértice do sistema pode ser alcançado com apenas um passo, sem a necessidade de um intermediário. Se, por outro lado, qualquer vértice $V(M)$ só pode ser alcançado por qualquer outro através de um caminho $w > 1$, então o sistema é não conectado (de fato, fracamente conectado) e, possivelmente, com mais de um componente.

A variação de conectividade, que pode ocorrer de acordo com a variação de cada parâmetro em M , determina a distinção estrutural entre diversos sistemas não isomórficos. Assim, grafos com o mesmo número de vértices, mas graus e distâncias diferentes, apresentam, formalmente, padrões distintos de conectividade.

A **simetria** em um grafo implica a **reciprocidade** e o **equilíbrio** das relações, expressas pelos arcos incidentes entre dois vértices. Formalmente a simetria é uma propriedade das relações R contidas em um grafo M . Uma relação $r(R)$ é simétrica em M se, e apenas se, demonstra a propriedade vRu e uRv para todos os v e u (vértices) em M . Isto é, o par ordenado $(nv, nu) \in R$ se, e apenas se, $(nu, nv) \in R$. Se o grafo for direcionado e/ou valorado (se vértices e arcos forem ponderados por valores de força, quantidade, intensidade, estado etc.) então, a simetria de todo o sistema pode ser avaliada por medidas de balanceamento estrutural (cf. WASSERMAN e FAUST, 1994: cap. 6; FLAMENT, 1963). Grafos pouco simétricos determinam tendências estruturais de concentração da força, poder, atividades, influência, destino etc. sobre vértices específicos, em detrimento de outros vértices em M . Grafos não direcionais são, necessariamente, simétricos.

A **transitividade** é uma propriedade formal dos grafos e emerge dos subgrafos maximais componentes de M , especificamente os tipos de subgrafos considerados **tríades** ($V_s=3, A_s=3$). Um grafo M é transitivo se para toda relação R onde vRu e uRk , então vRk (WASSERMAN e FAUST, 1994:165). A transitividade em um grafo expressa uma organização padrão dos fluxos de trocas entre os vértices. Quanto maior a transitividade em um grafo, isto é, quanto maior a proporção de tríades em relação ao número de vértices em M , maior a **circularidade** dos fluxos de troca, mais **dinâmico, conectado** (coeso) e **recíproco** é o grafo.

Combinando-se essas propriedades topológicas analisadas até aqui, derivam-se outras propriedades estruturais secundárias, como densidade, centralidade, intermediação, coesão, grau de influência (ou poder), circularidade, semelhança estrutural (isomorfismo de posições e relações entre grafos), entre outras (ver quadro 3.1).³²

³² Tais propriedades podem ser mais ou menos específicas, dependendo de cada caso empírico. Neste estudo apenas algumas dessas propriedades serão analisadas segundo os estudos de caso nos capítulos seguintes. (Para maiores detalhes sobre cada uma dessas propriedades cf. WASSERMAN e FAUST, 1994; DEGENNE e FORSÉ, 1999; WATTS, 1999; SCOTT, 2000; KNOKE e KUKLINSKY, 1983, BURT, 1992 e 2001; GRANOVETTER, 1973).

Quadro 3.1: Propriedades estruturais dos grafos

Propriedades	Associações Fundamentais	Interpretação
1. conectividade	distâncias e graus dos vértices	conect.+ = coesão+, estabilidade+
2. simetria	reciprocidade dos vértices e equivalência dos arcos	simet.+ = força dos laços+, reciproc.+ , trans.+
3. transitividade	adjascência dos vértices e reciprocidade	trans.+ = circul.+ , embedded.+ , coesão+, estabilidade+
4. circularidade	Conectividade e transitividade	circul.+ = fluxos+, concentração de intermed. -
5. embeddedness	graus dos vértices, reciprocidade e força dos arcos	embedded.+ = densidade+, centralidade+, coesão+

Fonte: WASSERMAN e FAUST, 1994; DIESTEL, 2000.

Sejam agora consideradas as três propriedades fundamentais (conectividade, simetria e transitividade) dos grafos. Pode-se identificar em qualquer grafo propriedades formais, derivadas das anteriores, que qualificam posições estruturais exclusivas segundo padrões exclusivos e pertencentes somente ao conjunto dessas posições. Tais propriedades recebem o nome de **acessibilidade** (*reachability*) e **intermediação** (*betweenness*) e são representados pelo conjunto de “vértices-obstáculo” (*cutpoints*) e “arcos-obstáculo” (*linecuts*) (WASSERMAN e FAUST, 1994: 112-7; DIESTEL, 2000:10-1).

Na terminologia da ARS aos vértices-obstáculo e arcos-obstáculo, estabelecidos nas redes em posições estruturais exclusivas, são associados, respectivamente, os papéis empíricos dos chamados **agentes** (*brokers*) e **pontes** (*bridges*).

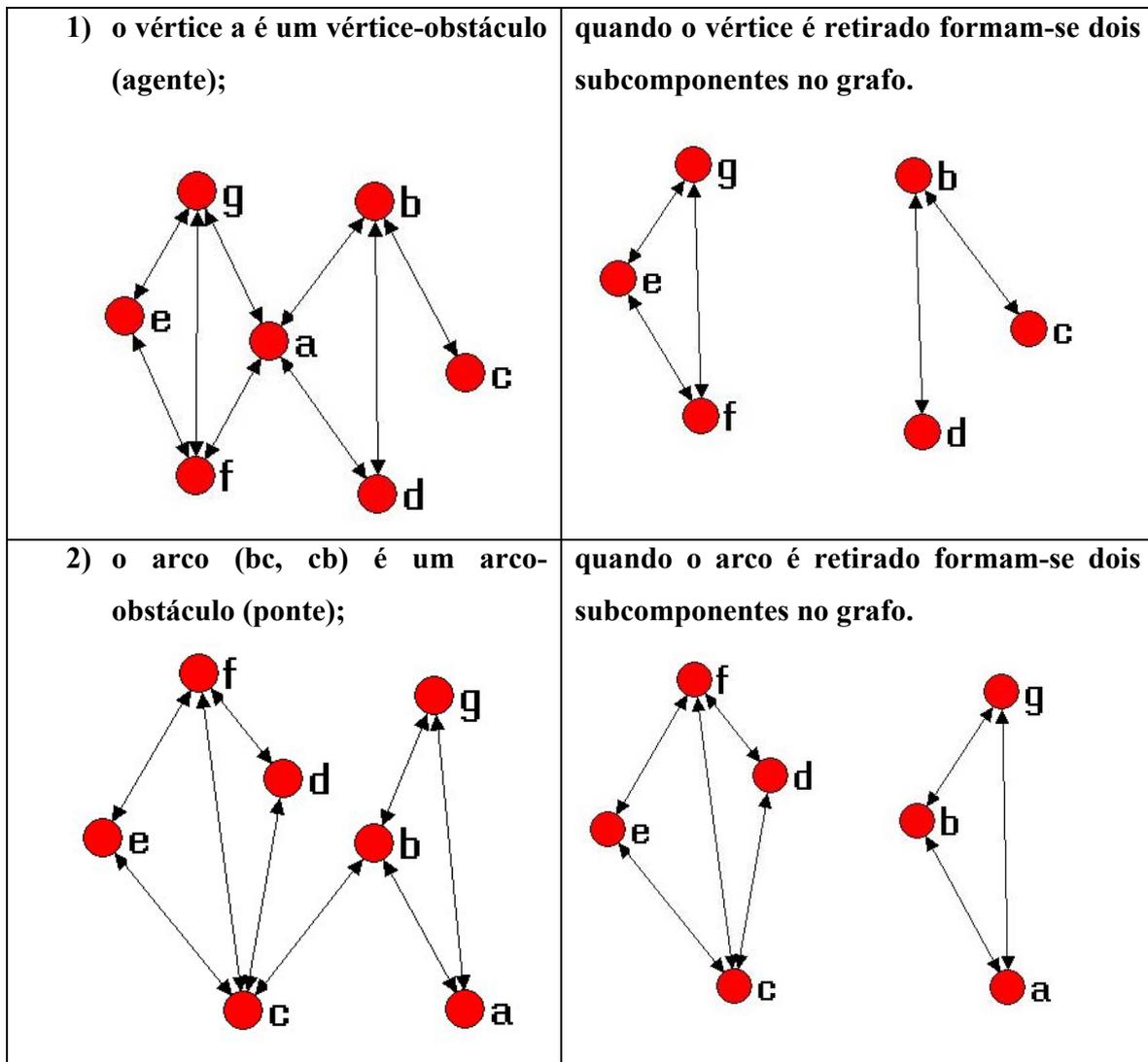
Um vértice v qualquer de M é um vértice-obstáculo se o número de componentes em um grafo M que contém v é menor que o número de componentes no subgrafo gerado em M após a exclusão de v . Isto é, considere um grafo $M=(V, A)$ onde $v_1 \in V(M)$, e o

subgrafo $M_s = ((V - v_1), (A - a(v_1)))$. O vértice v_1 é um vértice-obstáculo se $M_s(M) < M_s(M) - v_1$.

Um arco a qualquer de M é um arco-obstáculo se o número de componentes no grafo M que contém a é menor que o número de componentes no subgrafo gerado em M após a exclusão de a . Considere um grafo $M=(V, A)$, onde $a_1 \in A(M)$, e o subgrafo $M_s = ((V - v(a_1)), (A - a_1))$. O arco a_1 é um arco-obstáculo se $M_s(M) < M_s(M) - a_1$ (WASSERMAN e FAUST, 1994: 112-114).

O conceito de vértice-obstáculo e arco-obstáculo é crítico para análise dos grafos porque a remoção de um vértice ou arco de intermediação pode alterar completamente a topologia do grafo original. Por isso tais vértices e arcos, que ocupam posição estrutural exclusiva em um sistema (uma rede de relações), recebem atenção especial quanto às suas propriedades formais (**acessibilidade**, **intermediação**, **brokerage**) e identificação com os papéis dos agentes e pontes em uma rede social (ver Figura 3.2).

Figura 3.2: Estruturas intermediárias, agentes e pontes



Fonte: WASSERMAN e FAUST (1994)

Assumindo-se que todas as propriedades formais variam em função dos parâmetros $V(M)$ e $A(M)$, e que os mecanismos intermediários $I(M)$, respeitando a equação (2), podem se constituir em vértices e/ou arcos de M , então a condição estrutural dos intermediários (posição relativa $i(I(M))$ em $M(V, A)$) implica uma propriedade exclusiva para todo $I(M)$ que se expressa pela equação (3),

$$I(M)=M(V^*, A^*), \text{ onde } V^*(M)=vk \in \{Ms(M) < Ms - vk\} \text{ e } A^*(M)=ak \in \{Ms(M) < Ms - ak\} \quad (3).$$

A partir dessa equação geral (3), é plausível estabelecer uma segunda proposição em relação ao papel desempenhado pelos mecanismos intermediários nos sistemas de migração.

Proposição 2: Se a primeira proposição é observada para todo $M(V, A)$, então os intermediários da migração serão identificados segundo propriedades estruturais exclusivas tais que todos os intermediários $I(M)$ sejam agentes intermediários (vértices-obstáculo) ou pontes (arcos-obstáculo). Portanto, para todo e qualquer intermediário no sistema migratório, a equação $I(M)=M(V^*, A^*)$, onde $V^*(M)=vk \in \{Ms(M) < Ms - vk\}$ e $A^*(M)=ak \in \{Ms(M) < Ms - ak\}$ é válida e suficiente.

Por conseqüência, tem-se esboçada a hipótese principal sobre os mecanismos intermediários:

Hipótese 1: todo intermediário é um ator ou laço de uma rede migratória que ocupa uma posição estrutural singular, responsável pela conexão com outros atores e laços do sistema.

Hipótese nula: existe um vértice ou arco qualquer em M que, observando a equação (3), não desconecta M .³³

Seguem-se hipóteses secundárias derivadas:

Hipótese 2: todo intermediário em um sistema migratório possibilita o alcance de um vértice u ou arco a' do sistema M por um vértice v ou arco a .

Hipótese 3: a preponderância (centralidade, densidade, poder etc.) de um intermediário é medida pelo número de subgrafos gerados em um grafo M após sua exclusão.

³³ A hipótese nula foi esboçada aqui apenas no sentido de reforçar e complementar descritivamente a hipótese principal. De fato, a hipótese nula já foi testada indutivamente através da formulação das equações (2) e (3) e a análise dos vértices-obstáculo e arcos-obstáculo (DIESTEL, 2000:10-1; WASSERMAN e FAUST, 1994:112-4).

Hipótese 4: um conjunto de vértices e arcos não-intermediários pode constituir um subgrafo (componente) intermediário, ou seja, se em conjunto desconectam o grafo original.

Hipótese 5: a conectividade, a simetria e a transitividade de um sistema migratório (representado pela rede social da migração) determinam as posições estruturais exclusivas ocupadas pelos intermediários. Portanto, a partir da detecção dessas propriedades para todo grafo M , pode-se estabelecer a quantidade, as relações e características atribuídas aos intermediários do sistema migratório.

Hipótese 6: qualquer sistema de migração pode ser classificado em função da ordem, padrão e natureza das **posições estruturais intermediárias relativas**.

Além da hipótese 1 (e por extensão, a hipótese 4), talvez a hipótese 6 também seja a mais importante neste estudo. Afinal, o maior objetivo, além da definição formal dos mecanismos intermediários dos sistemas de migração, é estabelecer uma relação concreta entre uma tipologia dos intermediários e uma tipologia dos sistemas de migração.

Antes de avançarmos sobre a análise dos casos empíricos nos dois capítulos seguintes, é preciso deixar claro que a metodologia especificada até aqui tem como princípio constitutivo a lógica formal. Em outras palavras, toda sistematização dos modelos de grafo, baseados na Teoria dos Grafos combinada aos algoritmos desenvolvidos pela Análise de Redes Sociais, constitui-se de uma aplicação prática de lógica — e, nesse sentido, está mais próxima da matemática intuitiva dos pitagóricos e da geometria euclidiana do que da aritmética ou cálculo moderno.

Desse modo, devo dizer que a idéia de combinar a lógica pura e dedutiva da matemática dos grafos, e seus algoritmos mais elementares, com a análise relacional dos sistemas de migração (especialmente através da representação de tais sistemas como redes sociais), não deixa de ser exercício trivial, embora de certa originalidade, visto que não se encontra outra referência semelhante na literatura especializada.

Como foi afirmado logo no início deste capítulo, reitero que tal exercício de representação e análise não pretende ser definitivo sobre as abordagens possíveis do fenômeno migratório. Talvez a maior dificuldade encontrada por nosso senso comum para a justificativa de um modelo estrutural e formal das migrações, mesmo que

conscientemente entendido como tipo ideal, seja a abstração quase intuitiva das pessoas e suas relações que compõem um sistema migratório em vértices e arcos.

Embora não esteja no escopo desta tese, é preciso dizer que estudos mais recentes, da física e biologia à geografia e antropologia (WHITE, 1992; MISCHÉ e WHITE, 1998; WATTS, 1999; BARABASI, 2002; NEWMAN, 2003), têm demonstrado que as propriedades estruturais dos sistemas biológicos, físicos e sociais (a chamada topologia dos grafos, que são constrangimentos formais apenas), são de fato estruturas invariantes e universais, por um lado, que especificam sistemas concretos e singulares, por outro.

Para um exemplo interessante sobre essa questão, DUNCAN WATTS (1999) comparou diversos modelos de grafos a sistemas sociais, elétricos, biológicos e organizacionais, chegando à conclusão de que as topologias desses diferentes sistemas são muito semelhantes entre si. Para os sistemas biológicos de insetos em uma única árvore, o mesmo modelo de um sistema social (por exemplo, as redes sociais em uma grande metrópole) pode ser utilizado como representação das propriedades formais mais importantes.

O modelo proposto por WATTS para a compreensão dos sistemas sociais ficou conhecido como “modelo do mundo pequeno”, e representa a topologia das redes sociais em geral. Segundo tal modelo, qualquer pessoa entre os quase 7 bilhões de seres humanos do planeta pode conhecer uma outra pessoa, através de 6 indivíduos, em média (caricaturalmente conhecido como o problema dos “seis graus de separação”).

Contudo, o que interessa neste modelo é o fato de WATTS estabelecer uma característica única para o comportamento das redes sociais — por definição, a característica das relações sociais entre pessoas e suas posições ocupadas na estrutura social. Segundo essa característica, WATTS nos mostra que toda rede (sistema) social é constrangida formalmente por uma topologia singular, pertencente a uma família de grafos conhecidos como “grafos relacionais” de mundo pequeno. Suas propriedades estruturais fundamentais são: baixíssima concentração ou aglomeração e, ao mesmo tempo, diâmetro reduzido e limitado a poucos passos (WATTS, 1999: cap.3).

Segundo WATTS, a Teoria dos Grafos estabelece 3 classes de famílias de grafos: aleatórios, semi-ordenados e ordenados. Em uma gradação estrutural, o modelo do mundo pequeno se situa na família de grafos semi-ordenados, mas chamado especificamente de

grafos relacionais, pois os seus vértices são indivíduos que interagem uns com os outros, podendo também exercer constrangimentos de tipo não formal.

Portanto, a realidade social (das redes) se coloca entre dois extremos: sistemas aleatórios e estritamente ordenados. Para WATTS (1999:19),

“embora esses casos sejam extremos opostos em um *continuum* estrutural ambos compartilham a característica essencial de sua estrutura local refletir (exatamente ou probabilisticamente) sua estrutura global e, por conseqüência, a análise baseada em conhecimento estritamente local é suficiente para capturar as estatísticas da rede inteira. Isto é, em um sentido objetivo, elas [as estruturas locais e globais] são semelhantes em todo e qualquer lugar do sistema”.

As implicações desse modelo para a análise da migração são particularmente interessantes, pois, como veremos, a maioria dos sistemas migratórios (sendo em essência sistemas de redes sociais) são bastante esparsos, desconexos e pouco concentrados (à semelhança de um queijo suíço, com muito mais espaços vazios). Além disso, correspondendo ao modelo de mundo pequeno, as distâncias entre as pessoas (devido às fortes conexões das redes pessoais e de amizade), o número de intermediários e passos no sistema são bastante curtos e reduzidos — ou seja, diâmetro pequeno da rede e, provavelmente, segundo as implicações do modelo de WATTS, estruturas locais e globais similares.

Em outras palavras, os sistemas de migração podem ser melhor representados como modelos de mundo pequeno, onde as propriedades fundamentais pertencentes aos grafos relacionais semi-ordenados podem nos ajudar a entender como constrangimentos formais potencializam a ação de algumas posições específicas (como os intermediários), e qual padrão das relações se encontram no sistema.

Assim, pesquisas futuras poderiam compatibilizar os modelos estruturais de migração aos modelos de mundo pequeno e verificar, em que medida, poder-se-ia estabelecer novas conexões de sentido para o fenômeno migratório.

4. Análise estrutural de oito sistemas empíricos de migração

Neste capítulo se propõe a análise de estudos de caso que focalizem os mecanismos intermediários no processo migratório. A escassez de pesquisas publicadas e a falta de preocupação em teorizar os mecanismos intermediários da migração tornaram o trabalho de identificação, compilação e análise de casos muito mais árduo e delicado.

Inicialmente, pensou-se na aplicação da meta-análise aos casos listados. Entretanto, a qualidade, a diversidade e outras limitações técnicas de cada descrição empírica não permitiram tal procedimento metodológico.

Segundo Frederic WOLF (1986:10), a meta-análise é um recurso metodológico que permite a revisão quantitativa e a síntese da literatura científica sobre determinado tema. Ela pode ser entendida como a “análise da análise” e utiliza os resultados publicados por meio de estatísticas apropriadas (medidas de tendência central, coeficientes beta, *eigenvalues*, correlações etc.) para a comparação de tendências causais e padrões de correlação entre variáveis semelhantes de um mesmo problema empírico (WOLF, 1986:11-4).

A maior limitação da meta-análise para este estudo sobre as migrações se deve ao fato de que, entre os raros estudos de caso encontrados sobre os mecanismos intermediários (16 casos gerais que serviram de base para este capítulo), apenas 1 (um) estudo produziu medidas estatísticas utilizáveis pela meta-análise (TZENG, 1995).

Além do fato de grande parte dos trabalhos serem, basicamente, narrativas ou baseados em descrições etnográficas, apenas 7 estudos de caso (BREMAN, 1978, 1979; SPAANS, 1994; SINGHANETRA-RENARD, 1992; EELENS e SPECKMAN, 1990; TAYLOR, 1990; RADCLIFFE, 1990; CASTRO, 1998) focalizaram especificamente o papel dos intermediários no processo migratório. Os demais estudos são, de fato, pesquisas sobre as redes sociais de imigrantes, estudos sobre remessas, reunificação familiar ou formação de enclaves étnicos que, em determinado momento, expõem a preponderância limitada dos agentes e *brokers*.

Contudo, a análise de 16 casos empíricos possibilitou a revisão e síntese das propriedades estruturais de cada sistema concreto de migração. Por meio da Teoria dos Grafos e da ARS, foi possível extrair, de cada caso, um “modelo” de grafo ou sistema

específico que, a partir de uma análise comparativa sistemática, permitiu uma espécie de meta-análise “branda” entre os 16 casos e melhor compreensão do papel desempenhado pelos intermediários nos sistemas migratórios.

Por questões práticas e com o objetivo de tornar a compreensão deste estudo mais simples e acessível, apresenta-se adiante o desenvolvimento da análise comparativa entre 8 casos emblemáticos, mais completos e interessantes, sobre o papel dos intermediários — os demais casos se encontram nas tabelas em Anexo.³⁴

Em linhas gerais, os procedimentos a seguir revelam a tentativa de uma análise estrutural, inicialmente aplicada aos 16 sistemas empíricos de migração, com destaque para as funções e relações dos mecanismos intermediários.

4.1 Estudos de caso e as propriedades estruturais dos sistemas de migração

Nos estudos de caso a seguir, procurou-se definir os parâmetros estruturais que possibilitassem a compreensão e a análise objetiva dos mecanismos intermediários. Deve-se ter em mente que a análise estrutural privilegia as *relações entre posições* no sistema, e não o conteúdo dessas posições. Deste modo, diferentes atores podem, eventualmente, preencher as funções de intermediação, embora, concretamente, apenas atores específicos desempenhem efetivamente o papel de intermediário (agente, recrutador, *broker*, *middlemen* ou atravessador).

No Quadro 4.1 a seguir, identificam-se os 8 casos comparados neste capítulo, por tipo de migração (interna, internacional, ilegal, reunificação etc.), período estudado, locais (territórios) envolvidos, composição do grafo (número de vértices e arcos) e intermediação (nomes dados aos supostos agentes intermediários). No Quadro 4.2, encontra-se a relação das propriedades do grafo (algumas propriedades com os coeficientes gerais do sistema).

Deve-se esclarecer que os nomes dados aos intermediários, neste primeiro instante, são, de fato, categorias nativas (ou especificadas pelos autores) dadas aos indivíduos ou instituições que desempenham, empiricamente, o papel de intermediação ou agenciamento nas trajetórias dos migrantes desses sistemas. Como se verá à frente, pode ocorrer que essas

³⁴ Em Anexo, encontram-se os demais casos estudados para este capítulo e que, por motivo de espaço, foram colocados à parte.

categorias nativas nem sempre coincidam com a categoria analítica gerada pelos algoritmos das propriedades de intermediação (especificamente, os vértices-obstáculo ou arcos-obstáculo).

Quadro 4.1: Análise comparativa de 8 sistemas de migração

CASOS	TIPO	PERÍODO	LOCAL	COMPOSIÇÃO M(V, A)	INTERMEDIÁRIO
1. Breman, J.	Interna; circular;	1970-80	Índia (Gujarat);	M=(6, 8)	1. broker (<i>mukadam</i>); 2. líder de equipe (<i>koytavalá</i>); 3. gerente de usina;
2. Castro, G.	Internacional; Ilegal;	1990-98	México, EUA;	M=(7, 10)	1. <i>coyote</i> local; 2. <i>coyote</i> local/fronteira; 3. <i>coyote</i> fronteira (<i>business</i>);
3. Eelens, F./ Beckmann, J.	Internacional; Ilegal;	1976-86	Sri Lanka, Oriente Médio;	M=(10, 17)	1. recrutadores locais; 2. subagentes ilegais; 3. recrutadores (destino); 4. agências particulares e governamentais (BFE);
4. Hagan, J.	Internacional; Ilegal;	1978-93	Guatemala, EUA;	M=(7, 9)	1. Juan e Carmen Xuc; 2. americanos residentes; 3. familiares mayas;
5. Radcliffe, S.	Interna; rural-urbana;	1975-85	Peru (andino)	M=(7, 11)	1. <i>enganchadores</i> ; 2. padrinhos; 3. familiares;
6. Singhanetra- Renard, A.	Interna; Internacional; Ilegal;	1975-86	Tailândia, Oriente Médio;	M=(8, 11)	1. retornados; 2. sindicatos; 3. subagentes ilegais; 4. Patrões (vilas); 5. agências internacionais;
7. Spaan, E.	Internacional; peregrinação; Ilegal;	1975-1990	Java, Malásia, Oriente Médio;	M=(7, 9)	1. líder local (<i>calo</i>); 2. broker (<i>taikong</i>); 3. subagentes (ilegais); 4. agências de trabalho;
8. Taylor, J.	Internacional; Interna;	1970-80	Botswana; África do Sul;	M=(6, 10)	1. agentes; 2. escritório governo (<i>TEBA</i>); 3. agência particular.

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Assim, a ocorrência freqüente de posições intermediárias sem, contudo, que as mesmas sejam identificadas formalmente aos vértices-obstáculo ou arcos-obstáculo, sugere sistemas com fracas posições intermediárias, fluxos difusos e alta competição entre os agentes. Nesse sentido, os atores apresentados no quadro anterior representam intermediários genéricos, isto é, todos aqueles que se interpõem entre dois outros atores do sistema. A rigor, qualquer indivíduo pertencente a um sistema de migração, que não seja o próprio migrante, pode ser considerado e agir, eventualmente, como intermediário. Contudo, como se pretende mostrar, observando a hipótese 1, a atuação de intermediação

deve coincidir formalmente com a ocupação de uma posição estrutural intermediária para que seja empiricamente forte e efetiva.

As propriedades estruturais apresentadas no Quadro 4.2 dizem respeito à conectividade, reciprocidade, circularidade e transitividade dos sistemas. As medidas de **densidade** especificam o grau de atores (e suas respectivas posições) “ativos” na rede. Como medida global, a densidade sugere o padrão de trocas e contatos entre os atores. Quanto mais próximo de 1, mais densa e ativa será a rede, ou seja, será tendencialmente mais integrada e dinâmica (WASSERMAN e FAUST, 1994:164).

A medida de **centralidade** se baseia no grau dos vértices presentes no grafo.³⁵ Essa é uma medida global de centralização que pondera o grau de cada ator do grafo em relação aos demais atores. A medida detecta a distribuição relativa das atividades de cada ator e fornece uma escala de concentração das “atividades” (0 a 1) sobre um ator genérico (de referência). Quanto mais próximo de 1 mais centralizada e heterogênea será a rede, pois as atividades estarão concentradas sobre um único ator e posição (WASSERMAN e FAUST, 1994:178-80). Como se tratam de dígrafos (relações direcionadas), as medidas de centralidade expressam a posição relativa de cada ator segundo o grau de arcos recebidos (*in-degree*) e enviados (*out-degree*).

A **transitividade** aponta o equilíbrio estrutural entre as diversas posições e a capacidade de circulação de informações e recursos em uma rede (WASSERMAN e FAUST, 1994:220-2). No caso de relações direcionadas, como todos os estudados aqui, a transitividade não pode ser medida diretamente. Assim, utilizou-se a medida do coeficiente de aglomeração (*clusterability coefficient*) que funciona como *proxy* para transitividade em dígrafos (BORGATTI *et al.*, 2002:172). Quanto maior o índice maior a tendência para aglomeração e transitividade.

A medida de **coesão** utilizada aqui se baseou na distância geodésica entre os vértices do grafo (associando o parâmetro estrutural de número de arcos). A medida computada de distâncias fornece o índice de coesão interna da rede e, entre parênteses, o número médio de passos (*path*) entre dois vértices — número de passos acima de 1.0 implica a presença

³⁵ Existem diferentes medidas de centralidade, e aqui se optou pela mais geral e mais dependente de um importante parâmetro do grafo, o número de vértices. Além do grau de centralidade, existem as medidas de centralidade de intermediação, que foram computadas aqui como medidas de fluxos (WASSERMAN e FAUST, 1994: cap. 5).

de intermediários entre os atores. O índice de coesão indica estabilidade e conectividade do grafo. Quanto mais próximo de 1, mais coeso, estável e conectado será à rede (WASSERMAN e FAUST, 1994: 270-3).

A medida de **fluxos** também expressa a centralização do grafo, entretanto, leva em consideração a centralidade dos atores mais intermediários, ou seja, pelos quais passam mais arcos (expressando informações e recursos). A medida de fluxos (*inbetweenness*) é dada como porcentagem e, quanto mais alta, maior será a concentração de todos os fluxos da rede sobre um único ator ou posição. Desse modo, quanto mais alto o índice de fluxos, mais heterogênea, concentrada e restrita será a rede.

No Quadro 4.2, a seguir, compara-se os 8 casos segundo as propriedades gerais descritas acima. Os casos estão ordenados alfabeticamente.

Quadro 4.2: Comparação das propriedades estruturais em 8 sistemas de migração

CASOS	DENSID.	GRAU (out;in)	TRANSIT.	COESÃO (dm)	INTERMED. (central.)
1. Breman	0.300	36%; 36%	0.438	0.400 (1.6)	26%
2. Castro	0.238	31%; 31%	0.205	0.349 (1.6)	24%
3. Eelens/Beckmann	0.189	28%; 16%	0.274	0.272 (1.6)	4%
4. Hagan	0.214	33%; 33%	0.205	0.321 (1.5)	30%
5. Radcliffe	0.333	58%; 19%	0.303	0.433 (1.5)	15%
6. Singhanetra-Renard	0.196	27%; 27%	0.130	0.305 (1.8)	10%
7. Spaan	0.214	14%; 14%	0.176	0.333 (1.7)	14%
8. Taylor	0.333	56%; 56%	0.240	0.350 (1.1)	1%

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Legenda: 1. Breman: Índia (Gujarat), 1970-80, *mukadam*;

2. Castro: México/EUA, 1990-98, *coyote*;

3. Eelens/Beckmann: Sri Lanka/Arábia Saudita, 1976-86, *sub-agentes/BFE*;

4. Hagan: Guatemala/EUA (Houston), 1978-93, *Juan e Carmen Xuc*;

5. Radcliffe: Peru, 1975-85, *enganhachadores/padrinhos*;

6. Singhanetra-Renard: Tailândia/Oriente Médio, 1975-86, *sub-agentes/sindicatos*;

7. Spaan: Java/Malásia/Arábia Saudita, 1975-90, *calo/taikong*;

8. Taylor: Botswana/África do Sul, 1970-80, *agentes/TEBA*;

De maneira geral, todos os sistemas empíricos revelam baixos índices de densidade, transitividade e coesão. A centralidade varia medianamente e a circulação de fluxos é, na maioria dos casos, também baixa.

Existem ao menos dois motivos que explicam o comportamento geral desses sistemas quanto às propriedades estruturais (bem como os outros casos no Anexo 3).

Primeiro, a manipulação dos dados e informações, para configuração dos sistemas de migração em cada caso, está bastante sujeita à subjetividade da interpretação dos trabalhos. Alguns atores e conexões simplesmente estão ausentes da representação dos grafos, pois não foram devidamente reportados nos estudos de caso, e esta é uma limitação evidente à sistematização.

Segundo, a literatura sobre redes sociais revela que as redes concretas são, em geral, sempre muito esparsas, incompletas e pouco centralizadas (WASSERMAN e FAUST, 1994; KNOKE e KUKLINSKI, 1983; SCOTT, 2000; DEGENNE e FORSE, 1999; WATTS, 1999). De certo modo, era esperado que se encontrassem baixos valores para a maioria das medidas utilizadas neste estudo.

Vale lembrar aqui, se o modelo de mundo pequeno investigado por Duncan WATTS (1999) for mesmo representativo para os sistemas sociais em geral, então seria lícito supor que estamos lidando com modelos de grafo relacionais e semi-ordenados, que exibem as características fundamentais de serem muito esparsos (reduzida aglomeração) e, ao mesmo tempo, terem diâmetros pequenos (em média seis graus de separação entre os vértices). Além disso, por uma qualidade monotônica da topologia dessa classe de grafos, as propriedades estruturais e relacionais, encontradas em uma dimensão local, deveriam ser encontradas igualmente na dimensão global de todo o sistema social.

Em geral, os sistemas de migração menos densos devem representar baixo volume de “atividades” e/ou contatos entre atores e posições. Se o sistema possui elevado número de vértices e baixa densidade, seguramente seria conservador, restrito e estático. Ao contrário, redes com alta densidade (ou baixa densidade e reduzido número de vértices) sugerem maior dinamismo, homogeneidade e integração.

Os sistemas descritos por RADCLIFFE (1990) e TAYLOR (1990) têm índices mais elevados de densidade e um número relativamente baixo de vértices (7 e 6, respectivamente). Seria de se esperar maior dinamismo nesses sistemas, onde os fluxos de migrantes sejam regulares e pouco “estrangulados” por intermediários. Pois esses casos mostram situações em que os migrantes podem “variar” de trajetos de deslocamento e relações sem grande constrangimento formal. Ou seja, o deslocamento é potencializado pela disponibilidade diversificada de canais ou trajetos.

Ao analisarmos o grau de saída (ou envio) dos vértices intermediários nos casos estudados, verificamos que aqueles descritos por RADCLIFFE (1990) e TAYLOR (1990) são consideravelmente elevados, chegando a 56%. Em uma interpretação plausível deste índice, isto poderia significar que, entre todas as relações possíveis entre os atores (e suas posições) no sistema de migração, 56% delas são efetivas, ou seja, são utilizadas concretamente pelas pessoas. Portanto, nesses sistemas deveria existir grande atividade (trocas, contatos, suporte social etc.) entre os atores e posições, tornando-o mais dinâmico e sensível às alternativas de deslocamento. Em outras palavras, o migrante potencial tem maior liberdade (formal) de escolha sobre os trajetos a serem tomados para consecução do deslocamento.

Em contraste, no estudo descrito por Ernst SPAAN (1994), encontra-se um bom exemplo de um sistema bastante difuso, pouco centralizado e flexível (densidade baixa, de 0.214). Paralelamente ao sistema oficial de contrato internacional de mão-de-obra da Indonésia (Java), desenvolve-se um elaborado esquema de ilegalidade dos deslocamentos, em que diversos intermediários, autônomos ou não, operam muitas vezes em competição acirrada. Nesse caso, a centralidade é baixa, tanto para o envio quanto para o recebimento dos fluxos (apenas 14%), e pode indicar fraca capacidade de “repasse” de alguns atores (devido à concorrência acirrada entre *brokers*), além de menor diversidade das possibilidades de trajetos na travessia. A concorrência intensa leva à organização de *cliques* (círculos sociais informais) que atuam como blocos, impedindo os contatos sociais entre membros de grupos ou comunidades diferentes. Os obstáculos entre as conexões dos migrantes, sendo maiores e complexos, impedem o fortalecimento e diversificação das relações cotidianas. Nesse sentido, a rede, embora dinâmica e capaz de mobilizar grandes fluxos, como aponta o estudo de SPAAN sobre a intensidade das trocas migratórias internacionais a partir de Java, atua de maneira difusa e localmente controlada por agentes-atravesadores, associados a diversos tipos de organizações mafiosas e clandestinas (como descrito pelo autor).

Nesse caso específico, embora as alternativas formais para o deslocamento sejam variadas, o emigrante muitas vezes se vê constrangido socialmente a utilizar um trajeto muito específico, culturalmente legitimado e fortemente hierarquizado. De fato, como nos conta SPAAN (1994:101-4), os migrantes oriundos das vilas javanesas dependem

completamente da rede de relações de um chefe local, conhecido por *Calo*, freqüentemente, ele mesmo, um migrante retornado, que estabeleceu contatos com outros intermediários nas cidades maiores da Indonésia e, principalmente, com o atravessador na Arábia Saudita (conhecido por *Taikong*), responsável pela entrada e estadia dos migrantes no destino. Como as relações entre os habitantes das vilas e seus chefes locais são prescritas socialmente, estabelecendo regras baseadas nas relações de parentesco, propriedade fundiária e gênero, a trajetória espacial de um emigrante está concretamente vinculada à sua trajetória no campo social.

Já as medidas de transitividade deveriam indicar o grau de equilíbrio entre as diversas posições dentro do sistema, além de sugerir a capacidade de circulação das informações, recursos e migrantes entre os atores e suas posições no sistema. O maior valor para a transitividade foi detectado para o caso estudado por Jan BREMAN (1978 e 1979). Nesse caso, a migração sazonal de trabalhadores no interior da Índia, para a colheita da cana-de-açúcar, revela também alta densidade e coesão, e sugere alto nível de integração e interdependência entre os atores do sistema. A transitividade é garantida pela presença de tríades, ou pela capacidade de aglomeração em torno dos atores. Em um sistema onde as conexões familiares e de amizade (vizinhança) são culturalmente prescritas e reforçadas, pode-se especular que os atores ocupem posições mutuamente dependentes, fato que reforçaria a circulação de recursos e informações, e possibilitaria a substituição rápida (dinâmica) dos contatos e pertencimento a diferentes aglomerados. De fato, BREMAN descreve a influência do *Mukadam* (único *broker* do sistema e, teoricamente, o ator mais central) sobre as redes de famílias e vizinhos, devido às obrigações sociais.

Contudo, a relação de dependência entre o *Mukadam* e as redes de famílias, além dos gerentes das usinas de açúcar, não incide apenas sobre o intermediário. Numa perspectiva relacional, deve-se compreender que o mesmo esforço exigido formal e socialmente dos *brokers* (*Mukadams*) é recíproco em relação aos migrantes laborais e seus familiares, bem como em relação aos contratantes (gerentes).

Em outras palavras, o *Mukadam* é a espinha dorsal do sistema, pois interliga necessariamente os patrões aos trabalhadores. E, como afirma BREMAN (1978: 50-51), se não houvesse a figura do *Mukadam*, as relações de produção nessa região da Índia (Gujarat) teriam de ser totalmente reestruturadas. Formalmente, a posição intermediária ocupada pelo

Mukadam, embora regulada reciprocamente com as famílias dos trabalhadores, exerce enorme poder de arregimentação e mobilização de pessoas nos deslocamentos para Gujarat. É garante, assim, elevada transitividade no sistema — ou seja, garante a intensa rotatividade dos trabalhadores nas lavouras, a reposição imediata de mão-de-obra para a indústria, e também age sobre a seletividade e circulação das trocas sociais e obrigações morais entre as famílias dos migrantes, pois, afinal, os *Mukadams* também são migrantes experientes e membros das famílias recrutadas.

As medidas de coesão indicam a capacidade de se atingir outros atores no sistema (através das distâncias) e o grau de interdependência entre os atores. Os coeficientes de coesão variam pouco dentro do conjunto de estudos de caso. O mais baixo apresentado se refere ao estudo de F. EELENS e J. BECKMANN (1990) e, dados os outros índices (baixa densidade e centralidade, transitividade média), seria de se esperar um sistema pouco coeso, esparso e instável. O sistema de migração internacional a partir do Sri Lanka apresenta, como característica importante, a confluência dos esquemas oficial e ilegal na operação dos fluxos migratórios. Segundo os autores, a ilegalidade domina a maior parte dos trajetos migratórios e das alternativas de saída para os emigrantes. Além disso, a presença elevada de retornados, que se misturam às redes oficiais e ilegais, torna o sistema ainda mais competitivo e complexo devido à instabilidade das relações entre migrantes e intermediários. A baixa coesão parece se adequar aos sistemas instáveis, de alta competitividade, relativa circularidade e poucos atores com posições de alta densidade.

A medida de centralidade baseada nos atores mais intermediários (conhecida como *freeman degree*) identifica a concentração dos laços que incidem sobre atores relativamente mais centrais na rede. Assim, altas porcentagens de fluxos na rede indicam presença de elevada concentração da capacidade de “repassar” sobre alguns atores preferenciais. Portanto, a tendência à concentração sobre determinado ator levaria o “controle” dos fluxos de informação, recursos ou pessoas da rede migratória para as mãos desse ator (ou posição por ele ocupada).

Nos estudos de casos analisados, aquele descrito por Jaqueline HAGAN (1998), sobre a imigração de guatemaltecos nos EUA, a partir das redes pessoais de parentesco e amizade, revela o maior valor de centralidade de fluxos — 30%. Segundo HAGAN, o casal de imigrantes, Juan e Carmen Xuc, iniciou o processo migratório em 1978 e, através de

suas relações pessoais, canalizaram boa parte da imigração guatemalteca na região de Houston (cerca de 1.800 imigrantes em 10 anos). Como fica evidente, a partir da análise dessa propriedade de grafo, percebe-se que o casal centraliza fortemente a entrada e repasse dos imigrantes para contatos de trabalho e inserção na comunidade imigrante em Houston.

Sistemas migratórios que têm forte presença das redes familiares e de amizade — como mostram também os casos estudados por BREMAN (1979) e AUDENINO (1986), GOZA e RIOS NETO (1987)³⁶ — tendem a ser mais centralizadores sobre os agrupamentos que essas redes pessoais produzem e podem, em aparente contradição, apresentar grande coesão interna sustentada pelos grupos familiares.

Desse modo, como no caso estudado por HAGAN (1998), o casal Xuc, embora concentre grande capital social (capacidade de estabelecer ou cortar vínculos na rede), torna o sistema guatemalteco também mais suscetível ao colapso e esfacelamento. O grau médio/alto de coesão desse sistema opera em um nível muito local, pois muito dependente das redes pessoais do casal. Uma ruptura nos laços mais importantes de Juan ou Carmen (por exemplo, as relações cruciais com seus patrões americanos) coloca em risco o sistema instaurado por essa comunidade imigrante.

Em comparação ao caso indiano, estudado por BREMAN (1979), a coesão mais elevada é garantida pelas redes familiares e não pelos *Mukadams* que, de fato, estão também integrados às famílias, não apenas formalmente, mas também, socialmente. Neste sentido, a estabilidade de todo o sistema, a despeito da forte concentração da intermediação sobre os *Mukadams* (26%), é maior devido à relação intensa entre os *brokers* e as redes familiares também pertencentes aos migrantes.

Abaixo, no Quadro 4.3, apresenta-se uma comparação das propriedades estruturais para os estudos de caso, sintetizadas em faixas de intensidade (arbitradas):

³⁶ Ver estes dois últimos casos em Anexo.

Quadro 4.3: Agrupamento de casos segundo faixas de densidade, grau, transitividade, coesão e fluxos

FAIXAS	DENSID.	GRAU (out)	GRAU (in)	TRANSIT.	COESÃO	INTERMED.
alta	1,5,8	1,2,4,5,8	1,2,4,5,8	1,5	1,5	1,2,4
média	2,4,7	3,6	6	2,3,4,8	2,4,6,7,8	5,6,7
baixa	3,6	7	3,7	6,7	3	3,8

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Legenda: 1. Breman: Índia (Gujarat), 1970-80, *mukadam*;

2. Castro: México/EUA, 1990-98, *coyote*;

3. Eelens/Beckmann: Sri Lanka/Arábia Saudita, 1976-86, *sub-agentes/BFE*;

4. Hagan: Guatelmala/EUA (Houston), 1978-93, *Juan e Carmen Xuc*;

5. Radcliffe: Peru, 1975-85, *enganhachadores/padrinhos*;

6. Singhanetra-Renard: Tailândia/Oriente Médio, 1975-86, *sub-agentes/sindicatos*;

7. Spaan: Java/Malásia/Arábia Saudita, 1975-90, *calo/taikong*;

8. Taylor: Botswana/África do Sul, 1970-80, *agentes/TEBA*;

Após a consideração da distribuição das frequências dos casos em cada propriedade e a definição arbitrária dos intervalos,³⁷ processou-se a comparação dos diferentes casos, buscando-se por tendências ou regularidades — argumenta-se que este seria o resultado mais aproximado de uma meta-análise sobre os diferentes estudos de caso.

Em linhas gerais, os dados apresentam apenas grosseira consistência. Por exemplo, os casos 1, 2, 4, 5 e 8 tendem a apresentar elevados valores em todas as propriedades, com poucas exceções — considerando-se que a maior exceção talvez seja o baixo valor apresentado pelo caso 8, na propriedade de intermediação (fluxos). Os casos 3, 6 e 7 apresentam mais valores médios e/ou baixos, são mais instáveis, embora tendam a se manter entre os valores mais baixos de todas as propriedades.

Por outro lado, as propriedades não são, necessariamente, correspondentes e podem variar de acordo com cada caso. Em outras palavras, elevadas densidades não devem corresponder, necessariamente, a elevadas centralidades de intermediação, ou baixa coesão não implica diretamente alta centralidade dos atores. Excetuando-se a relação entre densidade e coesão, que deve ser diretamente proporcional (WASSERMAN e FAUST, 1994), as demais propriedades podem variar entre si.

³⁷ A definição dos intervalos seguiu o seguinte critério: **1)** densidade: alta - acima ou igual a 0.3; média - abaixo de 0.3 e acima ou igual a 0.2; baixa - abaixo de 0.2; **2)** centralidade: alta - acima ou igual a 30%; média - abaixo de 30% e acima ou igual a 20%; baixa - abaixo de 20%; **3)** transitividade: alta - acima ou igual a 0.3; média - abaixo de 0.3 e acima ou igual a 0.2; baixa - abaixo de 0.2; **4)** coesão: alta - acima ou igual a 0.4; média - abaixo de 0.4 e acima ou igual a 0.3; baixa - abaixo de 0.3; **5)** fluxos: alto - acima ou igual a 20.0; médio - abaixo de 20.0 e acima ou igual a 10.0; baixo - abaixo de 10.0.

Nesse sentido, deve-se acompanhar cada caso em particular e analisá-lo, posteriormente, em perspectiva com os demais.

Vale a pena observar que os casos estudados por EELENS e BECKMANN (3), SINGHANETRA-RENARD (6) e SPAAN (7) apresentam índices muito semelhantes — entre baixa e média intensidade. Há uma forte recorrência da análise formal que parece se espelhar com grande nitidez nas descrições desses casos.

Empiricamente, todos esses casos dizem respeito a sistemas de migração do Sudeste Asiático, em um período relativamente recente (entre 1975 e 1995). Além disso, todos os sistemas se caracterizam por: grande complexidade das organizações que operam os deslocamentos; grande quantidade de atores intermediários; acirrada competição entre os agentes; promiscuidade do sistema em função da mistura de instituições legalizadas e mafiosas no mesmo espaço; diversidade da origem migrante (áreas rurais, vilas de médio porte, cidades médias e metrópoles); tradições culturais muito semelhantes (como relações de parentesco, organização política, hierarquias de valores e relações de gênero); e, finalmente, a natureza da migração, circular e laboral, entre nações distantes, em geral países do Oriente Médio. Esses sistemas migratórios também são responsáveis pela mobilização de grandes fluxos de pessoas e transações econômicas (remessas e comércio).

O sistema de migração estudado por Frank EELENS e Jan BECKMANN (1990) tem como origem o Sri Lanka e, por meio de complexas trajetórias e diversos intermediários (o sistema se compõe de 10 vértices, um elevado número), envia emigrantes para países do Oriente Médio em busca de trabalho, especializado ou não. As origens dos migrantes são variadas, desde trabalhadores altamente especializados, com alto nível de educação e moradores das cidades maiores, a trabalhadores não especializados oriundos das vilas e zona rural do Sri Lanka.

O sistema se torna mais complexo e instável devido à promiscuidade das relações estabelecidas entre as agências governamentais de trabalho internacional e outras agências particulares de recrutamento e agenciamento. Em geral, os trabalhadores sindicalizados e especializados têm a oportunidade de adquirir emprego internacional através da agência governamental (Bureau of Foreign Employment). Porém, dependendo das oportunidades de emprego no exterior, nem sempre essa agência é capaz de alocar os trabalhadores e estes, então, se vêem obrigados a contratar os serviços de agentes particulares. Segundo EELENS

e BECKMANN (1990:306-7), dada a burocracia estabelecida pela legislação cingalesa e a agência do governo — associada às pressões do mercado de trabalho externo, às demandas dos trabalhadores com baixa especialização e à consolidação das redes pessoais dos agentes e subagentes no Sri Lanka e Oriente Médio, a partir de determinado momento, no início da década de 1980 —, a corrupção e as relações promíscuas entre agentes oficiais, agentes particulares e *brokers* ilegais (subagentes) se intensificaram e tomaram conta de todo o sistema.

Desse modo, a maioria dos emigrantes são enviados, não pelo B.F.E., mas por agências particulares e seus intermediários, muitas vezes ilegalizados e moradores das grandes cidades do Sri Lanka e Oriente Médio (EELENS e BECKMANN, 1990:305). A maior parte dos emigrantes tem baixa escolaridade e vem das áreas menos desenvolvidas do país. Nas suas vilas, eles são recrutados por subagentes ilegais, freqüentemente migrantes retornados que, em suas redes pessoais, estabelecem contato com outros subagentes ilegais nas cidades maiores (ou até mesmo, agentes ilegais ou não nos países de destino), e estes, finalmente, colocam o emigrante em contato com os agentes particulares responsáveis pela transação final e travessia internacional.

O emigrante está, nessas condições, claramente desamparado e, dependendo de seu contato inicial (se for um membro da família pode haver maior segurança na travessia), ele está completamente à mercê de sua sorte. De fato, o sucesso da travessia ilegal (a grande maioria dos casos) é estritamente probabilístico.

O sistema de migração estudado por Anchalee SINGHANETRA-RENARD (1992) tem seu centro de origem na Tailândia e se compõe de distintas fases no seu desenvolvimento. Integra a migração interna numa primeira fase (início da década de 1970); em duas fases seguintes, o início da migração internacional (para o Oriente Médio) e a consolidação dos fluxos internacionais (já no início da década de 1980, e expansão dos fluxos também para outros países do Sudeste Asiático); e em uma quarta fase com relativo declínio e estabilização dos fluxos e consolidação definitiva e generalizada da emigração ilegal a partir de 1982 (SINGHANETRA-RENARD, 1992:195).

Tal como o caso anterior, esse sistema de migração se torna mais complexo e promíscuo com o passar dos anos. Um sistema inicialmente organizado e gerenciado por uma agência governamental, demandada por uma multinacional norte-americana no

período da Guerra do Vietnã, cede espaço para a consolidação de uma rede de recrutamento extensa, diversificada e flexível, que integra relações familiares e de amizade na sua origem, junto às comunidades rurais mais afastadas do país, e as redes de intermediação mais sofisticadas e especializadas das áreas urbanas e outras estabelecidas fora do país.

Diferentemente do caso anterior, as redes pessoais dos migrantes tailandeses parecem muito ligadas à estrutura de parentesco das comunidades locais (caso semelhante ao estudado por Ernst SPAAN, 1994). Entretanto, como descreve SINGHANETRA-RENARD (1992:196), as relações entre os emigrantes e os primeiros intermediários do sistema, líderes das comunidades locais, caracterizam-se não apenas pela familiaridade, mas também pelas relações formais hierarquizadas de patrão-empregado — de fato, “dono da terra” e “trabalhador rural”. Mesmo nas comunidades mais urbanizadas o sistema social de obrigações entre aqueles que possuem, historicamente, a terra, e aqueles que nela trabalham, subsiste mesmo simbolicamente, e condicionam as relações entre os indivíduos, sobrepondo-se às relações de parentesco.

Além disso, os primeiros emigrantes tailandeses da região estudada por SINGHANETRA-RENARD (norte do país) eram esses líderes locais. Primeiro porque, na qualidade de líderes das comunidades, foram os primeiros a estabelecer contato com os agentes recrutadores das empresas norte-americanas e, assim, consolidaram suas redes pessoais com grande capital social. Segundo, porque eram os únicos a poder sustentar o custo do deslocamento internacional. Assim, os primeiros recrutadores e atravessadores de trabalhadores para o exterior são os líderes locais, freqüentemente migrantes retornados, que repassam os migrantes para agentes e subagentes ligados às agências particulares das cidades maiores e/ou diretamente para os agentes no destino.

A ilegalidade e a promiscuidade do sistema tailandês cresceram na década de 1980 devido ao acirramento das disputas no mercado de trabalho internacional, tanto no Oriente Médio como em outros países do Pacífico Sul (diversificação dos fluxos de imigrantes, aumento do volume da mão-de-obra disponível, queda dos salários e elevação das exigências de especialização). Desse modo, o autor descreve como determinados atores intermediários avançaram e consolidaram suas posições no sistema, especialmente o caso dos sindicatos dos trabalhadores que se tornaram verdadeiros “sindicatos do crime” e promotores do tráfico de pessoas.

Segundo SINGHANETRA-RENARD (1992:199), os sindicatos começam a monopolizar a intermediação no sistema de migração a partir de 1982. Organizam uma rede de recrutamento junto aos líderes locais, promovem o agenciamento de emigrantes nas cidades grandes, a contratação de achacadores profissionais para interceptação de migrantes, a falsificação de documentos e o contato com outros agentes ilegais nos países de destino.

“Os sindicatos foram estabelecidos sobre as relações tradicionais de patrão-empregado e sobre as redes familiares que facilitavam a migração. Agora, considerados ilegais, operam através de áreas fronteiriças previamente unidas. Uma extensa rede dos sindicatos opera um mercado negro ao longo de antigas rotas da China, Índia, Tailândia e Laos, ligando países do Sudeste Asiático.” (SINGHANETRA-RENARD, 1992:200).

Como se nota, a semelhança desses dois casos com o sistema de migração javanês, estudado por SPAAN (descrito com maior detalhe nas páginas anteriores), é muito grande. Pode-se dizer que a proximidade das tradições culturais desses diferentes países contribui para sua semelhança estrutural. De qualquer modo, é interessante notar como os três sistemas comparados desenvolvem mecanismos e relações tão parecidas.

Através de uma análise comparativa entre os índices encontrados aqui, percebe-se que esses sistemas possuem regularidades estruturais importantes. São difusos, flexíveis, dinâmicos e apresentam baixa densidade e coesão moderada — densidade de 0.189 (3), 0.196 (6) e 0.214 (7) e coesão de 0.272 (3), 0.305 (6) e 0.333 (7). Desse modo, tendem a ser sistemas muito heterogêneos, instáveis e pouco concentrados sobre posições intermediárias exclusivas — o grau de envio é, em geral, baixo ou moderado, 28% (3), 27% (6) e 14% (7) (por isso, a diversidade de trajetos possíveis e a competição acirrada entre atravessadores); a baixa coesão predispõe o migrante a maior sofrimento e desamparo na sua travessia; não raro, todos esses estudos citam casos frequentes de abusos, exploração e fracasso dos migrantes em seus percursos.

Como é de se esperar de sistemas como esses, fracamente institucionalizados (isto é, fraco controle oficial pelo Estado) e corrompidos, os maiores beneficiados são os agentes e intermediários melhor posicionados na estrutura social do sistema. Todos eles se beneficiam pecuniariamente com as desgraças alheias e ainda se mantêm ativos e respeitados, em função da consagração estatutária prescrita culturalmente.

Em tais sistemas difusos, a intensidade das transações de pessoas, objetos e representações é, com frequência, enorme, embora instável — o que ajuda a explicar índices reduzidos para a transitividade (que aqui esboça a capacidade de aglomerar em torno de uma posição central) e também para a centralidade da intermediação, ou seja, muitos agentes e poucos monopolizadores dos deslocamentos. De todo modo, os atores que mais sofrem e perdem em momentos de crise ou ruptura não são os principais intermediários e fornecedores do sistema, e sim, os migrantes e suas famílias.

Do outro grupo de casos comparados, que possuem alguma semelhança estrutural mais intensa, a análise mostra que o sistema estudado por John TAYLOR (1990), caso número 8, apresenta um padrão de variação mais singular e não parece se associar diretamente a nenhum outro caso — varia desde índices de alta a baixa intensidade. Nos demais casos, diria que os estudados por Jan BREMAN (1978), número 1, Gustavo CASTRO (1998), número 2, Jaqueline HAGAN (1998), número 4, e Sarah RADCLIFFE (1990), número 5, estão mais claramente associados, apesar de poderem variar inversamente sobre alguns índices (embora, tal variação não seja necessariamente grande, visto que estes casos apresentam elevada e média intensidade, em geral).

Desses casos não mencionados até o momento, o sistema de migração estudado por CASTRO (1998) é bastante interessante e diz respeito às migrações ilegais na fronteira entre México e EUA na década de 1990. CASTRO focaliza especificamente os chamados *coyotes* ou *polleros*, os agentes intermediários da migração internacional mexicana. Segundo o autor (1998:965), os *coyotes* sempre ocuparam uma posição de intermediação no processo da migração internacional mexicana. Contudo, apenas depois do fim do *Bracero Program*,³⁸ em 1964, é que a posição estratégica da intermediação controlada pelos *coyotes* se torna ativa e intensa. Antigos agentes recrutadores que haviam trabalhado para as agências de trabalho do governo mexicano, além de outros migrantes retornados, aproveitaram a lacuna deixada pelo programa institucional e passaram a gerenciar as redes sociais de migração. Em fins da década de 1970, com as mudanças na política migratória norte-americana e o fechamento cada vez mais controlado da fronteira com o México, as

³⁸ O *Bracero Program* se constituiu em um programa institucional de recrutamento de trabalhadores mexicanos para as lavouras de algodão e para a agricultura norte-americana, de modo geral. Este programa, que teve início em 1949, foi gerenciado e patrocinado pelos governos do México e EUA através de um acordo bilateral, e mobilizou grande volume de trabalhadores por quase duas décadas (MARTIN, 1998).

travessias ilegais se tornam mais comuns e intensas. Já na década de 1990, os fluxos de migrantes ilegais superam, em muito, a emigração legalizada (normalmente possibilitada pela reunificação familiar ou contratos de trabalho especializado em solo norte-americano), e as redes sociais da migração ficam mais sofisticadas e especializadas, com a atuação de diferentes tipos de intermediários.

CASTRO propõe a identificação de três tipos de *coyotes*: 1) “local”; 2) “local-fronteira”; e 3) “fronteira”, também chamado por CASTRO (1998:968) de *business-coyote* devido à sua característica de grande especialização e empreendedorismo organizado.

Cada tipo de *coyote* é utilizado segundo a natureza das redes pessoais (família e amizade) dos migrantes. Portanto, a posição estrutural dos intermediários é claramente dependente da organização dos laços pessoais (redes sociais) dos migrantes, em um primeiro momento — pois, como veremos, é também correto dizer que, na evolução das redes sociais e trajetórias dos migrantes, os intermediários (seu capital social e suas redes pessoais) acabam determinando, muitas vezes, as alternativas e escolhas de trajetos dos migrantes.

O *coyote* local, em geral, é um parente ou amigo próximo do migrante potencial, que tem alguma experiência migratória e/ou conhece pessoas na fronteira e nos EUA, que estão ligadas ao sistema de migração. Esse *coyote* é responsável por guiar o migrante até a fronteira e recebê-lo do lado norte-americano. No destino, ele ainda se responsabiliza por levar o migrante até um ponto seguro: um amigo ou familiar, que irá ajudar o migrante a se estabelecer e arranjar emprego. Esse tipo de trajetória é mais restrito e dependente dos laços pessoais dos migrantes. Embora lhes possibilite (especialmente em sua primeira viagem) maior segurança na travessia, as chances de sucesso são limitadas pela qualidade dos contatos do *coyote* na fronteira, e estão sujeitas ao fracasso com maior frequência que o do *business-coyote*, por exemplo.

Outra forma de deslocamento ocorre por meio dos *coyotes* “local-fronteira”. Esses *coyotes* atuam na região da fronteira com os EUA e auxiliam apenas no momento de saltar o muro, as fortificações e cruzar o deserto americano. Segundo CASTRO, é o tipo de trajeto mais utilizado pelos migrantes que, por meio de algum contato da comunidade local (em geral, o *coyote* daquele lugar ou um amigo), chegam ao *coyote* local-fronteira, responsável pela travessia.

“*Coyotes* ‘local-fronteira’ constituem grupos informais caracterizados pelo baixo nível de sofisticação tecnológica. A maioria tem dois ou três veículos (normalmente *vans*), e usam os hotéis de estrada como ‘refúgios’. (...) A participação nestes grupos é flexível. Há um líder, mas o grupo se junta apenas quando existem migrantes a serem traficados. Além disso, o líder, em geral, chama apenas aqueles indivíduos considerados ideais para o trabalho, de forma a garantir a continuidade dos serviços e minimizar as perdas.” (CASTRO, 1998:968).

Finalmente, o terceiro tipo de intermediário utilizado pelos migrantes é o *business-coyote*, que recebe este nome pelo altíssimo nível de sofisticação tecnológica e organização empresarial aos quais seus grupos e redes pessoais estão associados.

“Todos os *business-coyotes* têm três elementos principais: recrutadores, guias e agentes norte-americanos ou ‘pessoal na entrega’. Os recrutadores freqüentam estações de ônibus ou trem e hotéis de estrada que dão abrigo aos migrantes, ou ainda restaurantes freqüentados por migrantes, e negociam com emigrantes potenciais. Como o tráfico evoluiu muito, o sistema de pagamento foi alterado do ‘pagamento adiantado’ para ‘pagamento na entrega’ — quando o migrante chega no seu destino nos EUA ele diz ao membro da família ou amigo que vive em solo norte-americano para pagar ao *coyote*” (CASTRO, 1998: 968).

CASTRO informa, ainda, que o empreendedorismo no tráfico de migrantes pelos *business-coyotes* tem se intensificado e se expandido através de estreitas conexões com outras redes mafiosas de países latino-americanos, inclusive o Brasil — também como tem sido noticiado com freqüência pela mídia brasileira, muitos emigrantes ilegais brasileiros têm utilizado as conexões mexicanas.

RADCLIFFE (1990) estuda a migração interna de mulheres peruanas da zona rural andina para os centros urbanos, em busca de trabalho (especialmente o trabalho doméstico), e revela uma complexa rede social de migração, que envolve redes pessoais, fortemente canalizadas pelas famílias camponesas e sua extensão nas regiões urbanizadas, através das relações de apadrinhamento (*compadrazgo*). Nesse sistema, a posição de intermediação é ocupada por duas figuras preponderantes: os padrinhos e os chamados *enganchadores*, ou seja, agentes que agem muitas vezes ilegalmente (ou sem qualquer controle por parte do poder público).

Também como ocorre com o sistema mexicano analisado por CASTRO (1998), RADCLIFFE (1990:240) mostra que a trajetória utilizada pelas migrantes depende, em larga medida, das suas redes pessoais, onde as famílias exercem forte domínio. Assim, especialmente entre as migrantes mais jovens (adolescentes), que seguem para cidades

como Cuzco ou Lima, a decisão familiar é preponderante sobre a escolha da migrante. Em geral, através da família (que exerce o papel de intermediação social, mais do que formal, neste caso) os padrinhos são contatados, as obrigações acionadas e as conseqüências estabelecidas.

Para mulheres mais velhas que, em geral, já possuem alguma experiência migratória, as alternativas mais atraentes são os deslocamentos via redes pessoais de amizade (estabelecidas nos locais de destino durante a primeira experiência migratória) e, mais destacadamente, os deslocamentos negociados com os *enganchadores* (*brokers*). Segundo RADCLIFFE, a vantagem em se utilizar os serviços dos *enganchadores* está no fato de suas redes serem mais extensas e possibilitarem mercados de trabalho e destinos diferenciados e, talvez, melhor constituídos. As migrantes, por meio de suas redes pessoais e familiares (junto aos padrinhos), contam com possibilidades restritas de trabalho e destino. Além disso, como sugere RADCLIFFE (1990:245-6), o trabalho feminino, regulado pelas relações de gênero tradicionais camponesas, estabelece condição de vida rígida e controlada pelos homens e familiares. A possibilidade de trabalhar em locais mais afastados do círculo familiar e domiciliar, mesmo que seja apenas temporariamente, poderia fornecer às mulheres possibilidades de realização pessoal que não se medem através do ganho material. Daí porque os *enganchadores* muitas vezes consigam superar a intermediação dos familiares e padrinhos, acirrando a disputa material e simbólica das relações na estrutura social do sistema de migração peruano.

Finalmente, o estudo de TAYLOR (1990) fornece uma análise clássica sobre as migrações de trabalho no sul do continente africano, ao longo da década de 1970. Mais especificamente, o autor descreve as atividades de recrutamento e agenciamento de trabalhadores de Botswana, Moçambique e Zimbábue para as minas de diamante da África do Sul. Esse sistema de migração é fortemente institucionalizado, no sentido de ser organizado e controlado rigidamente pela agência oficial do governo (The Employment Bureau of África — TEBA), em associação com a Câmara das Indústrias de Mineração (TAYLOR, 1990:251). É, portanto, um evidente sistema oficial de recrutamento e contratação de mão-de-obra para as minas sul-africanas, patrocinado pelo Estado.

Sistemas como esse tendem a ser extremamente fechados e restritos, pois exercem forte controle sobre os fluxos migratórios, os agentes intermediários e, principalmente neste

caso, sobre os contratantes da mão-de-obra. Segundo TAYLOR, a história da formação do sistema de migração sul-africano mostra que, inicialmente, o trabalho de recrutamento e agenciamento dos trabalhadores de países vizinhos era todo feito pelas próprias indústrias de mineração. Com o tempo, alianças políticas (e também econômico-financeiras) foram se estreitando entre os empresários do setor e os representantes do poder público. Desta forma, com intensificação das redes de laços privados no setor público, garantiu-se uma sintonia conservadora e autoritária no planejamento das políticas de migração para trabalho, já na década de 1960. A antiga Câmara das Indústrias de Mineração, então responsável pela contratação e alocação da mão-de-obra, delega a função para a agência oficial do Estado sul-africano (TEBA).

Esse sistema, virtualmente não apresenta *brokers* — intermediários que sobrevivem exclusivamente da função de repasse de migrantes. Os poucos agentes existentes são, de fato, ligados aos escritórios governamentais ou diretamente às indústrias que, eventualmente, escolhem não participar das alianças entre governo e câmara de empresários. Desse modo, o controle sendo exercido em todas as posições e fontes, ou seja, controle dos agentes (ilegalidade combatida pelo Estado) e controle rígido sobre os escritórios contratantes das indústrias, o sistema se torna muito regulado, estável, conservador e centralizado.

De fato, esse sistema revela elevada densidade (0.333), elevado grau de envio e recebimento (56%) e coesão média (0.350). Ao se considerar sua topologia simples, 6 vértices para 10 arcos, percebe-se que as relações entre posições são bastante efetivas: o grafo se mostra bem conectado, fechado e, principalmente, homogêneo. Assim, o espaço para a atuação dos agentes é limitado a posições intermediárias, subalternas ao poder da agência governamental que, embora não seja formalmente central, exerce uma dominação política e econômica fundamental em todo o sistema.

A particularidade desse sistema, quando comparado aos demais desse grupo, está no fato de ser fortemente institucionalizado e controlado por um poder central (Estado), que não corresponde a uma posição estrutural privilegiada. Esse caso é, efetivamente, um exemplo dessa situação. Possivelmente, dada a evidente homogeneidade estrutural do sistema, combinada com sua topologia simples ao contexto político e econômico da

realidade empírica, se justifique a inexistência de intermediários estruturais formais (ou seja, vértices-obstáculo).

Como ficará claro na secção seguinte, ocorrem casos em que não se encontra correspondência direta entre posições estruturais detectadas formalmente nos grafos (os vértices-obstáculo) e aquelas posições estruturais concretas dos sistemas de migração. Contudo, a ausência de uma correspondência entre a posição estrutural formal e concreta desempenhada pelos atores não implica, necessariamente, a negação da hipótese 1. De fato, esta hipótese sugere que os intermediários ocupam posições estruturais responsáveis pela conexão efetiva (concreta) entre duas outras posições estruturais no sistema. Nesse sentido, pode ocorrer, embora não necessariamente (e com frequência percebemos que não ocorre), de tal posição ocupada pelo intermediário se apresentar como posição formal exclusiva, ou seja, privilegiada em relação aos demais.

A hipótese 1 procura determinar e identificar *qualquer* posição intermediária ocupada no sistema, mas não prescreve que tal posição formal seja *exclusivamente* ocupada por um ator concreto do sistema. Em outras palavras, como podemos ver nos vários casos estudados, naqueles sistemas em que os agentes intermediários efetivos (isto é, identificados no cotidiano como atravessadores, recrutadores, *brokers* etc.) coincidem com posições estruturais formais (vértices-obstáculo), a intermediação tende a ser fortemente concentrada nas mãos de atravessadores exclusivos — e estes se apresentam como os intermediários mais fortes do sistema. Nos outros sistemas em que não há uma correspondência efetiva, encontra-se o acirramento da competição interna de intermediação, grande heterogeneidade dos fluxos, dinâmica e maior instabilidade das posições intermediárias — pois não há um “reforço estrutural” das posições ocupadas e a força da intermediação, por consequência, recairá tão-somente sobre a capacidade cotidiana dos atores atuarem sobre a realidade concreta.

Ainda pode ocorrer (como no caso estudado por TAYLOR, 1990) de determinadas topologias de sistemas não disponibilizarem posições estruturais exclusivas de intermediação, mesmo que apenas no nível formal. Isto é, podem ocorrer sistemas de migração caracterizados pela ausência formal de vértices-obstáculo — o que não invalida a análise das posições formais dos sistemas e a identificação da força dessas posições estruturais combinadas com os atores concretos.

O objetivo das hipóteses esboçadas no capítulo 3 é, justamente, servir como um guia para a identificação sistemática dos mecanismos intermediários nos sistemas de migração e contribuir para a determinação objetiva das tendências e avaliação da força de tais mecanismos no contexto empírico.

Ao analisarmos em perspectiva os outros quatro casos desse grupo (BREMAN, 1978 e 1979; CASTRO, 1998; HAGAN, 1998; RADCLIFFE, 1990), encontramos afinidades estruturais mais significativas.

Os casos estudados por BREMAN (1) e RADCLIFFE (5) parecem ser estruturalmente mais semelhantes. Apresentam os índices de densidade (0.300 e 0.333, respectivamente) e coesão (0.400 e 0.433) mais elevados, além de apresentarem a mais elevada transitividade (0.438 e 0.303). Densidade e coesão elevadas indicam sistemas mais fechados, concentrados e homogêneos estruturalmente. Em geral, evidenciam maior integração dos laços pessoais e, não raro, pelo que pudemos ver até agora, parecem se associar aos sistemas de migração nos quais a família ou rede familiar exerce grande influência e controle sobre os deslocamentos.

Assim, o caso estudado por BREMAN (1978) como foi dito, mostra a participação decisiva da rede pessoal de familiares, no momento do recrutamento e contratação de trabalho, operada pelos *Mukadams*. Por uma imposição cultural, a regulação das relações entre migrantes e agentes está toda ela sedimentada sobre a organização familiar, o que garante a coesão do sistema e a inserção elaborada dos laços individuais na comunidade. Portanto, o sistema se torna estável, mas, ao mesmo tempo, permite a dinâmica e a circulação dos fluxos de pessoas e recursos por toda a rede. Por isso, a transitividade no sistema de migração indiano é também bastante elevada, pois a circulação de fluxos é intensa em torno das redes pessoais familiares, e integram os domicílios de trabalhadores aos postos de trabalho nas usinas, por meio dos laços pessoais encetados pelos *Mukadams*, eles mesmos, *brokers* inseridos nas redes de parentesco.

No caso estudado por RADCLIFFE (1990) ocorre algo semelhante, pois as migrantes peruanas estão ligadas irremediavelmente às suas redes pessoais, culturalmente inseridas às redes familiares e suas hierarquias e reciprocidades internas. Assim, a utilização das trajetórias intermediadas por padrinhos e *enganchadores*, em alguma medida, passam pelos contatos familiares. Esse sistema é também bastante estável e homogêneo,

com o detalhe de ser menos centralizado que o anterior, devido à maior diversidade de alternativas de deslocamento.

Os casos estudados por CASTRO (2) e HAGAN (4) são bastante semelhantes, estruturalmente. As densidades (0.238 e 0.214, respectivamente), graus de envio e recebimento (31% e 33%), transitividade (0.205) e coesão (0.349 e 0.321) apresentam semelhanças evidentes. Entretanto, empiricamente são sistemas de migração com diferenças fundamentais. Enquanto HAGAN descreve o desenvolvimento de uma rede social de migração erigida a partir de um único casal (Juan e Carmen), CASTRO descreve a atuação de três tipos diferentes de *coyotes* na fronteira entre México e EUA.

A análise dos índices sugere a configuração de sistemas moderados, isto é, sistemas nem muito fechados e rígidos e nem muito flexíveis e dinâmicos. O sistema descrito por CASTRO é, na realidade, um sistema bastante heterogêneo e difuso e, ao mesmo tempo, formal e concretamente concentrado sobre a figura de um intermediário (o *business-coyote*) — fato que responde à, relativamente, alta centralidade de intermediação (24%).

O sistema de migração guatemalteco, por sua vez, é bem mais homogêneo estruturalmente, pois todos se ligam ao casal Xuc através de redes pessoais familiares ou de amizade. A coesão média é garantida pelas relações estabelecidas através do casal de migrantes. Por outro lado, essa dependência sobre a rede pessoal de Juan e Carmen expõe o sistema à vulnerabilidade e conservadorismo. Os canais de deslocamento passam obrigatoriamente pelas redes pessoais do casal e, deste modo, previnem a ação de outros intermediários e monopolizam os fluxos de pessoas. Daí porque a transitividade ser relativamente baixa em um sistema dominado por redes familiares — na realidade, o controle se exerce por uma família, apenas, e a circularidade é restrita e controlada.

Nesses dois sistemas, podemos perceber que embora a semelhança estrutural seja enorme, as implicações topológicas do sistema junto à realidade empírica demanda interpretações diferenciadas. Em outras palavras, sistemas estruturados de maneira semelhante podem responder diferentemente a problemas empíricos. O que pode haver de vantajoso nesse tipo de análise estrutural é a compreensão mais profunda de como operam os sistemas na realidade empírica, como se relacionam efetivamente posições estruturais e indivíduos reais, como e quais alternativas concretas podem ser adaptadas estruturalmente por esses sistemas.

Enfim, ao compreendermos melhor porque e como sistemas de migração estruturalmente semelhantes respondem de forma diversa aos constrangimentos da realidade concreta, estaremos mais aptos a compreender, em maior profundidade, a natureza mesma desses sistemas e, por consequência, suas regularidades e causalidades.

4.2. Análise dos intermediários nos sistemas de migração: algumas reflexões

Constituindo o final da análise sobre os mecanismos intermediários, apresenta-se a seguir, o Quadro comparativo entre 8 casos, segundo índices de centralidade dos fluxos, a capacidade de intermediação do ator mais central e a definição estrutural dos vértices-obstáculo (*brokers*) em cada sistema.

Quadro 4.4: Medidas de intermediação e ator mais central em 8 casos

CASOS	FLUXOS (central.)	VÉRTICES-OBSTÁCULO	FLUXOS ATOR
1. Breman	25%	mukadam; gerente	mukadam (30.0)
2. Castro	19%	coyote fronteira	coyote fronteira (20.0)
3. Eelens/Beckmann	3%	ag.trab.dest.; ag.gov.(BFE)	recrut.local (4.17)
4. Hagan	30%	Juan/Carmen	Juan/Carmen (30.00)
5. Radcliffe	18%	inexistente	padrinho (20.00)
6. Singhanetra-Renard	4%	patrão local	sindicato (4.76)
7. Spaan	16%	calo	calo (16.67)
8. Taylor	5%	inexistente	recrut.indep. (5.0)

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Legenda: 1. Breman: Índia (Gujarat), 1970-80, *mukadam*;

2. Castro: México/EUA, 1990-98, *coyote*;

3. Eelens/Beckmann: Sri Lanka/Arábia Saudita, 1976-86, *sub-agentes/BFE*;

4. Hagan: Guatelmala/EUA (Houston), 1978-93, *Juan e Carmen Xuc*;

5. Radcliffe: Peru, 1975-85, *enganhadores/padrinhos*;

6. Singhanetra-Renard: Tailândia/Oriente Médio, 1975-86, *sub-agentes/sindicatos*;

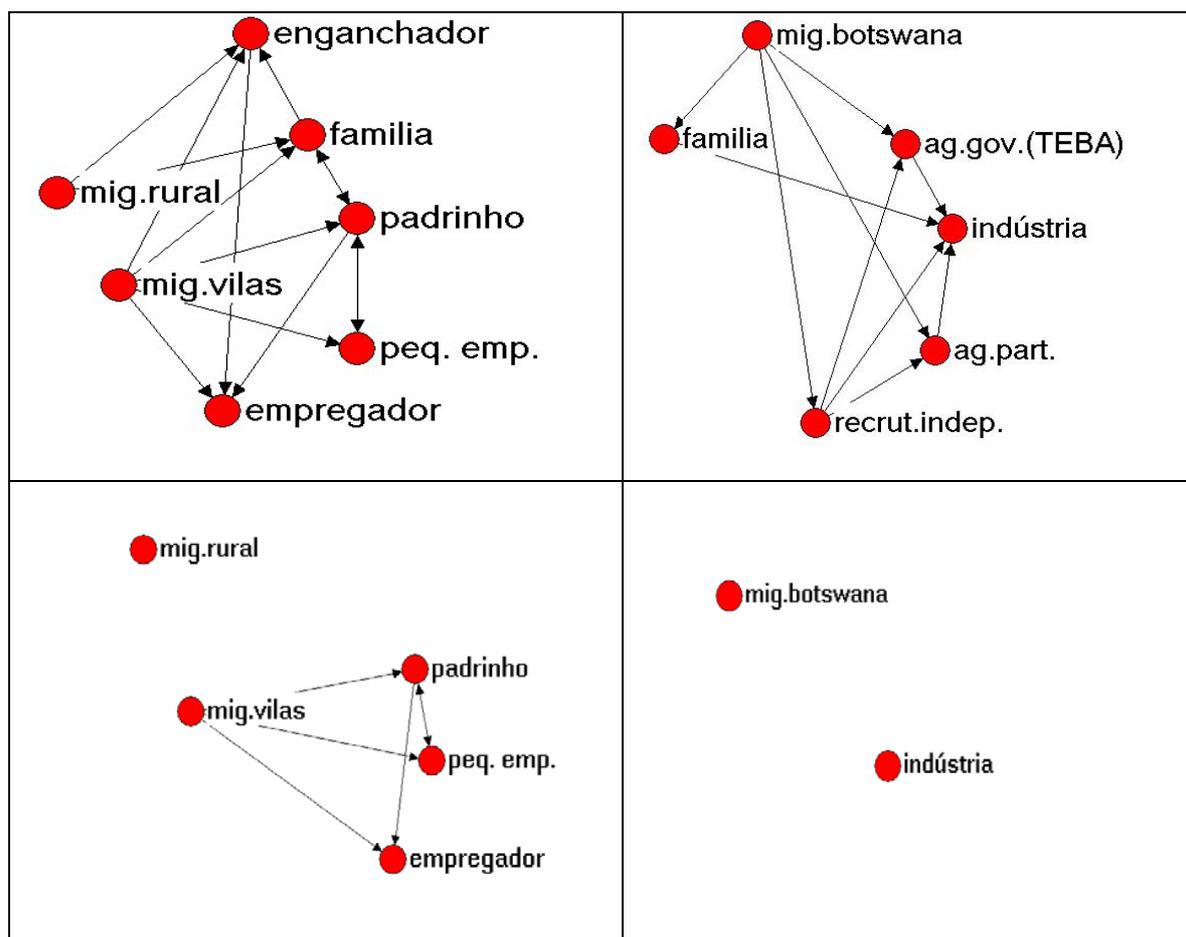
7. Spaan: Java/Malásia/Arábia Saudita, 1975-90, *calo/taikong*;

8. Taylor: Botswana/África do Sul, 1970-80, *agentes/TEBA*;

Primeiro, deve-se observar, naqueles sistemas que não possuem vértices-obstáculo “estruturais”, a correspondência com baixos valores de centralidade de intermediação — nos sociogramas apresentados a seguir, cada grafo representa o sistema de posições, e os

intermediários ideais (vértices-obstáculo) aparecem destacados em azul. Assim, o índice de centralidade de intermediação, nos casos estudados por RADCLIFFE (5) e TAYLOR (8), é, respectivamente, de 15% e 1%. Este índice indica a concentração de fluxos e/ou atividades de toda a rede sobre uma posição estrutural de referência.

Figura 4.1: Sociogramas dos casos estudados por RADCLIFFE (1990) e TAYLOR (1990), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.



Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Nesses casos, como vimos anteriormente, pudemos verificar que são sistemas mais densos, onde todas as posições têm a possibilidade de desenvolver contatos com os demais no sistema. Desse modo, entre diversas alternativas de intermediação possíveis, o espaço para os agentes é amplo. No caso estudado por TAYLOR (1990), é bom lembrar que, embora o sistema seja estritamente regulado pelo Estado, os trabalhadores migrantes têm a

possibilidade de evitar as agências governamentais e conseguir emprego diretamente nas indústrias, por meio de suas redes pessoais (familiares). Além disso, como já afirmado, o Estado ocupa uma posição de intermediação socialmente privilegiada, contudo, não reforçada formalmente.

Embora os sistemas apresentados por RADCLIFFE e TAYLOR não apresentem vértices-obstáculo formais, podemos analisar visualmente a tendência estrutural do sistema através de uma simulação simples, onde se retiram intermediários um a um até a formação de subcomponentes de grafo. No caso de RADCLIFFE (1990), observa-se que a ausência de um subcomponente ($n=2$) composto pelos *enganchadores* e a família é capaz de desconectar o grafo maximal. Em termos técnicos da ARS, estas duas posições intermediárias constituem um bloco estrutural cuja unidade opera virtualmente como um único vértice-obstáculo formal (*cutpoint*) — fato indicado e sustentado pela hipótese 4.

No caso estudado por TAYLOR (1990) encontra-se um sistema-limite no qual as posições estruturais formais de intermediação estão ausentes. Como se nota no sociograma acima, a desconexão formal do grafo só é possível através da supressão de todos os agentes intermediários. Desse modo, o bloco estrutural seria composto pela unidade de todas as posições intermediárias e não teria qualquer significado analítico em si mesmo. Uma interpretação possível para este caso, como já expresso acima, seria a conclusão de um sistema muito coeso, integrado e denso, conseqüência de um sistema onde todos os migrantes podem estabelecer vínculos com diversas posições estruturais e não depender exclusivamente de apenas uma posição ou um bloco estrutural restrito.

Um outro ponto importante revela a tendência de correspondência entre os valores encontrados na centralidade de fluxos (segunda coluna do Quadro 4.4) e na capacidade de intermediação para cada ator (última coluna, valor em parênteses). O índice de fluxos por ator indica a capacidade de repasse da informação, recursos ou pessoas que incidem sobre esse ator. Portanto, revelam os atores mais centrais e, ao mesmo tempo, mais capazes de repassarem às outras posições do sistema. Valores elevados de capacidade de intermediação, associados a elevados valores de centralidade de fluxos, revelam a posição mais privilegiada desse ator específico em relação às outras posições no sistema. De fato, seria a correspondência efetiva entre a posição estrutural e o papel socialmente exercido, ou a correspondência entre a intermediação formal e real.

Por exemplo, o caso estudado por HAGAN (1998) e BREMAN (1978) — ver os sociogramas da Figura 4.2, abaixo — que aponta para a existência de intermediários fortes, praticamente exclusivos e centralizadores das informações e influências na rede migratória, aponta também elevados índices de centralização dos fluxos e intermediação sobre atores privilegiados estruturalmente. No caso dos guatemaltecos, Juan e Carmen, a correspondência entre a posição ocupada formalmente e o poder socialmente conferido ao casal afunila todo o sistema em uma única direção e garante todo o poder de intermediação para o próprio casal.

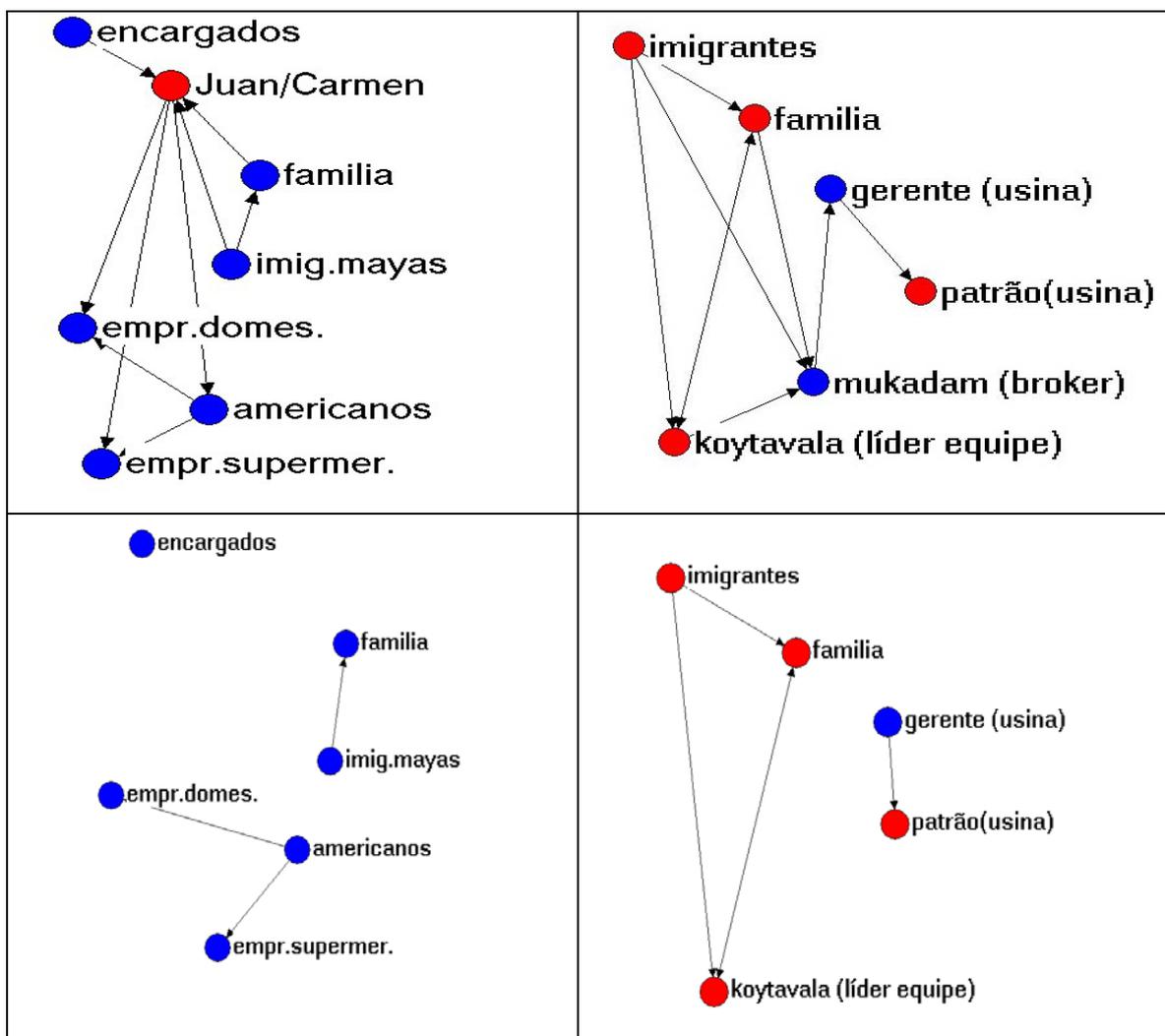
Este caso reforça sensivelmente a hipótese 1, pois a correspondência entre as posições estruturais de intermediação, formal e concreta, é capaz de determinar as relações de todo o sistema. No caso estudado por HAGAN (1998), o casal Xuc ocupa uma posição estrutural tão forte que sua ausência quebraria o sistema em três subcomponentes de grafo, inviabilizando completamente os fluxos migratórios (visualizar os sociogramas abaixo). Também significativo nesse sistema é a preeminência da posição intermediária do casal sobre a rede baseada na família que, neste caso, depende do casal Xuc para que opere com sucesso (situação não encontrada nos outros casos analisados).

No caso dos *Mukadams* indianos, a correspondência formal e real não privilegia a intermediação desses *brokers*, pois, como vimos, devido às relações de reciprocidade prescritas culturalmente, os *Mukadams* também estão subordinados ao poder social da família, fator limitante da intermediação — visto que as próprias redes familiares exercem forte determinação sobre as escolhas de intermediação dos migrantes, ou seja, os *Mukadams* são escolhidos a partir do consenso familiar.

Contudo, observando os sociogramas abaixo, verifica-se que a posição estrutural formal ocupada pelos *Mukadams* é bastante forte e concentradora. Fato ressaltado pela desconexão singular do grafo, que isola sistematicamente o sistema em dois blocos funcionais distintos: de um lado, a rede familiar e trabalhadores migrantes, e, de outro, os contratantes (inclusive gerentes, também vértices-obstáculo ideais). Nesse sentido, os *Mukadams* operam formal e concretamente a intermediação entre trabalho e capital, empregados e patrões, migrantes e contratantes, origem e destino. Por consequência, mesmo que sua ação seja limitada pelo controle das redes familiares, a real posição

estrutural de intermediação é fortemente garantida a eles devido à configuração formal do sistema — fato que parece corresponder ao conjunto das hipóteses apresentadas.

Figura 4.2: Sociogramas dos casos estudados por HAGAN (1998) e BREMAN (1978/9), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.



Obs: No sociograma do caso de HAGAN (1998), o vértice-obstáculo ideal está assinalado em vermelho. Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

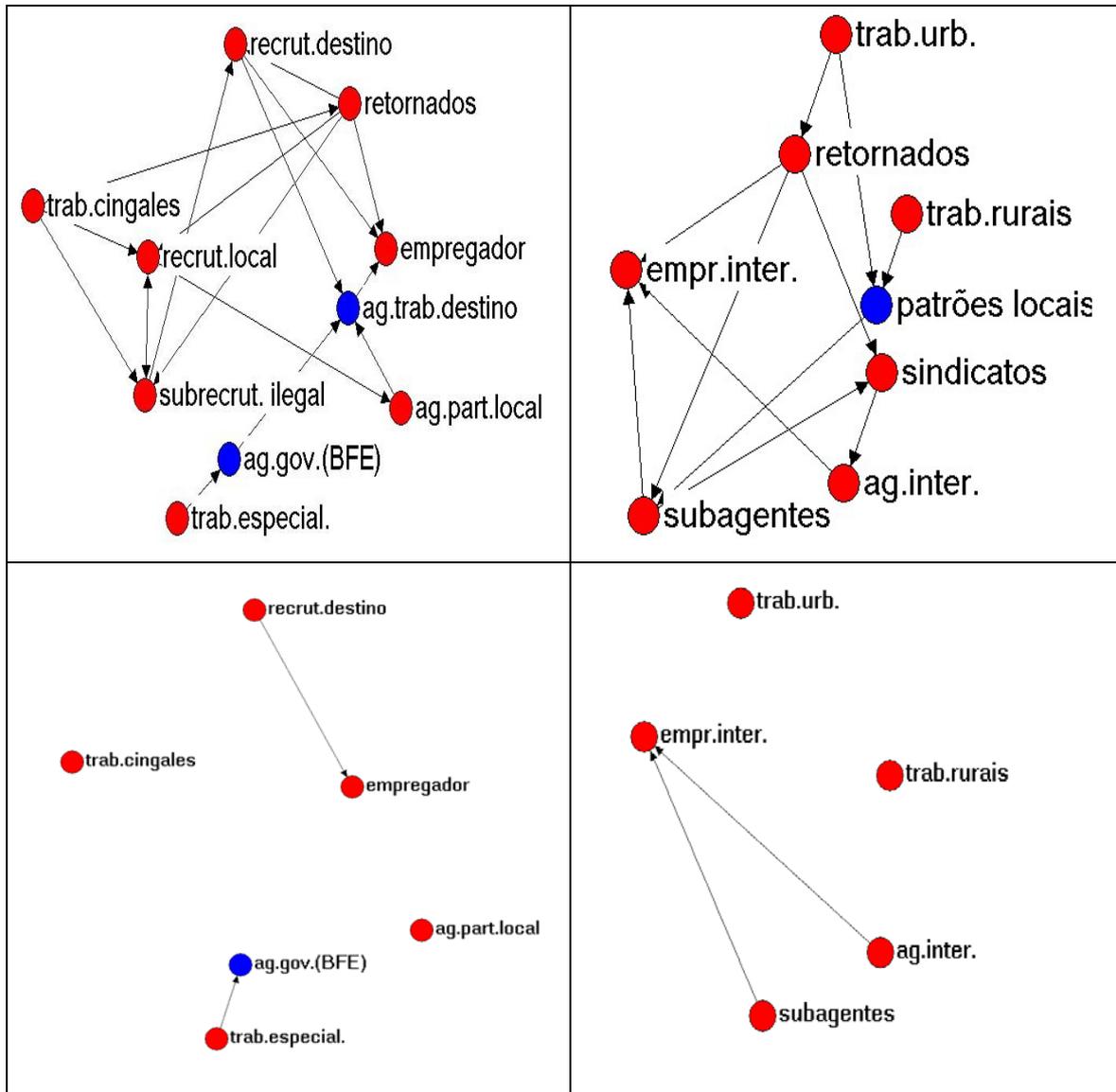
Portanto, ao se observar os grafos de vértices-obstáculo “estruturais” para os 8 casos analisados, verifica-se que aqueles intermediários identificados como *brokers* principais na análise precedente (Quadro 4.4) tendem a ser identificados igualmente nos grafos. É preciso lembrar que a análise por meio dos grafos fornece o vértice-obstáculo (*cutpoint*) ideal, ou

estrutural, pois especifica apenas o vértice correspondente à estrita definição do algoritmo do grafo para um vértice-obstáculo (aquele vértice que, se retirado, desconecta o grafo em mais de um componente, como vimos no capítulo anterior).

O caso 4, descrito por EELENS e BECKMANN (1990), e o caso 6, descrito por SINGHANETRA-RENARD (1992) não apresentam correspondência entre os vértices-obstáculo detectados (agências de trabalho e BFE, e patrão local, respectivamente) com o intermediário mais central (recrutador local e sindicatos) estabelecido pelas análises precedentes — ver os sociogramas da Figura 4.3. Como foi salientado anteriormente, esses casos, associados àquele estudado por SPAAN (1994), podem ser considerados complexos e instáveis. Talvez, motivado pela troca freqüente de posições centrais e mais proeminentes no sistema migratório, dada a diversidade das posições intermediárias e origem dos fluxos, seja difícil precisar os atores intermediários mais consistentes desses sistemas. A concorrência entre agências governamentais e particulares, sindicatos, retornados, subagentes ilegais e patrões locais, além das redes familiares e de amizade, demonstra a baixa centralização desses sistemas, a grande instabilidade e variedade de alternativas de deslocamento e a fraca densidade e transitividade devido à intensa competição entre os *brokers*.

Numa simulação, verificamos que o intermediário mais importante do sistema singalês, estudado por EELENS e BECKMANN (1990), seria mesmo a agência de trabalho no destino. Contudo, sua supressão do sistema apenas inviabilizaria a migração legalizada, já que isolaria o subcomponente composto pela agência de trabalho governamental (BFE) e os trabalhadores legalizados (de elevada especialização). Ocorreria do sistema se tornar mais clandestino e concentrado sobre os *brokers* (ilegais), mas não o inviabilizaria. Para uma quebra geral do sistema, tanto legal quanto ilegal, seria necessária a supressão de um bloco estrutural funcional de operadores intermediários, composto não apenas pela agência de trabalho no destino, como também, pelos retornados, os recrutadores locais e os subagentes (ou sub-recrutadores ilegais), como pode ser visualizado nos sociogramas abaixo. Nessa situação limite, o sistema seria desconectado em 3 (três) subcomponentes, isolando completamente origem e destino — fato indicado e sustentado pela hipótese 4.

Figura 4.3: Sociogramas dos casos estudados por EELENS e BECKMANN (1990) e SINGHANETRA-RENARD (1992), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.



Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Pode ocorrer, como no caso estudado por EELENS e BECKMANN (1990), de uma posição estrutural formal de intermediação, como o vértice-obstáculo representante da BFE, não exercer força empírica correspondente à topologia privilegiada no sistema formal. Neste caso específico, a agência governamental (BFE) não exerce poder efetivo de intermediação frente ao bloco estrutural ilegal, ou mesmo, sobre a posição ocupada pela

agência de trabalho no destino. Na realidade, a BFE se mostra dependente da agência de trabalho no destino, pois é desconectada por ela.

O mesmo não ocorre no caso estudado por SINGHANETRA-RENARD (1992), em que o vértice-obstáculo representante do patrão local tem certa correspondência estrutural com a força real que exerce no sistema. Assim, sua supressão implica a quebra do sistema em dois subcomponentes, com o isolamento dos trabalhadores migrantes rurais (mas não daqueles que vivem nos centros urbanos). A quebra completa do sistema ocorreria pela supressão de um bloco estrutural composto pelo patrão local, os retornados e os sindicatos, responsável pela alimentação dos fluxos migratórios, tanto legais quanto ilegais, e dos diferentes estágios de consolidação deste sistema de migração.

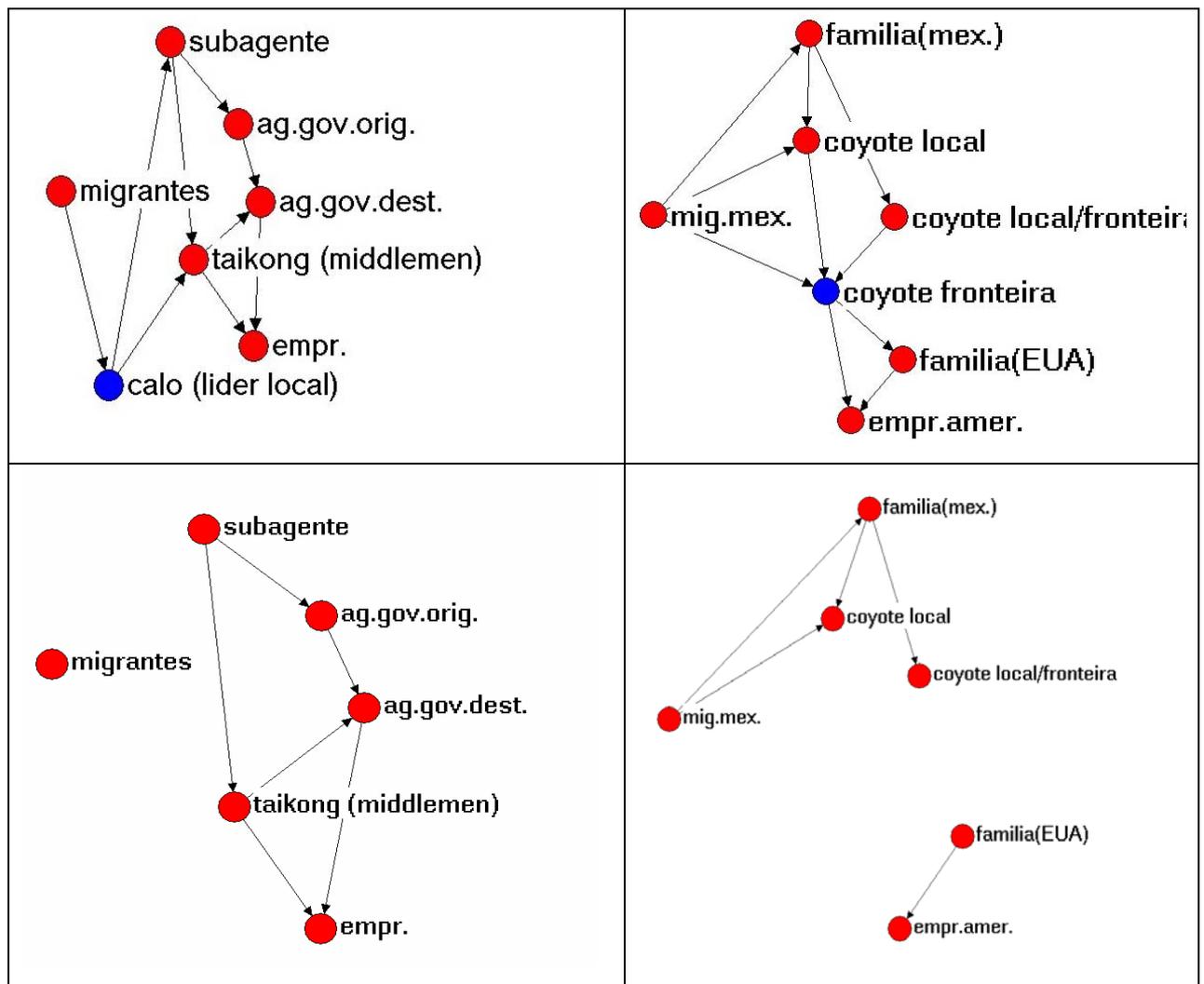
Nos casos em que há correspondência, ou pelo menos um *broker* é identificado a um dos vértices-obstáculo detectados idealmente, os graus de densidade, de centralidade de envio e de intermediação são médios ou elevados. Assim, determinam sistemas que possuem maior estabilidade e, com frequência, maior centralização sobre atores específicos.

Como vimos, é freqüente a possibilidade, ao menos ideal, de encontrar situações — como as descritas por Patrizia AUDENINO (1986, caso em Anexo) — que revelam padrões estruturais fortíssimos, em que associações entre dois ou mais vértices monopolizam e centralizam todo o sistema. Se os critérios para a detecção do vértice-obstáculo ideal nos grafos dos 8 casos analisados aqui fossem relaxados, encontrar-se-iam diversas situações em que as associações de mais de um intermediário determinariam a formação de um bloco, ou subconjunto de vértices, que podem operar como fortíssimos *brokers* — mais uma vez, fato indicado pela hipótese 4.

No caso estudado por AUDENINO (1986:779-81), a correspondência empírica à análise estrutural é bastante consistente, pois, segundo a autora, todo o empreendimento da emigração de artesãos do Valle Cervo (pequena comuna da região do Vêneto) se fundamentava nas relações onipresentes de parentesco. Portanto, o fluxo contínuo de imigrantes nos EUA, canalizados pelos empreendedores italianos autônomos era, de fato, sobredeterminado conjuntamente pelas redes familiares que formavam um bloco estrutural poderoso.

Finalmente, podemos visualizar abaixo, nos sociogramas da Figura 4.4, dois casos em que ocorre correspondência estrutural dos vértices-obstáculo detectados formalmente e atores concretos centrais, no sistema de migração empírico.

Figura 4.4: Sociogramas dos casos estudados por SPAAN (1994) e CASTRO (1998), e análise de simulação dos vértices-obstáculo.



Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Note-se que a ausência dos vértices-obstáculo, tanto no caso estudado por SPAAN (1994) quanto no estudo de CASTRO (1998), desconecta o sistema em dois subcomponentes fundamentais, ou seja, dois blocos estruturais de origem e destino,

quebrando completamente o sistema. Por conseqüência, os atores concretos que ocupam tais posições formais privilegiadas por sua topologia singular, são capazes de concentrar enorme poder de intermediação e exercer forte controle sobre os demais contatos e fluxos do sistema.

Em SPAAN (1994), o poder de intermediação dos fluxos de pessoas, informações e recursos do *Calo* (líder local) é reforçado pelas relações hierárquicas prescritas pelos valores culturais da sociedade javanesa. O *Calo* exerce grande influência sobre as demais posições do sistema, embora este seja caracteristicamente difuso, dinâmico e aberto, pois, como sugere a articulação das posições em qualquer sistema, não há concentração ou poder absolutos. Assim, mesmo que haja um privilégio formal e efetivo sobre a posição de intermediação ocupada pelos líderes locais, é preciso considerar que esses atores são ainda dependentes das relações travadas com todas as outras posições estruturais do sistema.

O mesmo pode ser dito e observado no sistema descrito por CASTRO (1998). Ali os *coyote-fronteira* (ou *business coyotes*, segundo CASTRO) também exercem grande poder na organização dos fluxos de migrantes, informações e recursos. O interessante desse caso é mostrar que as redes familiares, embora sejam fundamentais para o projeto migratório (como defendido por MASSEY *et al.*, 1987), são dependentes da posição estrutural ocupada pelos *business coyotes*. Como se pode observar no sociograma acima, a supressão dessa posição intermediária não apenas quebra o sistema em dois subcomponentes de origem e destino, como também rompe e isola os vínculos de intermediação familiar para o cruzamento efetivo da fronteira — ou seja, a rede familiar, dividida entre México e EUA, para se configurar efetivamente (na prática) como intermediária entre migrantes mexicanos, necessita do auxílio formal e real dos *business coyotes*, do contrário a travessia parece não ser possível.

Enfim, como foi salientado ao longo deste capítulo e refletindo as orientações de análise das hipóteses levantadas, podemos ver que as posições estruturais intermediárias, definidas formalmente nos sistemas, nem sempre correspondem aos papéis desempenhados por indivíduos e instituições na realidade social. Por outro lado, quando os papéis sociais estão associados formalmente à posição ocupada na estrutura social, verificamos o fortalecimento dessa posição e do poder exercido sobre as demais posições e atores do sistema de migração. Portanto, esse fato não deveria ser desconsiderado para uma correta

avaliação do potencial de mobilização dos fluxos migratórios, controlados por determinadas posições intermediárias fundamentais de um sistema migratório — caso específico do casal Juan e Carmen, no processo de deslocamento em massa de camponeses guatemaltecos para os EUA (1.800 imigrantes em menos de 10 anos, a partir de uma posição intermediária fortemente estabelecida, tanto formal quanto socialmente).

4.3. Reflexões finais

Com relação à hipótese 1 de que “todo intermediário é um ator ou laço de uma rede migratória que ocupa uma posição estrutural singular responsável pela conexão com outros atores e laços do sistema”, pode-se afirmar que as análises apontaram, sistematicamente, para a definição estrutural e objetiva de um conjunto de vértices (atores e posições) que desempenham efetivamente tal condição.

No entanto, há que se observar uma condição mais restrita, expressa pela hipótese nula de que “existe um vértice ou arco qualquer em M que, observando a equação (3), não desconecta M ”. De fato, como ficou evidente pela análise estrutural dos grafos, existem sistemas em que não se detectam vértices-obstáculo ideais. Porém, como ficou esclarecido nas análises precedentes, mesmo que um intermediário não se apresente como vértice-obstáculo (*cutpoint*) ideal, ele ainda pode desconectar o grafo quando associado a outros atores em posições estruturais semelhantes, confirmando a hipótese secundária número 4.

Por exemplo, o caso 5 (RADCLIFFE, 1990)³⁹ diz respeito às situações em que dois intermediários “associados” desconectam o grafo em mais de um subcomponente, embora isolados nenhum opere como vértice-obstáculo ideal. No caso estudado por RADCLIFFE, como vimos, as famílias (redes familiares e de amizade) junto aos *enganchadores* (recrutadores de trabalhadoras) podem desconectar o grafo em mais de um subcomponente; noutro caso estudado por SPENCER (1992), as gangues japonesas (*yakusa*) associadas às escolas de idioma para estrangeiros no Japão, operam como *brokers* poderosos e viabilizam a quebra do sistema em componentes menores e isolados.

³⁹ Além desse caso, outros analisados, mas que não constam neste capítulo, como os casos estudados por AUDENINO (1986) e SPENCER (1992), apontam situações semelhantes. Para uma comparação visual dos grafos de todos os 16 casos estudados, ver Anexo.

Como sugerido pela hipótese secundária 5, de fato, as análises empreendidas através das propriedades estruturais (conectividade, transitividade, simetria, densidade etc) de cada sistema migratório, permitiu a melhor compreensão dos papéis dos atores e suas posições (especialmente os intermediários), e também a avaliação mais objetiva e comparada das qualidades, naturezas e relações estabelecidas por esses atores nas suas redes.

Em outras palavras, pôde-se constatar que, em geral, as posições intermediárias não apenas “transferem” ou canalizam fluxos de pessoas, recursos e informações. Elas também variam em função, tanto das propriedades estruturais do sistema, quanto do contexto histórico e cultural no qual tais sistemas operam. Assim, em redes mais conectadas, coesas e densas, os intermediários desempenham forças e relações diversas de outras redes onde há maior competição, dada a baixa densidade, centralidade e coesão do grafo.

Com base nessas considerações, tentou-se encontrar padrões ou regularidades estruturais que justificassem uma tipologia dos sistemas. A hipótese 6, sobre a possibilidade dessa tipologia, mostrou-se pouco consistente com o volume de trabalho e análise alcançados até agora. Evitando estabelecer uma tipologia prematura sobre os sistemas empíricos de migração, procurou-se apenas traçar algumas das tendências estruturais mais evidentes e consistentes de toda a análise.

Em linhas gerais, poder-se-ia conjecturar a tendência de sistemas migratórios mais **fechados** ou **restritos** (institucionalizados, fortemente controlados por atores ou posições específicas, como famílias, instituições governamentais ou indivíduos poderosos e centrais) a apresentarem elevada centralização e densidade, coesão mediana para alta, transitividade mediana, e intermediação muito concentrada sobre poucos atores concorrentes — a eventual estabilidade e dinâmica dos fluxos migratórios ocorreriam em função da competição interna entre os diferentes intermediários e do contexto histórico e cultural no qual se insere o sistema de migração.

Sistemas migratórios mais **abertos** ou **livres** (pouco institucionalizados, difusos e muito competitivos entre alternativas oficiais e ilegais de deslocamento, sofisticados quanto ao potencial das conexões e posições a serem preenchidas) tenderiam a apresentar maior instabilidade, menor coesão interna, maior descentralização, menor capacidade de monopolizar a intermediação e, conseqüentemente, transferências dispersas sobre vários atores. Portanto, nesses sistemas podem ser detectadas tendências mais fortes para a

existência de intermediários com poder moderado e menor transitividade (aglomeração em torno de um centro comum). Enfim, seriam sistemas com redes mais esparsas e menos conectadas, longas distâncias e diâmetros maiores.

Este esboço de uma possível tipologia, entretanto, deve ser visto apenas como um guia conceitual, um tipo ideal, que tem por função apenas auxiliar na compreensão da realidade empírica. Como vimos nas análises anteriores, ocorre de sistemas formais semelhantes atuarem de maneira completamente diversa em situações concretas diferentes. Além disso, o maior objetivo de uma análise sistemática e estrutural dos sistemas de migração deve ser a compreensão das relações entre as posições estruturais e os papéis desempenhados na realidade empírica pelos atores nos seus deslocamentos cotidianos.

Finalmente, a análise precedente mostra como são importantes as posições intermediárias e as relações sustentadas pelos ocupantes dessas posições nos sistemas empíricos de migração. Apenas muito raramente pode-se conceber um sistema de migração em que não há intermediação, onde um migrante pode se deslocar, no espaço físico e social, sem empreender e ser constrangido a se relacionar, e sem depender de outros atores e posições na estrutura da trajetória adotada. A própria escolha da trajetória é determinada pelas relações e disponibilidade das posições de intermediação, como sugerido teoricamente por TILLY (1990) e, aqui, pôde ser formalmente analisado nos estudos de caso.

Portanto, negligenciar a preponderância das posições de intermediação nos sistemas migratórios é ignorar a própria natureza e relações fundamentais que tornam o deslocamento possível.

Em outras palavras, compreender o papel desempenhado pelos intermediários, sua rede de relações e como se inserem no sistema social da migração é fundamental para o entendimento das tendências e regularidades empíricas que sustentam e organizam os deslocamentos.

Os próximos passos para um programa de pesquisa deveriam promover análises detalhadas de casos empíricos, segundo as propriedades estruturais esboçadas aqui, visando a detecção minuciosa dos intermediários e suas relações com o maior número possível de vértices (outros atores e posições) de um sistema de migração.

5. Análise estrutural de quatro sistemas de migração internacional no Brasil

Neste capítulo, pretende-se aplicar o modelo desenvolvido no capítulo precedente para os casos da migração brasileira. Os mesmos procedimentos técnicos de análise estrutural dos grafos podem ser replicados aqui, muito embora os critérios de seleção dos estudos de caso tenham, necessariamente, variado devido às lacunas da literatura especializada.

Como vimos no capítulo 3, salta aos olhos a ausência de estudos sistemáticos e comparativos sobre os mecanismos intermediários dos sistemas de migração internacional. No caso da literatura brasileira sobre as migrações, a situação se mostra ainda mais crítica e, à exceção de alguns poucos trabalhos sobre a imigração italiana em fins do século XIX e início do século XX (HUTTER, 1972, 1986; BRIGANTI, 1996), não foram encontrados estudos que focalizassem, particularmente, os agentes de intermediação dos deslocamentos.

Desse modo, critérios específicos de seleção do material pesquisado e, posteriormente, uma estratégia alternativa de análise comparativa se fez necessária para a replicação do modelo estrutural proposto nesta tese.

Foram selecionados diversos estudos de caso sobre as migrações no Brasil, especialmente abordagens históricas (como foi o caso das imigrações de italianos e japoneses nos séculos XIX e XX) e etnográficas (caso específico sobre a emigração internacional de brasileiros para a Guiana Francesa no último quartel do século XX), porque essas abordagens mais descritivas favoreciam uma caracterização mais adequada dos diversos laços e redes sociais nos quais se inserem os atores do processo migratório.

Como nas análises anteriores, a reconstituição dos sistemas de migração do Brasil (e formalização através dos grafos) se deu a partir das informações descritivas sobre as relações entre migrantes (emigrantes e imigrantes), membros da comunidade de origem e destino, instituições e trajetões de deslocamento.

Devido à escassez de publicações específicas sobre os intermediários e as trajetórias migratórias propriamente ditas, concluí que seria melhor reunir separadamente todos os

estudos e informações adicionais em casos generalizados, ou seja, o caso da emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos, por exemplo.

Desse modo, ao contrário do capítulo precedente, quando cada estudo de caso representou uma publicação específica, aqui os estudos de caso conformam, na realidade, um grande mosaico onde as informações sobre os atores e suas relações se complementam a partir de fontes variadas de informação.⁴⁰

Assim, delinear-se-iam quatro casos gerais: 1. imigração italiana nos séculos XIX e XX; 2. emigração de brasileiros para o Japão no final do século XX; 3. emigração de brasileiros para a Guiana Francesa no final do século XX; e 4. emigração de brasileiros para os EUA também no final do século XX.

A proposta inicial seria analisar casos importantes na literatura brasileira sobre as migrações que dão destaque aos fluxos de brasileiros na fronteira com o Paraguai (os chamados “brasiguaios”), os fluxos de emigração para Portugal e Itália, e a imigração de bolivianos para São Paulo. Contudo, esses casos não ofereceram perspectivas de tratamento adequado das informações como nos casos analisados aqui. Especialmente o caso dos brasiguaios, bastante complexo e muito pouco estudado sob a perspectiva dos mecanismos intermediários. Desse modo, decidi deixar de lado esses importantes casos de deslocamento no Brasil e me dedicar apenas aos quatro sistemas supracitados.

5.1. Alguns aspectos das migrações internacionais no Brasil

A história dos deslocamentos humanos no Brasil se confunde com a própria história de formação da nação brasileira. Pois não se pode falar sobre o Brasil, como unidade territorial, social e histórica, sem estar ciente da força exercida pelos movimentos populacionais nas junções culturais e evolução econômica de nossa sociedade nos últimos cinco séculos.

Como bem destacou Darcy RIBEIRO (1995), a matriz cultural, política e econômica forjada ao longo de 500 anos, só pôde ser alcançada às custas de intensos contatos e trocas de populações tão diversas quanto ameríndios, africanos e europeus.

⁴⁰ Exceção feita ao caso da emigração para a Guiana Francesa, baseada numa única publicação (AROUCK, 2001).

Seria interessante, se possível, reconstituir estruturalmente os sistemas das migrações forçadas ao longo de todo o período colonial e imperial — tanto os deslocamentos infligidos aos índios que aqui já se encontravam estabelecidos, quanto os deslocamentos promovidos pelo tráfico de escravos oriundos dos territórios africanos — além das levas de europeus e, posteriormente, asiáticos que aportaram nas costas brasileiras em busca do Paraíso. Talvez, com tal reconstituição, pudéssemos compreender melhor a participação dos grupos sociais, das instituições de Estado e relações de mercado que fundamentaram a formação de uma sociedade miscigenada e, ao mesmo tempo, unificada, que, ainda hoje, exercem profundas conseqüências sobre os atuais deslocamentos no território nacional.

No final da fase do Império, a partir de meados do século XIX, o Brasil, inserido no contexto internacional de expansão do capitalismo industrial, desempenhou a função de país de imigração, recebendo intensos fluxos de imigrantes internacionais durante décadas.

Para Fausto BRITO (1995) essa função respondia a duas demandas específicas e fundamentais: 1) a preocupação política do Estado brasileiro com a “eugeniização” de sua população (o processo de branqueamento da população nativa através da “importação” de imigrantes europeus, especialmente alemães, italianos e espanhóis SEYFERTH, 2001); 2) a inserção estrutural periférica do Brasil na economia capitalista mundial, acolhedor da mão-de-obra excedente dos mercados de trabalho das economias centrais, e disponibilizador de recursos naturais e espaços a serem ocupados.

Essas duas “demandas” fundamentais, estabelecidas diante da figuração histórica⁴¹ na qual se encontrava o Brasil àquela época, têm fortes e decisivas implicações para o desenvolvimento posterior dos deslocamentos no Brasil contemporâneo.

Como veremos, por exemplo, no caso da imigração italiana, as decisões tomadas pelo Estado brasileiro sobre as políticas sociais de incentivo às imigrações têm impacto determinante sobre o processo de recrutamento e intermediação dos imigrantes italianos no

⁴¹ O sentido de “figuração histórica” utilizado aqui se deve ao conceito de Norbert Elias em *A sociedade de corte* (2001), e propõe, assim, uma perspectiva fundamentalmente sistêmica e relacional. Em outras palavras, o posicionamento do Brasil (integrando Estado, Sociedade e Mercado) no contexto das relações internacionais estabelece regras estruturais emergentes da configuração de outros países, também posicionados no sistema mais geral. Assim, as “demandas” são como forças estruturalmente condicionadas e ordenadas e, como mostra BRITO (1995:24), as políticas de imigração suscitadas pelos governos do Império e Primeira República são respostas necessárias correspondentes ao posicionamento do Brasil no campo das relações internacionais.

mercado de trabalho brasileiro (HUTTER, 1972). Noutro caso, num primeiro momento da imigração japonesa, no início do século XX, a política segregacionista do Estado em relação aos asiáticos condicionou o recrutamento, a organização e absorção dos fluxos de imigrantes japoneses em território brasileiro e, muito mais tarde, teve reflexos importantes sobre o início do ciclo da emigração *dekassegui* para o Japão, já no final do século XX (BASSNEZZI, 1995; SAITO, 1980).

Desse modo, a compreensão das figurações históricas são importantes para o estabelecimento das principais conexões causais definidoras do contexto estrutural dos deslocamentos e trajetórias pessoais dos migrantes.

O período analisado neste capítulo se situa entre as primeiras ondas imigratórias em fins do século XIX, até o movimento contrário, de expulsão de brasileiros para o exterior, no último quartel do século XX.

A distinção opositiva entre esses dois momentos na história recente dos deslocamentos no Brasil, segundo BRITO (1995: 29), se deve à reestruturação produtiva do sistema capitalista global que, atualmente, promove o movimento inverso das populações, em relação à Segunda Revolução Industrial na segunda metade do século XIX. Contemporaneamente, a tendência observada dos fluxos populacionais internacionais vai dos países periféricos (como o Brasil) para os países centrais do sistema capitalista. E, desse modo, o Brasil tem-se tornado, nos últimos 20 ou 30 anos, um país de emigrantes internacionais. Brasileiros que buscam, na mobilidade espacial para os países capitalistas centrais, encontrar também a sonhada mobilidade social (BRITO, 1995; PATARRA e BAENINGER, 1995; SALES, 1992 e 1995).

Quanto ao desenvolvimento das estruturas e mecanismos intermediários desses sistemas migratórios, vale aqui ressaltar os impactos gerados recentemente sobre os deslocamentos e trajetórias clandestinos (SALES, 1992).

Como vimos, a dinâmica do sistema capitalista contemporâneo tem exigido intensa mobilidade das populações de países periféricos em direção aos países centrais (ou se quiser, em áreas de fronteira, de locais mais periféricos para locais mais centrais, como parece ser o caso do deslocamento de *brasiguaios*, BRITO, 1995:32; SALIM, 1995). Por outro lado, as políticas oficiais de imigração dos países centrais têm ocorrido de maneira

oposta, restringindo cada vez mais os limites de entrada e inserção do imigrante no mercado de trabalho e comunidades de destino (VAINER, 2001; CASTRO, 2001).

Como conseqüência imediata desse descompasso entre as demandas sociais e econômicas e as políticas encetadas oficialmente pelos Estados Nacionais tem-se a ampliação do fosso de desigualdades entre oportunidades e realizações dos projetos migratórios, não apenas na sociedade brasileira, que se traduzem diretamente nas alternativas estratégicas de deslocamento. Em outras palavras, as travessias clandestinas e os chamados deslocados ilegais, indocumentados, compulsórios, refugiados e outras categorias eufêmicas do discurso acadêmico e oficial, têm proliferado e se tornado uma característica marcante dos processos migratórios contemporâneos (VAINER, 2001).

Como salientou Teresa SALES (1992), o trabalhador brasileiro nestes últimos 30 anos tem, cada vez mais, tomado parte desse processo de alienação física e social que se inscreve no seu projeto de deslocamento para terras estrangeiras, como única maneira de solucionar a miséria material e os conflitos sociais e simbólicos estabelecidos na sua vida comunitária.

Assim, atualmente, diversas estratégias de deslocamento foram desenvolvidas em função do novo contexto das relações internacionais. Como pudemos ver, também nos estudos de caso internacionais analisados no capítulo anterior, as migrações internacionais que se utilizam de estratégias clandestinas, associadas às máfias do tráfico humano, têm se tornado práticas comuns entre os agentes da migração (SPAAN, 1994; SINGHANETRA-RENARD, 1992; SPENCER, 1992; CASTRO, 1998).

No caso das emigrações internacionais brasileiras contemporâneas não é diferente. Como veremos a seguir, a emigração para os EUA, Japão e Guiana Francesa seguem amplamente esse padrão internacionalizado da clandestinidade, e reforçam as posições estruturais de atravessadores (*brokers*) e também das redes sociais da migração (familiares, amizade e de agenciadores).

5.2. A imigração italiana no Brasil

Entre 1872 e 1972, o Brasil recebeu aproximadamente 1.660.000 imigrantes italianos, sendo que, de 1880 a 1920, concentram-se os maiores fluxos da imigração italiana

— chegando a representar mais de 50% de todo o fluxo imigratório internacional do período (BASSANEZZI, 1995:21).

Segundo BASSANEZZI (1995:20-1), no cenário da migração italiana, o Brasil inicialmente entrou como terceira opção (depois de Argentina e EUA) mas, no final do século XIX, tornou-se a principal área de atração. Entre os principais fatores que favoreceram essa dinâmica está o fato da imigração familiar para o Brasil ter sido mais volumosa, dados os incentivos e preferências do governo e empregadores brasileiros. Além disso, a organização da mão-de-obra imigrante observou os critérios demandados pelos produtores de café e outros pequenos proprietários rurais das regiões sul e sudeste do Brasil, que exigiram a formação e o assentamento das primeiras colônias agrícolas de imigrantes na zona rural. De outro lado, aqueles trabalhadores que não se adaptavam ao sistema agrícola (especialmente artesãos e operários) contribuíram para a confluência de trabalhadores manuais autônomos para os centros urbanos e alimentaram os setores da nascente indústria e comércio. Finalmente, há que se ressaltar a política governamental do Estado de São Paulo que, desde o início, associado aos interesses da indústria do café, patrocinou efetivamente a imigração de grande contingente populacional, especialmente de famílias italianas pobres — fator que tem grande impacto sobre a estruturação dos mecanismos intermediários desse sistema de migração.

Já em 1883, foi criada no Rio de Janeiro a Sociedade Central de Imigração, que tinha como objetivo principal a fixação de imigrantes em pequenas propriedades do sul e sudeste do Brasil (HUTTER, 1972:21). Cumprindo as determinações oficiais de caráter eugenista, a SCI inicia relações públicas com diversos governos europeus e estabelece os primeiros contatos oficiais com o governo italiano em 1886.

Nesse mesmo ano, em São Paulo, um grupo de fazendeiros e industriais do café funda a Sociedade Promotora da Imigração, visando a importação de mão-de-obra européia em larga escala. Em discurso pronunciado a 19 de janeiro de 1888, Martinho Prado Jr., então presidente da SPI, afirmava que

“a Sociedade Promotora da Imigração obteve, por meio do seu agente na Itália, permissão de trazer para São Paulo imigrantes, sob certas garantias, entre as quais destaca-se a da certeza do imediato emprego para os mesmos imigrantes e depois de convencer-se o Governo que a Sociedade não visava lucro nenhum, por expressa disposição de seus estatutos e não recorreria a recrutadores e aliciadores, limitando-se a introduzir imigrantes chamados por parentes e amigos residentes em São Paulo e

espontâneos, pela primeira vez, com assentimento expresso do Governo, abriram-se as portas da Itália para São Paulo, determinando-se até os lugares de onde podiam nossos agentes retirar gente.” (*Apud* HUTTER, 1972:28-9).

Entretanto, a realidade do processo migratório e os mecanismos intermediários são mais complexos e variados do que poderia parecer ao presidente da SPI. De fato, antes mesmo da instalação dos comitês de recrutamento nos países europeus, já se haviam estabelecido redes informais de recrutamento entre agentes ligados às agências governamentais (através de agentes consulares, como no caso dos brasileiros), grupos de empregadores nos países de destino (seja diretamente com os fazendeiros, seja através das Associações ou Sociedades de imigração), e diferentes atravessadores ligados à estruturação do trajeto utilizado pelos fluxos de pessoas (enfim, agentes das companhias de navegação que tinham interesse na venda de passagens, intermediários das agências de propaganda, e outras agências particulares especializadas na contratação e transporte da mão-de-obra estrangeira).

Percebe-se que os problemas contemporâneos detectados nos projetos da migração internacional, muitas vezes clandestina, refletem a reativação de velhas estratégias e redes de deslocamento. Então, paralelamente à institucionalização de canais oficiais e legitimados pelos organismos estatais, parecem se desenvolver, necessariamente, outros canais informais e, por conseqüência, também ilegais e clandestinos.

Durante todo o período de intensa imigração italiana no Brasil, entre 1880 e 1920, os imigrantes utilizaram suas redes pessoais conectadas às redes institucionais e informais que dominaram e ainda persistem no cenário da imigração internacional.

No caso da imigração italiana (como pôde ser brevemente constatado no trabalho analisado de AUDENINO, 1986), o aspecto particular mais importante se deve às redes familiares e de amizade tão características da organização familiar mediterrânea (herança das tradições culturais baseadas no parentesco de famílias estendidas).

Como mostra bem o estudo de Lucilla BRIGANTI (1996), os itinerários cotidianos dos imigrantes italianos no sudeste brasileiro foram determinados pela constituição das redes pessoais baseadas nos laços de família e apadrinhamento dos primeiros imigrantes que se instalaram no Brasil. Especialmente nas duas últimas décadas do século XIX, devido a certa liberalidade das políticas do governo italiano em relação ao Brasil, e também ao sucesso do empreendedorismo dos artesãos italianos imigrados, BRIGANTI mostra, através

da análise dos registros de passaporte e navegação do governo italiano, as diversas etapas migratórias das famílias italianas para o Brasil. As viagens de partida e retorno para o Brasil eram constantes e intensas, e eram utilizadas, sistematicamente, como estratégias de recrutamento de familiares e amigos, em solo italiano, para a composição dos negócios familiares em terras brasileiras.

Junto às redes familiares, associaram-se as redes informais de agenciadores e propagandistas da imigração. Em muitos casos, os imigrantes italianos não atendiam a todas as exigências do governo paulista para direito ao subsídio das passagens e emprego na indústria e fazendas. Sendo assim, muitos imigrantes acionavam seus contatos pessoais com os agentes, visando, desde a facilitação da entrada junto aos inspetores públicos da imigração, até mesmo a contratação dos serviços de agentes de falsificação de documentos exigidos pelas autoridades brasileiras (HUTTER, 1986).

Lucy HUTTER (1972:36), ao falar sobre a atuação dos intermediários (agências e agentes), fornece-nos um quadro mais preciso e surpreendente do seu grau de organização e poder de persuasão sobre os migrantes. Segundo a autora, “na Itália, até o ano de 1900, o número de agentes e subagentes de emigração aumentou constantemente de ano para ano. Em 1892 havia 5172 subagentes, que em 1896 passaram a ser 7169. Além disso, mais 34 agências eram criadas nas principais cidades”.

Essas agências e agentes eram, em sua grande maioria, instituições privadas que mantinham relações estreitas com o Estado Italiano e as instituições brasileiras (tanto o Estado quanto os grupos de empregadores e suas associações oficiais). No Brasil, também haviam outros intermediários responsáveis pela outra ponta da rede de deslocamento, especialmente os inspetores públicos (funcionários públicos que mantinham relações escusas com certos atravessadores e subagentes das companhias de navegação e contratação de mão-de-obra), agenciadores de trabalhadores nos portos e pensões, e os centros de recebimento dos imigrantes (como a Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, responsável pela maior parte da triagem dos imigrantes italianos no Estado paulista).

Da atuação dos subagentes na Itália, HUTTER (1972:36) relata que eles “acompanhavam o emigrante de sua cidade natal até o porto de embarque, encarregava-se de prover os documentos necessários para a partida e, se a pessoa não tivesse dinheiro

suficiente para pagar o preço da passagem, o subagente emprestaria a quantia requerida sob garantia hipotecária, no caso de o emigrante possuir um pedaço de terra ou uma casa”.

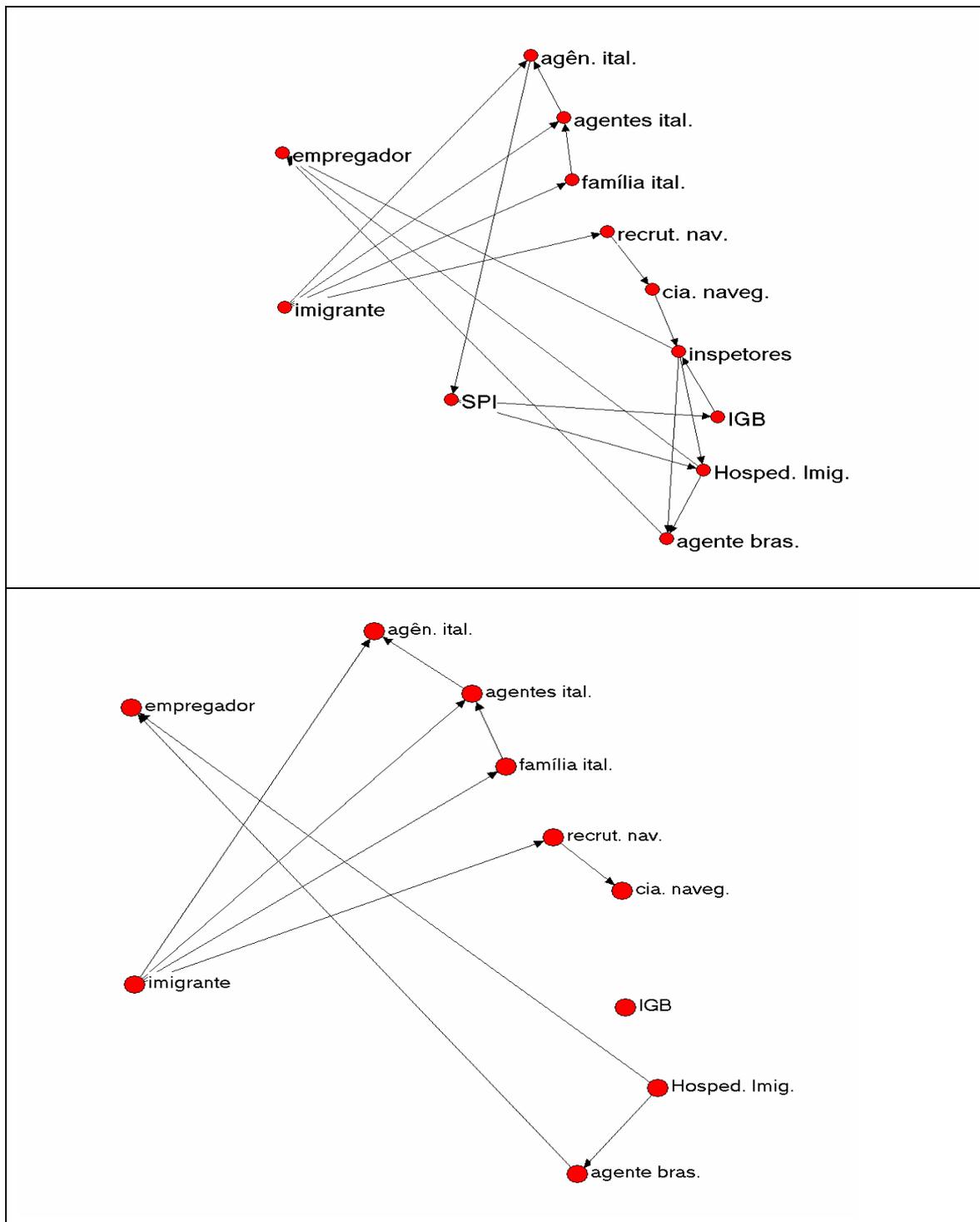
Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes eram recebidos pelos inspetores públicos que os encaminhavam aos centros de triagem — especialmente a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. Ali, os imigrantes subvencionados pelo governo brasileiro (ou italiano, até 1903) aguardavam o contato de outro subagente, contratado diretamente, ou não, pelo empregador brasileiro, que acertava as bases contratuais de trabalho com o imigrante e o encaminhava para o local de trabalho (muitas vezes no interior de outros estados brasileiros, como Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul).

O fato é que boa parte dos imigrantes não seguia exatamente essa trajetória, por motivos diversos. Se o imigrante não se enquadrava no perfil desejado pelas autoridades brasileiras (não possuísse toda a documentação necessária à comprovação do status legal), ele poderia utilizar outros canais informais (e muitas vezes clandestinos) para a sua alocação no mercado de trabalho, ou poderia acionar outros agenciadores para falsificação da documentação necessária.

Também ocorria, com grande frequência, dos imigrantes desistirem do pesado trabalho na lavoura de café e decidirem mudar a trajetória para os centros urbanos. Como essa estratégia fugia ao controle e objetivo das autoridades públicas, mecanismos intermediários ilegais também deveriam ser utilizados. E assim, uma extensa rede de agenciadores e *brokers*, e a corrupção dos agentes públicos (inspetores, agentes oficiais e empregadores) desenvolveu-se intensamente no mesmo período.

Diante desse quadro, encontramos no sistema da imigração italiana uma complexa rede de relações entre migrantes, agentes e empregadores. Sinteticamente, pode-se configurar as seguintes posições estruturais do sistema (acompanhar a visualização do sistema no sociograma da figura 5.1): 1. emigrante italiano; 2. família italiana; 3. agências de emigração italianas; 4. agentes e subagentes italianos; 5. SPI; 6. companhias de navegação; 7. recrutadores das agências de navegação; 8. inspetores públicos; 9. Inspetoria Geral do Brasil; 10. Hospedaria do Imigrante; 11. agentes autônomos (*brokers*); 12. empregadores.

Figura 5.1: Modelo estrutural do sistema de imigração italiana, e análise de simulação dos vértices-obstáculo.



Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Em linhas gerais, as estratégias possíveis à disposição do imigrante italiano seriam:

1. se o imigrante utilizasse sua rede pessoal junto aos familiares, entraria em contato com agentes italianos (próximos ao círculo comunitário, garantindo maior segurança e solidariedade na travessia) que, por sua vez, colocariam o imigrante sob os cuidados das agências italianas legalizadas. Estas conectariam o imigrante diretamente aos agentes da Sociedade de Promoção da Imigração, que receberia o imigrante por meio da Inspetoria Geral do Brasil e, por consequência, pela Hospedaria do Imigrante, a partir de onde seria efetivamente contratado para o trabalho já em solo brasileiro;
2. noutra alternativa, especialmente se o imigrante fosse retornado (experiência migratória anterior), ele seria capaz de acionar diretamente um agente italiano, ou mesmo a agência oficial, e prosseguir seu caminho até a hospedaria brasileira e seu destino final junto ao empregador;
3. finalmente, numa alternativa mais perigosa, próxima da clandestinidade, o imigrante evitaria o controle oficial das agências italianas e do SPI e do IGB, acionando diretamente os recrutadores italianos que levariam o imigrante, depois de documentação falsificada e bilhetagem especial, aos navios em direção ao Brasil. Ao chegar aqui, este imigrante, mediante os contatos ilegais dos recrutadores e agentes das companhias de navegação com membros da inspetoria (corruptíveis), adquiriria documentação apropriada para a entrada e estadia no Brasil — com frequência subsidiada pelo governo brasileiro —, ficaria na hospedaria de onde, contatando ou não agentes clandestinos, estabeleceria contato com os empregadores (fossem fazendeiros ou comerciantes urbanos).

Na análise das propriedades estruturais, encontramos um sistema com baixa densidade (0.136) e coesão (0.245). Além disso, note-se que a distância geodésica média entre as posições estruturais é relativamente elevada, apontando 2.3 (mais de um intermediário em média entre duas posições distintas). O espaçamento é reforçado pelo grande diâmetro (5 passos entre dois vértices específicos) apresentado por esse sistema, fato que também contribui, formalmente, para o enfraquecimento da coesão interna.

Essas propriedades indicam uma rede pouco coesa e estável, difusa quanto à organização dos fluxos, pouco ativa devido à baixa densidade e grau de inserção dos atores em suas posições. Isto é, os atores, de fato, possuem poucas alternativas estruturais para o deslocamento e, ao mesmo tempo, as posições intermediárias esparsas e heterogêneas não são capazes de sustentar o monopólio dos fluxos devido à baixa densidade (inserção) do

sistema. Diferente de outros sistemas que apresentam baixa coesão (SPAAN, 1994) e são muito heterogêneos, aqui a competição não parece ser acirrada, oferecendo poucas alternativas e pouca competitividade.

Quando observamos os demais índices sobre a intermediação, verificamos a tendência à heterogeneidade, baixa concentração dos fluxos e fraca interação entre as posições de intermediação. Assim, a centralidade de intermediação é de apenas 12%, quando se destaca a posição do SPI, correspondente à realidade empírica, pois, o SPI era oficialmente responsável pela articulação dos interesses dos empregadores, no Brasil, com as autoridades italianas de emigração.

Quanto ao grau de centralidade, pode-se dizer que encontramos nesse sistema um desempenho mediano (25% para o grau de saída e 15% para o grau de entrada), correspondente ao esperado em um sistema pouco ativo e integrado, com baixa coesão interna e mais heterogêneo. Comparando-se este índice com o anterior podemos observar a instabilidade do sistema, ou seja, a variabilidade das posições estruturais quanto à concentração dos fluxos, pois os atores mais centrais quanto ao grau de saída e entrada diferem do ator mais central de intermediação (a sobreposição destes dois índices poderia indicar uma tendência estrutural mais consistente sobre a posição intermediária preponderante no sistema). Aqui, os atores mais centrais foram os inspetores e a Hospedaria de Imigração.

Finalmente, observa-se também um baixo índice de aglomeração (0.222), pois as posições não tendem a concentrar laços, dada a baixa coesão e densidade, e elevado diâmetro.

Na análise estrutural da posição de intermediação, como vimos, há grande instabilidade no sistema. Quando verificamos o índice global de fluxos, encontramos um valor baixo de 9%, o que confirma a heterogeneidade, dispersão e baixa concentração do sistema. Seria de se esperar acirrada competição entre os agentes intermediários, porém, talvez pelo fato de o sistema de imigração ter sido muito controlado pelas forças dos Estados brasileiro e italiano, em todo o período de imigração, encontra-se uma situação ambígua: de um lado, o sistema se comporta de maneira difusa, instável e heterogênea, incitando a competição e variabilidade das estratégias de deslocamento; de outro, o sistema não desenvolve a transitividade esperada, a dinâmica e a concentração relativa sobre

posições estruturais específicas. Em especial, a posição a ser destacada é aquela ocupada pelo SPI, dada sua condição empírica de agenciador oficial num sistema institucionalizado e controlado de maneira rígida. Contudo, não deixa de ser perturbador, nesta análise, o fato de a posição estrutural ocupada pelos inspetores não exercer maior proeminência formal sobre o sistema — considerando-se os inspetores como atores reais mais competitivos e ameaçadores da posição intermediária exercida pelo SPI.

Assim, numa simulação dos vértices-obstáculo do sistema, verifica-se (através da visualização do sociograma anterior) que a supressão do bloco estrutural composto pelos inspetores e o SPI seria capaz de desconectar o grafo em dois subcomponentes, isolando origem e destino, ou seja, migrantes e empregadores brasileiros. Por consequência, os intermediários mais fortes desse sistema de migração seriam, de fato, a Sociedade Promotora de Imigração (responsável direta pela legalidade do sistema, conectando as agências governamentais de Brasil e Itália) e os inspetores brasileiros (responsáveis pela realização das transferências migratórias no nível mais concreto, e também pelas alternativas pouco reguladas da entrada ilegal no Brasil).

Como vemos, as hipóteses 1 e 4 se complementam e são reforçadas, mais uma vez, pelas evidências deste caso específico. Pois fica evidente que, no sistema de imigração italiana para o Brasil, existem posições estruturais singulares (SPI e Inspetores) que garantem o deslocamento, legalizado ou não, de imigrantes italianos. Além disso, a combinação dessas posições intermediárias em um bloco estrutural formal pode quebrar o sistema em dois subcomponentes, isolando as famílias dos imigrantes na origem e no destino, dificultando plenamente a travessia.

5.3. A emigração de brasileiros para o Japão

Devido à execução do projeto político-ideológico brasileiro de branqueamento populacional (eugenia) já na Primeira República, o Estado brasileiro proibiu o recrutamento de trabalhadores japoneses e protelou os fluxos asiáticos de imigração até 1908, quando finalmente atraca em Santos o primeiro navio japonês, o vapor Kasato-Maru, trazendo consigo as primeiras famílias de imigrantes japoneses.

De 1908 a 1941 entraram no Brasil aproximadamente 190.000 imigrantes (SAITO, 1980:82),⁴² direcionados às lavouras de café do interior paulista (contratos previamente firmados entre o governo brasileiro e o japonês e os empregadores agrícolas). Seguindo as exigências do governo brasileiro e, a partir de 1924, sendo a emigração oficialmente patrocinada pelo governo japonês, os imigrantes passaram a vir com suas famílias sendo, assim, destinados às colônias agrícolas (além da grande fazenda de café), havendo, entretanto, grande contingente de japoneses em atividades não-agrícolas.

Segundo BASSANEZI (1995:28),

“a imigração planejada e autorizada por órgãos de imigração do governo brasileiro deu-se por meio da iniciativa particular de japoneses residentes no Brasil (que se comprometiam a trazer lavradores colonizadores autônomos) ou de órgãos diversos (...). A imigração livre estava relacionada aos “atos de chamada”, que introduziam lavradores conhecidos nominalmente por interessados (parentes, parceiros etc.) e que vinham por intermédio de agentes particulares”.

Assim, após as primeiras levas de imigrantes (constituídas basicamente de homens solteiros e jovens), o perfil migratório se modificou, entre 1924 e 1941, para imigração familiar e a formação de colônias agrícolas no interior de São Paulo e norte do Paraná. Devido às diferenças culturais, às crenças e à barreira lingüística, os imigrantes japoneses mantiveram, em certa medida, valores e organização coletiva que fundamenta um princípio de identidade mais sólido que outras tradições culturais migratórias.

Mesmo que a dispersão étnica tenha ocorrido em coletividades diversas, por imposição da política cultural brasileira ou incapacidade das comunidades imigrantes perseverarem na preservação dos valores tradicionais, os imigrantes japoneses conseguiram adequar e substituir antigas estruturas e valores por novas estratégias organizacionais da coletividade (como os núcleos de cultura japonesa, a imprensa coordenada por imigrantes nas comunidades urbanas, as ligas de escolas de artes marciais etc. SAITO, 1980:88-9).

Esses fatos históricos sobre a imigração japonesa no Brasil são relevantes para compreendermos o contra-fluxo contemporâneo de *nisseis* e outros brasileiros (geralmente ligados à rede de emigração dos descendentes de japoneses) para o Japão nos últimos 20 anos.

⁴² Entre 1908 e 1972, entraram cerca de 250.000 imigrantes japoneses, segundo BASSANEZI (1995:27).

Em um primeiro instante, no início do processo emigratório, as trajetórias de “retorno” às origens eram vistas negativamente pela comunidade imigrante no Brasil como desonra social frente aos familiares no Japão (SASAKI, 1999; ROSSINI, 1995; URANO, 2002; OCADA, 2003).

A partir da consolidação dos fluxos de trabalhadores brasileiros temporários, no início da década de 1990, e o relativo sucesso atingido pelos chamados *dekasseguis*,⁴³ a imagem do emigrante *nissei* (e outros descendentes) se modifica, e o processo de deslocamento adquire contornos simbólicos poderosos, implicando um rito de passagem para o descendente dos imigrantes japoneses, reforçando a própria identidade da comunidade no Brasil (SASAKI, 1999; OLIVEIRA, 1999).

Segundo Elisa SASAKI (1999:249-50), baseada em dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Justiça do Japão, em 1995 havia aproximadamente 160.000 brasileiros residentes no país, sendo que, destes, cerca de 97% eram trabalhadores *dekasseguis*. Uma análise atenta da emigração a partir de meados dos anos de 1980, revela que os fluxos de emigrantes brasileiros cresceram abruptamente entre 1990 e 1992, logo após a promulgação da reforma das Leis de Imigração no Japão — neste período, segundo SASAKI (1999:249), a taxa de crescimento anual de brasileiros registrados no Japão foi de 61,84%, atrás apenas dos peruanos.

Pela reforma das leis de imigração, o governo japonês pretendia reduzir a imigração de ilegais no país, especialmente trabalhadores não descendentes de japoneses, visando manter um mito de pureza racial (KAWAMURA, 2001; SASAKI, 1999).

Tal reforma, por conseqüência, acabou favorecendo ainda mais o fluxo de emigração proveniente do Brasil, pois a grande maioria de *dekasseguis* é composta de *nisseis* e *sanseis* (filhos e netos de japoneses) que, diante da nova legislação japonesa, passaram a ter entrada facilitada no Japão, além de terem melhores garantias e oportunidades no mercado de trabalho destinado aos imigrantes em geral (trabalho não-especializado, temporário e de baixa remuneração) — o governo japonês determina pesadas punições àqueles empregadores japoneses de mão-de-obra clandestina e ilegal, composta

⁴³ O que ficou conhecido como “emigração *dekassegui*” diz respeito àqueles trabalhadores brasileiros, descendentes de japoneses em geral, que emigram para trabalhos temporários nas piores condições oferecidas na sociedade japonesa. Os *dekasseguis* fazem o trabalho não-qualificado e mais desprezado pelos japoneses.

basicamente por imigrantes que não conseguiram o visto de permanência para trabalho no país, em geral imigrantes asiáticos e sul-americanos não descendentes de japoneses (SPENCER, 1992). Deste modo, o mercado de trabalho se torna mais restrito aos ilegais, e garante um espaço de “confinamento” para o trabalho *dekassegui*, ocupado maciçamente por brasileiros.

Os mecanismos de intermediação da trajetória *dekassegui* são relativamente variados, pois compreendem as redes pessoais e familiares (para obtenção do visto de entrada como *nikkei*); as agências particulares de recrutamento no Brasil (de japoneses residentes aqui ou descendentes) que se conectam diretamente aos empregadores secundários no Japão; outras organizações coletivas como associações de imigrantes japoneses no Brasil, fundações de apoio ao emigrante, instituições acadêmicas e de natureza diplomática; agentes particulares que atuam ou não na ilegalidade (e podem estar ligados às máfias de tráfico internacional, como sugerem SPENCER, 1992 e RIBAS, 2003:19); empreiteiros representados por agências binacionais de contratação de mão-de-obra; agências de viagem e turismo, e até mesmo escolas de idioma no Japão.

Portanto, deste quadro podemos sintetizar as seguintes posições estruturais do sistema de migração *dekassegui*: 1. emigrantes brasileiros (*dekasseguis*); 2. famílias no Brasil; 3. famílias no Japão; 4. empreiteiros japoneses; 5. agentes e subagentes (legalizados ou não); 6. empresas brasileiras (agências de turismo, escolas de idioma, associações etc.); 7. empresas contratantes japonesas (primárias); 8. empresas *dekasseguis* (brasileiros residentes no Japão, para público emigrante); 9. organizações mafiosas (*yakusa*); 10. *dekasseguis* retornados.

Aqui, as redes pessoais conectadas aos familiares e amigos são fundamentais para a consecução do projeto migratório dos *dekasseguis*. A existência dessas redes pessoais é tão fundamental para o sucesso do sistema migratório que um dos efeitos singulares mais característicos dessas trajetórias é a formação e consolidação das empresas brasileiras de imigrantes residentes no Japão, que sobrevivem e atendem exclusivamente o “mercado da imigração”, inclusive a imigração clandestina — as chamadas empresas *dekasseguis* (URANO, 2002).

Além disso, muitas dessas empresas contribuem, atualmente, para alterar os canais mais antigos e tradicionais da travessia, até então muito dependentes de empreiteiros

japoneses, e sua rede de agenciadores (muitas vezes ilegais, os chamados *brokers*) e conexões escusas com a máfia do tráfico internacional (RIBAS, 2003).

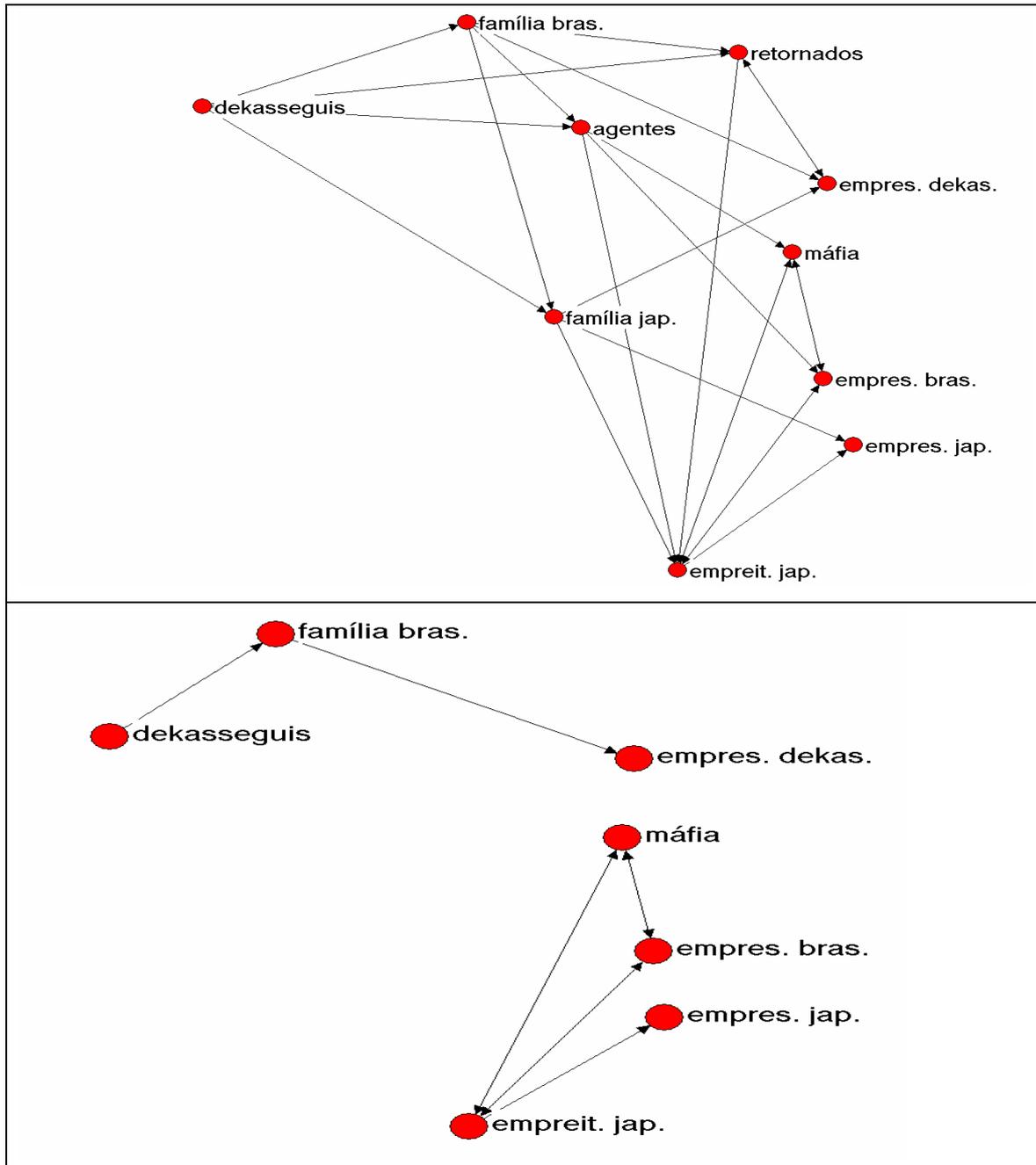
Em linhas gerais, para uma descrição objetiva do sistema de intermediação, os descendentes de japoneses no Brasil seguiam para o Japão segundo duas estratégias básicas (ver sociograma da Figura 5.2): 1. os emigrantes acionavam contatos familiares na origem e no destino para alocação direta no trabalho, compra de passagens e aquisição dos documentos via agências de turismo especializadas; 2. acionavam contatos familiares e de amizade na origem com atravessadores locais (agentes de empreiteiros japoneses) ou instituições específicas (como associações de apoio aos emigrantes); depois, estes acionavam contatos com *brokers* no destino (agenciadores secundários das empresas contratantes, muitas vezes clandestinamente); outras vezes empreendedores mafiosos, e finalmente contato com empregadores (secundários, se pequenas empresas terceirizadas, ou primárias, se grandes empresas japonesas — fato mais raro, já que essas empresas multinacionais dificilmente contratam para o trabalho típico do *dekassegui*. KAWAMURA, 2001; URANO, 2002; OCADA, 2003; RIBAS, 2003).

Em uma fase mais recente, dada a expansão e consolidação das redes pessoais dos *dekasseguis* retornados e aqueles que conseguiram se fixar no Japão, estratégias de deslocamento mais preventivas (em relação aos abusos econômicos e violência física e simbólica do tráfico internacional) e inseridas na organização comunitária têm possibilitado a estabilização dos fluxos de emigrantes, como mostrado por SASAKI (1999:250 e 260-2); os *dekasseguis* têm conseguido manter o fluxo crescente da emigração e também têm dinamizado a ocupação de setores produtivos no Japão, além de perseverarem nas atividades econômicas, como atestam os volumes de remessas financeiras para o Brasil — é verdade que a análise estrutural, de acordo com os procedimentos adotados nesta tese, não permitem uma análise diacrônica sobre a evolução das redes. Mas estas reflexões se baseiam em quadros sincrônicos avaliados *a posteriori*.

Atualmente, utilizando as conexões familiares e de amizade, por meio das redes *dekasseguis* já consolidadas, através de retornados e residentes fixos em território japonês, muitos emigrantes (inclusive aqueles que não se enquadram na legislação de imigração japonesa e devem encampar uma trajetória de clandestinidade) conseguem entrar e se estabelecer no Japão com maior segurança e apoio da comunidade *dekassegui*, reforçando

os laços identitários e consolidando as bases de uma nova comunidade étnica, fundando até mesmo nichos no mercado étnico japonês (OLIVEIRA, 1999; URANO, 2002; RIBAS, 2003).

Figura 5.2: Modelo estrutural do sistema de emigração *dekassegui*, e análise de simulação dos vértices-obstáculo.



Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Na análise estrutural desse sistema migratório, encontramos elevada coesão interna (0.383) e pequenas distâncias geodésicas (a média ficando em 1.5 e a maior distância entre dois vértices específicos, o diâmetro, de apenas 3 passos). Com uma densidade mediana, (0.267) o sistema revela tendências estáveis, relativa atividade e dinâmica internas. Isto é, esse é um sistema que tende a ser mais concentrado em torno de determinadas posições estruturais, em especial as famílias, tanto no Brasil, quanto no Japão. Se considerarmos as conexões entre os emigrantes e as empresas *dekasseguis* e retornados como de natureza eminentemente familiar, como é de fato o caso, então podemos dizer que as redes pessoais dos emigrantes nesse sistema exercem forte poder de intermediação e aglomeração. O índice de transitividade nesse sistema é mediano, chegando a 0.298, o que poderia indicar a tendência moderada à concentração ao redor de determinadas posições estruturais e uma capacidade média de repasse dos emigrantes entre diferentes posições.

Embora a análise formal do grafo não identifique nenhum vértice-obstáculo (*cutpoint*) ideal no sistema, como pode ser visualizado no sociograma da Figura 5.2, a composição de um bloco estrutural da família no Japão, os retornados e agentes (intermediários ligados aos empreiteiros japoneses), quando retirados do sistema isolam sua ponta mais importante, subdividindo o grafo em dois subcomponentes de origem e destino. Assim, as grandes e médias empresas japonesas ficam isolada, restando como saída para os emigrantes apenas as empresas *dekasseguis*, que, mesmo atualmente, não são capazes de incorporar toda a mão-de-obra brasileira imigrante.

Mais uma vez, como sugerido pelo conjunto de hipóteses (em especial a hipótese 4, que indica a formação dos blocos estruturais de intermediação), observa-se que a topologia do sistema de migração reserva posições estruturais específicas, ocupadas por atores concretos que se tornam responsáveis pela organização, consolidação e ampliação dos fluxos migratórios. Neste caso, como podemos ver, as redes familiares e de amizade (constituídas por parentes dos imigrantes no Japão, os retornados no Brasil e os agentes) ocupam as posições intermediárias do sistema e são responsáveis pela sustentação dos fluxos e sua evolução — em especial, como fator de confirmação da hipótese 4, pode-se explicitar o avanço e a consolidação das empresas *dekasseguis*, produto das articulações estabelecidas exclusivamente pelas redes familiares em tempos mais recentes e, portanto,

refletem a proeminência dos laços pessoais na determinação desse sistema (inclusive, direção e intensidade dos fluxos).

Essa consideração já enuncia, na prática, a distribuição e hierarquia do posicionamento estrutural nesse sistema de migração. Primeiro, verifica-se que o sistema não é muito centralizado (20% para o grau de saída e 32% para o grau de entrada) e que existe grande equilíbrio interno, fato que indica poucas posições intermediárias fortes — pois a centralização das intermediações estão distribuídas entre diversas posições intermediárias que compõem blocos estruturais. A rigor, apenas a posição ocupada pelos empreiteiros japoneses (responsáveis pela contratação de mão-de-obra estrangeira imediata além do repasse, clandestino ou não, para outras posições) se destaca entre as diversas posições com relação ao grau de centralidade, centralidade de intermediação e fluxos — embora os empreiteiros concentrem maiores índices de centralização, deve-se dizer que na composição de um bloco estrutural de intermediação, como vimos no sociograma da Figura 5.2, os agentes contratados pelos empreiteiros ocupam posição estrutural relativa mais estratégica e importante.

O índice geral de centralização (13%) sobre posições intermediárias reforça a idéia de um sistema heterogêneo, dinâmico, flexível e acirrada competitividade interna. Tendência confirmada pelo baixo índice de intermediação de fluxos (6%) e pelo índice de transitividade apresentado acima — o que aponta, de forma mais consistente, para um sistema aberto, de grande rotatividade dos fluxos e alternativas de deslocamento.

Dada a grande coesão interna do sistema, além de uma densidade média expressiva, a combinação dessas propriedades sugere a existência de posições em equilíbrio que, ao mesmo tempo, possibilitam a dinâmica dos fluxos, mas resguardam moderado controle e estabilidade sobre outras posições.

Talvez seja esse o caso do papel desempenhado pelas famílias, ou a rede pessoal familiar dos emigrantes que se sustentam através de conexões transnacionais, entre familiares residentes no Brasil e no Japão, familiares ligados diretamente à esquemas sofisticados de travessia (como os agentes retornados) e no mercado de trabalho — caso singular, e bastante representativo, das empresas *dekasseguis* que desempenham, a um só tempo, o papel poderoso de intermediação e de sustentação comunitária para as redes pessoais dos migrantes.

Assim, na análise final sobre as posições intermediárias, três posições estruturais emergem com grande preponderância no sistema (embora não se configurem como vértices-obstáculo formais, mas blocos estruturais como sustentado pela hipótese 4): a família brasileira no Japão, os retornados, agentes e empresas *dekasseguis* (estas últimas como reflexo mais recente da consolidação das redes pessoais dos imigrantes).

É preciso considerar também a figura dos empreiteiros japoneses, que possuem peso relativo no sistema, e que estão presentes de forma evidente em todos os índices de intermediação analisados: concentram 15% da centralização dos laços totais da rede, enquanto que os retornados aparecem em segundo lugar, com apenas 7%; também apresentam capacidade de intermediação (7%) elevada quando comparados aos demais atores, enquanto as empresas *dekasseguis* surgem aqui em segundo lugar, com 3%.

Nesse sentido, os empreiteiros japoneses, embora formalmente não ocupem a posição de vértices-obstáculo, podem se associar aos agentes e ao bloco estrutural das redes familiares, reforçando empiricamente sua posição de intermediação. De fato, pode-se identificar os empreiteiros como *brokers* desse sistema empírico, pois ocupam concretamente a posição intermediária mais privilegiada — reforçada indiretamente pelas conexões formais e reais com os agentes. O papel desempenhado pelos empreiteiros japoneses reflete uma espécie de “fusão” entre as hipóteses 1 e 4, pois aponta para um tipo de posição intermediária que se define pela força estrutural formal relativa (ou seja, confirmação da hipótese 4, quando a posição estrutural ocupada pelos empreiteiros se conecta aos agentes e, por conseqüência ao bloco estrutural de intermediação do sistema, porém mantendo certa independência) combinada à força exercida empiricamente (ou seja, confirmação da hipótese 1, quando se identifica a posição intermediária concreta dos empreiteiros, responsáveis pela conexão de agentes e familiares do Brasil com as empresas contratantes no Japão).

Por outro lado, considerando-se a dinâmica estrutural e histórica do sistema *dekassegui*, é preciso ter em conta a força emergente das posições ocupadas pelas famílias japonesas (somados os retornados) e as empresas *dekasseguis* (relativamente recentes nesse contexto migratório). Entre essas diferentes posições estruturais de intermediação, tende a existir grande competitividade e disputas em torno das trajetórias *dekasseguis*.

5.4. A emigração de brasileiros para a Guiana Francesa

A Guiana Francesa é um departamento ultramarino pertencente à República da França que, após a Segunda Guerra Mundial, recebeu status político diferenciado da metrópole, aproximando-se mais formalmente da sociedade francesa. Além de o idioma oficial ser o francês, embora a língua comum do cotidiano seja uma forma francófona *creolizada*, os habitantes da Guiana têm direitos civis e políticos reconhecidos e equiparados pelo Estado francês, inclusive os direitos de aposentadoria no sistema previdenciário oficial (AROUCK, 2001).

Do ponto de vista geopolítico, a Guiana Francesa é um território francês situado no Planalto das Guianas, localizado na parte nordeste do continente sul-americano. Faz fronteira com o Suriname, a oeste, e com o Brasil a leste (pelo rio Oiapoque) e ao sul (pelo maciço Tumucumaque), e ocupa uma área de aproximadamente 90.000 km². Embora a região de fronteira seja de difícil acesso (matas densas e rios) e pouco vigiada de ambos os lados, a proximidade entre os principais centros urbanos guianenses, Caiena e Kourou, com a região amazônica, especialmente as capitais brasileiras de Belém e Macapá, proporciona aos brasileiros residentes nessas áreas uma estratégia migratória importante no contexto local.

Como relata Ronaldo AROUCK (2001:327-8), “há na região um fenômeno social novo, representado pela significativa saída de amazônidas, especialmente de Macapá e Belém, para as cidades de Caiena e Kourou, na Guiana Francesa, numa emigração não-oficial e desordenada”. E mesmo que os fluxos de emigração, quando ponderados com a emigração brasileira internacional total, não sejam muito significativos, regionalmente o impacto desse sistema de migração internacional é fundamental para o desenvolvimento das comunidades locais de origem e destino.

De fato, segundo dados oficiais do consulado brasileiro em Caiena, existiam em 2000 aproximadamente 10.000 brasileiros residentes fixos cadastrados na Guiana Francesa, além de pelo menos outros 8.000 clandestinos flutuantes (AROUCK, 2001:329). Considere-se que o departamento ultramarino francês possuía, naquele mesmo ano, cerca de 180.000 habitantes, e tem-se que os brasileiros representam uma etnia preponderante de quase 10% da população nativa.

Mais dois aspectos demográficos importantes para a compreensão do contexto regional são: primeiro, o fato dos brasileiros imigrantes viverem concentrados em apenas duas cidades guianenses, a capital, Caiena, e Kourou (cidade onde se situa o Centro Espacial Francês); segundo, a consolidação de uma segunda geração de imigrantes brasileiros, nascidos na Guiana e plenamente adaptados à cultura local, ainda que conservadores da identidade brasileira, devidamente *creolizada*, têm marcado a trajetória dos brasileiros em direção ao *plateau* guianense.

Finalmente, o impacto dos fluxos de emigrantes na economia regional de Macapá e Belém, evidencia a importância dos projetos de migração internacional. Embora não haja dados concretos sobre as remessas financeiras nos últimos anos, AROUCK (2001: 334-6) mostra como as diferenças salariais entre o trabalho no Brasil e na Guiana exercem forte atração da mão-de-obra não-especializada da região amazônica. Através das poupanças firmadas e remetidas ao Brasil, com a economia dos salários recebidos em francos e, mais recentemente, em euros, famílias brasileiras têm sobrevivido às agruras da economia nacional, além de reverterem investimentos em empreendimentos locais — como atestam as reportagens frequentes veiculadas nos principais jornais da região amazônica brasileira (AROUCK, 2001:336-7).

As conexões entre as regiões de Macapá e Belém e a Guiana Francesa, segundo AROUCK (2001), são relativamente antigas e datam do início do século XIX, quando víveres eram transportados das cidades brasileiras para sustento da capital Caiena. Porém, o primeiro grande fluxo emigratório ocorre em 1964, por conta da construção do Centro Espacial Guianense e a cidade-sede de Kourou. “A chegada maciça de brasileiros está estritamente ligada ao volume de empregos assalariados oferecidos durante a construção do Centro Espacial.” (CALMONT, 1994, *apud* AROUCK, 2001:334). Por meio da intermediação da Office de Migration International (OMI) do governo francês, brasileiros foram recrutados em São Paulo e norte do Brasil — segundo AROUCK, a atração eram os salários e a diferença de câmbio entre as moedas da época, gerando diferencial de 600% a mais num mês de trabalho.

A construção da cidade-sede de Kourou se estendeu e intensificou-se durante a década de 1980. Situada a 78km de distância de Caiena e vizinha à base espacial, Kourou visava abrigar uma infra-estrutura de serviços necessários à acomodação de cientistas e

técnicos franceses responsáveis pelos projetos de lançamento de foguetes. Desse modo, o novo assentamento urbano gerou grande demanda por mão-de-obra não especializada, especialmente para a construção civil, favorecendo a contratação de trabalhadores brasileiros.

“No período inicial e mais intenso da construção das instalações e serviços infra-estruturais em Kourou e Caiena para a implantação do complexo de lançamentos, chegou-se a perceber a presença de cerca de 25.000 brasileiros.” A forma de contratação da mão-de-obra imigrante, através de empreiteiras e sub-empreiteiras,

“permitia um pagamento muito abaixo do salário mínimo normalmente praticado para trabalhadores formalmente regulamentados [em torno de 900 dólares]. Esta arregimentação, entretanto, dava-se de maneira informal, ou seja, de forma clandestina, uma vez que as exigências para contratação de um trabalhador estrangeiro na Guiana Francesa são as mesmas que se procedem na metrópole” (AROUCK, 2001:336-7).

Portanto, excetuando-se uma minoria de trabalhadores legalizados pelas empreiteiras oficiais que organizaram a construção de Kourou, a maior parte dos imigrantes brasileiros na Guiana eram, e são, imigrantes clandestinos, reforçando os mecanismos intermediários ilegais e obscuros, especialmente as ações sistemáticas de sub-empreiteiros, *brokers* e retornados. Como relata AROUCK (2001:335),

“os primeiros brasileiros que chegaram, contratados de forma regular e documentados, perceberam a oportunidade e se transformaram em sub-empreiteiros das empresas contratantes. Para diminuir seus custos e auferirem ganhos bem maiores, contratavam brasileiros, arregimentando-os nos subúrbios de Macapá e Belém, pagando metade do salário que efetivamente ganhariam caso documentados fossem”.

Embora as ofertas de trabalho tenham escasseado na década de 1990, os fluxos migratórios permaneceram, sustentados por uma rede informal (clandestina) entre familiares e amigos emigrados há mais tempo e emigrantes potenciais em busca de novas oportunidades de vida.

Segundo AROUCK (2001:337-8),

“o acesso brasileiro a Caiena dá-se, preferencialmente, via marítima, em embarcações pequenas, a motor de centro, do tipo amazônica, feitas em madeira, impróprias, portanto, para a navegação em mar aberto ou noturna. As saídas podem ser feitas de Macapá ou pelo rio Oiapoque. Em ambas as situações os atravessadores, como são conhecidos aqueles que realizam as travessias marítimas, cobram em média 600 reais

por pessoa adulta, sem, é claro, qualquer garantia de chegada ao destino: a foz do rio Mahury, onde os passageiros são literalmente abandonados no lodaçal (...). Já na praia contam com a solidariedade de alguns brasileiros que se fixaram naquele litoral”.

A travessia é totalmente clandestina e, além disso, o autor ressalta que a maioria dos brasileiros viaja sem qualquer documento de identidade ou passaporte, tornando-os imediatamente imigrantes ilegais no destino. Atualmente, há um grande contingente de imigrantes residentes (em torno de 10.000), a maioria já legalizada através da incorporação no mercado de trabalho local — graças ao suporte de uma rede étnica que facilita a aquisição de trabalho e documentação necessária para a *carte de séjour* (documento oficial que garante o trabalho regulamentado ao estrangeiro e inclusão no sistema previdenciário francês).

Assim, segundo AROUCK, dada a consolidação das redes de parentesco e amizade em solo guianense, muitos brasileiros, recentemente, têm conseguido emigrar e se fixar mais facilmente. Eles permanecem um tempo relativo na clandestinidade, fazem trabalhos temporários e não-especializados, retornam ao Brasil (em geral, em intervalos semestrais) e, numa última etapa, conseguem regularizar sua situação de trabalho junto ao governo departamental com o auxílio de suas redes pessoais. O resultado desse processo migratório é a fixação de uma minoria étnica na sociedade guianense, o reforço dos laços étnicos através da segunda geração (filhos dos primeiros imigrantes) e a consolidação de um nicho étnico no mercado de trabalho local que, por sua vez, continua a alimentar a perspectiva emigratória de brasileiros em Macapá e Belém.

Podemos sintetizar as posições estruturais desse sistema de migração internacional da seguinte maneira: 1. emigrantes brasileiros (que partem de Macapá e Belém); 2. famílias e amigos (na origem); 3. famílias e amigos de brasileiros fixados na Guiana; 4. agentes de empreiteiras (e outras empresas guianenses); 5. empreiteiros (empresários guianenses e brasileiros residentes na Guiana); 6. atravessadores (que promovem a travessia clandestina); 7. agentes retornados (no Brasil); 8. agentes retornados (na Guiana, brasileiros com experiência migratória temporária); 9. agência governamental (OMI).

Em linhas gerais as estratégias adotadas pelos emigrantes poderiam ser as seguintes (ver sociograma da Figura 5.3): 1. se o emigrante fosse para a Guiana, como inicialmente, através da contratação oficial da OMI, então ele poderia contatar diretamente a agência governamental ou, também, contatá-la através de um agente intermediário; 2. se o

emigrante tivesse uma rede pessoal extensa e bem consolidada em território guianense, então poderia migrar diretamente ou através dos contatos familiares no Brasil; 3. o emigrante poderia ainda utilizar estratégias totalmente clandestinas, através de agentes especializados (*brokers*), retornados ou não, responsáveis pela travessia e contatos na Guiana com empreiteiros e familiares. Aliás, este tipo de estratégia, segundo os relatos de AROUCK (2001), parece ser o mais utilizado pelos emigrantes na atualidade.

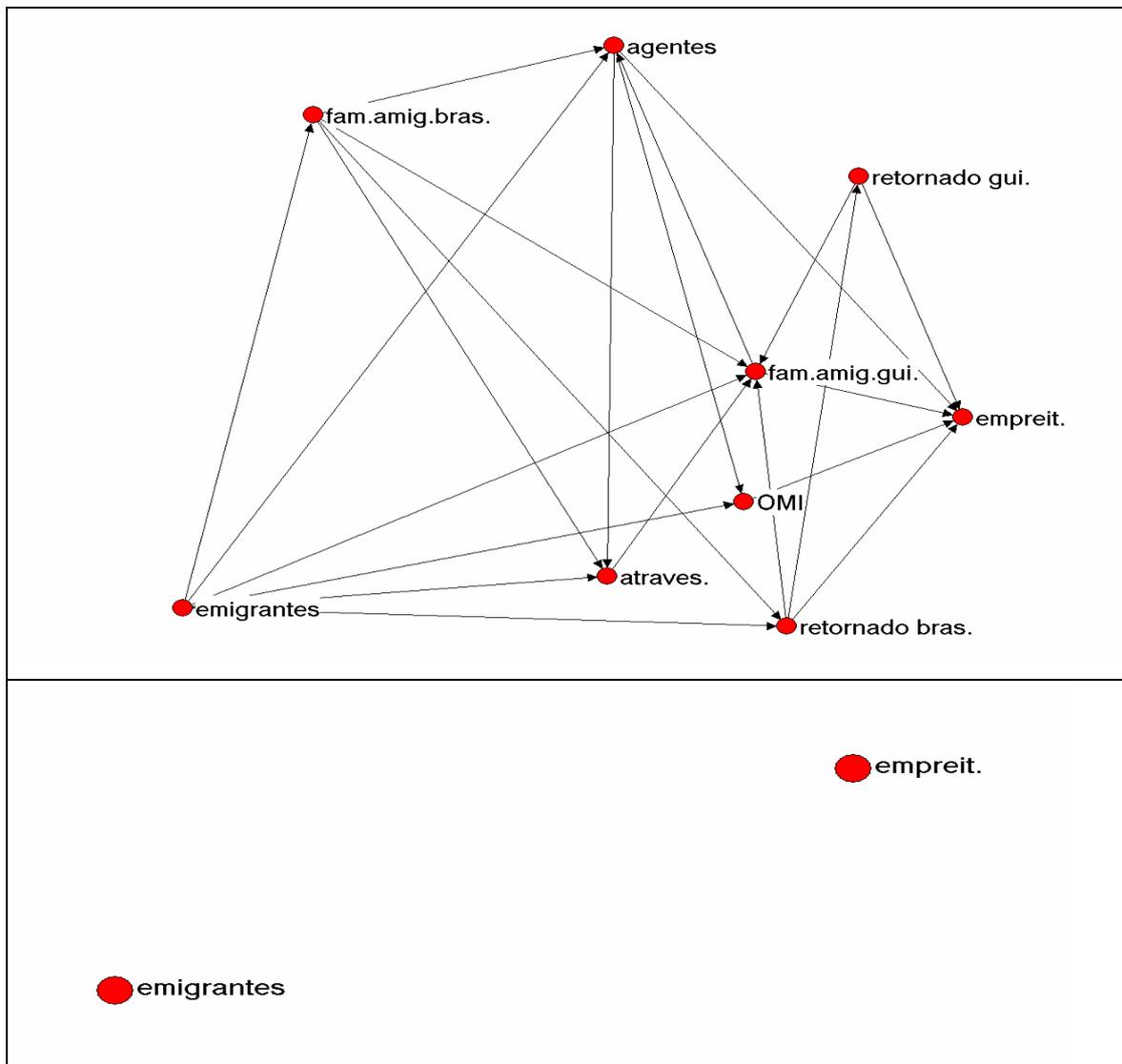
Quanto à análise das propriedades estruturais desse sistema de migração, observamos que tem a característica marcante de fortíssima coesão interna (0.412) e alta densidade (0.306). As distâncias geodésicas são baixas, em média 1.6, sendo o diâmetro (maior distância entre duas posições estruturais) de apenas 3 passos.

Em princípio, seria de se esperar um sistema bastante controlado, por instituições governamentais ou pelas redes pessoais, e muito homogêneo — por consequência, de reduzida flexibilidade e competitividade entre os intermediários.

Contudo, analisando-se as demais propriedades percebe-se que, semelhante ao caso dos *dekasseguis*, o sistema de emigração para a Guiana Francesa, também equilibra a força de coesão e solidariedade dos laços familiares e de amizade, tanto na Guiana quanto no Brasil, através de elevado grau de centralização e tendências moderadas de aglomeração (0.323) e intermediação de fluxos (9%).

Os graus de centralidade de entrada (50%) e saída (36%) garantem ao sistema maior concentração sobre posições estruturais específicas. Sobressaem com essa propriedade a rede familiar residente na Guiana Francesa e os agentes recrutadores (*brokers*), já delineando as duas posições intermediárias mais fortes e inseridas (*embedded*) no sistema.

Figura 5.3: Modelo estrutural do sistema de emigração brasileira para a Guiana Francesa



Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Ao analisar em maior detalhe esses intermediários, verificamos que para o sistema foi detectado um grau moderado de centralização dos fluxos, isto é, intermediação em 14%. Isto sugere um sistema com menos posições intermediárias formalmente ativas, ou seja, intermediação mais concentrada sobre poucas posições estruturais — em especial, a rede familiar na Guiana Francesa (17%) e os agentes (15%) apresentam índices bem maiores, o que reforça a força do caráter estrutural dessas posições no sistema.

Não obstante os índices de intermediação sugerirem esses dois intermediários mais centrais, devemos estar atentos para o fato desse sistema de migração não possuir um vértice-obstáculo formal, assemelhando-se ao sistema de migração internacional da África do Sul descrito por TAYLOR (1990). Também naquele caso, o bloco estrutural capaz de desconectar o sistema em dois subcomponentes isolados (origem e destino) seria apenas a unidade de todos as posições intermediárias, como podemos observar na simulação do segundo sociograma da Figura 5.3. Nesse caso, aponta-se um sistema com frágeis posições formais de intermediação, já que todas são capazes de conectar quase que igualmente os emigrantes ao seu destino final.

Assim, como foi discutido para o caso analisado por TAYLOR, a ausência de vértices-obstáculo formais e mesmo um bloco estrutural efetivo (visto que a supressão de todos os intermediários seria uma situação limite que, por conseqüência, tornaria a análise da hipótese 4 inviável ou por demais trivial) nos permite concluir que nesses sistemas deve existir uma coesão e uma homogeneidade interna empiricamente forte e sobredeterminante às posições estruturais formais.

Em outras palavras, a meu ver, a avaliação das hipóteses aqui não deve ser inutilizada *a priori*, pois, se por um lado nesses sistemas não se encontram blocos estruturais formais (o que vai contra o estabelecido em especial pela hipótese 4, sobre a presença de blocos estruturais de intermediação nos sistemas em geral), a análise estrutural relacional revelada pela interpretação dos índices (que dizem respeito à estrutura formal do sistema) aponta para a existência de posições intermediárias concretas mais fortes que outras (confirmando as hipóteses 3 e 5, sobre a avaliação objetiva da força estrutural exercida pelos atores que ocupam posições estruturais intermediárias).

Portanto, mesmo que não existam posições estruturais formais de intermediação (ou blocos), esta constatação deve ser entendida como uma indicação da força estrutural do sistema, distribuída segundo uma disposição topológica (formal) e empírica dos atores e suas posições relativas. Desse modo, pode-se dizer que o conjunto de hipóteses utilizado até agora pode bem organizar uma espécie de escala graduada, do menor ao maior grau de força estrutural pertencente às posições e atores em uma combinação (ou sobreposição) da topologia do sistema e suas relações empíricas.

Apenas no sentido de deixar claro este ponto, comparando-se os dois casos em questão, TAYLOR (1990) e AROUCK (2001), verifica-se que ambos os sistemas de migração são muito coesos, homogêneos e densos. No caso estudado por AROUCK encontramos um sistema fortemente controlado pelas redes familiares e de amizade, assemelhando-se ao tipo de controle exercido pelo Estado sul-africano (através de sua agência oficial, TEBA). Para uma possível interpretação desses casos, pode-se dizer que, nesses sistemas, os atores que ocupam determinadas posições adquirem maior poder de intermediação devido à sua ação prática em relação aos demais atores do sistema. Isto é, mais que o constrangimento formal das posições relativas, seria a constituição concreta dos atores e sua ação prática cotidiana, no contexto social da migração, a maior responsável pela organização e consolidação dos fluxos — visto que nesses sistemas muito coesos e homogêneos, onde todos podem contatar quaisquer outros sem necessidade de um intermediário, o contexto histórico e social da migração é mais relevante para explicar a força estrutural relativa de cada ator concreto.

No caso da emigração internacional de brasileiros para a Guiana Francesa, como vimos, a rede pessoal (composta de familiares, amigos e retornados) é preponderante para o projeto migratório, mais pela sua consolidação histórica do que pela topologia mesma do sistema.

Finalmente, ao se observar o índice de intermediação de fluxos, embora este seja relativamente baixo (9%), mais uma vez a recorrência dos agentes (11%) e rede familiar na Guiana Francesa (6%), seguidos pelos retornados brasileiros (4%), atesta a preponderância estrutural dessas posições na intermediação dos fluxos de emigrantes, mesmo que não se tenha detectado qualquer vértice-obstáculo ideal no sociograma acima.

Em última análise, o sistema é equilibrado e estável — especialmente em torno da rede pessoal de familiares e amigos residentes na Guiana Francesa—, embora permita leve concentração (ou mesmo monopólio) dos fluxos, na prática, sobre duas posições estruturais quase que exclusivas. Portanto, a sustentação dos fluxos nesse sistema migratório, depende, em larga medida, da capacidade (prática) operacional dos agentes em conjunto com a rede pessoal do imigrante presente na Guiana.

5.5. A emigração de brasileiros para os Estados Unidos

Os fluxos mais significativos da emigração internacional contemporânea são, de fato, aqueles destinados à América do Norte, especialmente aos Estados Unidos. Embora não haja como identificar com precisão o destino das trajetórias dos emigrantes brasileiros, por meio das estimativas de imigração nos países de destino (como o caso de estimativas censitárias e amostrais nos EUA), é possível estabelecer alguns contornos sobre o volume e a intensidade dos deslocamentos.

Segundo estimativas do censo norte-americano de 1990, foram encontrados cerca de 95.000 brasileiros residentes nos EUA (MARTES, 2000:47). Claramente, estimativas conservadoras, que não avaliaram a já iniciada onda de imigrantes ilegais brasileiros em fins da década de 1980. No censo norte-americano publicado em 2000, novos números indicam a dificuldade em precisar a quantidade de brasileiros imigrantes, falando-se em no mínimo 160.000 e no máximo em 230.000 brasileiros legalizados nos EUA (MITCHELL, 2003:34).

Maxine MARGOLIS (1994:42-3), baseando-se em dados do Bureau de Imigração dos EUA, pesquisas amostrais diversas, fontes da mídia impressa, associações comunitárias e religiosas, e os consulados brasileiros em território americano, expressa estimativas mais amplas, inclusive de imigrantes brasileiros ilegais (*overstayers*), entre 350 e 400 mil em meados da década de 1990.

Ao comparar os dados do censo americano de 2000 e aqueles coletados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, MARGOLIS (2003:53) sugere que as estimativas oficiais norte-americanas são mesmo bastante conservadoras — enquanto o censo apontava cerca de 200.000 imigrantes brasileiros em solo americano, o Itamaraty contabilizava algo em torno de 800.000.

Seja como for, quando ponderados esses números com as estimativas mais recentes e confiáveis da emigração internacional brasileira nos últimos 20 anos (CARVALHO, 1996; CARVALHO *et al.*, 2000; CARVALHO *et al.* 2001), percebe-se com clareza a preponderância dos deslocamentos de brasileiros para os EUA.

Segundo José Alberto CARVALHO *et al.* (2001:249), “os emigrantes, que gravitavam ao redor de 1.038.000, no período 1986/1991, teriam atingido a marca de pouco

mais de, no máximo, 1.114.000 pessoas no quinquênio seguinte”. E, embora a contagem do IBGE, em 1996, não tenha cobertura confiável, constatou-se que o Brasil deve ter perdido cerca de 1.800.000 pessoas em toda a década de 1990, indicando a constância dos deslocamentos para o exterior do país e, até certo ponto, um aumento dos fluxos emigratórios.

Como mostram os diversos estudos da literatura especializada sobre as emigrações de brasileiros para os EUA nos últimos 20 anos, também existem singularidades na distribuição, organização e composição desses fluxos. Notadamente, a concentração de mineiros, paulistas, cariocas, goianos e, mais recentemente catarinenses, no contingente emigrante, além da distribuição de sexos ter se tornado cada vez mais equilibrada, são características importantes que têm chamado a atenção dos pesquisadores da migração (SALES, 1995 e 1999; MARTES, 2000 e 2003; SOARES, 2002b; GOZA, 1992, 1994 e 2003; MARGOLIS, 1994 e 2003; MITCHELL, 2003; ASSIS, 2003; RIBEIRO, 1999).

Parece que a concentração de indivíduos conterrâneos, ou seja, procedentes do mesmo estado e, com frequência, da mesma microrregião brasileira — como atestam os casos marcantes de valadarenses (SOARES, 2002b), goianos (RIBEIRO, 1999) e criciumenses (ASSIS, 2003) —, tanto nas partidas e chegadas, quanto nos trajetos e, principalmente, na fixação junto às comunidades imigrantes nos EUA, mostram intrinsecamente a preponderância ativa das redes sociais da migração (TILLY, 1990; MASSEY *et al.*, 1987; SOARES, 2002a e 2003; FAZITO, 2002).

Desse modo, como já pudemos observar nos casos anteriores, a participação dos mecanismos intermediários nos projetos migratórios desses brasileiros que desejam viver nos EUA também cumprem papel decisivo na realização do trajeto físico e social.

Especialmente a partir do início da década de 1990, quando as políticas de imigração norte-americana tornaram-se mais rigorosas e o Bureau de Imigração dos EUA endureceu os critérios de entrada para brasileiros, as estratégias até então utilizadas pela maior parte dos emigrantes potenciais (basicamente através da obtenção de vistos de turista nos consulados americanos) é constrangida a mudar de maneira radical. A imigração ilegal aumenta sensivelmente e, por conseqüência, as rotas da clandestinidade começam a fazer parte da maioria dos brasileiros que desejam entrar nos EUA (MARGOLIS, 1994; SALES, 1999).

As histórias pessoais dos imigrantes, coletadas por MARGOLIS (1994) SALES (1999), BICALHO (1989) e ASSIS (1999), dão uma idéia de como as primeiras travessias eram feitas ao longo da década de 80 e na primeira metade dos anos 90. Como as autoridades americanas ainda não haviam identificado o fluxo brasileiro como constituinte de imigrantes permanentes em potencial, não existiam estratégias de controle muito rígido contra os brasileiros que desejavam ingressar nos EUA, portando somente o visto temporário para turistas.

Assim, em 1990, 300.000 brasileiros receberam vistos de turismo para entrarem nos EUA. Segundo cálculos do Immigration and Naturalization Service, cerca de 20% dos brasileiros que recebem vistos para entrada no país tornam-se *overstayers* (isto é, pessoas que viajam com a intenção clara de permanecer clandestinamente no país depois do prazo concedido pelas autoridades da imigração).

Além disso, como sugere MARGOLIS (1994:41), ao se considerar a crise econômica do Brasil no final dos anos 80, “seria esperado que o número de turistas brasileiros nos Estados Unidos caísse depois de meados da década de 1980, devido à fragilidade da economia brasileira. Mas, muito pelo contrário, o número de vistos de turista concedidos a brasileiros entre 1984 e 1991, na verdade, aumentou mais de 200%”.

Então, também era de se esperar que as autoridades americanas, cedo ou tarde, atentassem para o aumento da imigração ilegal de brasileiros e tomassem providências no sentido de conter os fluxos de entrada. Boa parte dos brasileiros que emigravam utilizando apenas a rede pessoal (familiares e amigos próximos) no momento de conseguirem o visto de turista nos consulados no Rio de Janeiro e em São Paulo, viram-se obrigados a mudar de estratégia.

Há grande recorrência nos relatos dos emigrantes brasileiros quanto às estratégias adotadas para entrada em território americano. Quando os vistos de turista são negados, muitas vezes depois de 3 ou 4 tentativas em diferentes consulados, os brasileiros procuram acionar suas redes pessoais em busca de alternativas mais sofisticadas: viagem clandestina em navios cargueiros; travessia em diversas escalas por vários países europeus ou latino-americanos; travessia em grupos pela fronteira com o México, auxiliados por coiotes; falsificação de passaporte e outros documentos para facilitação do desembarque nos portos de entrada nos EUA etc. (SALES, 1999: 75 e segs.).

Desse modo, o sistema de emigração internacional para os Estados Unidos gerou uma verdadeira “indústria do deslocamento”; alicerçada e alimentada pelas redes pessoais dos migrantes (inclusive retornados e imigrantes, semelhante ao caso das empresas *dekasseguis* no Japão) ampliou-se paulatinamente e consolidou esquemas mais complexos e obscuros.

Na atualidade, muitos migrantes viajam através de agências de turismo especializadas na emigração clandestina, ou ainda, utilizam agentes (*brokers*) conectados às redes de tráfico humano, falsificação de documentos e remessas ilegais de dinheiro. Muitas agências e agentes também parecem se conectar transnacionalmente a outras redes mafiosas de tráfico, como os *business-coyotes* mexicanos (CASTRO, 1998; SOARES, 2002b; SALES, 1999; GOZA, 2003).

Segundo MARGOLIS (1994:92)

“os brasileiros pagam em torno de 5 mil dólares por uma passagem aérea para a Cidade do México, pelo transporte até a fronteira, pela cobertura de um coioote para cruzá-la, pela viagem para uma cidade da fronteira americana, e por uma passagem aérea só de ida da cidade da fronteira até o destino final. Este era o custo real de uma viagem oferecida por uma agência de Governador Valadares àqueles que não conseguiam obter vistos de turista para os Estados Unidos”.

Porém, como ressalta Franklin GOZA (2003), os emigrantes a utilizarem essas rotas mais sofisticadas e caras, via de regra se constituem, em sua maioria, de indivíduos provenientes da classe média-baixa brasileira, em especial o caso dos valadarenses. Neste sentido é que as redes sociais dos emigrantes tornam-se de grande importância, pois são responsáveis pelo apoio social e financeiro no momento da contratação dos serviços clandestinos das agências de turismo e seus *brokers*.

Sobre o caso específico dos valadarenses, GOZA (2003:275) afirma que

“as agências também estavam quase sempre dispostas a trabalhar com aqueles que não tinham condições de pagar imediatamente por uma passagem internacional — com base no fato de que os parentes destes candidatos tinham recursos financeiros suficientes e estavam dispostos a reembolsar estas agências se o pagamento não fosse recebido no tempo certo. Frequentemente, isso implicava pagar taxas de juros durante o período de empréstimo. Porém, algumas famílias faziam sacrifícios ainda maiores para permitirem que um de seus membros pudesse emigrar, e, ocasionalmente, vendiam veículos, terras, animais da fazenda, televisões e/ou geladeiras para financiar estas viagens. Para alguns emigrantes, a viagem teria sido completamente impossível se não tivessem sido capazes de receber esse apoio financeiro de suas famílias”.

Nas cidades americanas com maior concentração de brasileiros, a presença de mineiros (especialmente valadarenses) e suas redes sociais é fato marcante.⁴⁴ Focalizando a história recente da emigração na cidade de Governador Valadares, pode-se observar como as redes sociais no processo migratório funcionam como mecanismos poderosos de sustentação e consolidação dos fluxos, atestando as propostas de MASSEY *et al.* (1987).

Ao relacionar os fluxos de emigração internacional da microrregião valadarense com as evidências mais concretas das redes sociais dos emigrantes e agentes intermediários de Governador Valadares, Weber SOARES (2002b) mostra, de maneira singular, como a mobilização dos deslocamentos está fortemente condicionada às estruturas reticulares.

Segundo a pesquisa amostral de SOARES (1995) em domicílios de Governador Valadares, em 1994, 43,6% dos valadarenses que emigraram pela primeira vez para os EUA, entre 1960 e 1993, partiram na segunda metade da década 80. Por meio de estimativas feitas a partir dos censos demográficos de 1980 e 1991, SOARES (2002b:105) afirma que 50% das perdas líquidas da microrregião de Governador Valadares, no quinquênio 1986/1991 (12 mil pessoas), se deve à emigração internacional.

O dinamismo econômico da região parece ter sofrido grande impacto sob os efeitos da emigração, pois, “os emigrantes foram responsáveis, em Valadares, por 36% do total de transações realizadas com terrenos, com casas, com apartamentos e com comércios: mais de 1/3 de todas as operações imobiliárias entre 1984 e 1993, incluindo os extremos” (SOARES, 1995:59).

Além disso, como apontado acima, as redes pessoais tiveram presença fundamental na consecução dos projetos migratórios. Segundo SOARES (2002b:112), “52,4% dos emigrantes conseguiram cobrir os custos de viagem por intermédio de empréstimos ou doações de parentes ou amigos, tanto dos que residiam na origem (39,7%), quanto dos que moravam no destino (12,7%)”. Na pesquisa amostral de WILSON FUSCO (2001:435-6), as redes pessoais foram utilizadas por 50% dos emigrantes para cobertura dos custos da viagem, enquanto que 79,5% dos emigrantes afirmaram ter parentes e amigos morando nos EUA antes da primeira viagem.

⁴⁴ Na pesquisa amostral de GOZA (1992) no Canadá e norte dos Estados Unidos, cerca de 60% dos imigrantes eram mineiros, sendo 20% de toda a amostra composta de valadarenses. Na pesquisa de MARGOLIS (1994), 41% eram mineiros; em BICALHO (1989) 89% dos pesquisados eram mineiros, sendo 42% destes, provenientes de Governador Valadares; em MARTES (2000), 17% da amostra, a maior representação, constituía-se de valadarenses, 11% de belo-horizontinos e 6% de ipatinguenses.

Interessante notar que, ao final da década de 80, as agências de turismo em Governador Valadares começaram a se tornar cada vez mais presentes no cotidiano da cidade e a tomar parte nas redes pessoais dos emigrantes. Além de intermediar emigrantes que não são capazes de conseguir o visto de turista (ou outro tipo de visto adequado à entrada nos EUA), as agências de turismo também passaram a ocupar o espaço de financeiras, falsificadoras de documentos e agenciadoras de remessa de moeda estrangeira (SOARES, 2002b; GOZA, 2003; MARGOLIS, 1994).

Por exemplo, como nos conta MARGOLIS (1994:1981),

“muitos imigrantes em potencial não possuem nem a habilidade nem os contatos para ter acesso a esses esquemas de documentação por si só. O que um informante chamou de ‘uma indústria do passaporte e do visto’ desenvolveu-se para atender às necessidades do Rio de Janeiro, Governador Valadares, Poços de Caldas e, possivelmente, de outras áreas do Brasil onde existe demanda. Sugeriu-se até que a imigração clandestina é parcialmente estimulada por pequenas agências de viagens e negócios que arranjam vistos americanos; de fato, alguns anúncios de jornais em Minas Gerais oferecem passaportes e garantem a entrada nos Estados Unidos em 15 dias”.

As agências em Governador Valadares, diante da lucratividade da “indústria do deslocamento”, cresceram seguindo passos semelhantes aos ativados pelos mecanismos intermediários (*brokers*) de outros sistemas migratórios internacionais (SINGHANETRA-RENARD, 1992; SPAAN, 1994). As agências ocuparam posições estruturais exclusivas no sistema da emigração internacional brasileira, pode-se dizer, uma ocupação necessária e inexorável. Tanto assim que, de maneira geral, esses mecanismos de intermediação sofisticados e bastante especializados emergiram, num momento relativamente posterior, em regiões centrais do contexto migratório brasileiro — aqui uma confirmação da hipótese 1, já que a demanda estrutural de uma topologia específica desse sistema de migração constrange os atores concretos a ocuparem determinadas posições estruturais formais disponíveis. A partir do momento em que algum ator específico torna-se capaz de articular sua força estrutural concreta (garantida por sua ação prática) à força relativa da posição estrutural formal, então esse intermediário passa a capitalizar maior poder em relação aos demais.

Portanto, após a consolidação dos fluxos emigratórios em Governador Valadares, no final dos anos 80, coincidentemente à mudança da política imigratória em relação aos brasileiros e o conseqüente aumento da clandestinidade, a rede das agências de turismo, falsificação de documentos, remessas de dinheiro, agentes, atravessadores e coiotes expande-se e consolida-se definitivamente, já em meados dos anos 90.

Deve-se considerar, ainda, o reforço comunitário desses laços de clandestinidade a partir das redes pessoais dos migrantes, pois, como lembra GOZA (2003:274), em Governador Valadares, vários agentes e agências de turismo iniciaram seus negócios por meio de imigrantes retornados, que perceberam no tráfico ilegal de pessoas, através da fronteira americana, um ótimo empreendimento comercial — mais uma vez, caso semelhante aos casos tailandês, javanês, cingalês e mexicano tratados no capítulo precedente.

Portanto, como afirma SOARES (2002b:114)

“a lucratividade⁴⁵ gerada por essa prática de intermediar tanto o fluxo de emigrantes internacionais quanto o de moeda estrangeira manifesta-se pelo progressivo aumento do número de agências de turismo em Valadares. A distribuição dessas agências de acordo com o surgimento no tempo (...) revela a coincidência entre o período em que se estabelece o maior número delas e o período em que a emigração foi mais intensa: 60% das agências surgiram entre 1985 e 1989, incluindo os extremos, e 43,6% dos emigrantes saíram de Valadares nesse mesmo recorte temporal. Em 1991, Valadares, que abrigava cerca de 210 mil habitantes, contava com o total de 45 agências de turismo”.

Já em março de 2003, em uma pesquisa superficial com o banco de dados da Secretaria Municipal da Fazenda de Governador Valadares, contabilizou-se a existência de aproximadamente 70 agências de turismo em operação.⁴⁶ Portanto, deve-se considerar a pertinência da atuação das agências de turismo (e seus esquemas reticulares) para a compreensão da estrutura do sistema de emigração brasileiro contemporâneo.

Além da intermediação das agências, outras estratégias de deslocamento, complementares ou não, têm sido demandadas pelos emigrantes brasileiros. Ana Cristina MARTES (1999 e 2000) estudou a presença das igrejas nas comunidades de imigrantes brasileiros na região de Boston, nos Estados Unidos. Segundo essa autora, as igrejas, com destaque para as chamadas igrejas evangélicas, poderiam operar como recrutadoras e incentivadoras da emigração internacional de brasileiros para a América, pois a organização

⁴⁵ Segundo MARGOLIS (1994:164) a "... maior agência de remessa na cidade recebia quase 1 milhão de dólares por mês..."

⁴⁶ Durante o segundo semestre de 2003, em uma tentativa frustrada de pesquisa e com a generosa e inestimável ajuda de Weber SOARES, tive a oportunidade de selecionar e compilar os registros jurídicos das agências de turismo de Governador Valadares, presentes na Secretaria Municipal da Fazenda, que contabilizavam o ano de fundação da empresa e o volume da contribuição financeira (ISS) prestada ano a ano. Foram investigadas todas as agências cadastradas oficialmente, entre 1975 e março de 2003, totalizando 128 agências supostamente em operação. No entanto, soube-se que muitas das agências já não mais existiam ou tinham se tornado clandestinas, além do mercado empresarial exibir elevada rotatividade. De todo modo, cerca de 70 agências de turismo operavam legalmente na cidade em março de 2003.

institucional das igrejas, seguindo princípios expansionistas, exigiria a participação ativa e dinâmica de pastores e pregadores da fé (2000:113).

Além disso, entre os evangélicos (cerca de 20% dos entrevistados pela autora), a reunião familiar é muito incentivada, bem como a busca da ascensão social que, no plano da representação simbólica, poderia implicar o deslocamento espacial. Finalmente, ainda segundo MARTES (2000:118), existem indícios de que, das regiões de Governador Valadares e Baixada Fluminense, onde há grande concentração de evangélicos, “esteja partindo um número também expressivo de pastores incumbidos de realizar missões internacionais de evangelização, sendo que estes estariam seguindo, justamente, o curso traçado pelos primeiros e realimentando, desta forma, a emigração de evangélicos”.

Independente da existência ou consolidação desse canal de emigração, o fato importante é que, como mostra MARTES (1999:108) as igrejas brasileiras nos Estados Unidos fornecem apoio social aos imigrantes, e oferecem uma espécie de “localização” simbólica e concreta no destino, ao integrarem os imigrantes no “mundo do trabalho”.

Por fim, embora não possamos precisar os fluxos de emigrantes brasileiros pertencentes às classes média e alta, que se fixam nos Estados Unidos por meio de contratos de trabalho ou estudo (especificamente o que poderíamos identificar com uma forma de *braindrain* brasileiro), pode-se dizer que uma parcela, talvez minoritária, de emigrantes utiliza rotas mais tradicionais e legalizadas de deslocamento. Contudo, mesmo nessas estratégias, deveríamos encontrar as redes pessoais em ação.

Portanto, ao sintetizar as posições estruturais estabelecidas nesse complexo sistema de migração internacional, encontraremos as redes pessoais (baseadas nos laços familiares e de amizade) ocupando espaços fundamentais da intermediação — como, de resto, já observamos nos sistemas migratórios anteriores, especialmente entre os *dekasseguis*.

Em síntese, as posições estruturais são: 1. emigrantes; 2. familiares e amigos (no Brasil); 3. familiares e amigos (nos EUA); 4. agentes (recrutadores/*brokers*); 5. agências de turismo; 6. falsificadores (*brokers* para documentos); 7. retornados; 8. igrejas (na comunidade de imigrantes); 9. pastores; 10; *coiotes* (mexicanos);

Seguindo linhas gerais na interpretação das informações contidas nos estudos analisados até aqui, pode-se dizer que o emigrante seria capaz de seguir três alternativas concretas de deslocamento (que podem ser visualizadas no sociograma da Figura 5.4): 1. se

o emigrante conseguisse o visto de turista imediatamente, então seria capaz de viajar, entrar e fixar-se em território americano, necessitando apenas contatar a agência de turismo na saída do Brasil e os familiares ou amigos no destino; 2. se o emigrante não fosse capaz de adquirir o visto de turista, poderia lançar mão de sua rede pessoal no Brasil (familiares e amigos) e, posteriormente (ou, de imediato, mesmo sem contatos pessoais), optar pelo suporte de um agente (recrutador especializado ou retornado) que, por sua vez, caso necessário, acionaria o agente da falsificação, a agência de turismo e, finalmente, colocaria o emigrante em contato com sua rede pessoal no destino — nesta alternativa deve-se considerar ainda a possibilidade de entrada via fronteira mexicana, onde o *coiote* de fronteira seria acionado pelos agentes brasileiros; 3. o emigrante poderia utilizar a rota instituída pelas igrejas da comunidade imigrante: o emigrante acionaria um pastor evangélico, seja de imediato, seja através dos laços de sua rede pessoal. O pastor poderia acionar sua rede pessoal e profissional, utilizaria a intermediação das agências de turismo (ou mesmo de agentes especializados, caso não obtivesse visto oficial) para a travessia e, finalmente, no destino, colocaria o emigrante em contato com a igreja da comunidade — ainda, neste caso, o imigrante, junto de sua rede pessoal no destino, poderia entrar em contato com a igreja.

Quanto à análise das propriedades estruturais desse sistema de migração, encontramos uma densidade média de 0.244, e coesão relativamente alta de 0.315. Considerando-se que a distância geodésica média entre todas as posições do sistema é de apenas 1.4 (e a maior geodésica entre dois vértices é de 3 passos), então, pode-se afirmar que esse sistema é relativamente bem conectado e ativo. Isto é, a relação entre as posições estruturais garante aos atores, na prática, a possibilidade de conectarem-se facilmente e de forma estável. Neste sentido, o sistema pode se tornar mais dinâmico, flexível e ativo, pois os atores (emigrantes, intermediários e receptores) podem utilizar diversas estratégias (de conexão) ao mesmo tempo.

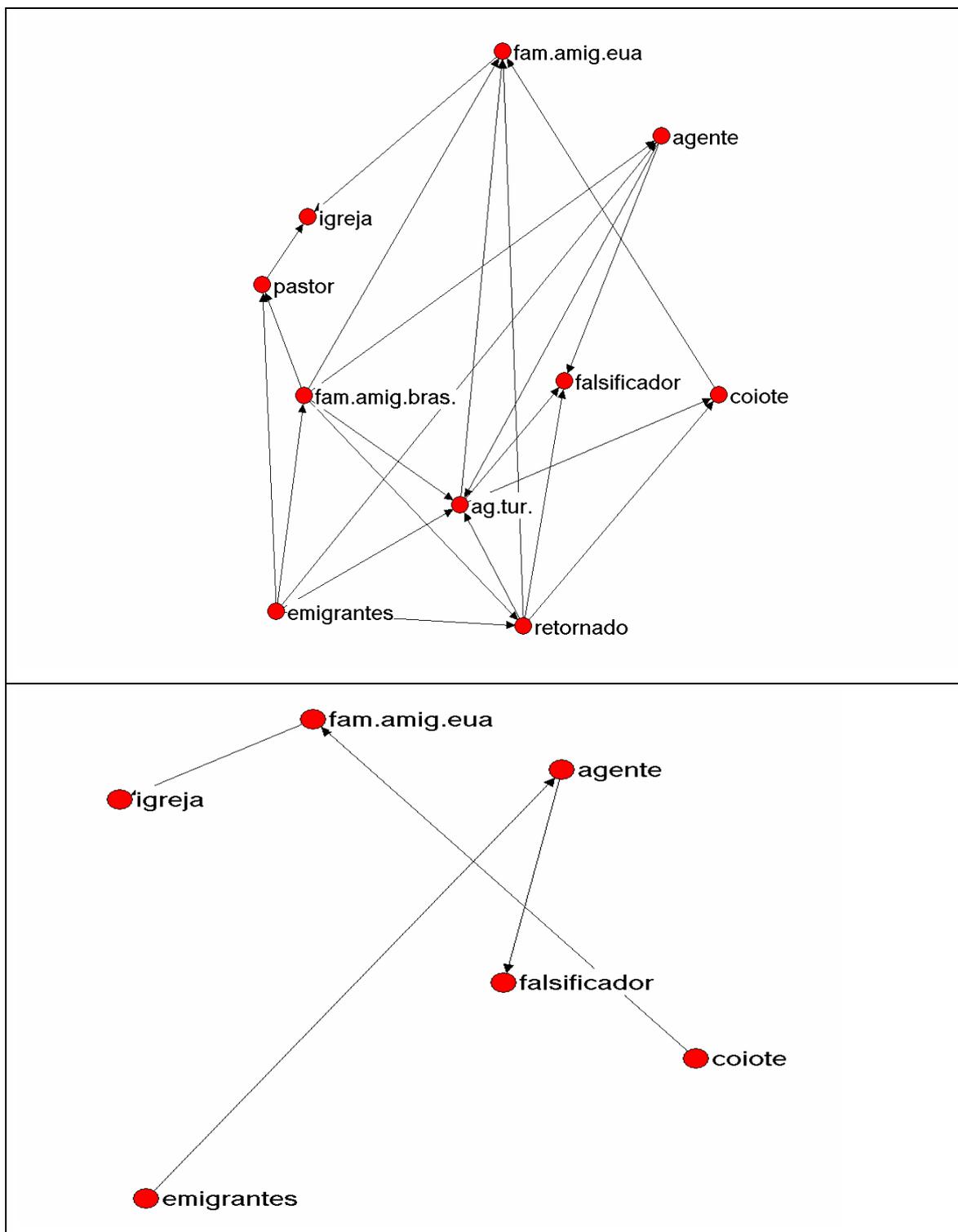
Em especial, como podemos verificar no sociograma a seguir (figura 5.4), os emigrantes, quando bem apoiados por suas redes pessoais (e, dependendo, empiricamente, da extensão e força dos laços de sua rede pessoal), podem ativar diferentes estratégias de deslocamento sem entraves estruturais. Como sugerem os graus de centralidade, de saída (35%) e de entrada (22%), embora haja boa coesão interna e densidade no sistema (o grau

de inserção dos atores tende a ser moderado diante da relação das posições estruturais), seria de se esperar concentração moderada e baixa dos fluxos sobre as posições. Portanto, mesmo que a coesão e densidade favoreçam o fortalecimento de determinadas posições estruturais ou “blocos de posições” (em especial a associação emigrante/família), não há no sistema concentração correspondente quanto às posições de intermediação. Por conseqüência, o sistema parece ser mais difuso e esparso, com baixa tendência à aglomeração em torno das posições, média transitividade (0.276) e maior heterogeneidade quanto à distribuição da força dos intermediários (centralidade de intermediação de apenas 6%).

Na análise estrutural das posições intermediárias desse sistema, verificamos uma proeminência relativa da posição ocupada pelas agências de turismo. Embora o sistema de intermediação seja mais difuso e esparso, gerando instabilidade e competição mais acirrada entre os diversos atores em suas posições, os resultados encontrados pelos algoritmos de rede indicam sistematicamente as agências de turismo como ocupantes da posição mais privilegiada para a intermediação.

Assim, na análise do grau de centralidade, as agências apresentam distribuição mais equilibrada e acentuada dos fluxos, seguidas pelos retornados e agentes recrutadores. Quando comparados os valores de intermediação obtidos individualmente (para cada posição isolada) com o valor global obtido para todo o sistema (6%), mais uma vez as agências sobressaem com um grau de intermediação acima (7%). Finalmente, embora o índice global de intermediação dos fluxos tenha sido de apenas 2%, sugerindo inexistência virtual de preferência ou dominância de qualquer posição intermediária, ou seja, competição e heterogeneidade extremas, ainda aqui, as agências de turismo aparecem como única posição a concentrar, por uma tendência (talvez) empírica do sistema, os fluxos de intermediação (apresentando também um índice de 2%).

Figura 5.4: Modelo estrutural do sistema de emigração brasileira para os Estados Unidos



Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

É bom lembrar que nesse sistema, como pôde ser visualizado no sociograma, não há presença de vértices-obstáculo ideais (*cutpoints*) — o que se comprovou claramente pela análise dos índices relativos à intermediação. Portanto, como foi explicado linhas atrás, as agências de turismo deveriam ser entendidas apenas como atores que ocupam posições estruturais mais favorecidas, do ponto de vista empírico, embora, formalmente, não tenham nenhuma preponderância concreta sobre outras posições intermediárias.

Se analisarmos o sociograma através da simulação dos vértices-obstáculo e blocos estruturais, verificaremos que nesse sistema a composição das agências de turismo, o pastor, os retornados e rede familiar e a amizade de brasileiros em uma unidade corresponderia a um bloco de intermediação do sistema, isolando origem e destino — é preciso notar que a posição dos agentes, coíotes e falsificadores depende das agências de turismo, enquanto que as redes familiares e amizade no Brasil e nos EUA também dependem das posições intermediárias ocupadas pelos pastores, retornados e agências.

Nesse sentido, correspondendo às considerações das hipóteses 1 e 4, o poder de intermediação, mesmo que formalmente limitado, concentra-se primeiro nas mãos das agências de turismo, seguidas pelos pastores (na realidade, um “poder local” nesse sistema, visto que está restrito aos imigrantes adeptos de uma “Igreja” particular) e retornados brasileiros (*brokers* capazes de competir mais acirradamente com as agências de turismo — fenômeno que se confirma e reforça através dos relatos sobre retornados que montam suas próprias agências em Governador Valadares. Ver GOZA, 2003).

Em certo sentido, a posição de intermediação no sistema de emigração internacional para os EUA, assim como todos os sistemas de migração em geral, é uma prerrogativa formal relativa que, em larga medida, independe dos processos empíricos de migração. Em outras palavras, a combinação ou sobreposição do sistema empírico com suas relações de ordem formal, pode ocorrer ou não. Se tal sobreposição ocorre, então ela indica atores posicionados mais vantajosamente do que outros.

Portanto, a análise estrutural nos mostra que, mesmo se não existissem agências de turismo capazes de ocuparem com sucesso a posição de intermediação nesse sistema de migração, cedo ou tarde outros atores conquistariam esse espaço — dados os estrangimentos formais relativos da estrutura reticular (SOARES, 2002a). Como vimos,

no caso das agências, a sua preponderância efetiva advém de uma coincidência estrutural e empírica no curso histórico dos deslocamentos brasileiros: elevação da demanda emigratória a partir de meados da década de 80, intensificação da política de imigração norte-americana favorecendo a clandestinidade das trajetórias, e consolidação das redes sociais dos emigrantes.

5.6. Reflexões finais

Antes de tudo, é preciso salientar que a análise dos casos empíricos, estudados neste capítulo, difere substancialmente da análise feita no capítulo anterior. A oportunidade de se utilizar diversas fontes, para configuração e posterior interpretação dos sistemas de migração, possibilitou a análise mais consistente e detalhada dos processos concretos de deslocamento.

Contudo, ao se aplicar os mesmos procedimentos técnicos utilizados anteriormente, verifica-se que os resultados da análise são muito semelhantes. Em particular, quando se fala da importância dos intermediários no processo migratório, mais uma vez, nos casos brasileiros aqui estudados, encontrou-se a participação ativa e singular desses atores (e posições estruturais) nos sistemas de migração. Isto é, acompanhando a análise do capítulo anterior, pudemos constatar a boa orientação do conjunto de hipóteses do capítulo 3 que, mesmo naquelas situações de ausência relativa de posições intermediárias no sistema, contribuíram não apenas para a identificação do padrão de relações estruturais (formais e empíricas) entre diferentes atores e posições dos sistemas, mas também permitiram a comparação sistemática da força estrutural exercida por esses atores sobre a direção e a intensidade dos fluxos migratórios.

Quando comparamos os quatro casos (ou sistemas de migração) analisados, podemos ter uma idéia mais clara de seu funcionamento e estrutura no contexto real e cotidiano.

Por exemplo, a preponderância de intermediação e sustentação dos fluxos migratórios exercida pelas famílias é notória — confirmando, tendencialmente, uma das hipóteses de MASSEY e seus colegas (1987) sobre o papel das redes na migração: elas não criam os fluxos, mas, a partir de um momento particular do sistema, as redes expandem,

consolidam e sustentam os fluxos. Aqui, como pudemos ver nos casos da emigração *dekassegui*, dos brasileiros para a Guiana Francesa e dos brasileiros para os EUA, a rede pessoal (composta, nem sempre, de familiares e amigos) se expande e domina boa parte das estratégias de deslocamento, a partir de algum momento específico na evolução do sistema migratório.

A limitação da análise, nesse caso, deve-se à perspectiva estrutural adotada que privilegia um corte sincrônico sobre os eventos analisados. No caso das análises de MASSEY *et. al.*, por exemplo, a análise das redes ocorre em uma perspectiva sobre a difusão de padrões das redes pessoais no processo migratório, privilegiando, portanto, um corte diacrônico sobre os eventos. Acredito que a combinação de ambas as perspectivas poderiam enriquecer muito a análise estrutural dos sistemas de migração e melhorar nosso entendimento sobre o papel das redes na organização, na ampliação e na consolidação dos deslocamentos.

Quanto à intermediação propriamente dita, mesmo que as redes pessoais nem sempre ocupem posições estruturais de intermediação privilegiadas ou poderosas, elas se mostram, com frequência, associadas a posições-chave do sistema e são cruciais para a dinâmica e consecução dos projetos migratórios — caso evidente no sistema de emigração dos *dekasseguis* e brasileiros para os EUA.

Embora nos sistemas analisados neste capítulo não tenhamos encontrado nenhum vértice-obstáculo ideal — talvez devido à riqueza de detalhamento das estratégias ou, noutro extremo, à ausência de alguma informação essencial e, conseqüentemente, minha interpretação equivocada —, vale dizer que, em geral, a análise estrutural reforçou relações e posições concretas assumidas por determinados atores, e que, de outra forma, permaneceriam obscuras ou sem sentido.

Assim, na análise do sistema de emigração de brasileiros para os EUA fica claro que as agências de turismo exercem, de fato (mais que formalmente), uma posição de intermediação preponderante — reforçada pela disposição estrutural geral das outras posições relativas do sistema. Em outras palavras, a força das agências, somada ao reflexo da debilidade dos outros intermediários e atores do sistema, torna mais efetivo o constrangimento formal associado a uma posição ocupada concretamente. E, talvez, esta seja uma importante observação, necessária à melhor compreensão dos fluxos de

emigrantes para os EUA, em especial os fluxos de valadarenses — aspecto que também reforça e confirma as hipóteses estabelecidas previamente.

Quadro 5.1: Comparação das propriedades estruturais para os casos brasileiros

	DENSID.	GRAU (out; in)	TRANSITIV.	COESÃO (dm)	INTERM. (central.)
1. Imigração italiana	0.136	25%; 15%	0.220	0.245 (2.3)	12%
2. Emigração <i>dekassegui</i>	0.268	20%; 32%	0.276	0.383 (1.5)	13%
3. Emigração para a Guiana Francesa	0.306	50%; 36%	0.323	0.412 (1.6)	14%
4. Emigração para EUA	0.244	35%; 22%	0.276	0.315 (1.4)	6%

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Ao analisarmos em perspectiva comparada os índices encontrados em cada sistema migratório brasileiro estudado aqui, verificamos uma semelhança relativa entre o sistema de emigração *dekassegui* e o de brasileiros para os EUA (ver Quadro 5.1).

Em sintonia com o objetivo exposto pela hipótese 6, sobre a possibilidade de uma tipologia dos sistemas estruturais de migração, pode-se dizer que esses sistemas brasileiros são relativamente estáveis e ordenados (especialmente devido à presença marcante das redes pessoais), mas que oferecem também alternativas flexíveis de deslocamento, indicando maior dinâmica e possibilidade de expansão das redes migratórias. Talvez, por coincidência, os dois casos sejam fenômenos mais recentes e também os mais expressivos da emigração brasileira contemporânea. De qualquer forma, encontramos uma evolução semelhante dos fluxos, da distribuição e organização da intermediação — com a diferença marcante quanto à natureza da maior parte dos deslocamentos, isto é, eminentemente oficial no caso *dekassegui*, e clandestino, em sua maior parte, no caso dos brasileiros que emigram para os EUA.

Nesse sentido, verificamos a posição privilegiada ocupada pelas famílias e, extensivamente, as redes pessoais em geral, no processo migratório internacional. Por certo, uma tendência já tradicional (de fato, essa tendência também pôde ser observada nos outros casos estudados, neste capítulo e no precedente), embora, diante da perspectiva sistêmica aqui adotada, possamos compreender melhor o “momento estrutural” em que as redes pessoais adquirem força efetiva e passam a desempenhar seu papel preponderante e incisivo em todo o trajeto social e espacial.

6. *Finale: Presto* — À Guisa de Conclusão

Neste capítulo final, pretendo discutir três aspectos essenciais presentes em toda esta tese: 1. o que seria uma espécie de “ontologia do deslocamento”, que deve invocar desde a reflexão sobre a natureza constitutiva dos movimentos migratórios até seu questionamento político (aqui, no sentido platônico); 2. uma discussão pontual sobre o método, que deve reafirmar o conjunto de hipóteses e os limites da análise desenvolvida, além dos cuidados para o seu progresso; 3. uma breve reflexão sobre o “objeto construído”, isto é, algumas considerações finais sobre os mecanismos intermediários na migração.

6.1. Do ponto de partida: a natureza dos trajetos

Penso na epígrafe desta tese — aquele texto de Saint-Victor, citado por TODOROV (2003:364), cujo enigma, conservado no jogo de palavras, sentidos e sensações da experiência do deslocamento, inflige coragem e temor a um só tempo: coragem, porque se quer elucidar o mistério, e temor, por se descobrir que, após a solução final do enigma, nada mais resta.

De qualquer modo, gostaria de poder compreender aquela epígrafe como o migrante é, realmente, capaz de compreendê-la. Ao longo desta tese, ao longo de toda a reflexão feita nestes últimos anos, tentei, através não da experiência, mas da imaginação e de uma certa vivência da forma, aproximar minha compreensão daquela conquistada pelo migrante (a quem espero ter sido capaz de nunca impor o grilhão da objetividade alienante à sua condição concreta, de *ser humano*).

Ao fazer esta reflexão final que considero, pessoalmente, de suma importância, peço licença, paciência e confiança dos leitores para uma trajetória inspirada mais na poética musical de BARTÓK que na “separação objetiva”, demarcada pela “navalha de OCKHAM”.

Assim, inicio este item com um diálogo imaginário, relatado pelo escritor italiano Italo CALVINO (1995:28-9):

“Marco Polo imaginava responder (ou Kublai imaginava a sua resposta) que, quanto mais se perdia em bairros desconhecidos de cidades distantes, melhor compreendia as outras cidades que havia atravessado para chegar até lá, e reconstituía as etapas de suas viagens, e aprendia a conhecer o porto de onde havia zarpado, e os lugares familiares de sua juventude, e os arredores de casa, e uma pracinha de Veneza em que corria quando era criança.

Neste ponto, Kublai Khan o interrompia ou imaginava interrompê-lo ou Marco Polo imaginava ser interrompido com uma pergunta como:

— Você avança com a cabeça voltada para trás? — ou então: — O que você vê está sempre às suas costas? — ou melhor: — A sua viagem só se dá no passado?

Tudo isso para que Marco Polo pudesse explicar ou imaginar explicar ou ser imaginado explicando ou finalmente conseguir explicar a si mesmo que aquilo que ele procurava estava diante de si, e, mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.

Marco entra numa cidade; vê alguém numa praça que vive uma vida ou um instante que poderiam ser seus; ele podia estar no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás, ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem e naquela praça.

Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.

— Você viaja para reviver o seu passado? — era, a esta altura, a pergunta do Khan, que também podia ser formulada da seguinte maneira: — Você viaja para reencontrar o seu futuro?

E a resposta de Marco:

— Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá.”

Este diálogo merece uma reflexão profunda. Em primeiro lugar, se trocássemos o termo “viajante” por “migrante” e pensássemos como poderíamos percorrer novamente aquelas linhas imaginárias, em especial a última frase: “O *migrante* reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá.”

Em segundo lugar, o contexto do diálogo entre Kublai Khan e Marco Polo pode ser resumido da seguinte maneira: o Grande Khan está velho e cansado, não confia e não gosta das narrativas de seus vassallos sobre a administração das cidades do Império, que parece se esfacelar. Nesse encontro fictício, Marco Polo é como Sheherazade, a bela princesa que seduz o Sultão através das paradoxais representações contidas em seu discurso — o discurso de Marco, o discurso do migrante, é, de fato, um simulacro (SAYAD, 1998).

Então, o Khan é seduzido pelas narrativas cheias de descrições paradoxais e de intensa sensibilidade de Marco Polo (como se este tivesse sido capaz de vivenciar todas as cidades do Império — e, quanto a nós, só poderemos *imaginar* se ele esteve ou não em todas as cidades no final do livro, pois CALVINO nunca oferece uma resposta objetiva). Assim, Polo vai conquistando e cativando cada vez mais seu Imperador, e este vai redescobrimo e reinterpretando as bases do seu reino, as riquezas, suas fronteiras e enigmas, sob a perspectiva distante, mas ao mesmo tempo viva, esboçada por seu interlocutor.

Porém, há um confronto interminável, pois, de um lado, o Khan deseja que suas cidades sejam apreendidas e objetivadas à sua maneira, deseja o controle sobre todas elas, quer estipular a ordem e o procedimento de como criá-las em sua própria imaginação (e, como se não bastasse, também deseja impor tal ordem à imaginação do veneziano). De outro lado, Marco Polo conduz sua trajetória de maneira dinâmica, por vezes caótica (em especial, para a percepção do Imperador), e privilegia a sensibilidade intuitiva do explorador que possui o dom da ubiqüidade (!).

Minha interpretação pessoal sobre este embate de juízos e representações é uma leitura que faço a partir das reflexões de CALVINO — tendo sido também ele um migrante. Em vários de seus livros esta temática aparece de um modo ou de outro. Em *Seis propostas para o próximo milênio* (2003), o autor expressa claramente seu fascínio pela batalha “intelectual” entre a representação do cristal e da chama. De um lado, a constância absoluta, a rigidez, frieza e objetividade contidas nas formas invariantes do cristal — metáfora para o racionalismo na sua versão mais exacerbada, cartesiana. De outro lado, a inconstância absoluta, a dinâmica, a complexidade e a imprevisibilidade das curvas da chama que nunca se apaga — metáfora para o romantismo na sua versão mais intensa, simbolista.

Gosto de pensar particularmente que, no final, Marco Polo é o vencedor da contenda. Se é que existe ou deva mesmo existir um vencedor, e se esse fosse o objetivo de CALVINO — e não creio que tenha sido. Na realidade o autor parece desejar a celebração da grandeza e da necessidade das duas perspectivas. De fato, o ponto de contato que faz uma perspectiva se sustentar e depender da outra para a composição de todo o conjunto — nessa leitura possível, ao final de toda a estória, Marco Polo e Kublai Khan seriam a mesma pessoa, o mesmo *ser*, inconcebíveis isoladamente.

Quanto à migração, exige-se também uma reflexão atenta, pois poderíamos pensar aqui na junção da chama e do cristal. Isto é, o migrante seria esse “deslocado-viajante”, o *ser* em perpétuo movimento, que segue de cidade em cidade, revive seu passado, reencontra seu futuro e, em negativo, reconhece-se a si mesmo naquilo que nunca teve e nunca terá — tal o efeito de dissimulação imposto ao deslocamento e evocado por SAYAD (1998).

Esse movimento, ao mesmo tempo em que é o projeto e o processo (uma experiência) concreto, “calculado” e intencionado pelo indivíduo, é também completamente aleatório, imprevisível, dinâmico e incomensurável. Portanto, ao final, não é possível dizer que o imigrante, por mais racional que ele seja, emigrou um dia porque pesou na balança os prós e contras. Não apenas por isto, pois ele emigrou um dia porque sentiu um desejo incontrolável e subterrâneo de se confrontar consigo e com a coletividade à qual pertence, de descobrir a si mesmo da maneira mais contundente possível.... porque nessa via não há *retorno* (SAYAD, 2000).

No desenvolvimento do segundo capítulo desta tese, perfazendo o trajeto das representações (os conceitos) sobre a migração, preocupei-me essencialmente em caracterizar essa duplicidade (da forma e do conteúdo, fato e representação, unidade e diversidade, inércia e movimento, ausência e presença) própria da natureza da categoria, da migração como conceito analítico. Não porque seja uma característica particular da migração, em seu sentido fenomênico, mas, sobretudo, porque tal duplicidade subsiste na tradição especulativa do pensamento ocidental sobre a realidade na qual vivemos (RUSSELL, 2000).

Embora a utilização de termos correlatos — em especial, *deslocamento*, *trajeto* e *migração* — para o mesmo fenômeno terem sido evocados aqui e ali, às vezes, sem uma ordem ou motivo aparentes, o meu desejo foi simplesmente tornar o conceito de migração um problema real para o analista, tanto quanto é também um problema para o migrante. Ou, como diria BOURDIEU (2003:27), uma prevenção saudável do espírito “contra o fetichismo dos conceitos e da ‘teoria’, que nasce da propensão para considerar os instrumentos ‘teóricos’(...) em si mesmos, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em ação”.

Muitas vezes nos esquecemos que a migração é um fenômeno vinculado a um conceito, a uma idéia, a um olhar. Como procurei mostrar no primeiro capítulo, e também

nos diversos estudos de caso dos capítulos 3 e 4, o fenômeno muda, não apenas pela força dos fatos e da experiência humana, tão diversa no tempo e no espaço. O fenômeno também muda pela força de uma nova idéia, de um novo conceito, como aqueles propostos por SMITH, RICARDO e MALTHUS, e que, em larga medida, determinaram a “conversão do olhar” histórico e científico sobre a migração (e não apenas ela) nos últimos 250 anos.

Entendo que colocar o conceito de migração em ação implica pensá-lo relacionalmente, isto é, refletir de forma crítica sobre a representação do movimento humano, o deslocamento ou o trajeto. Enfim, colocar-se ao mesmo tempo na perspectiva de quem observa e pensa e, por meio daquilo que não se tem, de quem vivencia e sofre pelas escolhas e medidas concretas.

Nesse sentido, os termos *deslocamento* e *trajeto* apenas correspondem à conversão do olhar sobre a migração: sem subtrair-lhe os fatos, chama a atenção para as relações dinâmicas e constantes que determinam as variações do fenômeno em cada contexto singular — e assim, presta o devido reconhecimento e respeito a que todo migrante faz jus.

6.2. Do ponto de chegada: os mecanismos intermediários

Aqui, aproveito para salientar alguns pontos relativos ao método e à hipótese sobre os intermediários que, por motivos vários, não ficaram suficientemente claros ao longo do trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de reafirmar que os modelos estruturais dos sistemas de migração são representações prováveis do fenômeno empírico, e não devem ser tomados como respostas definitivas aos fatos. Na definição ideal do projeto científico, sintetizada por SPINOZA, a imaginação é fundamental para a especulação e investigação do real e, nesse sentido, o resultado estabelecido pela análise sistêmica está largamente condicionado à imaginação e conseqüente interpretação da realidade.

Tendo isso em mente, alguns cuidados de interpretação sobre os procedimentos e resultados da análise feita devem ser ressaltados. Talvez não tenha ficado suficientemente claro que durante todo o tempo estive lidando apenas com “fluxos de pessoas”. Isto é, a construção dos modelos depende profundamente da consciência desta premissa inicial: as

relações estabelecidas entre os vértices nos modelos de grafos são abstrações formais de fluxos concretos de pessoas. Portanto, no momento de sistematização das informações coletadas nos estudos de caso, eu fazia internamente as perguntas — quem repassa o emigrante? E para quem ou onde repassa esse emigrante?

Esta questão pode parecer um tanto trivial, mas, de fato, foi um dos aspectos mais importantes e delicados no processo de formalização. Afinal, observa-se na prática que as redes de migração envolvem não apenas fluxos de pessoas, mas também trocas financeiras e comerciais, afetivas e emocionais. Assim, um emigrante só consegue chegar ao seu destino, clandestinamente, se for capaz de pagar a um agente determinada quantia em dinheiro — então, ao fluxo do deslocamento se justapõe o fluxo pecuniário.

Embora as técnicas atuais da ARS permitam a sobreposição de fluxos de natureza diferentes, formando as chamadas redes *multipléxicas* (WASSERMAN e FAUST, 1994), o detalhamento das informações não permitia o conhecimento adequado à reconstituição dos sistemas empíricos com mais de um fluxo definido. Por isto, optei pela análise exclusiva (e, portanto, sempre parcial) de um único fluxo de pessoas, no sentido da emigração. Longe de ser a situação ideal, foi a situação real de pesquisa que se impôs decisivamente.

É nesse sentido que, talvez, as análises no capítulo 5 estejam mais consistentes, pois, ao utilizar diferentes fontes de informação para o mesmo caso teórico, tornou-se possível obter um melhor controle das variáveis em jogo, dos atores, de suas posições concretas, de seus comportamentos e relações cotidianas.

Decorre desse aspecto procedimental um problema mais grave quanto à interpretação conceitual sobre a relação dos sistemas empíricos, abstraídos na sua forma e teorizados segundo modelos de hipóteses. Isto é, não se deve confundir, de forma alguma, a representação mental do analista com as representações possíveis e mais imediatas do que ocorre na realidade empírica, em especial, as representações que as pessoas (os emigrantes, intermediários, familiares etc.) fazem de si mesmas quando imersas na análise pessoal do próprio cotidiano.

Assim, quando tratei das posições estruturais que, freqüentemente, encontravam-se ocupadas pelo mesmo grupo de atores, estava tratando apenas das relações estruturais abstratas entre tais posições no sistema teórico. Em outras palavras, não se deve confundir os constrangimentos formais exercidos pela topologia do grafo sobre as posições estruturais

com os atores que, por motivos práticos da experiência vivida, ocupam tais posições correspondentes na realidade concreta.

Esse seria um grave erro de reificação, o qual somos tentados a cometer todo o instante. É muito sedutora a idéia de que os valores (índices e coeficientes) encontrados para o sistema teórico correspondam, imediata e resolutamente, para o sistema empírico vivido pelos atores. Espero ter transmitido a consciência de que as homologias que possam existir entre aquele sistema teórico, elaborado no olho da mente do analista, e os sistemas concretos que encetam a vida dos emigrantes são apenas possibilidades interpretativas aproximadas, e nunca verdades absolutas sobre o real — portanto, revelam apenas tendências plausíveis.

Seguindo esse sentido interpretativo dos modelos estruturais, devemos avaliar o papel dos mecanismos intermediários dos processos migratórios. Como espero ter deixado claro, os intermediários são imposições formais da configuração de um sistema teórico. Na prática, como demonstraram os vários estudos de caso analisados, existem diferentes atores que podem, eventualmente, desempenhar funções de intermediação. E, muito raramente, tais funções são explícitas e exclusivas, daí porque, talvez, tenhamos dificuldade em perceber a importância de um papel tão específico e fundamental para a consecução do projeto migratório.

É como se soubéssemos de antemão que o emigrante já é imigrante, ou o contrário, que o imigrante é emigrante, sem contudo nos questionarmos como a pessoa *realizou* sua trajetória, de fato. Como sugeri logo no início da tese, não é possível (ou, pelo menos, não deveria ser) pensar a migração como processo, sem concebermos a partida, a travessia e a chegada — e, sobretudo, as relações integrais e inexoráveis destes três momentos em um sistema singular.

Por isso, o conjunto de hipóteses explicitado no capítulo 3, deve servir como um guia para a análise e as reflexões sobre o fenômeno migratório, em especial, naquilo que concerne aos mecanismos intermediários. A força desse conjunto de hipóteses pôde ser testada e comparada nos diversos casos analisados ao longo do quarto e do quinto capítulos.

Penso que as hipóteses contribuíram decisivamente para a demarcação do problema empírico, qual seja, a identificação das posições estruturais formais (e seu constrangimento efetivo sobre os atores concretos dos sistemas de migração), em especial das posições ditas

intermediárias, e do padrão relacional emergente, próprio a cada sistema empírico de migração. A partir daí, foi possível comparar mais objetivamente os diversos atores e posições estruturais e, desse modo, detectar padrões estruturais gerais (formais e concretos) do conjunto de sistemas.

Como vimos, segundo as hipóteses 1 e 4, os sistemas de migração devem proporcionar posições estruturais formais de intermediação a serem ocupadas por atores concretos, inseridos em um contexto histórico e social. Tanto mais forte e proeminente será a posição estrutural (e, por consequência, o ator a ocupá-la) quanto mais central, inserida (*embedded*), concentrada e exclusiva ela for em relação às demais no sistema. Seguindo essa idéia geral, as medidas de rede, os algoritmos dos grafos e a composição estrutural qualitativa dos sistemas determinam uma espécie de escala gradual de referência, segundo a qual os atores concretos podem ser identificados, avaliados e comparados entre si — de acordo com as posições estruturais formais ocupadas e as relações estabelecidas com os outros.

Desse modo, foi possível realizar grosseiramente o prognóstico sugerido pela hipótese 6, sobre a formulação de uma tipologia dos modelos estruturais para os sistemas empíricos de migração. Em geral, de acordo com as análises procedidas, pudemos definir dois tipos fundamentais de modelos: abertos e fechados.

Os modelos de sistemas abertos de migração sugerem grande heterogeneidade na concentração dos fluxos de intermediação, grande competitividade interna entre os intermediários, vulnerabilidade das posições (e consequente rotatividade dos atores em seus postos concretos de intermediação), dinâmica geral do sistema (difusão dos fluxos e grande variação das alternativas de deslocamento) e, finalmente, baixo controle institucional (legalizado ou não) do sistema.

Os modelos de sistemas fechados de migração, ao contrário dos anteriores, sugerem grande homogeneidade na concentração e direcionamento dos fluxos em consequência da elevada coesão interna e densidade do sistema. Assim, tais sistemas também tendem a ser mais conservadores e estáticos, e podem ser mais controlados institucionalmente por um ator ou conjunto de atores, estabelecidos em alguma posição estrutural formal privilegiada.

Um paradoxo aparente poderia surgir dessa análise, pois pode-se pensar que a concentração da intermediação de fluxos não é compatível à homogeneidade e maior

coesão interna do sistema. Em outras palavras, em princípio, maior coesão e densidade do sistema supõem que todas as posições se equivalem estruturalmente e, desse modo, todos os atores teriam a mesma chance de contatar outros atores, prescindindo dos intermediários. Portanto, o sistema deveria ser mais dinâmico, flexível e competitivo, e não o contrário, ou seja, conservador, homogêneo e controlado.

Contudo, se pensamos relacionalmente, isto é, que todas as posições dependem da ocupação e ação de outras posições e atores do sistema, verificamos que maior coesão e densidade garantem condições mais justas e equilibradas aos atores que, de acordo com sua inserção pessoal no contexto histórico e social, pode agir estrategicamente com maior eficácia na consecução de seus objetivos específicos e maximizar o poder de seu posicionamento na estrutura. De outro lado, sistemas abertos, com baixa coesão interna e grande vulnerabilidade, permitem que eventualmente (e na prática, com alta rotatividade) determinados atores concretos em suas posições formais privilegiadas de intermediação, concentrem enorme poder de mobilização e circulação dos fluxos — e, relacionalmente, por consequência, irão reforçar o desequilíbrio interno e a dinâmica devido à variabilidade das alternativas dispostas no sistema.

Mais uma vez, o conjunto das hipóteses (em especial a hipótese 1) revela-se extremamente útil quanto à demarcação e indicação do quê e como procurar em um sistema empírico de migração, para estabelecer as principais conexões e padrões estruturais do fenômeno empírico estudado.

Acredito que a formalização dos sistemas e, principalmente, a visualização por meio dos grafos possibilitaram uma maior sensibilidade perceptiva quanto ao papel e função desempenhados por esses atores em todo o processo de migração.

Por exemplo, um desenvolvimento que me pareceu importante, e melhor analisado no capítulo 5, o papel desempenhado pelas redes pessoais (principalmente os contatos familiares) no processo migratório. Uma hipótese proposta inicialmente por MASSEY *et al.* (1987:6) e reforçada por BOYD (1989), que se difundiu entre os pesquisadores da migração, dá conta de que a expansão e sustentação dos fluxos migratórios internacionais estariam condicionadas à presença das redes baseadas nas famílias dos migrantes — aqui, a perspectiva das redes se encontra vinculada à análise da difusão dos padrões de relações e comportamentos, portanto, de corte diacrônico.

E, embora seja evidente a importância das famílias na consecução dos projetos migratórios, não há ainda um *corpus* teórico elaborado e testado que relacione, de fato, os fluxos migratórios às redes pessoais familiares. Levando-se em consideração a explanação dada por MASSEY *et al.* (1987), com a proposta da formação das “comunidades-filha” de imigrantes mexicanos em solo americano, e ainda, a explanação de HAGAN (1998) sobre a rede familiar associada à imigração de guatemaltecos no Texas, ainda não há uma correlação identificada quanto à operação das redes pessoais propriamente ditas, mas apenas boas suposições e explanações teleológicas. Em outras palavras, não se pode esperar que os fatos se expliquem por si mesmos, e que as teorias apenas descrevam tal circularidade auto-evidente, do contrário, não seriam necessários teorias e conceitos científicos.

Afirmo apenas que as análises estruturais dos grafos puderam lançar mais luz sobre certas evidências já constatadas por outros pesquisadores e, talvez, um pouco mais que isto, contribuíram para uma possibilidade de análise formal sobre o problema — o que possibilita o teste efetivo da hipótese de MASSEY e BOYD.

Infelizmente, dada a natureza empírica restrita deste trabalho, não foi possível avançar sobre essa hipótese nas análises feitas nos capítulos 4 e 5. Apenas reforçar as tendências já observadas na prática e, através da avaliação formal das posições estruturais e das relações, revelar que, num sistema empírico, pelo constrangimento topológico imposto pela configuração das posições e relações empíricas, as redes pessoais familiares tendem a cumprir um papel (ocupar uma posição) singular de intermediação que, por sua vez, reflete diretamente sobre a expansão, a consolidação e a sustentação dos fluxos migratórios em determinados sistemas — pois, como vimos, em princípio, a natureza das relações no sistema (se mais aberto ou fechado, mais difuso ou concentrado, mais institucionalizado ou informal) determina a pertinência e atuação dos intermediários, inclusive das famílias dos migrantes. Enfim, uma questão a ser mais explorada e especulada em pesquisas posteriores, que tenham um conteúdo empírico definido e maior.

6.3. O retorno: reflexão sobre a condição do migrante⁴⁷

Como afirmou SAYAD (1998) não há como escrever ou refletir inocentemente sobre a migração, pois ela é uma denúncia da fatalidade cotidiana da desigualdade econômica, política e existencial entre nós, seres humanos. Mais que isto, na migração se inscreve um dilema ontológico, que nos perturba tanto quanto a questão “de onde viemos?” Tal dilema que se impõe, conscientemente ou não, é saber em que medida devemos nossa existência à coletividade à qual pertencemos ou à nossa individualidade existencial.

Quanto a isso, e mais além, BOURDIEU, ao citar a contribuição de Abdemalek SAYAD para a análise da imigração, atinge o ponto crítico que me preocupa neste instante. Segundo BOURDIEU (1998:11-2), Sayad

“rasga o véu de ilusões que dissimulava a condição dos ‘imigrantes’ e revoga o mito tranqüilizador do trabalhador importado que, de posse de um pecúlio, voltaria para sua terra para deixar o lugar para outro. Mas, acima de tudo, olhando de perto os detalhes mais ínfimos e mais íntimos da condição dos ‘imigrantes’, introduzindo-nos, por exemplo, no âmago mais secreto dos sofrimentos relacionados com a separação, por meio de uma descrição dos meios que usam para se comunicar com sua terra, ou lançando-nos no cerne da contradição constitutiva de uma vida impossível e inevitável por via da evocação das mentiras inocentes com que se reproduzem as ilusões sobre a terra de exílio, ele traça com pequenas pinceladas um retrato impressionante dessas ‘pessoas deslocadas’, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais. Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo — até na ciência, que muitas vezes adota sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial — apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria”.

Para mim, como analista da migração, torna-se necessário estabelecer esse compromisso com a condição do deslocamento, a duplicidade ausência/presença, que implica uma ruptura com a ordem oficial e legítima das sociedades, por si mesma produtora

⁴⁷ Devo agradecimentos especiais a Weber Soares e Ana Cristina Braga Martes pelas conversas inspiradas que me orientaram nessas reflexões. À Ana Cristina devo um sincero e muito especial agradecimento pela condução segura e instigante de um debate de idéias sobre o conceito de “dissimulação”, que me possibilitou o desenvolvimento deste tópico.

de ilusões classificatórias, que respondem somente aos objetivos de manutenção da ordem e do poder.

Pois o emigrante/imigrante é o produto histórico de relações assimétricas, desiguais e hierarquizadas do espaço social global, e representa, assim, as contradições, os paradoxos e as incertezas desse espaço no qual uma lógica (prática, concreta) de dominação se perpetua e se institui cotidianamente nos *habitus* (como senso prático, disposição) das pessoas (BOURDIEU, 2001 e 2003).

Enfim, tanto para BOURDIEU quanto para SAYAD, a migração é uma denúncia dessas relações de poder no âmbito das sociedades (Estados/Nações), mas uma denúncia que só se pode anunciar por meio de uma prática camuflada, mascarada, de dissimulação — ou seja, para se denunciar um paradoxo se faz necessário um contra-paradoxo que, em si mesmo, como o reflexo num espelho, é também uma outra forma não resolvida.

O imigrante é esse deslocado, *atopos*, porque não está inscrito no espaço social legitimado como deveria estar, isto é, reconhecido objetivamente e valorizado pelos Outros (membros de outra cultura, outra sociedade, outro grupo social, outra família), e, então, ele se torna um incômodo, justamente porque se nega a ele, o imigrante, a sua história, o passado, o nascimento, a origem — pois, permitir-lhe a existência social plena seria permitir a quebra do mito tranqüilizador, a falsa idéia de que o deslocamento (no destino) significa tão-somente a importação temporária de trabalho.

Assim, voltando à epígrafe citada no início desta tese, encontramos ali um discurso explosivo e subversivo, e não uma simples ironia — encontramos ali o discurso dissimulado condizente com a realidade vivida pelo deslocado, aquele que vivencia o espaço bastardo. A dissimulação ocorre estruturalmente, ou seja, independe da vontade e consciência pessoal dos imigrantes, é uma situação estruturada e dada pelas condições, posições na estrutura e as relações entre os diferentes *habitus* desempenhados (senso prático, a disposição socialmente apreendida para se fazer alguma coisa).

Em um sentido durkheimiano, poderia dizer que a dissimulação é um fenômeno que deriva da morfologia social, pois é reflexo do não-lugar, da não-classificação, isto é, reflexo do deslocamento ou desvio em relação às categorias sociais do entendimento humano — daí o deslocado, o imigrante, estar “situado” entre o *ser* e o *não-ser* social.

Imagino que todo o sofrimento vivido pelos imigrantes em geral não é apenas uma expressão emotiva (sinônimo de irracionalidade) substancializável, ou seja, reificada em valores, conceitos e preconceitos que eu, como analista e não-migrante, possa ter sobre tais emoções — é uma tentativa de se “colocar no lugar do outro”. Então, nenhuma lamúria, nenhuma narrativa absurda e que contenha os sentimentos mais intensos deve ser tratada como mero “reflexo emotivo” de um ser humano atordoado com seu próprio destino. Todos somos assim, em qualquer situação apropriada, mas além disso, há um discurso (in)consciente, coletivamente trabalhado, e que BOURDIEU e WACQUANT (2000) e SAYAD (1998) chamam de “dupla-consciência”: a face ativa de uma “dupla-verdade”.

Para viver uma dupla-verdade, que fundamenta uma realidade ambígua em um espaço *bastardo*, deve-se constituir uma dupla-consciência, no sentido de que a realidade objetiva só pode ser compreendida parcialmente. Implica-se aí a “dissimulação” que, nos termos de BOURDIEU, está associada ao “conhecimento” e ao “mal-conhecimento”.⁴⁸ Em outras palavras, para ele, conhecer significa estar consciente da objetividade parcial de dada realidade social. Contudo, tal realidade, que não se revela integralmente, é, de fato, uma realidade parcial que se quer passar por total, ou seja, uma ilusão imposta às pessoas.

O conhecimento objetivo social, portanto, é na realidade uma forma de mascarar a realidade concreta, fornecendo a ela uma roupagem legítima (ou legitimável), a partir dos “reconhecimentos” parciais dos atores em suas posições sociais. Desse modo, conhecimento não é o oposto de “mal-conhecimento” (*mèconnaissance*), que, muitas vezes, substitui o termo *dissimulação* (BOURDIEU, 2000 e 2003), mas a face da mesma moeda, porque, só se é capaz de pensar a dissimulação juntamente com a realidade objetiva total.

Assim, a dissimulação é um processo coletivo, porque exige da coletividade e de seus indivíduos o conhecimento tácito de uma realidade objetiva (com suas normas, valores e relações) que nunca pode ser percebida em sua totalidade, sob pena de se destruir as hierarquias das relações no campo de forças sociais, e se romper com o contrato social original (fundamentado na desigualdade do poder e assimetria das posições na estrutura social).

⁴⁸ BOURDIEU (2003:212) fala sobre “o efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas”, ou seja, acredita-se que é livre para escolher o destino, o trabalho, escolher as justificativas para si mesmo sobre a sua ausência na origem porque, acima de tudo, acredita-se absolutamente autônomo em relação aos outros e até ao *si mesmo*.

Então, a dissimulação não é um “problema” apenas dos migrantes, mas também dos Estados e dos não-migrantes que se relacionam com essa realidade objetivada. Por isso, a dissimulação é um fato “concertado”, que depende das crenças (conhecimento e mal-conhecimento) de todos os atores em suas posições, e não, necessariamente, de uma consciência absoluta e da racionalidade instrumental dos atores em ação.

Portanto, a migração como evento concreto e os migrantes como atores e participantes deste evento estão ligados, principalmente, a uma força coletiva (própria de um fato social total (SAYAD, 1998), que instaura e inscreve a dupla-consciência no *habitus* (a trajetória) dos indivíduos e qualificam o fenômeno empírico.

Para terminar, acredito que a duplicidade e a conseqüente dissimulação no processo migratório, não é algo planejado e pretendido pelos imigrantes (algo que possa ser, também, plenamente consciente, mas não necessariamente), pois depende das relações entre as trajetórias pessoais no contexto (estrutural) da migração. Os acordos tácitos sobre o reconhecimento da realidade objetiva que os cerca são feitos cotidianamente e o migrante inscreve novas representações (esquemas mentais) em seu *habitus* (que é dinâmico e se renova sempre), e que, afinal, instala-se em seu próprio corpo — as marcas deixadas por uma vida laboriosa e extrema, solitária e autopunitiva.

Assim, a dissimulação se aprende logo quando se constitui como migrante e, automaticamente, passa-se a dissimular para si mesmo e para todos os outros, porque essa é uma forma, talvez a única possível, de se restabelecer sentido e equilíbrio na vida cotidiana do “estar em trânsito” constante.

Finalmente, deixo que a competência e sensibilidade analíticas incomparáveis de SAYAD terminem aquilo que busquei, durante todo o tempo, compreender e compartilhar neste trabalho de uma vida:

“Todo o discurso do emigrante se organiza em torno da tripla verdade da *elghorba* [categoria nativa para exílio, não apenas no sentido físico mas também simbólico]. Na lógica tradicional, a verdade da *elghorba* é a de ser associada ao “poente”, à “escuridão”, à distância e ao isolamento (entre os estranhos, logo à sua hostilidade e ao seu desprezo); ao exílio; ao terror (aquele que é provocado pela noite e que o faz se perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, *elghorba*, intencional e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem todavia conseguir completamente) a trazer uma outra verdade que a identificaria com a felicidade, a luz, a alegria, a segurança etc. A

experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e restabelecer a *elghorba* em sua verdade original.

Podemos dizer que é toda a experiência de vida do emigrante que oscila sem cessar entre essas duas verdades contraditórias da *elghorba*. Por não conseguir resolver a contradição em que se encontra encerrado, pois deveria então renunciar a emigrar, ele só pode mascará-la.

Percebemos assim, como, usando os recursos do aparelho tradicional, o informante produz o próprio modelo do mecanismo segundo o qual se reproduz a emigração e no qual a experiência alienada e mistificada da emigração preenche uma função essencial. O desconhecimento coletivo da verdade objetiva da emigração [a dissimulação] que todo o grupo se esforça por manter (os emigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra; os antigos emigrantes que “encantam” as lembranças que guardaram da França; os candidatos à emigração que projetam sobre a França suas aspirações mais irrealistas etc.) constitui a mediação necessária através da qual se pode exercer a necessidade econômica.”(SAYAD, 1998:44).

7. Referências

ALBA, R., NEE, V. Rethinking assimilation theory for a new era of immigration. *International Migration Review*, v.31, n.4, p. 826-74, 1997.

ALEXANDROV, A. D. *et al.* (Org.) *La matematica: su contenido, metodos y significado*. Madrid: Alianza, 1973. v.3, Cap. 17, Topologia, p.231-266.

APPADURAI, A. Disjunction and difference in the global cultural economy. In: APPADURAI, Arjun. *Modernity at large*, Minneapolis: Minnesota University, 1996. p. 27-47.

AROUCK, Ronaldo. Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em via de integração? In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.327-343

ASSIS, Gláucia. De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: MARTES, Ana Cristina B., FLEISCHER Soraya (Orgs.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 199-230.

ASSIS, Gláucia. Estar aqui..., estar lá....: uma cartografia da emigração valadarenses para os EUA. In: REIS, Rossana Rocha, SALES, Teresa (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p.125-166.

AUDENINO, Patrícia. The paths of the trade: italian stonemasons in the United States. *International Migration Review*, v.20, n.4, 779-795, 1986.

BARABASI, Albert-Laszlo. *Linked: the new science of networks*. New York: Perseus Books, 2002. 256p.

BARRAUD, Henry. *Para compreender as músicas de hoje*. São Paulo: Perspectiva, 1997. 166p.

BASSNEZZI, Maria Silva B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.1-38.

BAVELAS, Alex. A mathematical model for group structure. In: SCOTT, John (Ed.) *Social networks: critical concepts in sociology*, New York: Routledge, 2002. v.1, p.161-88.

BICALHO, José Vitor. *Yes, eu sou brazuca*. Governador Valadares: Ibituruna, 1989.

BORGATTI, S. *et al.* *Ucinet for Windows: software for social network analysis and user's guide*. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002. 254p.

- BORJAS, George J. *Heaven's door: immigration policy and the American economy*. Princeton: Princeton University; 1999. 263p.
- BORJAS, George J. *Labor economics*. New York: McGraw Hill, 1996. Cap. 9, Labor mobility, p.279-317.
- BOSERUP, Ester. *Population and technological change*. Chicago: University of Chicago, 1981. 255p.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Éditions du Seuil, 2000. 429p.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 320p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6.ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003. 311p.
- BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (Prefácio). São Paulo: EDUSP, 1998. p. 9-12.
- BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loïc The organic ethnologist of Algerian migration. *Ethnography*, v.1, n.2, p.173-182, 2000.
- BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*, v.23, n.3, p.638-670; 1989.
- BREMAN, Jan. Seasonal migration and co-operative capitalism: the crushing of cane and of labour by the sugar factories of Bardoli, South Gujarat, Part 1. *Journal of Peasant Studies*, v.6, n.1, p.41-70, 1978.
- BREMAN, Jan Seasonal migration and co-operative capitalism: the crushing of cane and of labour by the sugar factories of Bardoli, South Gujarat — Part 2. *Journal of Peasant Studies*, v.6. n.2, p.168-209, 1979.
- BRETELL, Caroline. Theorizing migration in anthropology: the social construction of networks, identities, communities and globalscapes. In: BRETTELL, Caroline, HOLLIFIELD, James Frank. *Migration theory: talking across disciplines*. New York: Routledge, 2000. p.97-135
- BRIGANTI, Lucilla. Percorsi di toscani in Brasile tra '800 e '900: stati di Rio de Janeiro, Minas Gerais ed Espírito Santo. In: DAL PIEMONTE ALLO STATO DI ESPIRITO SANTO: ASPETTI DELLA EMIGRAZIONE ITALIANA IN BRASILE TRA OTTOCENTO E NOVECENTO; SEMINARIO INTERNAZIONALE, 1995, Torino, Itália. *Atti del seminario internazionale*. Torino: Centro Stampa della Giunta Regionale, 1996. p.259-285.

BRITO, Fausto. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.12, n1/2, p.21-33, 1995.

BROWNING H., FEINDT, W. Selectivity of migrants to a metropolis in a developing country: a mexican case study. *Demography*, v.6, n.4, p.347-57, 1969

BURT, Ronald S. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: Harvard University, 1992. 313p.

BURT, Ronald S. Structural holes versus network closure as social capital. In: LIN, Nan *et al.* (Ed.) *Social capital: theory and research*. New York: Aldine De Gruyter, 2001, p.31-56.

CALDWELL, John. Demography and social science. *Population Studies*, v.50, n.3, p. 305-333, Nov.1996.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 150p.

CALVINO, Ítalo, BARROSO, Ivo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 141p.

CANDÉ, Roland de. *História universal da música*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. v.2, p.503.

CARVALHO, José Alberto M. de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 : uma tentativa de estimação. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.13, n.1, p.3-14, jan./jun. 1996.

CARVALHO, José Alberto M. *et al.* Estimativas dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil — 1986/1991 e 1991/1996. In: CASTRO, Mary Garcia. *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.243-252.

CARVALHO, José Alberto M. de *et al.* Sinuosos caminhos para estimação do emigrantes internacionais de 1986/1991 e de 1991/1996 e saldos migratórios dos quinquênios entre 1981 e 1996 das Unidades da Federação Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Brasil 500 anos: mudanças e continuidades*. [Campinas]: ABEP, 2000c. (Disponível em CD-ROM)

CARVALHO, José Alberto M. de, RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os dados censitários sobre migrações internas: algumas sugestões para a análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.15, n.2, p.7-17, jul./dez. 1999.

CASTRO, Mary Garcia. Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais. In: CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.15-32.

CAVALLI-SFORZA, Luigi L. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das Letras; 2003. 296p.

DA VANZO, Julie. Microeconomic approaches to studying migration decisions. In: DE JONG, Gordon, GARDNER, Robert (Ed.) *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York: Pergamon, 1981. p.90-129.

DAVIS, Kingsley. Social science approaches to international migration. In: TEITELBAUM, Michael, WINTER Jay (Ed.) *Population and resources in western intellectual traditions*. Cambridge: Cambridge University, 1989. p.245-261.

DE JONG, Gordon, GARDNER, Robert (Ed.) *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York: Pergamon, 1981. 394p.

DE JONG, Gordon, FAWCETT, James. Motivations for migration: an assessment and a value-expectancy research model. In: DE JONG, Gordon, GARDNER, Robert (Ed.) *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York: Pergamon, 1981. p.13-58.

DEGENNE, A., FORSÉ, M. *Introducing social networks*. London Sage, 1999. 248p.

DIESTEL, Reinhard. *Graph theory*. 2.ed. New York: Springer-Verlag, 2000. 312p.

DURKHEIM, E., MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 399-455.

EELENS, Frank, SPECKMANN, J.D. Recruitment of labor migrants in the middle east. *International Migration Review*. v.24, n.90, p.297-322, 1990.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 312p.

FAIST, T. *Transnationalization in international migration: implications for the study of citizenship and culture*. Oxford: Oxford University; 1999. 41p. (Working paper, TC, 99-08)

FAWCETT, J. Networks, linkages and migration systems. *International Migration Review*, v.23, n.3, p.671-680, 1989.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002: Ouro Preto, MG. *Violências, o estado e a qualidade de vida da população brasileira: anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002. (Disponível em CD-ROM.)

FLAMENT, Claude. *Applications of graph theory to group structure*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1963. 142p.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 541p.

FUREDI, Frank. *Population and development: a critical introduction*. New York: St. Martin's, 1997. 201p.

FUSCO, Wilson. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 427-445.

GARDNER, Robert. Macrolevel influences on the migration decision process. In: DE JONG, Gordon, GARDNER, Robert (Ed.) *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York: Pergamon, 1981. p.59-89.

GERMANI, Gino. Asimilación de inmigrantes en el medio urbano: notas metodológicas. In: ELIZAGA, Juan, MACISCO Jr., John (Ed.) *Migraciones internas: teoría, método y factores sociológicos*. Santiago: CELADE, 1975. p.61-85.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 281p.

GORBATOV, V. A. *Fundamentos de la matemática discreta*. Moscou: Mir, 1988. 340p.

GOZA, Franklin Brazilian immigration to North America. *International Migration Review*, v.28, n.1, p.136-152, 1994.

GOZA, Franklin. A imigração brasileira na América do Norte. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.9, n.1, p.65-81, 1992.

GOZA, Franklin. Redes sociais e a integração de brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos. In: MARTES Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.263-288.

GOZA, Franklin, RIOS NETO, Eduardo. *The labor process among temporary workers in the São Paulo sugar industry*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1987. 38p. (Mimeografado)

GRANOVETTER, Mark. The economic sociology of firms and entrepreneurs. In: PORTES, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration*. New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.128-165.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v.91, n.3, :p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, Mark. Strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v.78, n.6, p.1360-80, 1973.

GROSS, Jonanthan, YELLEN, Jay. *Graph theory and its applications*. Boca Raton: CRC, 1999. 585p.

GUPTA, A., FERGUSON, J. Culture, power, place: ethnography at the end of an era. In: GUPTA, Akhil, FERGUSON, James (Ed.) *Culture, power, place: explorations in critique anthropology*, London: Duke University, 1997. p. 1-29.

GURAK, D., CACES, F. Migration networks and the shaping of migration systems. In: KRITZ, Mary et al. (Ed.) *International migration systems, a global approach*. Oxford: Clarendon, 1992. p.150-176.

HAGAN, J. Social networks, gender and immigrant incorporation: resources and constraint. *American Sociological Review*, v.63, n.1, p.55-67, Feb. 1998.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 25-50.

HANNERZ, Ulf. *Transnational connections: culture, people, places*. London: Routledge; 1996. 201p.

HARARY, Frank. *Graph theory*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1969. 274p.

HARARY Frank, WHITE, Douglas R., P-Systems: a structural model for kinship studies. *Connections* , v.24, n.2, p.35-46, 2001.

HARDWICK, Susan. Migration, embedded networks and social capital: towards theorizing north american ethnic geography. *International Journal of Population Geography*, v.9, n.2, p.163-179, 2003.

HARRIS, John H., TODARO, Michael P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE; 1980. v.1, p.173-209.

HOWELL, Nancy. Feedbacks and buffers in relation to scarcity and abundance: studies of hunter-gatherer populations. In: COLEMAN, D., SCHOFIELD, R. (Ed.) *The state of population theory: forward from Malthus*. Oxford: Basil Blackwell, 1987. p.156-187.

HUGO, Graeme. Village-community ties, village norms, and ethnic and social networks: a review of evidence from the third world. In: DE JONG, Gordon, GARDNER, Robert (Ed.) *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York: Pergamon, 1981. p.186-224.

HUTTER, Lucy. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. 170p.

HUTTER, Lucy. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1986. 248p.

JANSEN, Clifford. Some sociological aspects of migration. In: JACKSON, J. (Ed.) *Migration*. Cambridge: Cambridge University, 1969. p. 60-73.

JOHNSON, Howard. Bahamian labor migration to Florida in the late nineteenth and early twentieth centuries. *International Migration Review*, v.22, n.1, p.84-103, 1987.

KAWAMURA, Lili. A questão cultural e a discriminação social na migração de brasileiros ao Japão. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.395-408.

KIRK, Dudley. The demographic transition. *Population Studies*, v.50, n.3, p.361-387; Nov. 1996.

KNOKE, David, KUKLINSKY, James. *Network analysis*. London SAGE, 1983. 96p.

KREAGER, Philip. Demographic regimes as cultural systems. In: COLEMAN D., SCHOFIELD R. (Ed.) *The state of population theory: forward from Malthus*. Oxford: Basil Blackwell; 1987. p.131-155.

KRITZ, M., ZLOTNIK, H. Global interactions: migration systems, processes and policies. In: KRITZ Mary *et al.* (Ed.) *International migration systems, a global approach*. Oxford: Clarendon, 1992. p.1-16.

KUNSTADTER, Peter. Demography, ecology, social structure and settlement patterns. In: HARRISON, G., BOYCE, A. (Ed.) *The structure of human populations*. Oxford: Clarendon, 1972. p.313-351.

LEAKEY, Richard. *A evolução da humanidade*. Brasília: Editora UNB, 1981. 256p.

LEE, Everet S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v.1, p.89-114.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 6.ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003. 456p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petropolis: Vozes. 1976. 537p.

LIVI-BACCI, Massimo. *A concise history of world population*. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1997. 249p.

LÓPEZ CASTRO, Gustavo. Coyotes and alien smuggling. In: MIGRATION between Mexico and the United States: binational study. Mexico City: Mexican Ministry of Foreign Affairs, 1998. v.3, p.965-974.

MALTHUS, Thomas R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática* : ensaio sobre a população. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 384p. (Os Economistas)

MANBER, Udi. *Introduction to algorithms: a creative approach*. Reading MA, Addison-Wesley, 1989. 478p.

MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York*, Campinas: Papirus, 1994. 452p.

MARGOLIS, Maxine. Na virada do milênio: a emigração brasileira para os Estados Unidos. In: MARTES Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.51-72.

MARTES, Ana Cristina B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachussetts*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 204p.

MARTES, Ana Cristina B. Os imigrantes brasileiros e as igrejas em Massachussetts. In: REIS, Rossana Rocha, SALES, Teresa (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p.87-122.

MARTES, Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 300p.

MARTIN, Philip. Guest workers: past and present. In: MIGRATION between Mexico and the United States: binational study. Mexico City: Mexican Ministry of Foreign Affairs, 1998. v.3, p.877-895.

MASSEY, D. et al. *Return to Aztlan, the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California, 1987. 335p.

MASSEY, D. et al. *Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon, 1998. 362p.

MISCHE, Ann, WHITE, Harrison C. Between conversation and situation: public switching dynamics across network domains. *Social Research*, v.65, n.3, p.696-724, 1998.

MITCHELL, Christopher. Perspectiva comparada sobre transnacionalismo entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. In: MARTES, Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.33-50.

NEWMAN, Mark E. J., The structure and function of complex networks. *Society for Industrial and Applied Mathematics Review*, v.45, n.2, p.167-256, 2003.

OCADA, Fábio. (2003) Migração e trabalho no mundo contemporâneo — uma experiência acerca da migração *dekassegui*. *Travessia*, v.16, n.45, p.37-41, jan./abr.2003.

OLIVEIRA, Adriana. O caminho sem volta: classe social e etnicidade entre os brasileiros na Flórida. In: MARTES, Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 115-138.

OLIVEIRA, Adriana. Repensando a identidade dentro da emigração *dekassegui*. In: REIS, Rossana Rocha, SALES, Teresa (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p.275-307.

ORE, Oystein. *Graphs and their uses*. New York. Mathematical Assoc. of America, 1963. 131p.

PATARRA, Neide, BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.78-88.

PIORE, Michael. *Birds of passage: migrant labor and industrial societies*. Ann Arbor : UMI, 1997. 229p.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration*, New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.1-41.

PORTES, A. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In: KRITZ, Mary et al. (Ed.) *Global trends in migration: theory and research on international population movements*, Center for Migration Studies, New York, 1983, pp. 279-297.

PORTES, A., SENSENBRENNER, J. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. *American Journal of Sociology*, v.98, n.6, p.1320-50, May 1993.

RAVESNTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE; 1980. v.1, p.19-88.

RIBAS, Clarilton. *Dekassegui-koo: trabalhadores brasileiros no Japão*. *Travessia*, v.15, n.45, p.7-22, jan./abr.2003.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470p.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O que faz o Brasil: jogos identitários em São Francisco. In: REIS, Rossana Rocha, SALES, Teresa (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p.45-85.

ROSSINI, Rosa. O retorno às origens ou o sonho do encontro com o eldorado japonês: o exemplo dos *dekasseguis* do Brasil em direção ao Japão. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.104-110.

RUSSELL, Bertrand. *História do pensamento ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein*. São Paulo: Ediouro, 2001. 463p.

SAHLINS, Marshall. The original affluent society. In: SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. New York: Aldine, 1972. p.1-39.

SAITO, Hiroshi. Participação, mobilidade e identidade. In: SAITO, Hiroshi (Org.) *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980. p.81-89.

SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999. 232p.

SALES, Teresa. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.9, n.1, p.50-63, 1992.

SALES, Teresa. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.89-103.

SALIM, Celso. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.144-159.

SASAKI, Elisa. Movimento *dekassegui*: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: REIS, Rossana Rocha, SALES, Teresa (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p.243-274.

SASSEN, Saskia Immigration and local labor markets. In: PORTES, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration*, New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.87-127.

SAUVY, Alfred. *General theory of population*. London: Methuen, 1974. 550p.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998. 299p.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v.13, N. Esp., p.7-32, jan. 2000.

- SCOTT, John. *Social network analysis, a handbook*. London: SAGE, 2000. 208p.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. CNPD, Brasília, 2001. p.137-150.
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE; 1980. v.1, p.211-244.
- SINGHANETRA-RENARD, Anchalee. The mobilization of labour migrants in Thailand: personal links and facilitating networks. In: KRITZ, Mary *et al.* (Ed.) *International migration systems, a global approach*. Oxford: Clarendon, 1992. p.190-204.
- SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v.1, p.115-143.
- SOARES, Weber. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. 2002b. 344p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte.
- SOARES, Weber. A emigração valadarensense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: MARTES, Ana Cristina B., FLEISCHER Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.231-261
- SOARES, Weber. *Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarensense*. 1995a. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOARES, Weber Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Brasil 500 anos: mudanças e continuidades*. [Campinas]: ABEP, 2000a. (Disponível em CD-ROM)
- SPAANS, Ernst Taikongs and Calos: the role of middlemen and borkers in javanese international migration. *International Migration Review*, v.28, n.1, p. 93-113, 1994.
- SPENCER, Steven A. Illegal migrant laborers in Japan. *International Migration Review*, v.26, n.3, p. 754-86, 1992.
- STINCHCOMBE, Arthur. *Economic sociology*. Orlando: Academic Press, 1983. 269p.

STOUFFER, Samuel. Intervening opportunities: a theory relating mobility and distance. *American Sociological Review*, n.5, p. 845-867, Dez. 1940.

STOUFFER, Samuel. Oportunidades intermediárias y migrantes en competência. In: ELIZAGA, Juan, MACISCO Jr., John (Ed.) *Migraciones internas: teoría, método y factores sociológicos*. Santiago: CELADE, 1975. p. 587-614.

SUCHOFF, Benjamin (Ed.) *Béla Bartók: essays*. London: Faber & Faber, 1976. 567p.

TAYLOR, John (1990) The reorganizing of mine labor recruitment in southern Africa, *International Migration Review*, v.24, n.90, p.250-272, 1990.

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: MACLAUGHLIN, Virginia Yans- (Org.) *Immigration reconsidered: history, sociology, and politics*. New York: Oxford University, 1990. p.79-95.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países em desenvolvimento. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE; 1980. v.1, p.145-171.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 387p.

TZENG, Rueyling. International labor migration through multinational enterprises. *International Migration Review*, v.29, n.1, p. 139-54, 1995.

URANO, Edson. Um olhar sobre o trabalhador *dekasegu*: processo imigratório e trabalho através da mídia étnica. *Travessia*, v.15, n.43, p.26-30, mai./ago.2002.

VAINER, Carlos. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.177-184.

WALDINGER, Roger. Network, bureaucracy and exclusion: recruitment and selection in an immigration metropolis. In: BEAN, Frank, BELL-ROSE, Stephanie (Ed.) *Immigration and opportunity: race, ethnicity and employment in USA*. New York: Russell Sage Foundation, 1999. p.228-259.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 143p.

WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University, 1994. 825p,

WATTS, Duncan. *Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness*. Princeton: Princeton University, 1999. 262p.

WEBER, Max. *Fundamentos da sociologia*. 2.ed. Porto: Rés, 1983. 254p.

WELLMAN, Barry. Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: SCOTT, John (Ed.) *Social networks: critical concepts in sociology*. New York: Routledge, 2002. v.1, p.81-122

WHITE, Harrison C. *Identity and control: a structural theory of social action*. Princeton: Princeton University, 1992.423 p.

WILPERT, Czarina. The use of social networks in Turkish migration to Germany. In: KRITZ, Mary *et al* (Ed.) *International migration systems: a global approach*. Oxford: Clarendon, 1992. p.177-189.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 283p.

WOOD, Charles Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. *International Migration Review*, v.16, n.2, p.298-318, 1982.

WOOD, Charles Structural changes and household strategies: a conceptual framework for the study of rural migration. *Human Organization*, v.40, n.4. p.338-44, 1981.

WRIGLEY, E. A, SOUDEN, David. *The works of Thomas Robert Malthus*. London: William Pickering, 1986. v.2 e 3

8. Anexos

Quadro 1: Análise Comparativa entre 16 sistemas de migração

CASOS	TIPO	PERÍODO	LOCAL	COMPOSIÇÃO M(V,A)	INTERMEDIÁRIO
1. Radcliffe, S.	Interna; rural-urbana;	1975-85	Peru (andino)	M=(7, 11)	1. <i>enganchadores</i> ; 2. padrinhos; 3. familiares;
2. Taylor, J.	Internacional; Interna;	1970-80	Botswana; África do Sul;	M=(6, 10)	1. agentes; 2. escritório governo (<i>TEBA</i>); 3. agência particular;
3. Ward, G.	Interna; rural-urbana;	1950-74	Nova Guiné	M=(6, 8)	1. retornados; 2. <i>HLS</i> (governo); 3. recrutadores urbanos;
4. Eelens, F./ Beckmann, J.	Internacional; Ilegal;	1976-86	Sri Lanka, Oriente Médio;	M=(10, 17)	1. recrutadores locais; 2. subagentes ilegais; 3. recrutadores (destino); 4. agências particulares e governamental (BFE);
5. Singhanetra-Renard, A.	Interna; Internacional; Ilegal;	1975-86	Tailândia, Oriente Médio;	M=(8, 11)	1. retornados; 2. sindicatos; 3. subagentes ilegais; 4. Patrões (vilas); 5. agências internacionais;
6. Wilpert, C.	Internacional; reunificação familiar; Ilegal;	1964-1986	Turquia, Alemanha;	M=(8, 10)	1. agências oficiais (Turquia/Alemanha); 2. familiares; 3. cooperativa rural;
7. Spaan, E.	Internacional; peregrinação; Ilegal;	1975-1990	Java, Malásia, Oriente Médio;	M=(7, 9)	1. líder local (<i>calo</i>); 2. broker (<i>taikong</i>); 3. subagentes (ilegais); 4. agências de trabalho;
8. Breman, J.	Interna; circular;	1970-80	Índia (Gujarat);	M=(6, 8)	1. broker (<i>mukadam</i>); 2. líder de equipe (<i>koytavala</i>); 3. gerente de usina;
9. Hagan, J.	Internacional; Ilegal;	1978-93	Guatemala, EUA;	M=(7, 9)	1. Juan e Carmen Xuc; 2. americanos residentes; 3. familiares mayas;
10. Martin, P.	Internacional; circular;	1942-64	México, EUA;	M=(5, 5)	1. agência governo mexicano; 2. agência governo americano;
11. Castro, G.	Internacional; Ilegal;	1990-98	México, EUA;	M=(7, 10)	1. <i>coyote</i> local; 2. <i>coyote</i> local/fronteira; 3. <i>coyote</i> fronteira (<i>business</i>);
12. Tzeng, R.	Internacional;	1980-95	EUA, Taiwan, China;	M=(5, 5)	1. multinacional americana (matriz);
13. Spencer, S.	Internacional; Ilegal;	1980-92	Japão, Coréias; China; Irã;	M=(6, 8)	1. gangues (<i>yakusa</i>); 2. human boats; 3. escolas de idioma;
14. Audenino, P.	Internacional; circular;	1880-1930	Itália (Valle Cervo), EUA (Nordeste);	M=(7, 8)	1. famílias italianas; 2. empreendedor italiano; 3. equipes de artesãos;
15. Johnson, H.	Internacional; circular;	1890-1920	Bahamas, EUA (Flórida);	M=(5, 6)	1. migrantes pendulares; 2. mailboats;
16. Goza, F./ Rios-Neto, E.	Interna; circular;	1980-88	Brasil (Sudeste)	M=(6, 7)	1. broker (<i>gatos</i>); 2. familiares;

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Quadro 2: Comparação das propriedades estruturais entre 16 casos

casos	Densid.	grau (out; in)	Transitiv.	coesão (dm)	interm. (central.)
1. Audenino	0.214	33%; 14%	0.188	0.333 (1.7)	27%
2. Breman	0.300	36%; 36%	0.438	0.400 (1.6)	26%
3. Castro	0.238	31%; 31%	0.205	0.349 (1.6)	24%
4. Eelens/Beckmann	0.189	28%; 16%	0.274	0.272 (1.6)	4%
5. Goza/Rios-Neto	0.233	20%; 44%	0.231	0.283 (1.3)	12%
6. Hagan	0.214	33%; 33%	0.205	0.321 (1.5)	30%
7. Johnson	0.300	56%; 56%	0.273	0.375 (1.3)	25%
8. Martin	0.250	31%; 31%	0.250	0.358 (1.7)	27%
9. Radcliffe	0.333	58%; 19%	0.303	0.433 (1.5)	15%
10. Singhanetra-Renard	0.196	27%; 27%	0.130	0.305 (1.8)	10%
11. Spaan	0.214	14%; 14%	0.176	0.333 (1.7)	14%
12. Spencer	0.267	16%; 40%	0.200	0.317 ((1.3)	9%
13. Taylor	0.333	56%; 56%	0.240	0.350 (1.1)	1%
14. Tzeng	0.300	25%; 56%	0.286	0.375 (1.3)	15%
15. Ward	0.267	40%; 40%	0.000	0.300 (1.2)	3%
16. Wilpert	0.179	29%; 29%	0.188	0.250 (1.6)	5%

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Quadro 3: Agrupamento de casos segundo faixas de densidade, grau, transitividade, coesão e fluxos

faixas	Densid.	grau (out)	grau (in)	Transitiv.	coesão	Interm. (central.)
Alta	2,7,9,13,14	1,2,3,6,7,8,9, 13,15	2,3,5,6,7,8,9, 12,13,14,15,	2, 9	2, 9	1,2,3,6,7,8
média	1,3,5,6,8, 11,12,15	4,5,10,14,16	10,16	3,4,5,6,7,8,12, 13,14	1,3,6,7,8,10,11, 12,13,14,15	5,9,10,11,14
baixa	4,10,16	11,12	1,4,11	1, 10, 11, 15, 16	4,5,16	4,12,13,15,16

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Quadro 4: Medidas de intermediação e ator mais central em 16 casos

Casos	fluxos (central.)	cutpoints	fluxos ator
1. Audenino	21%	empreend.ital.; familia ital.	empreend.italiano (23.3)
2. Breman	25%	mukadam; gerente	mukadam (30.0)
3. Castro	19%	coyote fronteira	coyote fronteira (20.0)
4. Eelens/Beckmann	3%	ag.trab.dest.; ag.gov.(BFE)	recrut.local (4.17)
5. Goza/Rios-Neto	5%	gatos; usineiros	gato (4.5)
6. Hagan	30%	Juan/Carmen	Juan/Carmen (30.00)
7. Johnson	8%	pendulares	pendulares (8.33)
8. Martin	11%	ag.mex; ag.amer.	ag.mex/ag.amer. (11.67)
9. Radcliffe	18%	inexistente	padrinho (20.00)
10. Singhanetra-Renard	4%	patrão local	sindicato (4.76)
11. Spaan	16%	calo	calo (16.67)
12. Spencer	10%	inexistente	ganges (10.0)
13. Taylor	5%	inexistente	recrut.indep. (5.0)
14. Tzeng	8%	sede(EUA); subsid.1(taiwan)	subsid.1(taiwan) (8.33)
15. Ward	0%	inexistente	0.00
16. Wilpert	8%	inexistente	trab.resid. (9.52)

Obs.: Dados pesquisados e organizados por Dimitri FAZITO, 2005.

Figura 1: Sociogramas de 16 sistemas de migração (estudos de caso para elaboração do capítulo 4) - análise de *cutpoints* estruturais dos grafos
Obs: pontos azuis são *cutpoints* (exceto 6, onde ponto vermelho é o *cutpoint*)

